



Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Programa de Pós-Graduação em Memória Social – PPGMS

Regina Coeli Mendes Valadão

Tradição e criação, memória e patrimônio:
a revitalização da Zona Portuária do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2012

Regina Coeli Mendes Valadão

Tradição e criação, memória e patrimônio:
a revitalização da Zona Portuária do Rio de Janeiro.

Dissertação apresentada ao Programa de Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Memória Social.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Vera Dodebei

Linha de Pesquisa: *Memória e Patrimônio*

Rio de Janeiro

2012

V136 Valadão, Regina Coeli Mendes.
Tradição e criação, memória e patrimônio : a revitalização da zona portuária do Rio de Janeiro / Regina Coeli Mendes Valadão, 2012.
257f. ; 30 cm

Orientador: Vera Dodebei.

Dissertação (Mestrado em Memória Social) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

1. Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos. 2. Museu do Amanhã. 3. Áreas portuárias – Rio de Janeiro. 4. Renovação urbana – Aspectos sociais. 5. Paisagem. 6. Patrimônio – Preservação. 7. Memória – Aspectos sociais. I. Dodebei, Vera. II. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Centro Ciências Humanas e Sociais. Programa de Pós-Graduação em Memória Social. III. Título.

CDD – 387.1098153

Regina Coeli Mendes Valadão

Tradição e criação, memória e patrimônio:
a revitalização da Zona Portuária do Rio de Janeiro.

DATA DA APROVAÇÃO:

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dra. Vera Dodebei (Orientadora)

Prof^o Dr. Amir Geiger

Prof^a Dra. Andréa Lopes

Prof^o Dr. Marcos Olender

Este estudo é dedicado à minha mãe Célia sempre presente, à minha avó Cândida (*in memoriam*) simples e sábia ao transmitir suas memórias, experiências de vida e os valiosos ensinamentos.

E a todos que habitam e dão vida aos espaços urbanos com diferentes memórias e culturas.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus pela vida, por estar concluindo mais uma etapa importante desta minha trajetória e a Jesus pelo seu exemplo de Mestre, ensinamentos e direção.

À minha orientadora Dr^a Vera Dodebei, por ter se interessado pelo meu tema, pela orientação firme, tranquila, compreensiva e pela confiança transmitida.

Meus agradecimentos aos professores da banca Dr. Marcos Olender, Dr. Amir Geiger e Dr^a Andréa Lopes por terem aceitado o meu convite e pelas valiosas contribuições.

À Coordenação e aos professores do PPGMS/UNIRIO, pela convivência e oportunidades de aprendizado. À professora Dr^a Marília Xavier Cury, pela atenção, sugestão de leituras e por ter possibilitado o contato com Renata Figueiredo. À Renata Figueiredo, pela confiança disponibilizando sua dissertação. Às professoras Márcia Elisa Rendeiro e Carmen Irene pelos ensinamentos e incentivos.

Ao Grupo de Estudos em Narrativas e Autenticidade, ministrado pelo professor Amir Geiger, pelo conhecimento adquirido e pelas trocas de experiências com o professor. Às amigas participantes, Elizabeth Monteiro, Myrna e Sabrina que vieram a somar à minha pesquisa.

Aos amigos, em geral, que torceram por mim. À Iara Nassaralla pela amizade e generosidade, em acompanhar minha trajetória desde a seleção para o mestrado, me auxiliando com seus conhecimentos e pela paciência em ler os meus textos. À Lilian pela ajuda na seleção, à amiga Ângela, pelo apoio, pelas conversas e trocas de conhecimentos. À turma da pós-graduação pelos bons momentos de convívio, em especial aos amigos mestrados e doutorandas: André, Elizabeth de Lima, Carlos, Eladir, Gyl, Josué, Rosângela, Rosali, Tiago, Thainá, Vitor, Yazid também pelo apoio, sugestões de leituras e momentos descontraídos em tempos de mestrado.

À Andressa, da secretaria, paciente e profissional e à Hercília, pela presença e colaboração.

Meus agradecimentos às Instituições IPN e CDURP pela maneira solícita com que fui atendida, aos integrantes do IPN Cláudio Honorato, Merced Guimarães, Penha, Reinaldo; aos moradores Antônio Machado, Fernando e Sérgio; à Bruna; aos membros da CDURP Alberto Silva e Daniel Lima por se disponibilizarem a me receber e participarem das entrevistas.

Por fim, agradeço especialmente à minha família pelo apoio e incentivo em especial à minha mãe Célia pela dedicação me dando todo o suporte, carinho e estímulo para eu seguir em frente. Aos meus tios-pais do coração, Luciano e Celina e meus primos-irmãos Luciano Júnior e Fabiana, pelo apoio, livros emprestados e atenção, sempre que necessário. À minha prima Márcia, por transcrever minhas entrevistas, uma ajuda indispensável. E a todos que de alguma forma torceram e contribuíram para a realização deste trabalho o meu sincero agradecimento.

“As cidades, como os sonhos, são construídas por desejos e medos, ainda que o fio condutor de seu discurso seja secreto, que as suas regras sejam absurdas, as suas perspectivas enganosas, e que todas as coisas escondam uma outra coisa.”

“Em toda cidade que percorremos ou estudamos há uma cidade preexistente, que sem dúvida é imaginária, é profunda. É uma cidade que se enraíza na memória dos construtores, dos seus praticantes, Isto é, aqueles que a usam diariamente.”

(Ítalo Calvino)

RESUMO

Com base no projeto *Revitalização da Zona Portuária do Rio de Janeiro* levantamos algumas questões sobre a valorização da memória e a preservação do patrimônio para a população local e sobre as tensões que existem entre os benefícios econômicos, sociais e culturais que o projeto julga oferecer à cidade. Procuramos identificar na proposta “Porto Maravilha” a possível tensão entre espaços e lugares, ao considerar as memórias de ontem e as memórias de amanhã. Colocamos em diálogo, à luz das questões levantadas sobre o tradicional e o contemporâneo, dois museus locais e distintos: o Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos (IPN), como representante da memória e de “resistência” e o Museu do Amanhã (projeto já em construção), representando a memória e patrimônio do futuro seguindo a proposta dos novos ideários de cidade deste início de século XXI. O embasamento teórico, os dados coletados sobre os estudos referentes ao projeto Porto Maravilha somados à pesquisa de campo nos possibilitaram a reflexão sobre o que nos propusemos investigar. A cidade é um espaço que além da natureza, da geografia, das edificações possui vida, a vida do homem que a habita. Um projeto de revitalização urbana transforma o espaço físico e vivido, consequentemente a memória e o patrimônio do local (seja ele material ou não). Este tipo de intervenção causará impactos na região e para a população sejam eles positivos ou negativos. Como o atual contexto é o da concepção de cidades competitivas em busca de visibilidade internacional é importante discutir as diferenças, as memórias e o patrimônio cultural da região portuária que são muito ricos e serão trabalhados pelos idealizadores e órgãos oficiais do município de forma a atrair os olhares do mercado internacional e dos turistas para a cidade. O momento em que a cidade vive da sede de megaeventos esportivos é propício para o *marketing* urbano e a inserção da cidade no mundo globalizado. Os museus aparecem como importantes instituições, para a realização desses objetivos e também para o estudo da representação das memórias que se deseja preservar. Os dois museus aqui discutidos, o IPN e o Museu do Amanhã têm muito a contribuir com a memória e a patrimonialização da cidade, seja pelo modo como a cidade os referencia, seja pela justificativa de sua criação.

Palavras chave: Memória, Patrimônio, Paisagem, Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos, Museu do Amanhã, Revitalização do Porto, Rio de Janeiro.

ABSTRACT

Based on governmental project Rio de Janeiro Port Zone Revitalization we raise some questions about memory valorization and heritage preservation for the local population, especially those on the existing tensions between economic, social and cultural benefits by which government believes the project offers the city. We sought to identify in the proposal "Marvelous Port" the possible tension between spaces and places by considering the memories of yesterday and the memories of tomorrow. We put into dialogue, based on questions raised about the traditional and the contemporary, two local and distinct museums: the Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos, representing memory and "resistance" and the Museu do Amanhã (project already under construction) representing memory and heritage of the future, following the new architecture thoughts for the ideal city in the beginning of XXI century. The theoretical basis, data collected on the studies concerning the Porto Maravilha Project and also the field researches enabled us to reflect on the focus of our investigation. The city is a space where beyond nature, geography and the buildings, it has life, the life of the man who dwells. An urban revitalization project transforms the physical space and the lived inhabited space, and therefore the memory and heritage of the site (whether material or not). This type of intervention will cause impacts in the region and to the population, be they positive or negative. As the current context is the concept of competitive cities in search of international visibility, it is important to discuss the differences, memories and cultural heritages of the port area, that are very rich and will be worked by the designers and official institutions of the municipality, in order to attract the international market's and the tourists' eyes to the city. The moment that the city lives, being the headquarters of mega sports events, is conducive to urban marketing and the insertion of the city in the globalized world. The museums are important institutions to the realization of these goals and also to study the representation of memories which need to be preserved. The two museums discussed here, the IPN and the Museu do Amanhã, have much to contribute to memory and patrimonial city, either at how the city the references, either by justification of its creation

Keywords: Memory, Heritage, Landscape, Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos, Museu do Amanhã, Port Zone Revitalization, Rio de Janeiro.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Mercado dos escravos. Fonte: (RUGENDAS E DERROY, 1830, Museu Castro Maya apud CARDOSO et al, 1987) -----	29
Figura 02	Transporte do café na Rua do Acre. Fonte: (DETMANN, Edward, 1908. IHGB apud CARDOSO et al, 1987)-----	32
Figura 03	Cortiço. Fonte: http://www.arquitetonico.ufsc.br/a-reforma-urbana-de-pereira-passos-no-rio-de-janeiro . Acesso em 23 jan. 2012-----	34
Figura 04	Manchete sobre a destruição do “Cabeça de Porco” – postada por André Luis Mansur. Fonte: http://emendasesonetos.blogspot.com/ . Acesso em 23 jan. 2012 -----	34
Figura 05	Fortaleza da Conceição Fonte: EIV – Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio – V Situação Atual e Futura – p. 356 – Acesso em 23 mai. 2011. -----	36
Figura 06	Pedra do Sal e Lgo. João da Bahiana – Fonte: https://picasaweb.google.com/105022776054359315180/SaudePortoMaravilhaRJ#5618904740996967746 . Acesso em 23 jan. 2012-----	36
Figura 07	Praça da Harmonia atual Praça. Coronel Assunção - Fonte: https://picasaweb.google.com/105022776054359315180/SaudePortoRJ#5618904740996967746 . Acesso em 23 jan. 2012. -----	38
Figura 08	Moinho Fluminense. - Fonte: https://picasaweb.google.com/105022776054359315180/SaudePortoMaravilhaRJ#5618904740996967746 . Acesso em 23 jan. 2012.-----	38
Figura 09	5º Batalhão da Polícia Militar do Estado do RJ, ao fundo o Condomínio da Gamboa. Fonte: https://picasaweb.google.com/105022776054359315180/SaudePortoMaravilhaRJ#5618904740996967746 . Acesso em 23 jan. 2012-----	38
Figura 10	Sociedade Dramática Particular Filhos de Talma Foto: Regina Coeli M. Valadão em 22 fev. 2012.-----	38
Figura 11	Instituto Central do Povo. Foto: Regina Coeli Valadão em 08 dez. 2011.	39
Figura 12	Igreja Metodista dos ingleses.Foto: Regina C. Valadão em 08 dez.2011	39
Figura 13	Evolução urbana - Fonte: IPP- Porto do Rio_Pranchas – Disponível em: http://www.rio.rj.gov.br/eourbana – Acesso em 22 jun.2010-----	41

Figura 14	Vista do território que compreendia a Pequena África. Fonte: Holland, S., 1930 BN apud Cardoso, E. et al. <i>História dos bairros: Saúde, Gamboa, Santo Cristo</i> . RJ: Index, 1987. p. 139-----	47
Figura 15	Perimetral – Av. Rodrigues Alves. Fonte: www.skyscrapercity.com Acesso em 21 jun. 2010-----	47
Figura 16	Os três níveis de governo. Fonte: http://laryff.com.br/?m=200906 . Acesso em 06 dez. 2011-----	67
Figura 17	Porto Madero em Buenos Aires. Disponível em http://akworld.net/BAweekly/?p=332 . Acesso em 06 dez. 2011-----	67
Figura 18	Torres da Vila Olímpica de Barcelona. Fonte: http://picasaweb.google.com/lh/photo/NomoQC8dD6KTnw0MBJULg Acesso em 14 abr. 2012-----	68
Figura 19	Ronda del Litoral – Barcelona . Fonte: http://antoniasantamaria.blogspot.com.br/2011/11/espanha-2-barcelona.html . Acesso em 14 abr. 2012-----	68
Figura 20	Maquete eletrônica do projeto vencedor. – Fonte: Revista do Porto Maravilha nº 05, agosto/2011. Disponível em http://www.portomaravilha.com.br/web/esq/revistasPortoMarav.aspx . Acesso: 23 jan. 2012-----	72
Figura 21	Projeto Morar Carioca no Morro da Providência. Fonte: Revista Porto Maravilha nº 01, março 2010. Disponível em: http://www.portomaravilha.com.br/web/esq/revistasPortoMarav.aspx . Acesso em 14 abr. 2012-----	78
Figura 22	MAR – Museu de Arte do Rio e a Escola do Olhar. Fonte: http://www.portomaravilha.com.br/web/fotos/praca_maua.aspx# Acesso em 14 abr. 2012-----	79
Figura 23	Museu do Amanhã Fonte: http://www.portomaravilha.com.br/web/esq/imprensa/img/ma7.jpg . Acesso em 14 abr. 2012.-----	79
Figura 24	Roda de samba na Pedra do Sal Foto: Regina Coeli Mendes Valadão. Em 16 jan. 2012-----	83
Figura 25	Escadaria da Pedra do Sal em dia de roda de samba Foto: Regina Coeli Mendes Valadão. Em 16 jan. 2012-----	83

Figura 26	Tia Lúcia em sua barraca de zungu Foto: Regina Coeli Mendes Valadão. Em 16 jan. 2012-----	83
Figura 27	Banner sobre Zungu Quilombola. Foto: Regina Coeli Mendes Valadão. Em 16 jan. 2012.-----	83
Figura 28	Cais do Valongo à esquerda e Cais da Imperatriz à direita. Fonte: http://contandohistoria369.blogspot.com/2011/03/cais-do-valongo.html . Acesso em 09 mar. 2012-----	84
Figura 29	Cais da Valongo 60 cm abaixo do Cais da Imperatriz. Fonte: Revista Galileu. Fonte: http://revistagalileu.globo.com/Revista/Common/ Acesso em 09 mar.2012-----	84
Figura 30	Nova fachada do Centro de Tradições Nordestinas Luiz Gonzaga recoberta com painel cenográfico. Fonte: http://g1.globo.com/riodejaneiro/noticia/2010/10/centro-de-tradicoes-nordestinas-no-rio-sera-revitalizado.html . Acesso em 14 abr.2012-----	88
Figura 31	Interior do Centro de Tradições Nordestinas Luiz Gonzaga – festa de inauguração em 18 mar. 2012 Fonte: http://www.rio.rj.gov.br/web/smo/exibeconteudo?article-id=2666789 . Acesso em 14 abr. 2012-----	88
Figura 32	Exposição de D. Zilla no IPN “A arte dos panos”. Fonte: http://blogportomaravilha.com/2012/01/11/zilla/ . Acesso em 12 abr. 2012-----	90
Figura 33	Salvamento arqueológico Fonte: http://www.sintufrj.org.br/PORTALII/cemiteriodospretosnovos.htm . Acesso em 29 jun. 2010 -----	92
Figura 34	Vista aérea da casa 36 – na Rua Pedro Ernesto, Gamboa, Rio de Janeiro Fonte: http://www.rj.org.br/sedrepahc/projsitioarqueo pretos novos.htm . Acesso em 29 jun. 2010 -----	92
Figura 35	Ossadas de negros encontradas em escavações na Gamboa, Zona Portuária do Rio de Janeiro Fonte: http://www.sintufrj.org.br/PORTALII/pretosnovos/p2.jpg . Acesso em 29 jun. 2010-----	93
Figura 36	Sra. Ana Maria De La Merced G. G. dos Anjos, fotografias e artefatos expostos. Acesso em 29 jun. 2010 Fonte: http://www.sintufrj.org.br/PORTALII/pretosnovos/p2.jpg .-----	94

Figura 37	O historiador e arqueólogo Reinaldo Tavares e as ossadas dos Pretos Novos. Fonte: http://portomaravilha.com.br/conteudo/ccjb.aspx Acesso em 23 mar. 2012 -----	95
Figura 38	Memorial dos Pretos Novos. Fonte: IPN Museu Memorial (álbum do <i>facebook</i>). Acesso em 23 mar. 2012 -----	96
Figura 39	Memorial dos Pretos Novos com ossadas expostas. Fonte: IPN Museu Memorial (álbum do <i>facebook</i>). Acesso em 23 mar. 2012 -----	96
Figura 40	Maquete eletrônica do Museu do Amanhã Fonte: www.metálica.com.br . Acesso em 24 jun. 2010 -----	102
Figura 41	Figura 43 – A maquete eletrônica Fonte: www.metálica.com.br . Acesso em 24 jun. 2010.-----	102
Figura 42	A maquete e o arquiteto Santiago. Fonte: http://g1.globo.com/rio-de-janeiro . Acesso 21 jun. 2010 -----	103
Figura 43	Maquete apresentada à cidade Fonte: http://g1.globo.com/rio-de-janeiro Acesso: 21 jun. 2010 -----	103

LISTA DE MAPAS

Mapa 01	Área dos bairros Saúde, Gamboa e Santo Cristo – início do século XIX-----	31
Mapa 02	Transformação da Zona Portuária. Fonte: Cardoso et al. História dos bairros: Saúde, Gamboa, Santo Cristo. Rio de Janeiro: Index, 1987, p. 103. -----	40
Mapa 03	Região Portuária: uma proposta de divisão em núcleos. Fonte: CDURP http://portomaravilha.com.br/conteudo/conhecaaregiao/01-nucleosg.jpg Acesso em 23 jan. 2012-----	70
Mapa 04	Mapa da zona portuária com gabaritos máximos por quadra. Fonte: Apresentação da CDURP – Porto Maravilha – Acesso em 23 jan. 2012 -----	71
Mapa 05	Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana. Fonte: REVISTA PORTO MARAVILHA, nº 06, dez. 2011-----	81

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

I RA	Primeira Região Administrativa
II RA	Segunda Região Administrativa
AEIU	Área de Especial Interesse Urbanístico
AP	Área de Planejamento
APA	Área de Proteção Ambiental
APAC	Área de Proteção do Ambiente Cultural
CDURP	Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro
CEPAC	Certificados de Potencial Adicional de Construção,
CIAM	Congresso Internacional de Arquitetura Moderna
COI	Comitê Olímpico Internacional
COMDEDINE	Conselho Municipal de Defesa dos Direitos do Negro
CEPPIR/RJ	Coordenadoria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Rio de Janeiro
ECO-92	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, Rio de Janeiro.
EIV	Estudos de Impacto de Vizinhança
ESMAPA	Estação Marítima de Passageiros
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
GPL	Gerência de Planos Locais
GT	Grupo de Trabalho
IAB	Instituto de Arqueologia Brasileira
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEPAC	Instituto Estadual do Patrimônio Cultural
IPN	Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos
IPP	Instituto Pereira Passos
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional
MAR	Museu de Arte do Rio
ONG	Organização não governamental
OUC	Operação Urbana Consorciada
PCRJ	Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro
PDDC	Plano Diretor Decenal da Cidade

PUB-Rio	Plano Urbanístico Básico da cidade do Rio de Janeiro
PPP	Parceria público-privada
SAGAS	Saúde, Gamboa e Santo Cristo.
SMU	Secretaria Municipal de Urbanismo
SPHAN	Superintendência do Patrimônio Histórico Artístico Nacional
VOT	Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura.
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1. A ZONA PORTUÁRIA COMO ESPAÇO FÍSICO E SIMBÓLICO	27
1.1. Paisagens e escritas da Zona Portuária	27
1.2. Memória, espaço urbano, e identidades sociais na região portuária.	42
1.2.1. Os negros	44
1.2.2. Reflexos das transformações na sociabilidade da zona portuária	45
1.3. O patrimônio e as políticas culturais	50
1.4. Intervenções e políticas urbanas consideráveis, “o boom” da memória	54
2. “PORTO MARAVILHA”, O RIO DE JANEIRO NO CENÁRIO MUNDIAL DE CIDADES.	62
2.1. “Porto maravilha” concepção e propostas	66
2.2. Bens patrimoniais e ações de preservação	75
2.3. Manifestações culturais, a urbanidade e as propostas inovadoras do projeto: tensões e conflitos.	82
3. TRADIÇÃO E CRIAÇÃO	89
3.1. Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos – IPN	92
3.2. Museu do Amanhã	100
3.3. Olhares sobre a Zona Portuária, o Porto Maravilha e suas “Maravilhas”	105
3.3.1. Visão dos entrevistados	106
3.3.2. O olhar, as propostas e as expectativas dos membros da CDURP sobre o projeto de revitalização da zona portuária da cidade do Rio de Janeiro	112
CONCLUSÃO	119
REFERÊNCIAS	124
APÊNDICE - Relatos verbais	134
ANEXO A - Bens tombados pelo IPHAN	245

ANEXO B - Bens tombados pelo PCRJ-----	246
ANEXO C - Continuação do Quadro 03-----	247
ANEXO D - OS NÚCLEOS – 1 - Núcleo Praça Mauá-----	248
ANEXO E - 2 - Núcleo Morro da Conceição-----	249
ANEXO F - 5 - Núcleo Morros da Providência – Livramento-----	250
ANEXO G - 6 - Núcleo Saúde-----	251
ANEXO H - 7 - Núcleo Gamboa-----	252
ANEXO I - 8 - Núcleo Santo Cristo-----	253
ANEXO J - Carta do Valongo-----	254
ANEXO K - Ficha técnica das instituições: IPN e Museu do Amanhã-----	255
ANEXO L - Atualização do Percurso do Museu do Amanhã – junho de 2012-----	257

INTRODUÇÃO

Este trabalho refere-se a um estudo da Zona Portuária do Rio de Janeiro que é formada pelos bairros da Gamboa, Saúde, Santo Cristo e Caju da I RA (primeira Região Administrativa), parte do Centro da II RA (segunda Região Administrativa) e está relacionado ao atual processo de “revitalização” desta área – processo memorialista que envolve, entre outras instituições – o Instituto de Pesquisas e Memória Pretos Novos, e prevê a criação do Museu do Amanhã.

O tema não se restringe apenas à análise das duas Instituições e de suas características como museus, porque elas fazem parte de um espaço em que há vida, o qual passará por uma intervenção urbana que afetará a população, não só em relação aos aspectos materiais, mas, principalmente, àqueles imateriais que dizem respeito aos que lá mantêm suas experiências e tradições. Sendo assim, houve a necessidade de conhecermos não só o projeto com suas propostas, mas o que há em suas entrelinhas, bem como a percepção de parte da população que não tem ampla visibilidade sobre o impacto, as tensões e os conflitos existentes. Dessa maneira, apesar desta pesquisa não estar focada nas questões de *direito à cidade* houve, em alguns momentos, a necessidade de incluirmos aspectos do tema que consideramos relevantes. A memorização e a patrimonialização da região da qual fazem parte as duas instituições museais continuam sendo nosso viés principal de análise, já que não se pode separar a população e as instituições locais do espaço e do processo de revitalização urbana denominado pelo prefeito em exercício de “Porto Maravilha”.

O interesse por esta área específica decorre do fato de ser esta uma região de grande importância na formação da cidade do Rio de Janeiro no que se refere aos espaços físico, material e urbano, devido à sua localização, e ainda aos seus valores imateriais ou intangíveis, relativos à grande diversidade cultural existente. Outro motivo que nos despertou o interesse em estudá-la foi certa proximidade que criamos com a região durante a graduação em Arquitetura e Urbanismo, quando desenvolvemos um trabalho no bairro da Gamboa relacionado a um projeto de habitação de interesse social.

Voltar a essa área, que ganha visibilidade no momento, entrar em contato com a população local e os transeuntes, ouvir os relatos verbais de alguns em relação a este momento do início de século XXI, em que a cidade do Rio está em evidência e passando por grandes intervenções urbanas, nos fez pensar não apenas na questão principal que nos levou a traçar o objetivo deste trabalho. Este contato, também nos fez ver que a problemática é maior do que julgávamos inicialmente. A frase “o Porto Maravilha é uma janela de oportunidades” dita por Alberto Silva¹, se referindo ao motivo do projeto não estar fechado, nos levou à reflexão sobre questões relacionadas às oportunidades citadas. Seriam elas de investimento e lucro para a cidade ou de melhorias para a população e inclusões de supostas alterações sugeridas no projeto pela população local? Podem, no entanto, também englobar todas as

¹ Informação obtida em palestra de Alberto Silva representante da Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto (CDURP) e coordenador do programa Porto Maravilha Cultural, em palestra **O futuro resgatando o passado: permanências e mudanças de práticas culturais na região Portuária**, realizada no Instituto Nacional de Tecnologia – INT, em 29 de Nov. 2011.

possibilidades. Assim, as dúvidas e indefinições que pudesse haver aos nossos olhos, poderiam já estar resolvidas na visão dos empreendedores.

O discurso dos responsáveis pelo projeto é, a princípio, o de que há a participação dos moradores, e que o projeto será realizado conforme os já desenvolvidos pelas grandes cidades internacionais, modernizando, embelezando, porém mantendo a identidade da cidade e, no caso da Zona Portuária, mantendo sua identidade e singularidade. Cabe-nos também investigar até que ponto este discurso se manterá, alcançará seus propósitos, e/ou se realmente esse discurso está acontecendo, e como esta "identidade" será mantida.

Este processo está sendo implantado e executado em um novo contexto histórico de mundo contemporâneo e global, onde há o interesse em se fazer parte do *marketing* urbano, atraindo olhares para a cidade em busca de prestígio e desenvolvimento econômico. O planejamento e a gestão das cidades é o da competitividade, da visibilidade, a política urbana e a lógica é o planejamento estratégico, em que a cidade é vista e tratada como uma empresa. (VAINER, 2002). Em uma empresa se investe para que ela gere lucros e algumas estratégias são necessárias para que as metas sejam atingidas. A cidade sendo tratada como uma empresa faz parcerias, traça formas de investimento visando à realização dos objetivos idealizados. As cidades, principalmente os centros históricos e áreas do porto, têm seguido certo padrão. Como exemplo, há as áreas do porto de Buenos Aires e Barcelona, entre outras. Inspirado nesses modelos, o atual projeto de revitalização da zona portuária da cidade do Rio de Janeiro, que abrange a área do porto e a histórica da cidade, enfrenta o desafio de preservar e criar, trabalhar com a tradição existente nesta área e o contemporâneo que se pretende construir.

A problemática está no atual contexto de ideário de cidades. As propostas e ações no espaço envolvem não apenas o espaço físico, material, mas também a população local, a urbanidade que dá vida ao espaço, que não pode, não deveria ser ignorada. Os processos de revitalizações urbanas interferem nesse campo social, no patrimônio e nas memórias dos sujeitos que fazem parte dessa localidade. Tensões são geradas e surgem grupos de resistências, em todos os sentidos que dizem respeito à manutenção dos direitos à cidade, ao espaço de moradia, às suas memórias que estão enraizadas nesse espaço, à manifestação cultural entre outras. As Instituições irão dar apoio a esses grupos que através delas terão a oportunidade de se fazerem ouvir e se tornarem visíveis. O Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos – IPN é um desses modelos de Instituição que podemos encontrar nesses processos de revitalização, assim como o Museu do Amanhã, que tem papel diferenciado do IPN, é um novo modelo de Instituição que passa a fazer parte dos novos projetos de cidade sendo o ícone que se adéqua perfeitamente a esta nova concepção de cidades-imagens, em sua maioria espetacularizadas.

A memória faz parte de nossa identidade e preservar não só a matéria, como também manter as tradições e a vida urbana local tem sido o grande desafio para as propostas de projetos urbanos e de “revitalização”, principalmente em áreas históricas. Sabemos que o tempo é inexorável e que, por isso, tudo a nossa volta se transforma rapidamente. A volatilidade das coisas, dos acontecimentos que mudam e desaparecem rapidamente fazem surgir a preocupação com as coisas do passado, as memórias, a preservação, esta busca intensa pela memória, pelos “lugares de memória” (NORA, 1993). Huyssen (2000) não vê como algo negativo quando isto é feito de maneira seletiva e em prol de algo que se deseja

construir para o futuro, caso contrário seriam apenas lembranças cristalizadas, sem nada a acrescentar. Tudo isto gera o surgimento de novas necessidades, enfim o tempo se incumbe das transformações que irão influenciar o pensamento e o comportamento humano e conseqüentemente social. De acordo com Huyssen (2000), a memória é transitória, passível de esquecimento, é humana e social e que “a memória pública está sujeita a mudanças políticas, geracionais e individuais” (HUYSSSEN, 2000, p.37).

O que se deve preservar na maioria das vezes é ditado pela classe dominante e conforme o olhar e o interesse de cada época. Com a expansão das categorias de patrimônio e a introdução de preservação nas políticas urbanas tornou-se possível uma nova visão dos mentores e idealizadores dos projetos urbanísticos para a preservação de patrimônios de áreas a serem revitalizadas. De acordo com estudos que fizemos em arquivos e a partir de leituras bibliográficas sobre os principais projetos anteriores de intervenções urbanísticas para esta região, observamos que nem sempre a tentativa de preservação da vida urbana local, das memórias e tradições esteve presente nestes projetos “além da pedra cal”. Ou seja, em muitas ocasiões a preservação se limitava a “casca” “de tijolo, de argamassa e ferro fundido, às vezes de forma demasiadamente rígida, num compromisso com a materialidade da cidade”, sem considerarem o modo de vida e sua representatividade (MOREIRA, 2004, p. 14). Manter e criar têm sido um grande e tenso desafio para as intervenções urbanas, “a cidade é uma construção social e cultural não concluída, sujeita a escolhas” como preservar, o que e para quem preservar (MOREIRA, 2004).

Os centros históricos se tornaram áreas valorizadas, principalmente para o turismo e preservar estes centros históricos e culturais tem sido de grande interesse para a “indústria cultural”, em função da geração de um retorno econômico decorrente do turismo nessas cidades. No entanto, muitas vezes, nesses tipos de preservação, o que se consegue são cenários históricos, cidades “museificadas”, cuja memória tem por foco o turismo, parques temáticos, mas que excluem a vida urbana local, a memória viva. Fato semelhante a esse ocorreu no Pelourinho em Salvador, na Bahia, como nos mostra Moreira:

[...] ocorreu um processo geral de saída da população anterior e substituição da função habitacional por entretenimento, comércio e lazer. É um caso *de tabula rasa*² operacionalizando a preservação da forma urbana. O conceito de parque temático – áreas de lazer (de parques a bares) onde toda a decoração ou cenografia e demais componentes da ambiência seguem um tema – explicita o entendimento do modo pelo qual a simples preservação de formas do passado adquire uma dimensão caricatural, sendo uma experiência filtrada e pasteurizada, manipulada cenograficamente com objetivos “educativos” e comerciais (MOREIRA, 2004, p.61)

Isto acontece quando a vida urbana que ali palpita a população local é deslocada, não sendo incluída ao projeto. É muito comum observarmos, em projetos de reurbanização, mudanças no aspecto físico e social que ocasionam a gentrificação³, um processo que já vem

² Tabula rasa – é uma expressão (forma original latina) é um termo filosófico, sua variante “tábua rasa” “indica um estado em que determinado objeto se encontra”. Segundo Moreira (2004, p.17), no urbanismo a que se refere em estudos da cidade e da questão urbana, ela “corresponde a um posicionamento de ruptura, daquele que pensa ou age, em relação às experiências ou concepções anteriores, em seu sentido filosófico, e também a um estado de “vazio” da matéria, como na tela branca ou no espaço a ser “preenchido”.

³ Gentrificação (*gentrification*), termo “foi cunhado pela primeira vez pela socióloga inglesa Ruth Glass, a partir de seus estudos sobre Londres, em 1964. A autora usou o vocabulário para denominar o processo de expulsão

sendo muito estudado e debatido por estudiosos do campo do urbanismo, da geografia, das ciências sociais, entre outros. Neste processo, a valorização imobiliária e o encarecimento dos serviços da região resultariam em transformações que provocariam a expulsão da atual “comunidade”, entendida como popular, homogênea e tradicional, e a atração de moradores que pertenceriam à “classe média” e desejariam consumir equipamentos de lazer e cultura reconhecidos numa “estética globalizada” (GUIMARÃES, 2003). Este tema, embora de interesse para os estudos da memória, não será aprofundado nesse trabalho, apesar de ser mencionado por fazer parte destes processos. Entretanto, o atual projeto denominado Porto Maravilha vive esta tensão do plano econômico, em que há a contraposição do novo a ser construído e da tradição a se preservar. Entendemos que faz parte desse projeto manter a população local e a participação da mesma nos projetos. Tal participação já consta nas recentes diretrizes traçadas para as novas políticas urbanísticas a serem citadas no capítulo seguinte.

Após propostas anteriores de revitalização da Zona Portuária do Rio de Janeiro que serão brevemente abordadas no início do segundo capítulo, surge mais uma tentativa de revitalização da área portuária da cidade do Rio de Janeiro. O projeto atual de revitalização apresenta uma proposta que, dentre outras, também busca um desenvolvimento cultural para a cidade, ao criar e preservar espaços e Instituições. O discurso revela uma ação mediadora entre o “velho e o novo”; vale ressaltar que os termos “novo e velho” que aparecerão ao longo do trabalho foram utilizados em projetos de “revitalização” para designar as áreas que, aos olhos dos idealizadores, são consideradas pelo tempo e pelo estado que podem apresentar, “antigas, abandonadas, degradadas”. É nesse atual contexto que esta pesquisa se insere.

Partindo do pressuposto que as propostas relacionadas ao patrimônio histórico arquitetônico e cultural têm como metas incentivar o turismo e apoiar, por meio de políticas culturais, o crescimento econômico urbano e a projeção e promoção da imagem da cidade para o mundo, principalmente em um momento em que dois *grandes* eventos de visibilidade internacional estão para acontecer: a Copa Mundial de Futebol em 2014 e as Olimpíadas de 2016, surgiram as questões que levaram aos objetivos desta pesquisa. A seguinte questão é fundamental para o estudo:

- Tendo em vista que o projeto de revitalização da Zona Portuária do Rio de Janeiro, denominado “Porto Maravilha”, propõe uma **revitalização de espaços/lugares** inovadora mantendo o “antigo”, as **memórias** e os **patrimônios do local**, com inspiração em modelos de revitalização urbana de outras cidades, como Buenos Aires e Barcelona, quais questões relativas à memória e ao patrimônio da Zona Portuária devem ser consideradas, e que ações já foram realizadas, estão em desenvolvimento ou acontecerão no âmbito desta proposta que se diz mediadora de um diálogo entre a **tradição** e o **contemporâneo**?

Para responder a este questionamento, e considerando os conceitos apropriados pelo discurso na proposta governamental, nosso objetivo geral é o de identificar no atual projeto de revitalização da Zona Portuária do Rio de Janeiro quais questões são levantadas sobre a

da população de baixa renda em certos bairros centrais da cidade, sua substituição por moradores de classe média e a renovação das moradias, transformando completamente a forma e o conteúdo social desses espaços urbanos” (DUARTE, 2005).

valorização da memória e a preservação do patrimônio para a população local, bem como quais tensões existem entre os benefícios econômicos, sociais e culturais que o projeto julga oferecer à cidade. Como objetivos específicos, pretendemos:

- Verificar neste processo de revitalização a existência de ações de preservação do patrimônio local em seus aspectos culturais;
- Identificar na proposta “Porto Maravilha” a possível tensão entre espaços e lugares de memórias, considerando as memórias de ontem e as memórias de amanhã;
- Colocar em diálogo, à luz das questões levantadas sobre o tradicional e o contemporâneo, dois museus locais: o Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos, como representante da memória – tradição, e o Museu do Amanhã (projeto já aprovado e em construção), representando a memória e patrimônio do futuro.

Tendo em vista que, no processo de revitalização urbana, há a preocupação em requalificar o espaço urbano considerando seus aspectos patrimoniais, culturais locais e identitários, este estudo tem sua relevância na identificação, reflexão e compreensão das questões de memória e de patrimônio cultural (material e imaterial), dos conflitos e tensões, presentes neste processo, do qual fazem parte duas notáveis instituições. Ambas com representações simbólicas, de tradição e do que se deseja oferecer como o “novo”, tanto o IPN como o Museu do Amanhã, a partir do presente têm seus olhares para o futuro e para o passado.

Validação social

A validade social desta pesquisa está nos caminhos que poderão vir a ser gerados após a reflexão da proposta que apresentamos em que podemos tomar conhecimento do processo que envolve um projeto urbanístico e de revitalização, a abrangência das categorias de patrimônios e suas políticas. Estas políticas patrimoniais não só vieram a influenciar novas formas e diretrizes urbanas como também as identidades subterrâneas, esquecidas. A luta simbólica se transforma em resistência ao modelo globalizado de uma cultura única massificada. A diversidade cultural existe, seja ela material, imaterial, identitária ou natural, nas quais podemos observar as diferenças na própria natureza. A necessidade de pensar a própria identidade torna-se evidente em um mundo globalizado, de relações efêmeras em que tudo se torna obsoleto. Segundo Bauman (2001), predomina a “modernidade líquida” em que nada é sólido e se conserva a forma, tudo muda.

Esperamos que esta pesquisa seja, não somente mais uma janela, mas também portas que se abram para novas pesquisas não só voltadas para esta região, como para outras áreas que passam por situações semelhantes, inclusive estudos em diferentes campos acadêmicos que possam vir a contribuir para a reflexão, ou talvez ousando um pouco mais, de certa forma dando voz a “história dos vencidos” e que possam também vir a estimular o desenvolvimento de projetos que passem da teoria do mundo acadêmico para a prática na realidade social.

Percurso, fontes e o desenvolvimento da pesquisa.

No texto de Löwy (1988, p.112), e de acordo com o prefácio escrito por Baptista (1988), o autor tem como ponto central desenvolvido em suas conferências o “debate metodológico e epistemológico das ciências sociais: é possível eliminar as ideologias do processo de conhecimento científico?” Löwy em seu texto aborda noções gerais de ideologia, utopia e para evitar a confusão terminológica e conceitual propõe como a hipótese o termo “visão social de mundo”. O positivismo, o historicismo e o marxismo são três categorias do campo de visão do mundo apresentadas por Löwy. Através desta leitura entende-se que fazer ciência é compreender o que há “por trás das aparências” é ir além. É com este olhar, esta busca, nesse contexto de mundo globalizado e da era dos grandes projetos e megaeventos, que nos propomos estudar o atual processo de revitalização da zona portuária da cidade do Rio de Janeiro, tentando entender as entrelinhas deste projeto denominado pelo prefeito em exercício Eduardo Paes de “Porto Maravilha”.

Nosso primeiro passo foi entender a área que nos propúnhamos a trabalhar e fazermos um recorte espacial e temporal, para focarmos a pesquisa, porém para a compreensão e desenvolvimento deste nosso recorte foi necessário ampliar nossa busca, voltando nosso olhar para outros tempos e espaços. Dos bairros que formam a Zona Portuária, os bairros de Santo Cristo, Saúde e Gamboa, em especial, desempenharam um papel importante no desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro, no que se refere à ocupação, a fatores econômicos, sociais, políticos e culturais devido a sua localização.

A Zona Portuária foi uma região cujo apogeu se deu com a criação do porto. Um período vivo na memória de seus habitantes e até hoje presente em suas vidas, através das boas lembranças de épocas passadas, mas também da tristeza e do desânimo ao ver o abandono de seus bairros no presente. Essa memória está descrita na obra “*Vozes do Porto*” (THIESEN et al, 2005), vem a ser o resultado de um trabalho de pesquisa, desenvolvido por uma equipe, na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), sobre a história oral nessa região, composto por depoimentos de moradores atuais e antigos dos bairros da zona portuária do Rio de Janeiro – Saúde, Gamboa e Santo Cristo. Por meio dessa pesquisa, sabemos que a região portuária passou por várias transformações em sua malha urbana e, conseqüentemente, em sua sociabilidade. Os bairros da Zona Portuária são fundamentais para a compreensão da história da cidade e de suas tradições, em especial para esta pesquisa os bairros da Saúde e da Gamboa.

Há uma grande diversidade cultural na Zona Portuária que é explicada devido à pluralidade da população pela qual a região fora habitada no passado. Para este trabalho construímos um recorte cultural no qual escolhemos trabalhar com a cultura africana e afro-brasileira, muito marcante nos bairros citados e na formação da identidade nacional. Estas áreas, principalmente nos bairros da Saúde e da Gamboa, devido à forte presença do negro na área que compreendia desde o cais do porto, à Cidade Nova até a Praça 11 de Junho (CARDOSO, 1987), onde estão localizados alguns dos marcos da identidade afro-brasileira, tais como o Cemitério dos Pretos Novos, descoberto casualmente em 1996, o IPN – Instituto de Pesquisas e Memória Pretos Novos – localizado sobre o cemitério, o Cais do Valongo, descoberto mais recentemente nas escavações realizadas na Zona Portuária juntamente com o

Cais da Imperatriz e a Pedra do Sal situada na Saúde tombada pelo INEPAC – Instituto Estadual do Patrimônio Cultural – como “monumento afrodescendente”. A Pedra do Sal teve seu tombamento provisório em 23/11/1984 e o definitivo ocorreu em 11/05/1987, reduto dos negros, do samba e dos ranchos.

Quanto ao recorte temporal trabalhamos com o final do século XIX, século XX e início do XXI. A ênfase maior será após a metade do século XX e o XXI, embora os outros séculos apareçam, porque fazem parte da história e da memória da região.

Para o desenvolvimento deste trabalho e discussão de questões que se inserem em campos transdisciplinares, utilizamos aportes nos campos da sociologia, antropologia, arquitetura e urbanismo, museologia, assim como na memória, patrimônio e identidades sociais. Revitalização será um termo muito utilizado nesta pesquisa e usaremos a conceituação de Duarte (2005) quando nos mostra que “revitalização” não é um termo correto de se referir às interferências, modificações urbanas, apesar de ser muito usado. Revitalização, segundo Duarte (2005) ainda que a expressão seja criticável ao ponto de vista etimológico, traz a imagem de algo que “enche de vida”, porque “não é o caso de dar vida a uma área que não estava morta”, afinal, existe vida mesmo que transformada pelo abandono, como ocorre na Zona Portuária.

Como o projeto Porto Maravilha tem por finalidade, segundo o IPP, “a valorização do patrimônio cultural da área, a requalificação de seus espaços urbanos, a melhoria de sua acessibilidade e sua reativação econômica”, precisaríamos reunir um elenco vasto de discussões que dessem conta de responder nossas questões. Apresentamos aqui os principais autores com os quais dialogamos, identificando em que temas e conceitos eles influenciaram nossa análise: Ghirardo (2009), em relação à questão urbana e ao espaço público e da arquitetura do novo museu proposto; Santos (2008) e Schama (1996), fundamentais para a compreensão do espaço/lugar como paisagem/memória; Bienenstein (2000; 2011) e Sánchez (2011), acerca do novo contexto de cidades: globalização/espetáculo, cidade/megaeventos esportivos e economia simbólica; de Halbwachs (1990), Pollak (1989) e Huyssen (2000) utilizamos os conceitos de memória coletiva/quadros de memória, esquecimento/silêncio/memórias subterrâneas e os excessos (*boom*) da memória que desencadeou o desejo de tudo preservar; quanto ao capital social/econômico/cultural, presente no processo e inclusive nas instituições, Bourdieu (1989) nos promoveu importante contribuição, principalmente com a utilização do conceito do poder simbólico sempre atual e principalmente pertinente ao novo método de se conceber as cidades; sobre a cultura e identidades sociais, nos pautamos nos pensamentos de Ortiz (2006) e Bauman (2008); como as instituições escolhidas se referem a dois museus, nos apoiamos nos estudos sobre museus e lugares de memória de Nora (1999), Chagas (1998, 2005; 2009) e Abreu (2004; 2008). Choay (2001), Gonçalves (2009; 2011), Fonseca (2009), Sant’Anna (2009) foram nossos interlocutores para pensar patrimônio e políticas urbanas; e, Hirst e Thompson (1998), Short (2008) e Vainer (2009) contribuíram para as discussões sobre globalização e planejamento estratégico.

Os registros oficiais que encontramos no IPP; IPHAN; SMU; CDURP; a Subsecretaria do Patrimônio Cultural, Intervenção Urbana, Arquitetura e Design; Biblioteca Popular Municipal da Gamboa; Biblioteca Nacional e IPN nos forneceram material para

contextualização dos momentos históricos entre os séculos XIX, XX e XXI, nos quais ocorreram mudanças na área a ser estudada.

Na pesquisa de campo observamos a espacialidade, suas marcas de temporalidade, a diversidade da população e práticas culturais, o cotidiano do local, e realizamos entrevistas além de conversas informais. Percebemos o quanto é difícil e complexo o trabalho do etnólogo, principalmente quando se tenta fazer este contato tendo outro tipo de formação. Para nos auxiliar e guiar, nos pautamos no texto de Da Mata (1978) *O ofício de etnólogo, ou como ter “Anthropological Blues”*, (embora sendo da década de 70 do século XX, apresenta um estudo que pode vir a ser utilizado por pesquisadores nos tempos contemporâneos), porém sabemos que para um trabalho desse porte é necessário além de maiores conhecimentos na área ter um contato maior, como ele mesmo cita “para descobrir é preciso relacionar-se” e nós nos relacionamos com a população local à medida do possível e do tempo disponível.

As fontes orais utilizadas foram os relatos verbais que, segundo (BIASOL-ALVES1995 apud NUNES SOBRINHO; NASSARALLA, 2004, p. 56), vêm se mostrando “uma das estratégias de pesquisas mais ricas”. Acrescentam ainda que “arquivos permanentes vão sendo construídos e que gerações futuras de pesquisadores terão acesso a eles e poderão reanalisar esses dados e repensar as interpretações que atualmente se elabora”. Os relatos verbais foram realizados através de entrevistas qualitativas, semiestruturadas (selecionadas de acordo com o tempo, a necessidade e o propósito) e aplicadas a 10 pessoas.

Foram realizadas entrevistas formais e bate-papos informais que, por meio de falas espontâneas e observações comportamentais vieram a acrescentar importantes informações como menciona Da Mata (1978): através de “opiniões, vivências, percepções de pessoas sem formação acadêmica ou sem pretensões científicas” podemos obter “valiosas contribuições para o conhecimento da vida social de uma época, de um grupo” e isto ficou visível para nós em nossa pesquisa de campo.

Foram também selecionadas algumas entrevistas prontas, disseminadas por meio eletrônico, com mentores e responsáveis pela execução do projeto que se adequavam à nossa pesquisa. Esse material foi de grande importância para o conhecimento do imaginário que este projeto provoca na sociedade. Outra ferramenta muito utilizada para nos mantermos informados sobre o processo e o andamento das obras do Porto Maravilha foi a rede social *Facebook*. Através do *Facebook* “curtíamos” o Porto Maravilha e o “Cidade Olímpica” e, a cada novidade de nosso interesse que era postada, nos dirigíamos aos sites mencionados ou ao blog do Porto Maravilha.

Fontes visuais também foram utilizadas para análises do projeto arquitetônico e urbanístico da região. As fontes escolhidas foram utilizadas sempre procurando não perder de vista o foco da pesquisa, o objetivo principal, as questões por elas sugeridas, as memórias e o patrimônio articulando-as com as transformações ocorridas na Zona Portuária. Reforçamos, mais uma vez, que a pesquisa tem como objeto o estudo do que já existe na região, ou seja, a manutenção da cultura de um grupo étnico, e, por outro lado, o que é considerado pelos idealistas do projeto de revitalização como sendo o novo, o contemporâneo a ser criado, a ser construído.

Tradição e criação são representadas pelo pressuposto de que o Instituto de Pesquisas e Memória Pretos Novos – IPN (Museu Memorial) é um espaço de resistência, de luta

simbólica e identitária, um museu que também se intitula museu memorial, e de que o Museu do Amanhã (em construção) é uma nova concepção de museu, no qual a meta é preservar o meio ambiente e lançar um olhar para o futuro a partir do momento presente e refletir sobre o que estará integrado à nova paisagem urbana nesse futuro.

Paralela à realização de estudos teóricos, e como complemento à nossa “observação participante”, acompanhamos oficinas, cursos, palestras, seminários relacionados à cultura africana e afro-brasileira da Zona Portuária, à arquitetura, à museografia e ao projeto de Revitalização da Zona Portuária “Porto Maravilha”.

Estrutura da pesquisa

Organizamos nosso relato em três capítulos, além desta introdução e da conclusão. No primeiro capítulo apresentamos o espaço físico geográfico e simbólico da Zona Portuária, a sua formação identitária e a diversidade cultural encontrada, tanto no que se refere aos bens móveis e aos bens intangíveis, às transformações patrimoniais que a região sofreu ao longo do tempo. Este capítulo é uma etapa importante do trabalho para a compreensão do processo pelo qual a Zona Portuária passou até se deparar com a situação dos dias atuais. Importante, também para entender o porquê de um novo olhar para esse espaço. O capítulo foi dividido em quatro itens para melhor compreender a constituição do espaço físico e simbólico da região, assim como algumas das políticas patrimoniais, cultural e urbanística que, de certa forma, exerceram influência sobre a região portuária.

O primeiro item trata de um breve histórico da área central da cidade do Rio de Janeiro dando ênfase a Zona Portuária e suas principais transformações até a Reforma de Pereira Passos, no início do século XX. Neste item, também apresentamos alguns marcos importantes para a memória e o patrimônio da área. O segundo é sobre a memória, espaço urbano e identidades sociais, em que abordamos esses conceitos articulando-os à área e à identidade local proposta para este estudo; algumas mudanças no espaço também são apresentadas. O terceiro está relacionado ao patrimônio, em que fazemos uma abordagem de forma geral das suas diferentes categorias e as políticas culturais. Também apresentamos a legislação que julgamos importante para o desenvolvimento da pesquisa. Esses fatores ocorridos na área do patrimônio e das políticas públicas de certa forma vieram dar voz a atores da sociedade em busca da preservação de sua cultura e do patrimônio imaterial a ela vinculado, como é o caso do acarajé, da Pedra do Sal, entre outros. O quarto item trata das intervenções e políticas urbanas consideradas significativas para a região, com grande influência na memória, na preservação do passado, nos bens patrimonializados, no número acentuado de museus que surgiram e no momento pelo qual o Brasil passou nas décadas dos anos 80, com o movimento de mudança política gradual e democrática após anos de ditadura e como todos estes acontecimentos afetaram a Zona Portuária.

O segundo capítulo é dedicado especialmente ao projeto de revitalização da Zona Portuária da cidade do Rio de Janeiro denominado Porto Maravilha. Antes de dar início ao estudo do atual projeto de revitalização, para a compreensão do atual contexto histórico do novo modo de se conceber as cidades, fizemos uma análise sobre as mudanças que ocorreram no planejamento e gestão de cidades e que passaram a ser um “padrão” empregado em

diversos centros urbanos de várias partes do mundo. Abordamos de uma forma geral o projeto anterior ao atual e que por algum motivo não seguiu adiante, além dos projetos para áreas do porto de outros países que serviram de inspiração para o modelo brasileiro da cidade do Rio de Janeiro como o Porto Madero de Buenos Aires e o de Barcelona. Sabemos da existência de outros modelos, porém, esses dois são os mais citados nas palestras das quais participamos sobre o Porto Maravilha. Em especial, fala-se do porto de Barcelona, por ter sido realizado em um contexto semelhante ao atual do Rio de Janeiro, já que também iria sediar as Olimpíadas, embora seu momento político fosse diferente, uma vez que estava na fase de transição dos anos de ditadura.

O capítulo está dividido em três itens. O primeiro, *“Porto maravilha” concepção e propostas* e o segundo, *Bens patrimoniais e ações de preservação* abordam quais ações foram, estão e/ou irão ser tomadas em relação às memórias e ao patrimônio cultural local, dando especial ênfase à cultura africana e afro-brasileira. O terceiro item, *Manifestações culturais, a urbanidade local e as propostas inovadoras do projeto: tensões e conflitos* apresenta a cultura afro-brasileira e seus “lugares de memória” que fazem parte da paisagem e do espaço de intervenção urbana do “Porto Maravilha”, ressaltando as tensões e conflitos observadas nesse processo.

No terceiro capítulo – *Tradição e criação, memória e patrimônio no processo de revitalização da Zona Portuária* – apresentamos um possível diálogo memorial e patrimonial entre os dois museus. Analisamos as duas instituições propostas para o estudo, em um contexto atual no qual a área portuária passa por uma significativa intervenção urbana e que trará consequências no campo social, cultural e econômico, não só para o local específico, como também para a cidade de uma forma geral. Cada museu, em sua categoria, preserva patrimônios distintos e, por essa razão, o capítulo será dividido em três itens. O primeiro discute o *Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos – IPN* como espaço de memória, identidade e cultura africana e afro-brasileira, apresentando a instituição, sua formação, suas propostas, o tipo de museu que representa sua relação com o entorno, a população local e sociedade em geral. O segundo item se dedica ao *Museu do Amanhã*, uma nova concepção de museu que é apresentada como uma das principais propostas do projeto Porto Maravilha. O Museu do Amanhã é um museu de ciência que tem uma preocupação com a biodiversidade, com a sustentabilidade, apresenta-se como uma nova categoria de museu, relacionada à sobrevivência da humanidade. O que se tem sobre este projeto ainda é muito pouco além do conhecimento de sua proposta e, por isso, o estudo foi desenvolvido mediante o material disponibilizado. Foram analisadas suas propostas, objetivos, sua representação simbólica no local, sua arquitetura, a relação que se pretende e poderá vir a ter com o entorno, assim como no IPN, com a população local e a sociedade em geral.

O terceiro item, *Olhares sobre a Zona Portuária, o Porto Maravilha e suas “Maravilhas”* foi desenvolvido a partir de relatos verbais realizados e se subdivide em dois subitens: “a visão dos entrevistados” – relatos verbais dos moradores e não moradores que frequentam a região, e para “o olhar, as propostas e as expectativas dos membros da CDURP”, utilizamos os relatos verbais de dois integrantes da CDURP – Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro.

1 A ZONA PORTUÁRIA COMO ESPAÇO FÍSICO E SIMBÓLICO

(...) uma paisagem é uma escrita sobre a outra, é um conjunto de objetos que têm idades diferentes, é uma herança, de muitos diferentes momentos. (SANTOS, 2003, p. 73)

A Zona portuária da cidade do Rio de Janeiro, em especial os bairros de Santo Cristo, Saúde e Gamboa e parte do Centro a Praça Mauá apresentam uma paisagem onde podemos observar as marcas do tempo e as diferentes idades e heranças, o grande legado cultural que nos foi deixado apesar do estado degradado em que se encontram.

Através de suas ruas estreitas e sinuosas, da arquitetura de suas casas, igrejas, fortaleza, praças podemos contar parte da história da cidade do Rio de Janeiro. É um espaço de muitas escritas umas sobre as outras como nos mostra Santos (2003). Um espaço simbólico com rastros de memórias de tempos de glória, lutas e sofrimento. Espaço físico que se transformou com a atuação das várias etnias que lá viveram, além da política e economia de cada período histórico.

Neste capítulo, apresentamos um breve histórico para a compreensão da configuração da paisagem cultural urbana da Zona Portuária sua importância na formação física, identitária e simbólica da cidade do Rio de Janeiro. Esta região também é caracterizada pela tensão entre a preservação do patrimônio material e imaterial, da urbanidade local e a necessidade constante de modernização de uma área com fortes atributos para os interesses econômicos. Portanto, é importante destacar as intervenções que consideramos mais significativas e as políticas urbanas pelas quais a cidade do Rio de Janeiro passou, incluindo a área central da cidade, onde se insere a Zona Portuária, – que nos interessa – e que foi afetada por esses processos de alguma forma, com consequências nem sempre positivas para a população local, principalmente a menos favorecida economicamente. No entanto, ao longo do tempo, políticas patrimoniais e urbanísticas foram sendo implantadas, regulamentando e determinando diretrizes para os processos de intervenção e preservação de centros históricos.

As categorias de patrimônio se expandiram do material ao intangível, embasando em certos momentos as lutas simbólicas identitárias, através de movimentos em que buscavam demarcar seus espaços e preservar sua cultura, suas memórias. A Zona Portuária do Rio de Janeiro sempre foi palco para estes atores, cenário de patrimônios de categorias diversas e nos dias atuais tem o patrimônio cultural como turismo e lazer que vem sendo adotado em muitas cidades com centros históricos.

Este capítulo nos proporcionará um conhecimento básico da área portuária nos aspectos acima citados que nos ajudará a compreender a nova “escrita” pela qual está passando, a Zona Portuária do Rio de Janeiro.

1.1 Paisagens e escritas da Zona Portuária

Baseado em leituras dos textos de Cardoso (1987), Marques (2010), Pinheiro (2011), Berger (1965), Honorato e Dumas (2011), Honorato (2011) e nos Estudos de Impacto de Vizinhança – EIV (2009) para o projeto do Porto apresentamos um breve histórico para a compreensão da evolução e conformação da paisagem urbana da Zona Portuária da cidade do

Rio de Janeiro, através de transformações espaciais e sociais. Nosso roteiro para este histórico foi produzido por meio de um percurso pelos principais bairros desta região, destacando alguns pontos significativos e relacionando-os com os acontecimentos históricos. Foram especialmente observadas as transformações instauradas até a Reforma Pereira Passos, no que diz respeito à urbanidade implantada na região, e considerando, sobretudo, os negros, a classe trabalhadora e a influência do porto nas transformações da área e da vida cotidiana desta população.

Os bairros que daremos destaque são: o bairro da Saúde, Gamboa e Santo Cristo. O bairro da Saúde se estendia da Prainha, atual Praça Mauá, até a Gamboa, abarcando a Capela de Nossa Senhora da Saúde, construída na Praia da Saúde, que deu nome ao bairro. As principais edificações históricas da cidade se situavam neste bairro, porque na gestão do prefeito Marcos Tamoyo este limite foi alterado com a criação oficial do bairro da Gamboa por meio de um Decreto Municipal de Criação no ano de 1981. O bairro da Gamboa antes era uma localidade que incluía o Saco da Gamboa, o Morro da Gamboa e a Praia da Gamboa, entre a Praia da Saúde (bairro da Saúde) e o Saco de Alferes (bairro de Santo Cristo). Com esta nova delimitação do bairro da Saúde e criação do bairro da Gamboa, a Igreja Nossa Senhora da Saúde passa a pertencer ao novo bairro. O bairro da Saúde foi o escolhido pelos negros vindos da Bahia, aonde a moradia era mais barata. É, também, o lugar em que está localizada a Pedra do Sal, tombada pelo INEPAC como um bem cultural afro-brasileiro e um monumento religioso carioca e o Morro da Conceição.

O bairro de Santo Cristo ficou marcado pelo comércio e pela tortura dos escravos africanos. Nesse bairro, foi inaugurado o primeiro hospital da cidade, chamado Nossa Senhora da Saúde, para atender ao grande número de escravos pobres e doentes. Também foi o bairro escolhido pelos imigrantes europeus, principalmente os portugueses e espanhóis. Quanto ao bairro da Gamboa sabemos ter sido o favorito dos grandes negociantes ingleses, local em que construíram, em 1809, seu cemitério – hoje tombado – junto às encostas do Morro da Providência para enterrar os ingleses protestantes. Segundo entrevista a um morador antigo da região eles se instalaram no local onde há o Instituto Central do Povo e a Igreja Metodista próxima à subida do Morro da Providência. A Gamboa também é chamada de “a Pequena África”, assim como o bairro da Saúde. Neste bairro, também, se localizam alguns bens tombados.

A noroeste do quadrilátero formado pelos morros do Castelo, de Santo Antônio, de São Bento e da Conceição situava-se a futura Zona Portuária. Para João do Rio, o “mundo novo”, representado pelos bairros da região portuária, em 1909, eram as “recordações coloniais”, os “traços de histórias lúgubres” (HONORATO e DUMAS, 2011). Essa parte da cidade do Rio de Janeiro não passa de todo despercebida: o morador da cidade do Rio, mesmo aquele que nunca adentrou por seus bairros a conhece, ou ao menos ouve falar dela e, a partir disso, formula seu parecer, seja ele bom ou ruim.

De local de celebração da morte para os que conseguiram sobreviver aos horrores da escravidão, e ali se fixaram, transformou-se em local de celebração da vida, da cantiga, da festa e do trabalho, do carregar o mundo nas costas; da trama e do drama; da Pedra do Sal e dos moinhos de trigo; da ordem e da desordem, do legal e do ilegal, do sagrado e do profano; do local de ganhar dinheiro e da miséria, do fascínio e do medo. (HONORATO E DUMAS, 2011, p. 13)

É sobre esta região que é capaz de traçar vários tipos de reações, que tem várias escritas que se pode ler em sua paisagem formada por seus casarios e sobrados; por ruas estreitas e sinuosas; por algumas práticas culturais que resistem, outras que buscam reproduzir as memórias culturais para que não se percam; e por uma urbanidade em que diferentes atores mantêm em seu cotidiano um estilo de vida diferenciada dos existentes no grande centro da cidade que iremos traçar este breve percurso histórico.

A ocupação da área hoje conhecida pelos nomes de bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo teve início no século XVII. A cidade crescia em direção ao Valongo, composta por chácaras, aterros e trapiches. As enseadas do Valongo, da Gamboa e Alferes “ofereciam excelentes condições para ancoragem, favorecendo a navegação e por consequência o comércio”. Caminhando pelas ruas íngremes do morro da Conceição, podemos ver traços do Rio Antigo e da arquitetura religiosa portuguesa e militar que faziam parte da malha urbana da cidade. Nas primeiras décadas do séc. XVIII, foi construída a fortaleza, ainda existente, e o palácio arquiépiscopal, que hoje é o Museu do Exército, após a retirada dos corsários franceses. (MARQUES, 2010). O morro recebeu este nome por causa da sua capela de Nossa Senhora da Conceição.

O aumento dos trapiches transformou o porto local em um porto secundário. Mais tarde, as atividades do porto que antes eram descarga de mercadorias, tais como madeira, alimentos e animais, se expandiram com a transferência do desembarque de escravos para o porto. Sendo a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, já neste período, a capital da Colônia e sede do Vice-Reino. Os escravos desembarcavam no Largo do Paço (hoje Praça XV), em 1769, por determinação do Vice-Rei Marquês do Lavradio desejando acabar com a imagem degradante que as embarcações vindas da África e os negros escravos que desembarcavam causavam à população da cidade, transferiu estes desembarques para o Valongo.

O Valongo, com o mercado dos escravos, se tornou uma área de comércio lucrativo, apesar de mal visto. Surgem atividades relacionadas ao comércio de escravos: os escritórios de corretores de escravos; armazéns-depósitos; comércios paralelos, atividades que foram transformando a área e resultando em melhorias urbanas. Estes escravos que aqui chegavam eram expostos como mercadorias à venda. (Fig. 01).



Figura 01 - Mercado dos escravos

Segundo Rugendas, os mercados no Valongo eram “verdadeiras cachoeiras de escravos... o espetáculo é chocante e quase insuportável...”.

Fonte: Rugendas e Deroy, c. 1830 - “Marché aux Nègres”. Museu Castro Maya. Apud Cardoso, E. et al. *História dos bairros: Saúde, Gamboa, Santo Cristo*. Rio de Janeiro: Index, 1987, p. 29

Faz parte destas mudanças, o Cemitério dos Pretos Novos na Rua do Cemitério, como ficou conhecida na época, atual Rua Pedro Ernesto, assim como aberturas de ruas, como a Rua do Livramento, fazendo a ligação da Saúde à Gamboa. Esta região era um local estigmatizado de martírio e dor. Esta nova população de negros que passou a desembarcar no Valongo iria deixar suas “marcas escritas” na região, nas construções por eles realizadas, nos marcos de torturas, na cultura e nas tradições por eles introduzidas no cotidiano de parte da população e que hoje fazem parte das memórias da zona portuária. A cidade crescia inclusive a zona portuária, porém, de forma desordenada.

A vinda da corte portuguesa para a cidade do Rio de Janeiro, nos primeiros anos do séc. XIX, e a abertura dos portos às nações amigas, em 1808, tiveram grande repercussão no desenvolvimento da Saúde, da Gamboa, do Saco do Alferes e da Praia Formosa. Com a chegada da corte, parte da população teve suas residências confiscadas para solucionar o problema de moradia dos nobres que aqui chegaram, se viram obrigados a se deslocarem para a periferia além da Rua da Vala. Outra mudança foi a transferência de todos os presos da cidade para o presídio Aljube, situado nas proximidades da Prainha, marcas de periculosidade começam a ser traçadas na região.

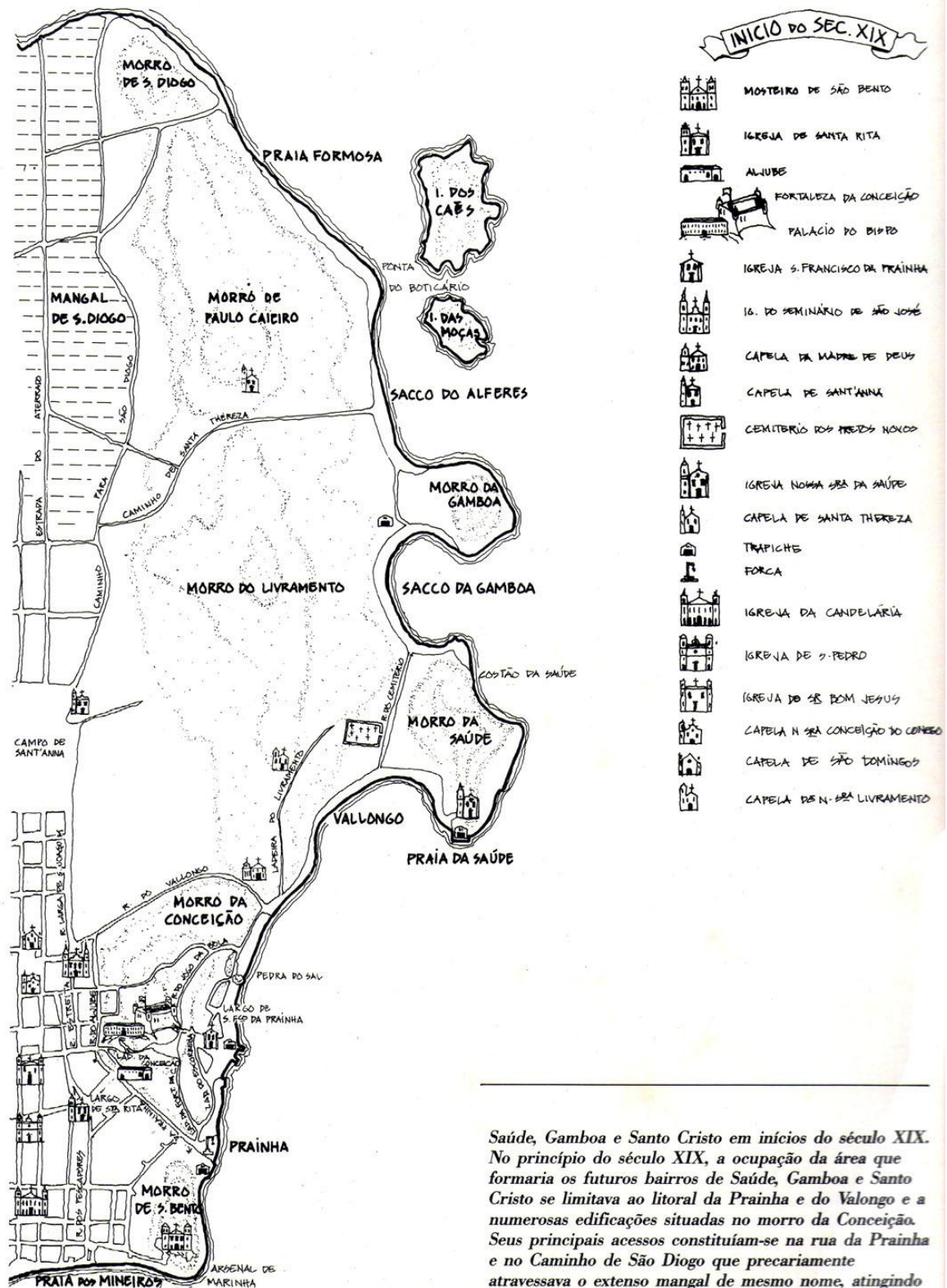
A presença da Corte encorajou a vinda de várias missões exploradoras, científicas e artísticas europeias ao Brasil; bem como paisagistas; arquitetos; marceneiros, e outros profissionais diversos. Há neste período, a preocupação, em embelezar os largos e praças situados na orla marítima. O arquiteto francês Grandjean de Montigny, ficou encarregado em projetar melhorias e embelezamento ao Cais do Valongo, local onde desembarcaria a futura Imperatriz D. Teresa Cristina que se casaria com D. Pedro II, em 1843. O arquiteto francês projetou:

[...] a primeira praça monumental da cidade, ornada por estátuas de mármore (hoje instaladas em frente ao Palácio da Cidade) e tendo ao centro uma coluna de pedra comemorativa do evento. Esta coluna ainda se encontra no local, adornando a atual Praça Jornal do Comércio que se localiza entre as ruas Camerino e Barão de Tefé. (PINHEIRO, 2010, p.6)

Com a chegada da Imperatriz o Cais do Valongo e a Rua do Valongo passaram a denominar-se respectivamente Cais da Imperatriz e Rua da Imperatriz.

No início do século XIX, a enseada ainda era muito recortada, porém é a partir do início desse século XIX que a Zona Portuária e a cidade como um todo começam a passar por mudanças significativas, proporcionando uma nova escrita da cidade. No entanto, o Morro da Saúde, do Livramento, de Paulo Caiero (atual Morro da Conceição) e de São Diogo ainda possuíam características rurais. (CARDOSO, 1987). (Mapa 01 – Início do século XIX).

Neste período, o tráfico de escravos está no seu auge, devido às plantações, principalmente de café, entretanto, foi neste mesmo século que ocorreu a abolição da escravatura.



Mapa 01 – Início do século XIX

Fonte: CARDOSO, E. et al. *História dos bairros: Saúde, Gamboa, Santo Cristo*. Rio de Janeiro: Index, 1987, p. 38.



Figura 02

Transporte do café na rua do Acre. Os pesados carroções puxados a burro atravancavam as principais ruas do Centro, fazendo com que o processo de distribuição das mercadorias fosse muito lento, por isso, muito custoso

Fonte: Detmann, Edward, 1908, IHGB. Apud Cardoso, E. et al. *História dos bairros: Saúde, Gamboa, Santo Cristo*. Rio de Janeiro: Index, 1987, p. 85

A exportação do café por volta de 1830 – (Fig. 02) – fez com que o porto do Valongo se transformasse no principal porto da cidade, além de ocasionar novas mudanças na urbanização da cidade através de sucessivos aterros e construção de novos cais. O primeiro grande armazém do porto, as Docas de Pedro II, na atual Barão de Tefé, foi construído na extensa área que se formou através destes sucessivos aterros. A área com aproximadamente 100 m de largura ia da Prainha ao morro da Saúde. Atualmente, este armazém foi transformado em centro social e cultural do Comitê da Cidadania Contra a Fome e a Miséria.

A movimentação no porto relativa às atividades comerciais era crescente e esta movimentação não se concentrava apenas no desembarque e embarque de mercadorias, também chegavam e partiam passageiros via transporte marítimo e, em 1840, o barco a vapor foi introduzido como melhoria no meio de transporte marítimo de passageiros e estimulando o tráfego de passageiros. Em Cardoso (1987), segundo Lamarão;

[...] mesmo com a intensificação das atividades portuárias, a área em estudo não podia ainda ser caracterizada nesse momento como Zona Portuária da Cidade. A marca portuária se dará num período posterior; segundo este autor; no curso do qual teria lugar todo um processo de hierarquização do espaço urbano. (p.62)

O processo de urbanização avançava com o incremento às atividades portuárias, ruas vizinhas ao mar foram calçadas da Prainha à Gamboa.

Um acontecimento impactante em relação à expansão urbana e que alterou o cotidiano dos moradores foi a construção da Estrada de Ferro D. Pedro II. Inaugurada em 1858 pelo Barão de Mauá, tinha como atividade o transporte do café. Para a construção foram necessárias as demolições de vários prédios. O progresso que chegava com a Estrada de Ferro, apesar do estímulo ao comércio e desenvolvimento nas áreas próximas, acarretou a desvalorização dos terrenos para fins residenciais no centro.

Nas últimas décadas do século XIX, novamente a configuração espacial e a geografia foram transformadas devido aos novos e grandes aterros. Foi implantado o terminal da estação marítima, crescimento do sistema viário com abertura de novas ruas. O período se destaca também pelas melhorias na infraestrutura da cidade, tais como o encanamento de gás e esgoto, que contribuíram para a instalação de indústrias entre elas os moinhos e outras atividades fabris. Esse acontecimento mudou a paisagem, não só no aspecto físico, como na

sociedade local. A área adquiriu caráter popular com o acréscimo da nova categoria de operários à dos estivadores já existente e moradores locais.

A população mais pobre, moradora do centro, com a expansão e concentração da economia e administração no local, se viu obrigada a se fixar na periferia da cidade, ainda próxima às regiões de trabalho. Esta expulsão da população acarretou novos tipos de moradias: os quatinhos de aluguel, as habitações coletivas, os cortiços e o aumento desta população agravava o problema da insalubridade.

O problema da urbanização da cidade e a crise habitacional já se faziam presentes e envolviam vários aspectos, tais como:

- o aumento do fluxo de migração dos escravos libertos das zonas rurais e a imigração estrangeira em busca de trabalho;
- o desemprego e o subemprego;
- o desenvolvimento dos meios de transporte: o bonde e o trem qualificando os espaços da cidade nas zonas sul, norte e suburbana. A revolução nos meios de transporte representou um marco decisivo para o processo de urbanização;
- os cortiços, moradias localizadas em geral no centro da cidade onde a população vivia aglomerada em condições subumanas. Este tipo de moradia era a alternativa encontrada pela população de baixa renda para continuar perto de seu ambiente de trabalho, já que, devido aos valores das passagens dos meios de transportes e a duração das viagens do centro à periferia, tornava-se inviável à camada popular deslocar suas moradias para a periferia;
- o grande surto de epidemia, principalmente nos anos de 1870 em diante, devido à degradante qualidade de vida e às condições higiênicas dentro dos cortiços.

Segundo Chalhoub, (1996):

O tempo dos cortiços no Rio foi também o tempo da intensificação das lutas dos negros pela liberdade, e isto provavelmente teve a ver com a histeria do poder público contra tais habitações e seus moradores. (CHALHOUB, 1996, p. 29)

Com o surgimento da Ideologia da Higiene⁴, surge com Dr. José Pereira Rego o projeto de proibição de construção de novos cortiços.

⁴ Muitos eram os casos de doenças associadas à qualidade de vida degradante dos cortiços a Ideologia da Higiene foi uma política higienista empreendida pelas autoridades públicas formando a Junta de Higiene e a Comissão Sanitarista. Segundo esta ideologia, a insalubridade desses ambientes é que causava danos à saúde. E a propagação das doenças era um risco para a sociedade, principalmente as classes pobres.

Comissão Sanitária – A do 3º distrito da Freguesia de Sant’Anna continuou nas últimas semanas seus trabalhos pelas ruas de D. Josephina, América e Providência, Praça do Santo Cristo, largo da Providência, Praça do Saco de Alferes e travessas do Bomjardim e S. Diogo, e visitou 34 estalagens, 1 farmácia, 1 fábrica de sabão, 2 fábricas de moer café, 28 vendas, 7 quitandas, 8 armazéns de cereais, 3 açougues, 2 colégios de instrução primária, 1 casa de pasto, 1 botequim, 1 padaria, 1 depósito de madeiras velhas, 1 fábrica de mel de fumo, 1 depósito de carvão de pedra e 1 depósito de material de construção.

Excetuando-se 4 vendas, 8 estalagens e 1 padaria, cuja falta de conveniente asseio motivou serem tomadas sérias providências, todos os outros estabelecimentos se achavam em boas condições higiênicas. Aplicou-se a vacina a 27 pessoas adultas e 91 crianças. (O Cruzeiro, “Boletim”, 27 de agosto de 1878, citado diretamente do jornal). Ver em *A ideologia da higiene e as doenças nos romances o cortiço e casa de pensão*, de Aluísio Azevedo (SILVA, 2007)

Entre 1850 e 1906, cidade civilizada seria cidade salubre e a pobreza seria considerada insalubridade. Dados os motivos apresentados anteriormente, surge a necessidade de modificar o espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro, transformando-a numa cidade civilizada e moderna e a zona portuária se enquadrava no tipo de espaço que deveria passar pela transformação – seguindo os padrões europeus.

A promulgação dos primeiros corpos de leis submetendo às normas e interdições o crescimento “espontâneo” da cidade contou com a contribuição de forma decisiva da medicina social. A primeira resolução para o problema baseava-se na melhoria das condições de higiene das habitações. Na metade da década de 1860 em diante, a solução para o problema da habitação passa a ser a erradicação dos cortiços da cidade.

Faz parte destas intervenções, a demolição da principal casa de cômodos (cortiço) conhecida como Cabeça de Porco situada na Rua Barão de São Félix, 154, solicitada a mando do prefeito Barata Ribeiro, em 26 de janeiro de 1893. A destruição do cortiço Cabeça de Porco marca o início da erradicação dos cortiços cariocas. (Fig. 03 e 04)



Figura 03 – Cortiço

Fonte: <http://www.arquitetonico.ufsc.br/a-reforma-urbana-de-perceira-passos-no-rio-de-janeiro>. Acesso em 23 jan. 2012



Figura 04 – Manchete sobre a destruição do cortiço

“Cabeça de Porco” – postada por André Luis Mansur.

Fonte: <http://emendasesonetos.blogspot.com/>. Acesso em 23 jan. 2012

No final do século XIX, a cidade do Rio já estava “inchada”, crescendo desordenadamente e nem bem se anunciava o fim da era dos cortiços, a cidade já entrava no século das favelas. Os soldados egressos da Campanha de Canudos, com a autorização dos chefes militares, se estabeleceram no morro que havia atrás do cortiço Cabeça de Porco e que passou a ser chamado de “Morro da Favela”, onde já estavam os antigos moradores do cortiço. Surge, assim, a primeira favela do Rio, atual Morro da Providência. O nome “Morro da Favela” tem sua origem por suas moradias terem sido construídas com madeiras semelhantes às árvores existentes em uma região da Bahia chamada Favela. “Providência”,

porque era o que os soldados vitoriosos da Guerra de Canudos esperavam do Governo em cumprimento da promessa feita, que providenciasse moradias decentes para todos. Ao mesmo tempo consolidava-se a “Diáspora Baiana”, população negra oriunda da Bahia que chegava à cidade do Rio de Janeiro em busca de emprego e se instalaram na Zona Portuária. Esta população se identificou com a cidade onde nasceram seus descendentes e tiveram papel importante na reorganização da cultura popular do Rio de Janeiro.

Segundo Marques, com a República no início do séc. XX:

[...] uma nova lógica se instaura, alterando relações de classe: o espírito do enriquecimento, da prosperidade material, constitui-se em novos ideais. Em tese a República anunciava a igualdade entre os cidadãos [...] o capitalismo começa a ganhar forma no Brasil, ainda que sua consolidação fosse bastante lenta (MARQUES, 2010, p. 04).

A cidade do Rio de Janeiro vivia um novo processo político e precisava se “civilizar”, para isto passa por um processo de reurbanização através do projeto do prefeito do Distrito Federal em exercício Pereira Passos. O prefeito Pereira Passos ficou encarregado de conduzir este processo de intervenções urbanísticas e o fez inspirado ao modelo modernista da Paris de Haussmann. Nesse período, se dá o caos da reurbanização, pois esta vinha acompanhada de demolições e desapropriações, poder concedido ao prefeito e médico Dr. Oswaldo Cruz pelo presidente Rodrigues Alves a fim de executar o grande projeto sanitário de combate à febre amarela e à varíola. Em meio à rejeição da população à vacina contra a varíola, a Lei da Vacina Obrigatória é aprovada pelo Congresso (31 de outubro de 1904), e, desse modo, a população seria vacinada, mesmo contra sua vontade. Esta Lei desencadeou a chamada Revolta da Vacina, com a reação da população, o que revelou ser um ato inesperado pelas “elites locais do período”, mostrando a força que detinham, e tendo a área da Zona Portuária como palco. Segundo (SILVA; NETO, 2010, p.3), “a vontade popular não era um ‘elemento fraco’ e isto permaneceu no imaginário das elites”.

Dentre os inúmeros projetos, entre tensões e conflitos, o porto também estava inserido nessas novas mudanças. Uma das metas relacionadas ao porto era a modernização que “tinha como objetivo transformar o antigo porto de características quase coloniais em um porto de tipo capitalista, racionalizando economicamente” (SANTANA, QUEIROZ, 2005, p. 20). Sua inauguração se dá em 1910, porém de forma inacabada a ser concluída somente no ano seguinte. Segundo Marques (2010), apesar de todo o investimento dos governos Federal e Municipal nas melhorias do porto que já havia sido considerado anteriormente o maior porto exportador do país, não conseguiram alcançar a meta de recuperar essa condição, o porto de Santos continuou a ser o maior em exportação.

A paisagem da Zona Portuária foi construída e transformada, permanecendo o compartilhamento das experiências e tradições culturais da população que se viu em muitos momentos tendo a necessidade de se reconfigurar e se adaptar ao novo espaço. Esta paisagem, no entanto, está carregada de marcas de experiências vividas uma “escrita sobre a outra”, através de seus marcos arquitetônicos há a possibilidade da leitura de diferentes momentos da passagem do tempo e da vida. Assim como nos mostra Nora (1993), podemos considerar a paisagem da Zona Portuária como um “lugar onde a memória se cristaliza e se refugia”, passível de despertar curiosidade.

Em um percurso pelos caminhos do bairro da Saúde e da Gamboa encontramos várias destas “marcas” de vida, memória e história. Partindo do o Largo de Santa Rita, local em que foi construída a Igreja de Santa Rita e onde havia a irmandade dos escravos a qual se uniu para comprar a liberdade. Lá também foi o cemitério. Ficou conhecida como Igreja dos malfeitores, porque antes de irem para a cadeia os malfeitores tinham que assistir a uma missa nela. Nesse Largo, há ainda uma subida pela Rua Major Daemon para o Morro da Conceição. Onde hoje é um estacionamento, no passado foi o Aljube, a cadeia dos eclesiásticos. Chegando ao alto do Morro, temos a Fortaleza (Fig. 05) que nunca entrou em atividade e foi desativada; o Palácio Episcopal e a 1ª capela de Nossa Senhora da Conceição, onde ainda hoje se tenta manter a tradição da festa do dia da Nossa Senhora em dezembro.



Figura 05 – Fortaleza da Conceição
Fonte: EIV – Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio – V Situação Atual e Futura – p. 356 –
Acesso em: 23 de maio, 2011.

Continuando o percurso pelas ruas estreitas do Morro, passamos pela Ladeira João Homem e pela Rua Jogo da Bola onde há o Beco das Escadinhas. A Rua Jogo da Bola recebeu este nome porque lá jogavam a bocha. Seguindo pela Rua Argemiro Bulcão chegamos a Pedra do Sal (Fig. 06) e Largo João da Bahiana que era conhecida como Pedra da Prainha (na Saúde), onde os escravos moravam e se encontravam no sopé do morro, local de trabalho, lazer e sofrimento. Os trabalhadores da estiva também se encontravam na Pedra do Sal. Reivindicam a paternidade do samba afro-baiano, pois quando os baianos aqui chegaram trouxeram o samba de roda que se transformaria em samba, porém seu resultado é a mistura dos ritmos também europeus. “O samba não desce o morro, o samba sobe” (Noel Rosa), no tempo do “bota abaixo”, o samba sobe e vai também para o subúrbio.⁵ Ainda em relação ao samba, sabe-se que o Sambódromo, anos depois, foi construído na Rua Marques de Sapucaí porque foi lá que houve os primeiros desfiles e ia do Catumbi ao Morro do Pinto.



Figura 06– Pedra do Sal e Lgo. João da Bahiana - Fonte:
<https://picasaweb.google.com/105022776054359315180/SaudePortoMaravilhaRJ#5618904740996967746>. Acesso em 23 jan. 2012

A cidade do Rio de Janeiro podia ser vista como um “quilombo urbano”, dado o número de negros existentes, e a “Pequena África” era na Zona Portuária local de moradia das “Tias baianas”, como Tia Ciata, moradora da Rua Itaúna – Praça Onze – Cidade Nova que realizava festas regadas a música e quitutes nos finais de semana e para onde iam famosos

⁵ Informações adquiridas através da História a Céu Aberto – Passeio aula, **Caminhos da Zona Portuária**, ministrada pelo professor Ms. Cláudio Honorato, integrante do IPN realizada em 13 ago. 2011.

compositores como Donga, Sinhô, João da Baiana, Heitor dos Prazeres e Pixinguinha atrás de pagode, samba e sarau. As tias baianas como Ciata, Bibiana, Mônica, Perciliana e outras, que se encontravam no terreiro de *João Alabá* formavam um dos principais núcleos de organização e influência sobre a comunidade. Nessa época, essas mulheres tinham força e eram respeitadas por suas posições centrais no terreiro e por sua participação nas principais atividades do grupo. Através delas a permanência das tradições africanas e as possibilidades de sua revitalização na vida mais ampla da cidade foram garantidas.⁶

Na década de 80, mais precisamente em 20 de novembro de 1984, a Pedra do Sal é tombada pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC) como monumento histórico e religioso da cidade do Rio de Janeiro. Então, a Venerável Ordem Terceira (VOT) começa a pedir de volta os casarões e recorre contra o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) que havia dado as casas para os Quilombolas. No início da República, a VOT havia conseguido o direito de propriedade. Há um conflito de memórias portuguesa e africana na Ladeira João Inácio e Beco João José, onde se situam casas da VOT, que não se sabe como será resolvido.

Seguindo mais adiante, temos outra paisagem de memória a Igreja de São Francisco da Prainha, lugar que dá o nome à Igreja, e não o inverso como normalmente acontecia. A igreja foi quase toda derrubada na invasão francesa, que data 1696. Na parte baixa, próxima à Pedra do Sal, temos a Rua São Francisco da Prainha famosa pelas casas de zungus – mesmo que angu. Eram parte da alimentação dos negros, por serem baratos. Na década de 70, surge o Angu do Gomes. A Praça Largo da Prainha era a região das melhores praias do Rio de Janeiro; e ficou famosa no início do século XX pela concentração dos movimentos anarquistas, massa de trabalhadores, reduto da boemia e da malandragem dos anos 60/70, região integrada à cidade desde o período colonial. Hoje, neste mesmo local, existe o bloco de carnaval Escravo da Mauá.

Na Rua Argemiro Bulcão, havia o trapiche Pedras do Meio, na Praça Jornal do Comércio ficava o Cais da Imperatriz – o obelisco do Cais da Imperatriz antes era um chafariz – e o Cais do Valongo. No século XIX, (mesmo após a proibição) ainda havia leilão de escravos. Seguindo em frente e atravessando a Rua Sacadura Cabral, entramos na Rua Camerino temos o acesso ao Jardim Suspenso do Valongo na encosta do Morro da Conceição.

O Valongo era o bairro que mais tarde recebeu o nome de Saúde por causa da Igreja. Próximo ao jardim, há a casa de guarda para um guarda do jardim, mas no imaginário popular seria a casa de engorda de escravos. Temos a vista para a Praça dos Estivadores e a casa do Grupo Afoxé Filhos de Gandhi, que hoje se encontra em má conservação, e no Morro próximo ao Jardim, o Observatório do Valongo (da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ).

Em nossa próxima parada, mais uma paisagem de muitas escritas e diferentes tempos, o Mercado da Harmonia, que deu origem a Praça da Harmonia (Fig. 07), hoje Praça Coronel Assunção. Nela e próximo a ela, temos marcas e memórias de tempos prósperos e melancólicos, de trabalho, de conflitos e resistência. Há o prédio do Moinho Fluminense (Fig.

⁶ WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. **Pequena África**. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Pequena_%C3%81frica. Acesso em dez. 2011.

08) que funciona desde 1887, em estilo eclético com detalhes vitorianos e neoclássicos e um passadiço em arco sem ferro. Esta Praça também foi foco de resistência da Revolta da Vacina, este acontecimento tratou-se de uma forma de “escritura diferenciada da cidade”, onde o povo manifesta reação.



Figura 07 – Praça da Harmonia atual Praça. Coronel Assunção - Fonte: <https://picasaweb.google.com/105022776054359315180/SaudePortoMaravilhaRJ#5618904740996967746> Acesso em 23 jan. 2012



Figura 08 – Moinho Fluminense. - Fonte: <https://picasaweb.google.com/105022776054359315180/SaudePortoMaravilhaRJ#5618904740996967746> Acesso em 23 jan. 2012

Esse é um local da história do Rio de Janeiro principalmente dos pobres, negros e excluídos. Berço da capoeira carioca. Os capoeiristas faziam parte da população marginal, que ficava à margem da sociedade. Quando perseguidos, juntaram-se ao inimigo como tática, se uniram aos políticos como cabo eleitoral, depois eles entraram para a polícia. Da África veio a ginga, mas a capoeira foi para a Bahia, nasceu nas fazendas, matas e senzalas, depois virou fenômeno urbano. Ainda nessa região, os trabalhadores dos trapiches formaram a Sociedade dos homens pretos. Também temos a formação do primeiro sindicato: o Sindicato da Estiva. O quartel (Fig. 09) que está situado na Praça da Harmonia foi construído para fazer a vigilância local, houve a retirada de parte dos moradores, pois o lugar foi considerado inadequado. Atualmente, é local de encontro dos moradores e também palco de apresentações dos grupos culturais, feiras de artesanatos e atividades culturais promovidas pelo projeto “Porto Maravilha Cultural”. Na Rua do Propósito, próxima a Praça, temos a primeira escola de arte dramática brasileira a Sociedade Dramática Particular Filhos de Talma (Fig. 10) fundada em 1879 e que hoje, neste início de século XXI, encontra-se em péssimo estado. Até



Figura 09 – 5º Batalhão da Polícia Militar do Estado do RJ, ao fundo o Condomínio da Gamboa. - Fonte: <https://picasaweb.google.com/105022776054359315180/SaudePortoMaravilhaRJ#5618904740996967746>, Acesso em 23 jan. 2012



Figura 10 - a Sociedade Dramática Particular Filhos de Talma Foto: Regina Coeli Mendes Valadão em 02 fev. 2012

a metade da década de 1980 funcionou regularmente, proporcionando alegria e promovendo encontro da população local, nos bailes, reuniões, escolinha de futebol e encenações teatrais. Essa área da Saúde também é reduto de blocos carnavalescos, como o Coração das Meninas, e do futebol, com o time Vasco da Gama, que foi o primeiro a democratizar racialmente o acesso ao futebol e a aceitar uma quantidade maior de negros em seu time (VIEIRA, 2003).

Como espaços de luta, resistência, sofrimento e injustiça, também, podemos destacar a revolta da Chibata. Seguindo pela Rua Pedro Ernesto, onde se encontra o Cemitério dos Pretos Novos, sítio arqueológico descoberto casualmente através de uma reforma em uma casa particular, hoje se transformou no IPN – Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos. Mais acima está localizado o Centro Cultural José Bonifácio, dedicado à cultura afro-brasileira, que já foi o primeiro colégio público da América do Sul, fundado em 1877.

Enfim, encerramos nosso percurso com o antigo Instituto Central do Povo (Fig. 11), da Igreja metodista dos Ingleses na Gamboa (Fig. 12) e da Cidade do Samba, criada na gestão do prefeito César Maia, e que faz parte da reinvenção cultural da Gamboa, espaço atrativo para o turismo.



Figura 11 – Instituto Central do Povo
Foto: Regina Coeli Mendes Valadão em 08 dez. 2011



Figura 12 – Igreja Metodista dos ingleses
Foto: Regina Coeli Mendes Valadão em 08 dez. 2012

Neste breve histórico percebemos a presença de um “poder político e econômico” desde a chegada da Corte, nas transformações geográficas e sociais desse espaço urbano. Até a modernidade, a atuação do poder público se faz presente nestas mudanças no território urbano. A administração de Pereira Passos teve importante papel no “desenho da cidade” e na atuação do Estado como “agente responsável pela gestão urbana” na intervenção e renovação dos espaços, “valorizando as necessidades de utilização desse espaço pelos setores capitalistas”. Simbolicamente segundo Mello (2003) “fez esta transição ser mais do que a simples reforma, transformando-a em paradigma do papel da municipalidade na gestão da coisa pública”. No percurso pelos bairros, principalmente da Saúde e Gamboa, observamos a transformação da e a manutenção de alguns pontos importantes das relações sociais do lugar. Durante a pesquisa tivemos a possibilidade de verificar algo que se torna visível – o fato de que esta parte da população que passou por várias e diferentes situações, nos leva a afirmar, como nos mostra Honorato e Dumas (2011), “que se trata de um território de uma gente que tem alma, tem identidade” onde neste território o “novo e o tradicional se misturam” e a vida continua, mesmo que para alguns ela possa parecer “invisível”.

EVOLUÇÃO URBANA

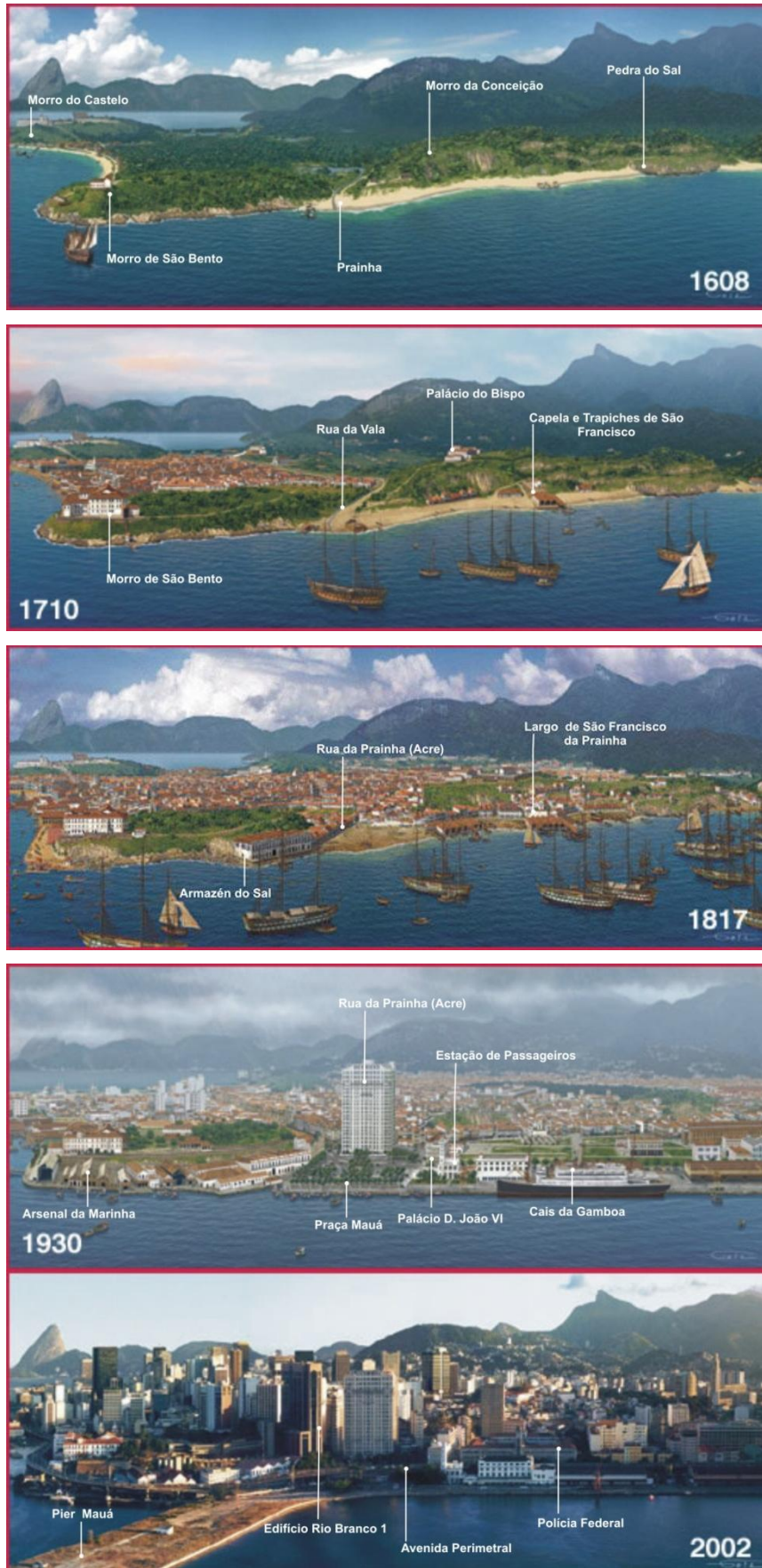


Figura 13 -
Evolução urbana -
Fonte: IPP- Porto
do Rio_Pranchas -

Disponível em:
<http://www.rio.rj.gov.br/EOURbana> -
Acesso em:
22 jun. 2010

1.2 Memória, espaço urbano, e identidades sociais na região portuária

Por ser a Zona Portuária um espaço urbano – construído e vivido, materialmente e socialmente – memória e identidades fazem parte de sua constituição. Sabemos que essa área portuária passou por várias transformações, motivadas principalmente por fatores políticos e econômicos. Para entender a construção e transformação deste espaço, suas memórias e identidades culturais em especial a dos afro-brasileiros, nos basearemos no pensamento de alguns autores em relação ao espaço, memória e identidade.

A Zona Portuária faz parte da paisagem da cidade do Rio de Janeiro e, em relação à paisagem, Santos (2008) a classifica como natural e artificial. Segundo o autor, a “paisagem artificial é a paisagem transformada pelo homem; já, grosseiramente falando, a paisagem natural é aquela ainda não mudada pelo esforço do homem” (2008, p.71). A paisagem sofre alterações do tempo no processo natural, mas, em certas regiões, também há a interferência do homem, que a altera conforme as necessidades e os interesses de cada época, deixando nela suas marcas. De acordo com Santos, “uma paisagem é uma escrita sobre a outra, é um conjunto de objetos que têm idades diferentes, é uma herança, de muitos diferentes momentos”, (2008, p.73). Atualmente, a área portuária apresenta uma paisagem marcada por diversas escritas em que podem ser realizadas as leituras de vários períodos da história da cidade do Rio de Janeiro e da região através de seus objetos, ruínas, intervenções urbanas, marcas criadas que se mantiveram cristalizadas. Os centros históricos das cidades são modelos vivos da ação do tempo e, nesta área, encontramos vivas, ainda que degradadas e abandonadas estas marcas e memórias. Embora tenha ocorrido uma reconfiguração espacial e social, a população mais antiga mantém um vínculo com o espaço material e social que fazem parte de suas memórias. Segundo Halbwachs (1990):

[...] não é tão fácil modificar as relações que são estabelecidas entre as pedras e os homens. Quando um grupo humano vive muito tempo em um lugar adaptado a seus hábitos, não somente os seus movimentos, mas também seus pensamentos se regulam pela sucessão das imagens que lhe representam os objetos exteriores. (HALBWACHS, 1990, p. 156)

Para Halbwachs a memória coletiva se desenvolve num quadro espacial, o espaço que nós ocupamos, transitamos e temos acesso, entre eles, estão incluídos os monumentos, os lugares de memória analisados por Pierre Nora, “o patrimônio arquitetônico e seu estilo, que nos acompanham por toda nossa vida, as paisagens, as datas e personagens históricos de cuja importância somos incessantemente lembrados, as tradições e costumes, certas regras de interação, o folclore e a música, e, por que não, as tradições culinárias.”(POLLAK, 1989). A memória segundo Halbwachs:

Diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sob a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios. Não é de admirar que, do instrumento comum, nem todos aproveitam do mesmo modo. Todavia quando tentamos explicar essa diversidade, voltamos sempre a uma combinação de influências que são, todas, de natureza social. (HALBWACHS, 1990, p.51)

No entanto, como nos mostra Gondar e Dodebei (2005), “o conceito de memória social é complexo, inacabado, em permanente processo de construção”, configurando um contínuo embate entre lembranças e esquecimento. Para Halbwachs, o problema que este conceito de memória social tenta responder é o da coesão social, que segundo ele é mantida por quadros sociais de memória já prontos e universais sem tensões e lutas internas, entretanto o mundo contemporâneo está sempre em transformação que gera conflitos e tensões. O conceito de Halbwachs não nos apresenta o “durante” nestes quadros de memórias onde se encontram os conflitos e as tensões, porém, ele também apresenta em seus estudos que há tantos grupos de memórias quantos grupos existentes, e relacionados à Zona Portuária, diferentes grupos por lá passaram e viveram, deixando seus “rastros”, nos quais se observa grande diversidade cultural. No passado, esta localidade fora habitada por uma população composta por diferentes etnias, classes sociais, religiões, desde os escravos aos imigrantes europeus, cada um com seus costumes, tradições e memórias.

Várias identidades compuseram a ocupação e o desenvolvimento da Zona Portuária. Em relação ao conceito de identidade, segundo Foetsch (2006) na sociologia e também para Giddens⁷, este conceito é multifacetado e pode ser abordado de várias formas. Entretanto, em geral, “a identidade se relaciona ao conjunto de compreensões que as pessoas mantêm sobre quem elas são e sobre o que é significativo para elas” (GIDDENS, 2005, p.43). A diferença e a etnicidade são elementos constituintes da identidade e Foetsch em seus estudos entende por identidade cultural um “processo de incorporação de conhecimentos e da cultura local onde se vive”. A etnicidade, no entanto, diferente do conceito de raça que é algo definitivo e biológico apresenta um “significado puramente social”. Está relacionada “às práticas e às visões culturais de determinada comunidade de pessoas e que as distingue das outras como a língua, história ou linhagem, religião, estilos de roupas, adornos e hábitos.” (FOETSCH, 2006, p. 29).

Dentre as múltiplas identidades que tiveram sua relevância na conformação da paisagem cultural da Zona Portuária, destacamos para este estudo a identidade da raça negra. Os negros escravos denominados “africanos, os afrodescendentes e os afro-brasileiros” também tiveram presença marcante na formação da identidade brasileira. Suas manifestações culturais de “raízes africanas” ocupam um lugar de destaque dentre as manifestações da região e, por que não dizer da cidade do Rio de Janeiro, cuja festa de carnaval é uma evidência de visibilidade mundial. Ainda assim, sabemos que esse “negro” teve uma trajetória sofrida, sacrificada e, mesmo com o passar do tempo, através dos séculos, continuou sendo discriminado e estigmatizado, com memórias carregadas de “sofrimentos que jamais puderam se exprimir publicamente” (POLLAK, 1989). Memórias consideradas marginalizadas, por não se integrarem bem à memória nacional dominante, memórias subterrâneas, dos excluídos, dos reprimidos dos que vivenciaram traumas. Consideramos relevante para este estudo conhecer um pouco dos negros que aqui chegaram e que se misturaram dando origem à miscigenação brasileira e à introdução da sua cultura em especial na área portuária. Para este breve desenvolvimento que apresentamos a seguir, nos baseamos em textos de oficinas realizadas no IPN, Anjos e Pereira (2008) e Pereira (2006).

⁷ GIDDENS, A., 2005, p. 43, apud Foetsch, Alcimara A. Paisagem, cultura e identidade: os poloneses em Rio Claro do sul, Mallet – PR. Dissertação de mestrado pela Universidade federal do Paraná. Paraná: 2006. 111p.

1.2.1 Os Negros

Séculos atrás, o Brasil se encontrava sob um regime escravocrata e recebia do continente africano, negros escravos a serem empregados na lavoura açucareira, na mineração e no plantio do café. As tribos negociavam quais negros seriam vendidos, os “excluídos” traidores, os prisioneiros de outras tribos. Por vezes, pais vendiam os próprios filhos. Os negros comprados de vários grupos linguísticos e culturais vinham para o Brasil, assim como para outros países. Esse processo de imigração forçada é conhecido como Diáspora africana.

Os navios traziam, além dos escravos, cargas de vários tipos e provisões. Cerca de 400 escravos eram transportados presos nos porões dos navios deitados dois a dois, todos juntos, sem separação de sexo, de idade e nem entre doentes e sãos. O escorbuto e a varíola matavam muitos negros. A ilha de Villegagnon, doada pelos jesuítas, servia de posto de quarentena e por isso, a ilha ficou conhecida como o “degredo das bexigas”.

Segundo Anjos e Pereira (2008), “os cativos, recém-chegados ainda não “amansados”, eram chamados de Pretos Novos, ou bossais, e depois de adaptados eram chamados de ladinos”. Já os nascidos no Brasil eram chamados de “crioulos”.

Os escravos eram levados para os depósitos que ficavam na Rua Direita, atual Primeiro de Março, onde se localizava o mercado dos escravos e, durante o dia, eles eram expostos à venda, nas calçadas. O Cemitério dos Pretos Novos se localizava em frente à Igreja de Santa Rita e aonde se manteve até 1769. Mais tarde, o Marquês do Lavradio transferiu o mercado dos escravos e o Cemitério dos “Pretos Novos” para o Valongo, o atracadouro que ficava na atual Avenida Barão de Tefé, na Praça do Comércio.

Os negros, assim como os indígenas, que não pertenciam à cultura dominante tinham suas tradições, culturas e línguas reprimidas. A cultura e a língua portuguesa eram impostas às outras etnias. “No interior, ao redor dos engenhos ou nos quilombos, línguas francas africanas conviveriam com variedades pidginizadas ou crioulistas” (LIMA; CARMO, 2008, p.153). O que chamava a atenção dos negros não era a arquitetura e a configuração da cidade, mas as formas simbólicas de ruas, igrejas, fontes, em que poderiam trazer alusões sobre a suas vidas pregressas.

Segundo Ortiz (2006), “nada se tem a respeito das populações africanas, o período escravocrata é um longo silêncio sobre as etnias negras que povoam o Brasil”. No período do romantismo a presença do negro foi completamente ignorada, no entanto em sua *bricolagem* de identidade nacional, em relação à mestiçagem, o índio aparece como um modelo de índio civilizado despido de suas reais características, enquanto ao negro não se faz nenhuma referência.

Conforme indicam as informações obtidas por meio das oficinas realizadas pelo IPN, houve um período em que o Preto Novo e a Preta Nova foram apagados da memória. Isso decorre da proibição do tráfico dos escravos. Posteriormente, a questão racial tornar-se-ia uma “problemática da identidade nacional”, apesar de se configurar como um dos elementos “imprescindíveis para a construção da identidade nacional brasileira: o nacional e o popular” (ORTIZ, 2006, p.17).

Conforme relata Santos:

A abolição da escravatura e o movimento republicano deram ao país uma nova face. A ideia de uma nação que se constituía, segundo os moldes europeus, ignorando a população negra e procurando tradições ancestrais nos povos indígenas, identificados como bom selvagem, não fornecia mais elementos capazes de unificá-la como nação em construção. O negro livre passa ao centro do debate nacional, e a tradição romântica cede espaço ao ideário positivista de ordem e progresso (SANTOS, 2009, p.116 e117).

No século XIX, cresce o número de mestiços no país, “produto do cruzamento entre raças desiguais” e, com isso, surge a problemática da mestiçagem: “como tratar a identidade nacional diante da disparidade racial?” (ORTIZ, 2006, p. 20).

No ano de 1930, Gilberto Freyre escreve *Casa Grande e Senzala* e transforma a “negatividade do mestiço em positividade” (ORTIZ, 2006). O conceito de raça passa para o conceito de cultura, o “que era mestiço torna-se nacional”, e se entende que o mito das três raças, como assinala Ortiz (2006), “não somente encobre os conflitos raciais, como possibilita a todos de se reconhecerem”. Segundo Chauí (2000), na ideologia do “caráter nacional brasileiro”, a nação é formada pela mistura de três raças – índios, negros e brancos.

Em Cardoso:

A forte presença negra fez Heitor dos Prazeres chamar toda a região, que se estendia do cais do porto, pela Cidade Nova, até a Praça 11 de Junho de 'Pequena África'. Toda essa área foi, desde muito cedo, local de convergência dos negros baianos, livres, que se incorporavam a grupos já existentes, formando comunidades negras (CARDOSO, 1987, p.138).

A estas comunidades se deve o grande legado cultural que se incorporou à cultura da cidade, tais como o candomblé, os primeiros ranchos – o Dois de Ouro e o Rei de Ouro –, os blocos sujos e blocos carnavalescos precursores das atuais escolas de samba. A primeira escola de samba – “Vizinha Faladeira” – não durou muito na região, no entanto, mais tarde ressurgiu com o nome “Deixa Falar” no bairro do Estácio. Faz parte, também desta cultura negra, a capoeira que tornou o lugar conhecido como “quartel general dos bambas, valentes e ... malandros”. (CARDOSO, 1987).

É impossível deixar de perceber a forte presença do negro na zona portuária, seja nos costumes, festas, tradições, como o carnaval, quanto na história do lugar e dos brasileiros, apesar do longo tempo à margem da cidade, da sociedade e da cultura dominante.

1.2.2 Reflexos das transformações na sociabilidade da Zona Portuária

Atualmente, neste início de século XXI, na Zona Portuária ainda se encontram manifestações de raízes africanas e redes de sociabilidade, no entanto o espaço mudou e com ele as fases pelas quais passaram as relações sociais, porque, segundo Santos (2008, p. 123), “em cada fase, as relações sociais não são da mesma natureza”. As variáveis sociais, econômicas, culturais e políticas mudam de acordo com a época e o espaço. De acordo com Santos (2008), o espaço:

[...] é resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço intermediados pelos objetos, naturais e artificiais (p.78)

[...] o espaço contém “movimento”, o espaço é igual à paisagem mais a vida nela existente... a vida que palpita conjuntamente com a materialidade. (SANTOS, 2008, p.80)

Aplicando sua teoria sobre o espaço na questão urbana, conclui-se que faz parte da área urbana, além da paisagem em si, tudo o que nela existe e foi construído. Somando-se a isso, a vida presente no local, as tradições, os objetos edificados, a sociedade. O espaço possui formas, símbolos. Ele não é estático, assim como a paisagem que pode sofrer alterações ao longo do tempo e a sociedade que está sempre em movimento. Ele passa por transformações de acordo com o contexto social, político, econômico e cultural de cada época, como tem sido no caso da região portuária.

Segundo Halbwachs (1990), “as cidades se transformam no curso da história” e não foi diferente com a Zona Portuária, marcada por muitas transformações, já referida anteriormente. Desde o séc. XIX, com a chegada da corte, houve mudanças e melhorias no porto e na infraestrutura da alfândega, assim como a instalação de várias indústrias, tais como os moinhos ingleses e fluminenses.

O fim da escravidão ocasionou novas alterações no que diz respeito à contratação de mão de obra e à vinda dos imigrantes em busca de trabalho. Até chegar à República, no início do séc. XX período em que a cidade do Rio de Janeiro passa por um processo de reurbanização através do projeto do prefeito Pereira Passos. Nesse período, uma das metas da reurbanização estava relacionada à modernização do porto com o objetivo de atender às novas demandas da economia capitalista. Já no governo militar, sucede o início da automação, com o surgimento das empilhadeiras e com a utilização de contêineres. Os amplos sinais de desenvolvimento têm como consequência o desemprego de alguns estivadores. Segundo Barreira (2007, p.166), “o uso dos espaços urbanos não se separa de processos, conflitos e intervenções políticas”.

Vários fatores contribuíram para o abandono, para o aumento de áreas vazias e a degradação da zona Portuária. Um fenômeno observável em países capitalistas também ocorreu na área portuária carioca: a mudança espacial da classe mais abastada, que provoca um esvaziamento das áreas mais próximas aos centros históricos. Poucas áreas do Rio de Janeiro apresentam mudanças tão intensas e marcantes em seu aspecto físico, como essa. Têm-se a construção de edifícios e o estabelecimento de um grande aterro que consequentemente trazem interferências para a vida da sociedade local. A Rua Sacadura Cabral, “linha do antigo litoral, marca até hoje a divisa entre dois mundos: o antigo e o ‘novo’, o novo marcado pelos imensos galpões e armazéns do porto” (CIRCUITO MAUÁ, 2009). Observamos que ao propor “ações que qualificam o espaço”, o Estado seleciona e segrega “estamentos sociais em detrimento de outros grupos” (MELLO, 2003, p. 26).

Ocorreram alterações no campo social da região, como relatado na obra *Vozes do Porto* (THIESEN, Icléia et al, 2005), na qual são explicitadas as transformações de âmbito social com a transição da população de origem espanhola e portuguesa para nordestinos.



Figura 14 - Vista do território que compreendia a Pequena África.

No centro ao alto, a Praça 11 de Junho, ponto focal da Pequena África. Sacrificada para a abertura da Av. Presidente Vargas, tornou-se samba de Grande Otelo e Herivelto Martins: “Vão acabar com a Praça Onze (... Guardai os vossos pandeiros, guardai, porque a escola de samba não sai.)”.

Fonte: Holland, S., 1930 BN apud Cardoso, E. et al. *História dos bairros: Saúde, Gamboa, Santo Cristo*. Rio de Janeiro: Index, 1987, p. 139.

Também há modificações no aspecto econômico, com o aumento do desemprego, e mudanças nas vias de locomoção, com a construção de avenidas, como a Presidente Vargas (Fig. 14); a Rodrigues Alves, a Rio Branco e Francisco Bicalho, e viadutos, como o Viaduto da Perimetral (Fig. 15) ambos os fatores causaram divisão e isolamento.

Intervenções urbanas, a transferência da capital federal para Brasília, a mudança de interesse do poder econômico ao focar e incentivar o comércio em outras áreas da cidade – por exemplo, em Copacabana e na Barra da Tijuca, nas décadas de 70 e 80 – provocaram isolamento e mudanças sociais e econômicas, tais como gerando vazios e degradação na Zona Portuária. Tais circunstâncias contribuíram para o esquecimento e abandono da região.



Figura 15 - Perimetral – Av. Rodrigues Alves
Fonte: www.skyscrapercity.com. Acesso em 21 jun. 2010

Como em “Vazios de Berlim” inserido em *Seduzidos pela Memória*, de Huyssen (2000), os vazios da zona Portuária também “são mais que uma metáfora”, pois “trazem consigo conotações históricas”. Este “vazio” que passa a existir na Zona Portuária não é apenas físico e material, está presente dentro de cada indivíduo que presenciou, através das intervenções urbanas, a demolição das principais escolas, dos principais núcleos de sociabilidade dos moradores, o fechamento da Igreja de Nossa Senhora da Saúde desaparecendo com a tradicional festa religiosa. Os moradores viram suas tradições serem afetadas, restando apenas a saudade em suas lembranças.

A área portuária tornou-se uma região pobre, degradada e estigmatizada com seus vazios. Wacquant (2001), em seus estudos sobre o estigma territorial e racial no Cinturão Vermelho de Paris e no Cinturão Negro de Chicago⁸, apresenta “o caráter do estigma que cada um carrega. Na França, este estigma é tão somente residencial, porém, no caso norte-americano, ele é conjunta e inseparavelmente *espacial e racial*.” (WACQUANT, 2001, p.14).

⁸ Cinturão Vermelho de Paris entre a capital e o aeroporto Roissy-Charles de Gaulle, na cidade de La Courneuve, sobretudo no mal afamado conjunto habitacional Quatre Mille.
Cinturão Negro no lado norte americano, gueto da zona sul de Chicago – South Side.

A população negra da zona portuária apresenta os dois tipos de estigma presentes no caso norte-americano, porque por um bom tempo⁹ as cercanias do porto carregaram o estigma de ser um local pobre, degradado, esquecido, “mal frequentado”. Portanto, além do estigma relacionado ao espaço de moradia, ainda possuem o “capital simbólico negativo atribuído à cor” (WACQUANT, 2001).

Assim como os afro-norte-americanos, que apesar das marcas da escravidão, da segregação racial e das discriminações elaboram uma cultura rica e expressiva através da qual “podem construir a própria identidade”, os afro-brasileiros da Zona Portuária buscam construir e *resgatar* a própria identidade, se fazendo presentes e ocupando seus espaços territoriais e sociais.

O espaço da região portuária é um cenário político, símbolo de lutas e resistência não só dos negros, mas também das classes operárias. É o local aonde surgiram algumas das primeiras organizações sindicais da cidade. Descreve Cardoso:

Conta-se que a criação do sindicato dos estivadores ocorreu em meio a uma verdadeira batalha campal, no largo do Depósito, atual Praça dos Estivadores, entre a polícia e seus fundadores, os chamados “bravos da estiva”. O início do século (XX) foi época de “paredes” e manifestações políticas; nos anos 20, ocorreram greves no porto e comícios operários na Praça Mauá. (CARDOSO, et al, 1987, p.126).

A Zona Portuária, portanto, foi marcada desde a sua ocupação, como um espaço de disputas sociais, econômicas e territoriais. Atualmente, início do século XXI, não é diferente, porque está se tornando um espaço cobiçado entre os grandes empreendedores e o poder público. Há um interesse em “revitalizar” áreas históricas e portuárias e os projetos que preveem essa reocupação vêm sendo concebidos em diferentes localidades do mundo e inspirando outras cidades (GODIN, 2007).

Em meio aos grandes projetos propostos para a região, os “antigos moradores do Morro da Conceição, formadores da comunidade remanescente do quilombo da Pedra do Sal” (GUIMARÃES, 2009) pleiteiam a posse territorial da Pedra do Sal – monumento de grande valor simbólico para a cultura afro-brasileira e para a região do seu entorno.

Este conflito pela posse territorial envolve esta comunidade e a Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência – VOT, entidade católica que administra muitas das casas coloniais situadas no entorno da Pedra do Sal. Segundo Guimarães:

[...] esses moradores que se organizaram em torno do Quilombo da Pedra do Sal já se encontravam bastantes conscientes sobre a “ameaça do processo de gentrificação” da região e se apropriavam do conceito para embasar demandas territoriais específicas, articulando discursos de “visibilidade” para que suas identidades coletivas fossem reconhecidas durante a implantação dos novos usos locais (GUIMARÃES, 2009, p.4).

Para os quilombolas, de acordo com Guimarães:

⁹ Diz-se por um bom tempo, porque desde os anos 80 há uma preocupação voltada para esta área histórica da cidade. Atualmente, o projeto de revitalização urbana denominada “Porto Maravilha” encontra-se em processo de implantação, que segundo o IPP – Instituto Pereira Passos – tem por finalidade a valorização do patrimônio cultural da área, a requalificação de seus espaços urbanos, moradia, melhoria de sua acessibilidade e reativação econômica.

[...] a área pleiteada é remanescente de quilombos porque seria o resultado de um aterro construído por escravos no início do século XIX e haveria um decreto real datado de 1816 que teria concedido a posse de todos os imóveis construídos no local aos trabalhadores que aterraram a região e seus descendentes. (GUIMARÃES, 2009, p.11)

[...] Já a área do “patrimônio afrodescendente” efetivamente pleiteada como propriedade do quilombo é formada pelo espaço público da Pedra do Sal e do Largo João da Baiana e por quinze imóveis distribuídos pelo entorno, além da sede do Afoxé Filhos de Gandhi. (GUIMARÃES, 2009, p. 21)

Este grupo de quilombolas, no entanto, é um grupo atípico por se tratar de um quilombo urbano, cujos integrantes residem fora do espaço territorial do extinto quilombo, mas que se unem pela disputa habitacional com a VOT. Na região, desconhecem o “desenvolvimento de suas relações sociais mais cotidianas nem sua ocupação tradicional do território pleiteado” (GUIMARÃES, 2009, p. 7).

Baseado em estudos de Barth sobre a etnicidade, Poutignat, P. e Streiff-Fenart, J. (1998) desenvolvem um trabalho no qual compartilha o pensamento com Hobsbawn & Ranger (1984) em relação à “invenção das tradições”, em “que uma identidade étnica seja sempre de certo modo criada ou inventada, não implica por isso que seja inautêntica ou que os atores que a reivindicam possam ser taxados de má fé”. (POUTIGNAT, P. E STREIFF-FENART, J. 1998 p.165) a identidade de grupos que atualmente se consideram como grupos étnicos é sempre estabelecida por processos criativos. A sensibilidade relacionada às suas lembranças e experiências passadas, sejam elas boas ou ruins, aproximam os grupos.

Percebemos também que, de acordo com Santos,

Memórias, imagens, identidades construídas são sempre incompletas porque correspondem a uma multiplicidade de experiências vividas por indivíduos e grupos sociais que não se encontram parados no tempo, mas em contínua transformação. Além disso, há tensões e disputas que resultam em lembranças e esquecimentos diferenciados de acontecimentos vivenciados. (SANTOS, 1998, p. 9)

O que Santos nos coloca pode ser observado na zona portuária onde há um movimento crescente relacionado à busca e manutenção das tradições, à resistência, às lutas identitárias e simbólicas pelos grupos afrodescendentes e afro-brasileiros, ocasionando em algumas vezes tensões e disputas. O Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos – IPN (entre outros dessa área portuária) é um lugar de memória que está inserido em uma paisagem também de memória, onde os afrodescendentes e afro-brasileiros podem manifestar e propagar sua cultura, mas que também não está livre das tensões e conflitos.

A paisagem construída da Zona Portuária se apresenta rica em memórias, embora em algumas ocasiões possam parecer ocultas aos olhos do observador visitante, mas nela estão inscritas e escritas histórias de vida que marcaram o lugar e deixaram marcas nos que ali viveram e que fizeram e/ou ainda fazem parte deste cenário. De acordo com Schama (1996, p. 28), “a paisagem nem sempre é mero “local de prazer”, pois “a memória não registra apenas bucólicos piqueniques”, o mesmo acontece com a região portuária.

Há uma visão que caracteriza a Zona Portuária como uma área formada por bairros degradados, associada à pobreza, habitada por uma população de baixa renda que vive à margem da sociedade. Essa percepção vem se modificando devido à elaboração e implantação

de projetos de reurbanização. Além disso, há as lutas pela manutenção das tradições e identidades locais que abrangem a todos que se consideram pertencentes a este grupo étnico, independentemente da localização de suas residências.

As fronteiras étnicas são mais ou menos estáveis, como nos apresenta Poutignat, P. e Streiff-Fenart, J. (1998) podendo manter-se, reforçar-se ou até mesmo apagar-se. Em alguns casos a manutenção dessas fronteiras étnicas independe de certos fatores, como da permanência de suas culturas à identidade. O modo como esses grupos étnicos se identificam é que prevalece. “A força de uma fronteira étnica pode continuar constante através dos tempos, apesar de – e às vezes mediante – transformações culturais internas ou mudanças na natureza exata da própria fronteira”¹⁰ (POUTIGNAT, P. e STREIFF-FENART, J, 1998, p.157).

1.3 – O patrimônio e as políticas culturais

A Zona Portuária, além de ser um espaço de lutas simbólicas e resistência, é considerada uma região de memória e história viva da cidade do Rio de Janeiro, com bairros que apresentam um conjunto arquitetônico habitacional do século XVIII e início do século XIX, de valores históricos representativos de importantes momentos da história do Brasil. É uma área de patrimônio histórico e cultural, que está sob a proteção do instituto de patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN – e da legislação municipal para preservação de bens de valor histórico.

Nesta parte da pesquisa, trabalharemos com o patrimônio e políticas culturais e gostaríamos de colocar que não temos a pretensão em apresentar a história do patrimônio e das políticas culturais, e sim, apenas um foco, onde selecionamos o que entendemos como relevante para a compreensão do patrimônio e do seu uso nesse processo de revitalização urbana que a zona portuária está vivenciando neste início de século XXI.

Etimologicamente, a palavra “patrimônio” se refere à herança paterna, aos bens familiares e a quaisquer bens, materiais ou morais. Sua origem, como cita Choay (2001, p.11), está ligada “às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo”. O que se percebe atualmente, no entanto, é que o termo “patrimônio” se tornou abrangente o suficiente para se adaptar às várias categorias, tais como bens: históricos, culturais, arquitetônicos, etnográficos, artísticos, linguísticos, ecológicos, genéticos. Os patrimônios, materiais, imateriais e intangíveis são sempre, segundo estudos de Gonçalves, aqueles “envolvendo elementos de ordem simbólica”. Segundo Abreu (2008, p. 48), “de acordo com a tradição da Escola Sociológica Francesa, pode-se dizer que a categoria patrimônio está inserida no contexto das grandes categorias do espírito humano e serve para distinguir e demarcar valores sociais”.

Conforme Choay (2001), a expressão patrimônio histórico:

¹⁰ “Uma tarefa das “novas elites”, procurando revitalizar a identidade étnica, consiste por outro lado, frequentemente, como o mostra Albert (1993) com respeito aos tamouls da ilha Maurício, em reformar traços culturais do grupo e ampliar os critérios de inclusão”. Explicação de rodapé conforme Poutignat, P. e Streiff-Fenart, J. (1998, p.157)

[...] designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas-artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e *savoir-faire* dos seres humanos. (CHOAY, 2001, p.11),

Com a Revolução francesa, o medo da perda, da destruição de monumentos e dos vestígios de uma história passada fez com que a noção de patrimônio nacional, como um bem coletivo, surgisse para a salvaguarda de bens “antes pertencentes ao clero e à nobreza, que foram transformados em propriedades do Estado” (SANT’ANNA, 2009, p. 50). Sant’Anna apresenta que este anseio de salvaguarda dos bens, que resultou na noção de patrimônio, “nasceu de um embate de forças” em que se obteve o apoio do conhecimento dos eruditos para que, através de um discurso de sentimento nacional, se atendessem às conveniências econômicas da época.

Como mostra Sant’Anna, a França foi um dos primeiros países a criar uma legislação específica para a “proteção, guarda e conservação dos bens patrimoniais, pelo tempo mais longo e da forma mais íntegra.” (SANT’ANNA, 2009, p. 51). Os interesses de preservação foram-se modificando e abrangendo não só os monumentos históricos, como também os conjuntos edificados além dos privados, segundo Choay (2001, p.177), “a noção de patrimônio urbano histórico, acompanhada de um projeto de conservação, nasceu na própria época de Haussmann, mas na Grã-Bretanha, sob a pena de Ruskin”.

No Brasil, foi criado, em 1930, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN. Desde a fundação do SPHAN até os fins dos anos de 1970, o conceito oficial da política de patrimônio do país limitou-se a “monumentos arquitetônicos e obras de arte erudita associados ao passado arquitetônico elitista” (SANTOS, VALE, 2000). Na cidade do Rio de Janeiro, Fonseca (2009) em *Além da Pedra Cal* cita como exemplo desta política de patrimônio nacionalista, a Praça XV, situada no centro da cidade, local onde a corte viveu no período imperial, este espaço é considerado um dos ícones do patrimônio histórico nacional. Os imponentes monumentos datados da época da corte, tais como o Paço Imperial, sede do poder real da Corte, a Igreja de Nossa Senhora do Carmo, antiga catedral, foram tombados, “valorizados como expressões de cultura” pelo SPHAN. No entanto, destaca Fonseca, que não é possível encontrar nenhuma marca ou menção dos negros, de sua presença, constante neste local e na vida da cidade. Neste local, há apenas o Chafariz do Mestre Valentim, onde os escravos pegavam água. Os testemunhos materiais dos excluídos, dos não pertencentes às elites, tais como os quilombos, as senzalas, vilas operárias dentre outros, não só da Praça XV como também da zona Portuária, foram esquecidos, pois não se enquadravam dentro dos padrões determinados pela legislação.

Em 1936, Mário de Andrade propôs a inclusão de outras formas de expressões culturais (falares, cantos, lendas, medicina e culinária indígenas) no patrimônio brasileiro, o que se aproxima do que são hoje os patrimônios imateriais, intangíveis. O Decreto-Lei 25, de 30 de novembro de 1937 foi a primeira legislação patrimonial do país que normatizou o tombamento aplicável somente no “plano material” e é um dos instrumentos legais do IPHAN. O artigo 4º deste decreto-lei determina a criação de 04 livros tombos, nos quais estão inscrito todos os bens culturais sob a proteção da lei, são eles:

- Livro do Tombo Histórico;

- Livro do Tombo das Belas Artes;
- Livro do Tombo Arqueológico, Etnológico e Paisagístico;
- Livro do Tombo das Artes Aplicadas.

Com a legislação criada pelo Dec. 25, de 30 de novembro de 1937, não poderia ser aplicada aos saberes e aos fazeres culturais. Segundo Chagas:

Mário de Andrade teceu narrativas e desenvolveu propostas preservacionistas. Seu discurso e outros vários que cobrem, descobrem e redescobrem o Brasil ajudam a compreender que, por baixo das “cobertas”, não se encontra um Brasil estático ou uma nação “dita”, que os discursos velam e revelam. (CHAGAS, 2009, p.110)

Mais tarde, em 1937, Aloizio Magalhães reforçou em suas reflexões e práticas, o pensamento, ideais, e contribuições de Mário de Andrade. Teve importante participação na “sedimentação de uma ideia mais ampla de patrimônio cultural no Brasil” (SANT’ANNA, 2009, p.54).

Somente após a Segunda Guerra Mundial, com a criação da UNESCO (1940), é que as práticas culturais começam a serem vistas. No que se refere à preservação dos valores imateriais ou processuais da nova concepção de patrimônio mundial cultural e natural, foi na Convenção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural da UNESCO, em 1972 que se expandiu aos países ocidentais. Estes reconheceram sua validade a partir da criação de um conjunto de normas relacionadas à identificação, proteção, conservação, valorização e transmissão do patrimônio cultural às futuras gerações que deveriam ser seguidas.

Sobre as políticas culturais, é na Constituição Federal de 1988, que se observa a preocupação com o patrimônio imaterial e se institui a denominação “Patrimônio Cultural Brasileiro”, definição ampliada no artigo 216, no qual foram englobados os bens materiais e os imateriais, “que formam o patrimônio intangível” (OLIVEN, 2009).

O Patrimônio se estendeu e passou a abranger várias categorias e inclusive no campo genético. Na Constituição de 1988, o capítulo VI – que trata do meio ambiente – do artigo 225 determina a “incumbência do poder público de preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do país, além de fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação do material genético” (ABREU, 2009, p.40). Em relação ao patrimônio genético, o Brasil é um país que possui um “verdadeiro tesouro biológico de genes, moléculas e micro-organismos”, variedades de espécies animais e vegetais. Vale a ressalva para destacar um evento internacional realizado na cidade do Rio de Janeiro, a Convenção sobre a Diversidade Biológica – a ECO 92 – Rio 92. Um marco importante para o Brasil, pois nela foi estabelecido “o princípio da soberania dos países sobre seus próprios recursos genéticos” (ABREU, 2009, p. 42). Além do campo genético, em 1989, a Conferência Geral da UNESCO aprovou o documento de Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular.

O Decreto 3.551 de 04 de agosto de 2000 é mais um avanço nas políticas culturais brasileiras, esse decreto cria o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial, institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constitui o patrimônio cultural brasileiro e do qual fazem parte quatro livros:

- I – Livro de registros de saberes (para o registro de conhecimentos e modos de fazer);

- II – Livro de registro das celebrações (para festas, os rituais e os folguedos);
- III – Livro de registro das formas de expressão (para a inscrição de manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas);
- IV – Livro de registros dos lugares (destinado a inscrição de espaços onde se concentram e reproduzem-se práticas culturais coletivas).

O “patrimônio” segundo Dodebei:

[...] deve ser apreendido como conceito ainda em expansão, que se articula com a memória social. [...] As tensões existentes entre as duas faces do patrimônio cultural, material e imaterial, se ainda expõem enfrentamentos de natureza técnica, política e econômica, já oferecem à sociedade uma via, a do patrimônio para garantir a proteção de seus saberes e fazeres tão caros não só à identidade dos brasileiros, como também sua sobrevivência. (DODEBEI, 2009, p.8; p.10).

Pensando nas noções de patrimônio, nas políticas culturais até aqui apresentadas, e as articulando à Zona Portuária da cidade do Rio de Janeiro, percebe-se que estas tensões também se fazem presentes nesta região aonde se encontram bens materiais e imateriais que, de acordo com Dodebei não podem ser separados um do outro, afinal deve-se pensar o patrimônio em sua totalidade. É desta forma que, também, se deve pensar o espaço urbano histórico da área portuária, onde encontramos bens materiais tais como as construções arquitetônicas e urbanísticas do “Rio antigo”, cujo valor imaterial deve ser reconhecido, pois fazem parte desta materialidade o saber fazer, as tradições de uma época de uma comunidade, de uma sociedade. O contato com o patrimônio edificado tem importância como referência da memória social para uma multidão de anônimos. Essas edificações são suportes da memória que embora não fazendo parte da tradição, ou da cultura de alguns indivíduos, comunidades ou sociedades, possibilitam um processo de construção da memória social. Por meio destes marcos, registros que estão presentes nas ruas, no tipo de pavimentação, nas construções, nos materiais utilizados, nas formas adotadas, no “savoir-faire e saberes”, fica explicitado como a história se passou. Através deste contato, conhecimento e memória social são passados para outras gerações.

A questão do patrimônio imaterial ou intangível é praticamente recente nas políticas de patrimônio cultural. Conforme Fonseca:

A imaterialidade é relativa e, nesse sentido, talvez a expressão “patrimônio intangível” seja mais apropriada, pois remete ao transitório, fugaz que não se materializa em produtos duráveis. (FONSECA, 2009, p. 68).

Assim, como a arte dos repentistas, a pintura corporal das tribos indígenas brasileiras, citadas por Fonseca, o samba, as rodas de samba, o carnaval, tradição de bairros portuários como a Gamboa, a simbologia religiosa da Pedra Sal são exemplos de “patrimônio intangível” desta região da cidade do Rio de Janeiro.

Algumas das políticas patrimoniais culturais citadas vêm aos poucos favorecendo a cultura africana e dos afro-brasileiros da região que lutam pela preservação de suas tradições e identidade. Como exemplo, podemos citar a Pedra do Sal, o samba, a capoeira, o Cemitério dos Pretos Novos. São eles bens dos excluídos da história do povo brasileiro que apesar da importante participação que tiveram na formação da identidade nacional, foram mantidos no

esquecimento para privilegiar a memória da classe dominante, que tinha como meta o ‘embranquecimento’ e a civilização aos moldes da cultura erudita europeia.

Outros bens materiais tombados (datados) que foram pesquisados da região portuária do Rio de Janeiro vide anexo.

Bens registrados recentemente

- Ofício dos Mestres da Capoeira / categoria: forma de expressão, 21 out.2008.
- Roda de Samba categoria: formas de expressão, 21 out. 2008.
- Matrizes do Samba no Rio de Janeiro, Partido Alto, Samba de Terreiro e Samba enredo, categoria formas de expressão, 20 nov.2007.

A mais recente descoberta, o “Cais do Valongo”, antes foi descoberto nas escavações o Cais da Imperatriz. Há duas vertentes históricas em um mesmo local, uma sobrepondo a outra, ambas interessantes sob o aspecto da preservação, que falaremos no capítulo seguinte.

No texto de Carmen Beatriz Silveira sobre a política cultural, ela cita que segundo Dubois, “a política cultural, incluída no campo de ação dos poderes públicos, revela, ainda hoje, incerteza quanto aos seus objetivos, apresenta-se imprecisa na definição de suas fronteiras, além de mostrar-se sujeita a polêmicas frequentes” (SILVEIRA, 2004, p. 29). Isto pode ser observado nos vários tipos de intervenção urbana na Zona Portuária.

A questão patrimonial cultural e natural está cada vez mais presente nos processos de revitalizações de áreas históricas. A preservação de suportes de memória nos centros urbanos favorece a construção de identidades e transmissão da memória social a outras gerações. No entanto, é o poder dominante quem decide como e o que deve ser lembrado, esquecido ou criado.

1.4 – Intervenções e políticas urbanas consideráveis, o “boom” da memória.

Através do patrimônio construído podemos ter conhecimento do espaço vivido de um determinado lugar, o que outrora foi um dia. Ele está relacionado à vida e à memória da urbanidade local em um determinado espaço de tempo. Para muitos a destruição destes “marcos” simbolizam muitas das vezes a destruição de um modo de vida. As intervenções urbanas geralmente afetam a urbanidade local, como podemos observar ao longo da história do Rio de Janeiro, pois há sempre o “sacrifício” das memórias dos menos favorecidos em prol do progresso e o desenvolvimento urbano que se deseja alcançar.

Consideramos importante destacar as intervenções que de certo modo afetaram a Zona Portuária e algumas políticas urbanas que também estão relacionadas aos processos urbanos que vieram refletir nessa área.

Como já vimos no item referente à história da região, a área central da cidade do Rio de Janeiro, na qual está inserida a Zona Portuária, passou por diversas transformações em seu espaço urbano. A primeira grande intervenção urbana foi a Reforma do então prefeito Pereira Passos, no início do século XX que tinha como objetivo modernizar, melhorar e embelezar a cidade ao modelo francês de Haussmann. Modernizar, higienizar e “civilizar” era objetivo dos planejadores dessa grande reforma, inspirados no ideário do urbanismo sanitário. As intervenções ocorreram com uma devastação significativa do espaço urbano e ficaram

também conhecidas pelo apelido do “Bota abaixo”¹¹ de Pereira Passos. Nessa intervenção, faziam parte no campo financeiro e administrativo a prefeitura (Distrito Federal) e o governo federal (a União). A área Central passa a ter dois eixos, o centro de negócios (com a criação da Avenida Central atual Avenida Rio Branco) e a sua periferia, “a cidade velha”. Foi uma intervenção ditada pela classe dominante para atender aos interesses políticos e econômicos da época, na qual só eram considerados como patrimônio material “a pedra cal” e o que era de interesse da elite – a classe dominante –, desconsiderando, portanto, a população local menos favorecida, sua cultura e modos de viver. À classe dominante importava a cultura parisiense e construía identidades que assimilavam o modelo importado.

Outra intervenção radical no período de 1920–1922, na gestão do prefeito Carlos Sampaio, foi a derrubada do morro do Castelo, marco histórico da fundação da cidade do Rio de Janeiro, além da destruição de parte da memória carioca, houve o deslocamento da população que teve suas residências destruídas.

O Plano Agache foi o primeiro plano diretor, de 1927 a 1930, elaborado pelo arquiteto francês Alfred Hubert Donat Agache. Tinha como propostas uso e ocupação do solo, sistema viário, saneamento, habitação e reserva de terras públicas e se limitava à área central da cidade. Fazia uma analogia do espaço da cidade com o organismo humano onde deveria haver o respeito às seguintes funções vitais da cidade: circulação – sistema viário; respiração – espaços livres; e digestão – saneamento básico. Nesta fase, o modelo de planejamento urbano ideal seria o modernista, de cidades funcionais, além de resultarem em cidades mais bonitas e limpas, agregavam produção e reprodução do capital. A partir dos anos 30, as modificações na estrutura política e social refletem na espacialidade urbana. No governo Vargas, em 1933, foi construída a primeira moradia de interesse social moderna na cidade do Rio de Janeiro: a Vila Operária da Gamboa projetada pelo arquiteto urbanista Lúcio Costa e construída com a ajuda do arquiteto Gregori Warchavchik.

Em paralelo, aos planos diretores que eram elaborados para as intervenções urbanas, aconteciam em outras partes do mundo congressos internacionais. Como resultados das discussões dos congressos obtinham-se Cartas Patrimoniais que levantavam questões relacionadas às políticas urbanas e ao patrimônio, algumas delas de importância relevante. Para o caso que nos propomos a estudar vale considerar a Carta de Atenas de 1933, data próxima à eclosão do movimento modernista, a qual se caracteriza por construções funcionalistas e salvaguarda das obras que não fossem obstáculos aos interesses e desenvolvimento da cidade. Essa Carta ditou os projetos de várias gerações no Brasil, porém, posteriormente, em outros encontros do CIAM – Congresso Internacional de Arquitetura Moderna – sofreu contestações de novos arquitetos.

Nas primeiras décadas do séc. XX, após uma segunda revolução industrial¹², desponta uma nova era que propicia inovações tecnológicas em vários setores da comunicação (rádio,

¹¹ “Bota abaixo” apelido dado ao prefeito Pereira Passos pela “irreverência carioca, sempre brincando com as adversidades”. Disponível no site

<http://www.republicaonline.org.br/html/cd/Palacio/Presidentes/rodriguesalves.html>

¹² A segunda revolução industrial é vista como um aprimoramento e aperfeiçoamento das tecnologias da Primeira Revolução, considerando que do ponto de vista “sócio-tecnológico, não houve uma clara ruptura entre as duas”. http://pt.wikipedia.org/wiki/Segunda_Revolu%C3%A7%C3%A3o_Industrial

televisão, cinema, telefone, telégrafo), dos meios de transporte (ferrovia, barco a vapor, automóvel, avião), trazendo assim o elevador, o concreto armado que também revolucionara a construção dos edifícios (arquitetura), e a malha urbana. Era a modernidade que surgia e florescia “o modernismo como movimento estético” (GODIN, 2007, p. 48). A nova forma de se projetar espaços arquitetônicos e urbanísticos sofria a influência dos congressos Internacionais de Arquitetura Moderna – CIAMs – e, particularmente de Le Corbusier. “O modernismo se afirmava como corrente cultural”; Godin (2007) destaca que o “espaço urbano moderno acarreta também a anulação dos marcos da memória pela constante renovação de usos, destruição de edificações e modificações do próprio desenho urbano” (GODIN, 2007, p. 73). Esse tipo de intervenção pode ser observado na Zona Portuária com a criação dos grandes sistemas viários no governo Vargas; a construção da Avenida Presidente Vargas destruiu parte da memória local, ao derrubar residências e igrejas e alterar o modo de vida da população local e a paisagem urbana e, como podemos observar nas intervenções urbanísticas, havia sempre a tensão entre a criação e o que preservar.

O 2º plano, o Plano Doxiadis, de 1964/1965, que fora desenvolvido por um escritório grego, Doxiadis Associates, durante a administração de Carlos Lacerda, visava preparar a cidade – então Estado Guanabara – para o ano 2000 e responder ao grande crescimento demográfico-territorial. Esse plano também tinha como foco a infraestrutura, o saneamento básico, o abastecimento de água e o sistema viário. A cidade nesta época havia crescido desordenadamente aumentando o número de favelas. Medidas foram adotadas através da construção de unidades habitacionais para locarem a população removida das favelas do Pinto, do Esqueleto, do morro do Pasmado; foram construídas as chamadas Vila Kennedy, Vila Aliança e Cidade de Deus em locais em cujas proximidades deveriam ser implantados pólos industriais. No entanto, essa solução encontrada nos projetos de urbanização não resolveu o problema de habitação devido à preferência de alguns moradores em ocupar outras favelas próximas ao centro, perto do trabalho, por conta da deficiência da malha viária. Foi também, neste período, que mais uma vez o sistema viário veio “encapsular” os bairros da região portuária; por exemplo, a construção da Avenida Perimetral, viaduto elevado, junto com a Avenida Presidente Vargas, construída nos anos 40, como acentuou Cardoso:

[...] a ruptura na continuidade da Pequena África, separando a Saúde, a Gamboa e o Santo Cristo dos bairros da Cidade Nova. O elevado da Avenida Perimetral rompeu a contiguidade dos três bairros com o elemento que lhe empresta o nome: o próprio porto (CARDOSO, et al, 1987, p.133).

Podemos observar que não houve a preocupação com a urbanidade local, apenas com o progresso que se fazia necessário. Em 1967, foi definida as Normas de Quito, em que há uma preocupação em conciliar o progresso com a salvaguarda dos valores ambientais. Trata dos problemas e da valorização do patrimônio (arqueológico, histórico e artístico) latino-americano. O patrimônio cultural tem sua “valorização” também como recursos econômicos no desenvolvimento urbano dotando-os de novos usos e estimulando o turismo e a iniciativa privada. Esta valorização do patrimônio deve se estender ao seu entorno. Portanto, em outubro de 1975, na Declaração de Amsterdã já consta uma preocupação com a vida urbana local. O documento ditava que:

[...] a reabilitação de bairros antigos deve ser concebida e realizada, tanto quanto possível sem modificações importantes da composição social dos habitantes e de uma maneira tal que todas as camadas da sociedade se beneficiem de uma operação financiada por fundos públicos. (IPHAN, Relação das Cartas Patrimoniais)¹³

O 3º plano – o Plano Urbanístico Básico – PUB-Rio, 1976/1977 – foi elaborado para a capital do novo Estado em vista da fusão dos Estados do Rio de Janeiro e Guanabara, por técnicos da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano da Cidade do Rio de Janeiro. Este plano estabelecia diretrizes e normas urbanas. Neste mesmo ano de 1976, a UNESCO levantou questões sobre o perigo da uniformização dos espaços urbanos e determinou a “salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida cotidiana” (IPHAN).

Os anos 80 foram bastante significativos tanto na Europa e Estados Unidos como no Brasil. Huyssen, em seus estudos, descreve que em anos mais recentes um dos fenômenos culturais e políticos mais surpreendentes foi “a emergência da memória como uma das preocupações culturais e políticas centrais das sociedades ocidentais” (HUYSSSEN, 2000), e que a partir dos anos 80 houve um “boom” da memória. “Estes discursos de memória aceleraram-se na Europa e Estados Unidos no começo da década de 1980” (HUYSSSEN, 2000), discursos estes, iniciados nos anos 60. Vê-se refletida neste processo a preocupação com a memória, que se instalou em todo o ocidente, com a globalização, e aliado a este sentimento compreende-se que há cada vez mais a necessidade de se preservar o passado.

Esta preocupação se faz presente até os dias de hoje, o passado-presente. Huyssen (2000) relaciona este “boom” às mudanças da modernidade e da contemporaneidade. O “mundo está sendo musealizado”, o grande avanço das tecnologias de mídia, a volatibilidade do presente, a globalização a perda da identidade em nome da igualdade, o medo do passado se perder, tudo isto faz com que se viva na era dos “remakes” (HUYSSSEN, 2000). De acordo com Huyssen (2000), o que é relacionado com o passado vende-se mais e isto também pode ser observado no interesse crescente por parte do poder público e privado em revitalizar centros históricos. Estão presentes interesses não só da memória, do medo do esquecimento, mas também os econômicos.

É também neste período, nos anos 80, que o Brasil vive um importante momento histórico que irá refletir na cultura, nos movimentos, na política e nas políticas urbanas. O Brasil viveu anos de ditadura e, em 1975, começa o processo de liberação política que veio se concretizar em 1985 com o fim daquele regime. O processo de abertura política *lenta, gradual e segura* foi anunciado pelo presidente em exercício general Ernesto Geisel (1974 – 1979) devido à crise econômica que encontrara e o descontentamento da sociedade que já se manifestava. Foram tempos de crise e descontentamento “silencioso” em todos os setores: industrial, comercial, repartições públicas e até mesmo no quadro das Forças Armadas entre o baixo escalão que sentia os efeitos da economia. Aumentam, neste período, os casos de tortura, espancamentos, assassinatos e esquadrões da morte, por militares e civis contrários à redemocratização. Seu sucessor, o general Figueiredo (1979 – 1985), assume e faz um juramento para a sociedade de fazer do Brasil uma democracia. Em seu governo, é criada a Lei 6683, que concede Anistia aos cassados pelo regime militar. O Brasil vive momentos de

¹³Texto da Declaração de Amsterdã de outubro de 1975. IPHAN em Relações de Cartas Patrimoniais. Disponível no site: <http://portal.iphan.gov.br/>

manifestações, movimentos sociais, estudantis e sindicais. Os movimentos começam a ser mais fragmentados relacionados mais a identidades. No âmbito cultural, as mudanças também começam a se evidenciar¹⁴.

Em 1984, o Corredor Cultural é aprovado por lei. Nesta época houve a criação de vários centros culturais e um grande número de tombamentos. Este interesse pelo centro da cidade, apesar de lento, é contínuo. O centro por ter atrativos, como local de lazer estimulou a instalação e reformas de restaurantes, livrarias, casas de dança e espetáculo, movimentando o local, como por exemplo, a Lapa que apresenta mudanças mais acentuadas a partir do fim da década de 1990, principalmente no que diz respeito à vida noturna, como fora nos tempos da boemia. Especificamente, na cidade do Rio de Janeiro, as iniciativas de recuperação, reurbanização da área central da cidade tornaram-se mais significativas, inclusive enfocando o patrimônio histórico também sob o aspecto da cultura, e preocupando-se com o aspecto arquitetônico

A Prefeitura teve a iniciativa de criar o projeto “Fim de Semana no Centro”, que acontece sempre em um determinado fim de semana do mês. O projeto tem por finalidade atrair e incentivar a população a conhecer a cidade sob o prisma cultural, principalmente aos moradores que nem sempre têm acesso às atrações turísticas e culturais oferecidas, e desconhecem a história da cidade em que residem. Segundo Habermas (2003), a cidadania está ligada ao espaço urbano e nestes espaços é cada vez maior o surgimento de espaços culturais, ao qual o público passa a ter acesso, e a formar opiniões a respeito. Os meios críticos de comunicação estão cada vez mais desenvolvidos e ao alcance da sociedade, do público em geral. No entanto, com a mercadorização da cultura nem todos têm o poder de compra e acesso, como é mostrado em seus estudos sobre o “público e o privado”, fazendo uma relação com a “massa da população rural e o povo ‘citadino’ da Inglaterra no século XVII”. Habermas conclui que esta massa da população “não dispõem de um poder de compra suficiente para ter acesso, ainda que modesto, ao mercado de bens culturais” (HABERMAS, 2003, p. 53–54). Apesar da diferença temporal, este mesmo problema ocorre com parte da população da cidade do Rio de Janeiro, constatáveis neste projeto da Prefeitura, para viabilizar o acesso da população a um conjunto de eventos e atrações que, em sua maioria, é gratuito ou a preço popular.

Aos poucos, o Centro da Cidade começou a se transformar e atualmente já se observa um fluxo intra-urbano no horário noturno devido, principalmente, à instalação de campus universitários, sendo vários deles situados em prédios reformados.

A Constituição Federal de 1988 foi um grande feito na democracia do Brasil, inclusive, também, no que se refere às políticas urbanas. A aprovação do Estatuto da Cidade também é uma grande vitória, com o qual as cidades poderão ser transformadas em espaços mais humanos. Um ponto importante no Estatuto é o que estabelece que todo o município com mais de 20 mil habitantes será obrigado a ter ou a refazer seu Plano Diretor.

Foi também na década de 80, através do Decreto n.º 7351 de 14 de janeiro de 1988 que “regulamenta a Lei n.º 971, de 04 de maio de 1987, que se instituiu a Área de Proteção Ambiental (APA) em parte dos bairros da Saúde, Santo Cristo, Gamboa e Centro” (SMU). O

¹⁴ Cf. Wikipédia, a enciclopédia livre. **Abertura Política**. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Abertura_pol%C3%ADtica

projeto SAGAS (da década de 80, formado pelos bairros do Saúde, Gamboa e Santo Cristo) definiu uma legislação que delimita a área de preservação ambiental para os bairros, traçou parâmetros para os usos residenciais, comerciais, industriais, urbanísticos, e também propôs a preservação do patrimônio arquitetônico e urbanístico da região. O projeto se insere nas novas diretrizes em acordo com o Art. 73. O referido artigo é um projeto de lei complementar, de n.º 25/2001 (mensagem n.º 81/2001), que dispõe sobre a política urbana do município, no qual se institui o plano diretor da cidade do Rio de Janeiro, de autoria do poder executivo. A Câmara Municipal do Rio de Janeiro decreta: “Integram o patrimônio paisagístico e cultural do Município, sujeitos à proteção ambiental, as seguintes áreas e bens localizados no território da Área de Planejamento 1 (AP1)”. A legislação ainda traçou parâmetros para o uso do solo e a preservação. Segundo IPP, (2001, p.7) apud BARROSO, (2008, p.77):

[...] um forte movimento da população residente nos bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo que levaram, após uma quinzena de debates e vários estudos, à aprovação de atos legais voltados para a preservação dos bairros, em seus trechos residenciais e de fronteira imediata à orla portuária, que ficaram conhecidos como Projeto SAGAS. (IPP, 2001, p.07 apud BARROSO, 2008, p. 77)

O Plano Diretor de 1992 também foi elaborado por técnicos da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano da Cidade do Rio de Janeiro, assim como o PUB-Rio, pela lei 16/92, devendo cumprir as determinações da nova Constituição Federal e da Lei Orgânica do Município.

A política urbana prevista no Plano Diretor Decenal da Cidade e na Lei Orgânica antecipou ao Estatuto da Cidade. Trata-se de conquistas democráticas que foram expressas no PDDC e em alguns artigos da Lei Orgânica, como, por exemplo, o artigo 12 (parágrafo 1), e garantem à população a participação em todas as etapas do processo de planejamento e acesso às informações. No entanto, tais princípios não foram respeitados e nem efetivamente implementados, por irem contra os interesses particulares de grupos políticos detentores da Administração Pública Municipal. Preferiu-se manter a legislação urbana existente obsoleta e passível de ser desrespeitada.

Substituiu-se o PDDC pelo Plano Estratégico este claramente formatado à luz dos interesses econômicos desigualmente distribuídos pela população carioca. (COOQ, 2002).

Estas transformações e interferências no espaço urbano, de certa forma, afetaram a região central e a zona portuária do Rio de Janeiro, tanto em um passado distante como em um passado recente (nos séculos da formação da cidade ao século XX). Segundo Assis (2005), em *Vozes do Porto*:

Diversas transformações urbanas teriam afetado essa região com o passar dos anos, descaracterizando-a e fazendo com que seu valor ficasse reduzido à busca de preservação de seu relevante patrimônio histórico (ASSIS, 2005, p.69).

Mais tarde, no ano de 2001, inclusas no Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro de 1992, cuja primeira revisão foi iniciada no ano de 2001 e regulamentada e aprovada até o segundo semestre de 2003, foram implementadas as APACs. O art. 124

determina que a “Área de Proteção do Ambiente Cultural – APAC, de domínio público ou privado, (a que) apresenta relevante interesse cultural e características paisagísticas notáveis, cuja ocupação deve ser compatível com a valorização e proteção da sua paisagem e do seu ambiente urbano e com a preservação e recuperação de seus conjuntos urbanos”. (PDDC).

Em relação à cidade, Silva (2009), em seu livro *Sociologia urbana* cita o texto de Park em que o autor define um ponto de vista sobre a cidade:

[...] A cidade é um estado de espírito, um corpo de costumes e tradições e dos sentimentos e atitudes organizados inerentes a esses costumes e transmitidos por essa tradição. Em outras palavras, a cidade não é meramente um mecanismo físico e uma construção artificial. Está envolvida nos processos vitais das pessoas que a compõem, é um produto da natureza, e particularmente da natureza humana. (PARK, 1979, p.26 apud SILVA, 2009, p. 68)

Esta natureza humana que dá “vida” à cidade permanece latente na Zona Portuária sobrevivendo às diferentes transformações. A área portuária do Rio de Janeiro, assim como Berlim, descrito por Huyssen (2000, p. 89), “é um texto que está sendo freneticamente reescrito”. Como também nos mostra Schama (1996, p. 23) “a paisagem, pode realmente ser um texto em que as gerações escrevem suas obsessões recorrentes”.

“Nos novos espaços pós-modernos fica evidente a contradição entre os direitos e a “soberania do consumidor”” (GODIN, 2007). Em seus estudos, Bauman apresenta que, na pós-modernidade, o capital não depende mais do trabalhador e sim do consumidor. Áreas de patrimônio histórico são novos atrativos para a indústria da cultura e para empresários. A atração do turismo, bem como a reinvenção da Gamboa se deve principalmente a estes empresários, o que evidencia a importância do consumo para gerar lucros e capital.

Choay apresenta em sua obra a “indústria da cultura”:

[...] os monumentos e o patrimônio históricos adquirem dupla função – obras que propiciam saber e prazer, postas à disposição de todos, mas também produtos culturais fabricados, empacotados e distribuídos para serem consumidos. [...] graças à engenharia cultural (CHOAY, 2001, p.211)

Na indústria cultural, percebe-se que “a instituição do patrimônio emerge na direção da visibilidade turística” (BARREIRA, 2007, p.167). Dentro deste contexto, os centros históricos, os espaços urbanos vazios e as áreas degradadas são reurbanizadas, “requalificadas” e ‘revitalizadas” para o consumo, para a nova estratégia de mercado, de crescimento econômico e urbano e para a projeção da cidade e promoção de sua imagem para o mundo globalizado.

Segundo Huyssen (2000, p. 90), atualmente, o “interesse pela cidade como signo, como texto, está apagando-se do discurso e da prática da arquitetura”, a cidade signo ainda permanece, porém atualmente está mais relacionada à imagem:

[...] cidade como texto múltiplo codificado para ser preenchido com vida pelos seus habitantes e seus leitores, mas a cidade como imagem e *design* a serviço da exibição do poder e do lucro. (HUYSSSEN, 2000 p.105)

O mundo globalizado institui o efêmero, a agilidade das mídias, da tecnologia, das cidades como imagem, cidades *high-tech*. Simultaneamente, inserem-se buscas pela preservação da identidade, das memórias, da criação de lugares de memória e a preocupação em preservar as tradições, “marcas de vidas”, e o que proporciona a vida, “o planeta”, o meio ambiente, é o momento em que o patrimônio emerge em diversas categorias. É neste contexto que o espaço urbano da Zona Portuária do Rio de Janeiro vivencia uma nova intervenção urbana, após tentativas anteriores que não se concretizaram, finalmente é implantado o projeto denominado “Porto Maravilha”, que veremos a seguir.

2 “PORTO MARAVILHA”, O RIO DE JANEIRO NO CENÁRIO MUNDIAL DE CIDADES.

Neste capítulo, buscaremos entender o contexto em que surge um novo ideal de cidade que se faz modelo para as demais cidades globais. Como é o planejamento para estas cidades contemporâneas que almejam criar e preservar espaços urbanos? Como este processo chegou à cidade do Rio de Janeiro? O projeto Porto Maravilha é um projeto dentro desta nova concepção de cidades, que irá intervir na zona portuária da cidade do Rio de Janeiro. Como este projeto trabalha as questões do patrimônio e memória, quais as suas propostas e ações? Que impactos poderá causar na urbanidade local? Pretendemos realizar o desafio de “analisar a situação atual em que sejam identificados não apenas os aspectos de estrutura, mas também as tendências aparentes ou escondidas atrás do presente.” (SANTOS, 2008, p. 125)

No capítulo anterior, observamos que foram muitas as intervenções na cidade do Rio de Janeiro e na zona portuária, e que o porto sempre foi o principal elemento na configuração espacial e social da região. Essas mudanças espaciais/territoriais foram realizadas sempre através da destruição, construção/reconstrução, tensões e conflitos. Em meio à produção simbólica e material do espaço urbano, através dos projetos urbanos a serem implantados muitos exemplares da cultura da cidade vieram abaixo, como no caso da reforma de Pereira Passos (significativa do início do século XX) que se inspirou no modelo da cidade de Paris de Haussman.

Atualmente, no início do século XXI, a zona portuária passa por mais uma intervenção em que apesar da semelhança com a Reforma de Pereira Passos, o contexto em que essas mudanças se inserem é o do ideário de cidades voltadas para o mercado internacional.

Para compreender esta nova maneira de se conceber e pensar as cidades, recorreremos ao pensamento de Bourdieu (1989), para quem o poder econômico sempre prevalece e tem grande força em relação aos demais, já que ele tende a impor sua estrutura aos outros campos. Podemos, assim, observar, a presença da atual dinâmica econômica “globalizada” causando redefinições na relação entre economia e política. Essas alterações, que influenciarão o atual planejamento e gestão do espaço urbano, começam após os meados do século XX, em que termina um período de capitalismo que ficou conhecido como “Os Anos Dourados”, o “fordismo”, segundo Ghirardo (2009),

[...] refere-se ao sistema de produção e consumo de massa regulamentado pelo Estado, que, sustentado por políticas de bem-estar e segurança social, dominou os países capitalistas avançados do Ocidente mais ou menos desde a Grande Depressão até a crise de 70. O pós-fordismo, por outro lado, é um sistema de acumulação flexível e de consumo em nichos de mercado que vem se desenvolvendo desde a década de 70. (GHIRARDO, 2009, p.37)

Com a nova visão de mercado nas décadas de 80 e 90, para não ser um perdedor, há a necessidade de se tornar o mais competitivo possível (HIRST e THOMPSON, 1998). Essa concepção/tendência de competitividade irá se espalhar mundo afora e se aplicar a diversos setores, incluindo as metrópoles como nos mostra Bienenstein (2000) ao dizer que:

[...] um dos aspectos da estratégia ideológica da globalização – tudo que a ela se opor estará não somente contra a força da modernidade como, também, fadado ao fracasso. Assim sendo, todas as esferas da vida social – Estado, legislação, meio ambiente – são contaminados pela retórica da competitividade. (BIENENSTEIN, 2001, p.9)

Dentro deste contexto de competitividade surge um modelo de cidade e de planejamento, “um planejamento dito estratégico que se pretende flexível, amigável ao mercado (*market friendly*) e orientado pelo e para o mercado (*market oriented*).” (VAINER, 2002, p. 12). Este modelo, conforme nos mostra Vainer (2002), vem sendo difundido no Brasil e na América Latina através da ação em que se combinam “diferentes agências multilaterais (BIRD, Habitat) e de consultores internacionais, sobretudo catalães, cujo agressivo *marketing* aciona de maneira sistemática o *sucesso* de Barcelona”¹⁵.

Inspirado em conceitos e técnicas oriundos do planejamento empresarial, originalmente sistematizados na Harvard Business School, o planejamento estratégico, segundo seus defensores, deve ser adotado pelos governos locais em razão de estarem as cidades submetidas às mesmas condições e desafios que as empresas. (VAINER, 2002, p. 76)

Neste novo ideário, ainda segundo Vainer (2011), se a cidade se assemelha logo, – tratada como empresa – “como tal deve ser conduzida”, devendo ser entregue “a quem entende de negócios: os empresários capitalistas”.

No mercado internacional de cidades modernizadas, as cidades competem entre si em busca de visibilidade e inserção neste mercado, os megaeventos esportivos e os grandes projetos fazem parte deste novo cenário. Deste modo, modelos de cidades internacionais são traçados como ideais no processo de revitalização urbana; e são seguidos, havendo a troca de *expertise* com outras cidades, sendo utilizado “saberes políticos” e conhecimentos técnicos estrangeiros aliados ao surgimento de uma “exportação” de pessoas no mercado que atuam, ou já atuaram, em outros processos internacionais semelhantes. Baltimore, Nova Iorque, Londres e Barcelona são alguns dos exemplos mais significativos de cidades que passaram por processo de “revitalização” se inserindo no mercado competitivo e internacional de cidades. (PASSOS; SÁNCHEZ, 2011).

Neste início do século XXI, no atual contexto de mundo globalizado, o Brasil “emergiu no cenário mundial” como um importante competidor no que pode ser denominado de “mercado mundial de megaeventos esportivos” (BIENENSTEIN, 2000). A cidade do Rio de Janeiro vem pleiteando este espaço para sediar megaeventos esportivos desde o primeiro governo César Maia (1993–1998). De acordo com Bienenstein (2011), o governo César Maia traçou uma nova política administrativa para a cidade que incluía:

- Revisão do papel econômico do Estado, tendo em vista as possibilidades e as oportunidades do cenário internacional.
- O Plano Diretor e o Plano Estratégico.

¹⁵ No grupo que Vainer (2002) designa *catalães* destacam-se Manuel de Forn e, sobretudo, Jordi Borja, seja no exercício de consultoria, seja na produção de textos em que se difundem, junto com a experiência de Barcelona, as virtudes do novo modelo. Em certa medida, também integra o grupo Manuel Castells, que tem produzido vários trabalhos, inclusive um livro em coautoria com Jordi Barja. (VAINER, 2002, p. 75)

- Um conjunto de programas e novos projetos inseridos nesta gestão e/ou produção da cidade do Rio de Janeiro como o Favela Bairro, Cidade do Samba, Vila olímpica da Gamboa, os Jogos Pan-americanos de 2007, entre outros.

A motivação de seu discurso era a inserção do Rio de Janeiro na arena da competitividade urbana internacional, assim como a oportunidade de antecipação de processos de modernização (BIENENSTEIN, 2011).

Seu governo teve algumas tentativas frustradas na construção da nova imagem da cidade do Rio de Janeiro não só através de grandes projetos, mas também, na candidatura da cidade como sede dos jogos olímpicos de 2004 e 2012. Alguns destes projetos não alcançaram sucesso por interesses divergentes e por falta de articulação com a sociedade, como por exemplo, o projeto de construção do Museu Guggenheim com orçamento de 705 milhões. Este Museu constituía um projeto concebido pelo arquiteto francês Jean Nouvel para ser construído no Píer Mauá e, na concepção dos envolvidos, seria um “marco cultural”, um “símbolo” para a cidade do Rio de Janeiro. A cidade estaria entre as cinco do mundo a ter este Museu que são: Nova York, Las Vegas (nos Estados Unidos); Veneza (Itália); Berlim (Alemanha) e Bilbao (Espanha). E mais recentemente, Abu Dabi, juntamente com uma filial do Louvre, de Paris.

De acordo com Douglas (1998), é necessário solidariedade e confiança para que algo realmente aconteça. Podemos dizer que o projeto do Museu Guggenheim não se concretizou, porque para que a Instituição dominante conseguisse alcançar o sucesso desejado, necessitaria da solidariedade e da confiança de todos os envolvidos. No entanto o “mega” projeto e seus supostos benefícios não foram suficientes para se obter o apoio esperado. Um projeto de tal porte envolve não só as grandes instituições públicas detentoras de poderes políticos e econômicos, mas também a sociedade, de um modo geral. Houve um movimento contra a construção do Guggenheim, principalmente em função da resistência popular, culminando, desta maneira, para o insucesso do projeto. Nos novos ideários de cidade, observamos que costuma haver a criação de museus, e de uma “marca” para a cidade. Apesar dos fracassos, seus sucessores, que também fizeram parte de seu governo, os prefeitos Luiz Paulo Conde e Eduardo Paes¹⁶ deram continuidade a suas orientações.

Atualmente tendo Eduardo Paes como prefeito em exercício, a cidade do Rio de Janeiro adquire posição privilegiada no “mercado mundial de megaeventos”, pois sediará dois importantes eventos: a Copa Mundial de Futebol, em 2014 e as Olimpíadas de 2016. Outros eventos também foram destacados na apresentação do governador em exercício Sérgio Cabral em palestra a empresários britânicos tais como: a conferência de meio ambiente Rio+20, com mais de 120 chefes de Estado, em 2012; a Copa das Confederações (2013); a Jornada Mundial da Juventude (2013); o Campeonato Mundial de Judô (2013); o governador também reafirma “que levará a pacificação para todo o Estado”, ainda segundo o discurso do governador o “Rio

¹⁶ Luiz Paulo Conde foi Secretário Municipal de Urbanismo na primeira gestão de César Maia (jan. 1993 – jan. 1996) e prefeito da cidade do Rio de Janeiro (jan. 1997 - jan. 2001). Eduardo Paes foi Secretário de Turismo, Esporte e Lazer no período de 2007 a 2008, na terceira gestão de César Maia (jan. 2005 – jan. 2009) e prefeito da cidade do Rio de Janeiro no período de jan. de 2009 até os dias atuais, tendo sido reeleito em 2012.

é a melhor plataforma de acesso ao mercado brasileiro” (CABRAL, 2011) ¹⁷.

Aliados a estes megaeventos, estão os grandes projetos para a projeção da cidade no mercado internacional. A cidade do Rio de Janeiro passa por uma enorme transformação em todos os seus aspectos: físicos, econômicos, sociais e culturais na qual o “capital simbólico” (BOURDIEU, 1989), é uma das importantes estratégias utilizadas pelo poder dominante. Com o intuito de modernizar e atrair novos investidores, projetos que anteriormente não foram bem sucedidos são colocados em execução, como o atual projeto de revitalização da zona portuária denominado pelo prefeito em exercício de “Porto Maravilha”.

Neste início do século XXI, a zona portuária surge como uma das áreas mais propícias para o estabelecimento deste novo ideário de cidade contemporânea. Isso ocorre tanto pela sua localização geográfica, como pela presença do porto, que tem e teve forte conotação simbólica para a região, bem como contribui para a construção de redes sociais que fazem parte das experiências do espaço vivido, além do centro histórico da cidade. Investir nesta área “revitalizando-a” e expondo-a ao mercado para o consumo irá gerar lucros e “supostos benefícios para a sociedade local” e para a cidade, em geral. Sendo assim, “a natureza e o patrimônio são também produtos desta atividade econômica e, neste caso, tornam-se objetos a serem vendidos e consumidos no circuito das trocas mercantis deste negócio.” (CARDOSO, 2009, p. 95)

Talvez esta seja, hoje, uma das ideias mais populares entre os neoplanejadores urbanos: a cidade é uma mercadoria a ser vendida, num mercado extremamente competitivo, em que outras cidades também estão à venda. Isto explicaria que o chamado *marketing urbano* se imponha cada vez mais como uma esfera específica e determinante do processo de planejamento e gestão de cidades. (VAINER, 2002, p. 79)

O *marketing urbano* faz parte desse processo reforçando cada vez mais a necessidade da cidade como imagem e *design* que, como nos mostra Huysen (2000), está “a serviço da exibição do poder e do lucro” sendo a visibilidade um dos importantes fatores para a inserção neste mercado. Considerando a necessidade da visibilidade e aceitação não só do mercado internacional, mas da própria sociedade local, o “poder simbólico” ¹⁸ (BOURDIEU, 1989) é trabalhado através da mídia, da publicidade para a maior adesão possível da população e minimização dos grupos de resistência que “por ventura” poderão vir a se formar. “A cultura popular ressurgiu pacificada, as misturas sociais são toleradas e as diferenças domesticadas,

¹⁷ Fala do governador do Estado do Rio de Janeiro em palestra realizada em Londres. Fonte: Folha do Interior publicado em 30 de set de 2011 - 14 h 23, Disponível em:

<http://www.folhadointerior.com.br/v2/page/noticiasdtl.asp?t=RIO+%C9+A+MELHOR+PLATAFORMA+DE+ACESSO+AO+MERCADO+BRASILEIRO&id=36416>

¹⁸ Em seus estudos sobre o “poder simbólico”, Bourdieu (1989) o coloca como um poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força física (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização. Assim, o poder só é exercido se for reconhecido, se não for entendido como arbitrário. Quando se utilizam os sistemas simbólicos como instrumentos de conhecimento e comunicação estes só podem exercer um “poder estruturante porque são estruturados”. Observamos a presença deste “poder simbólico” desde o planejamento a implementação do projeto Porto Maravilha. Utilizamos elementos da sociologia de Pierre Bourdieu: poder simbólico, campo, *habitus*, para desenvolvimento de estudos à revitalização “Porto Maravilha” e às instituições, como o IPN (Instituto de Pesquisas e Memória Pretos Novos) que veremos no capítulo seguinte.

para valorizá-las como traços da urbanidade carioca.” (SÁNCHEZ, 2011). Criação e reconstrução de espaços acontecem onde “todos são/serão aceitos sem distinção”.

No processo de revitalização das Docklands de Londres, o discurso para promover Canary Wharf e atrair seu público era o de um lugar de “aparência normal e natural” projetado por arquitetos empenhados em desenvolver espaços abertos típicos e destinado a todas as pessoas sem distinção. Porém, apesar deste propósito, não foi este o resultado alcançado. O complexo, para o visitante britânico médio, pareceu totalmente estrangeiro, aproximando-se de ambientes americanos, semelhante a “Manhattan-on-Tames”¹⁹, além de ser um espaço excludente, porque os serviços oferecidos destinavam-se a um tipo específico de pessoas e não a toda a classe operária que vivia nas áreas próximas, em virtude de sua sofisticação e dos altos preços cobrados. O pensamento dos idealizadores e responsáveis pela implantação do “Porto Maravilha” se assemelha ao discurso britânico na teoria. Como podemos observar, o ocorrido em Londres mostra uma contradição, mas faz parte da estratégia de reconfigurações de novos espaços urbanos contemporâneos. Na própria campanha publicitária, a imagem que Canary Wharf deveria passar era a de um “oásis isolado”, por meio de imagens consideradas positivas, apenas com executivos bem vestidos, lojas finas etc. Não eram consideradas boa publicidade imagens do cotidiano, imagens consideradas negativas para o empreendimento, tais como a da população pobre exercendo funções simples ou até mesmo dormindo em bancos de praça (GHIRARDO, 2009).

O discurso usado como pilar do projeto Porto Maravilha se assemelha ao disseminado em Londres. E apesar de prever a participação de toda a população local e benefícios para os moradores, inclusive a transparência das informações do projeto divulgadas através de meios eletrônicos (sites, blogs, etc.), observa-se a formação de movimentos de resistência pelos moradores que temem a exclusão e a mudança na urbanidade local. Conforme Moreira (2004), o desejo de urbanidade se dá a partir do projeto, podendo ser observado o tipo de urbanidade que se deseja, assim como a possível segregação. É neste cenário de diversidade e harmonia que nasce o Porto Maravilha.

2.1 “Porto maravilha” concepção e propostas

Os projetos de revitalização para áreas centrais das cidades e principalmente das áreas portuárias, como vimos anteriormente, vem ocorrendo em vários países: uma das primeiras experiências foi em Chicago. Londres e Buenos Aires tiveram caráter público com organismo único de comando responsável por todo o processo; houve caráter privado em Baltimore e Toronto; e de economia mista em Montreal e Barcelona. No Brasil, este processo só se iniciou na década de 1990, com a extinção da Portobrás e com a Lei 8.630 de 25/02/1993, conhecida como a Lei de Modernização dos Portos.

Apesar da nova lei e das mudanças no Centro da cidade do Rio de Janeiro, no que se refere a um projeto de reurbanização da área portuária, somente ocorreu no início do séc. XXI. No ano de 2001, foi desenvolvido por um Grupo de Trabalho (GT) formado por representantes da Secretaria Municipal de Urbanismo – SMU e pelo Instituto Pereira Passos –

¹⁹ Norman Tebbit, Secretário de Estado de Comércio e Indústria, havia feito esta previsão em 1986 de que a área das docas West India e Millwall se tornaria a “Manhattan-on-Tames” e é este o efeito que se tem.

IPP, sob a coordenação da Gerência de Planos Locais (GPL) e da Coordenadoria Geral de Planejamento Urbano da SMU, um plano de “revitalização” da zona portuária. As melhorias propostas para a região já vinham sendo cogitadas por governos anteriores – demos destaque anteriormente às iniciativas propostas no mandato do prefeito César Maia, dando início a uma nova forma de se planejar cidades aos moldes internacionais, importando para o Porto da cidade do Rio de Janeiro este ideário de cidade contemporânea.

Neste mesmo ano de 2001, foi desenvolvido o “Plano de Recuperação e Revitalização da Região Portuária do Rio de Janeiro” pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. O objetivo geral foi o de promover “a reinserção dessa área no tecido urbano da cidade, seja ele viário, econômico, social, cultural ou espacial” (PCRJ, 2001, p.13, apud SOARES; MOREIRA, 2007). Nascia o projeto Porto do Rio. No entanto, somente em 2009, o projeto alcançou parte do seu objetivo, mais tarde concretizado com o início das obras. Assim, novas possibilidades foram abertas para que o projeto se realizasse. Como parte do projeto do “Rio de Janeiro: Cidade Olímpica” o centro de mídia e árbitro foram deslocados para a área portuária do Rio de Janeiro, a partir do lançamento do “Porto Maravilha” cujos interesses articulam os três níveis de governo, federal, estadual e municipal (Fig. 16), como um dos aspectos de “estratégias territoriais” (BIENENSTEIN, 2011).



Figura 16- Os três níveis de governo. Disponível em <http://laryff.com.br/?m=200906>. Acesso em 06 dez. 2011.

A revitalização da zona portuária, que está sendo realizada no momento em que a cidade sediará dois megaeventos esportivos, se inspira em projetos internacionais de revitalização de áreas portuárias. Tem-se o melhor exemplo com a área de Barcelona, que passou por este processo em um período semelhante ao da cidade do Rio de Janeiro quando ia sediar as Olimpíadas de 1992 e a do Porto Madero (Fig. 17), que também se espelhou no modelo de Barcelona.



Figura 17 - Porto Madero em Buenos Aires. Disponível em <http://akworld.net/BAweekly/?p=332>. Acesso em 06 dez. 2011.

O modelo Barcelona se propagou a várias cidades do mundo e Arantes (2002) nos apresenta uma hipótese para o sucesso deste plano de cidade:

[...] talvez o interesse maior, e o relativo sucesso deste modelo-Barcelona, decorra dessa situação–limite: de um certo modo, ter podido combinar regionalismo e uma fórmula por assim dizer híbrida de urbanismo de segunda e de terceira geração, ou ainda de gestão urbana de molde empresarial americano e previdenciário-cultural (se é possível falar assim) europeu, notadamente francês. E isto não só por opção de seus arquitetos-urbanistas, mas seguramente por se estar vivendo um período de

transição, ou ao menos, de relativa indefinição, tanto quanto ao futuro de Barcelona, como da Espanha na União Europeia. (ARANTES, 2002, p. 56)

Segundo Ghirardo (2009), as melhores soluções na reconfiguração urbana de Barcelona (Fig.18 e 19) foram os programas mais baratos e modestos; preservação de antigos prédios e recuperação de centros históricos.



Figura: 18 – Torres da Vila Olímpica de Barcelona. Disponível em <http://picasaweb.google.com/lh/photo/NomoQC8dD6KTnw0MBJULg> Acesso em 14 abr.2012.



Figura: 19 - Ronda del Litoral – Barcelona . Disponível em <http://antoniasantamaria.blogspot.com.br/2011/11/espanha-2-barcelona.html>. Acesso em 14 abr. 2012.

O processo de revitalização da zona portuária da cidade do Rio de Janeiro tem como proposta a preservação do centro histórico e a criação na área plana (considerando a topografia da região em que temos a parte mais elevada que é habitada). Para esta área plana, estão previstos o que os idealizadores do projeto denominam de “novo” e “contemporâneo”, a construção de grandes torres características desse novo ideário de cidades que “é a representação típica dos grandes centros urbanos e das propriedades litorâneas” (GHIRARDO, 2009). Para promover outra “vida para o local”, essas torres podem fazer parte de qualquer um desses novos “cenários” urbanos por não terem relação com a cultura local. Conforme mencionamos anteriormente, segundo Moreira (2004), o desejo de urbanidade se dá a partir do projeto. A autora usa os exemplos de torres comerciais de alta tecnologia quando são projetadas para um espaço urbano em que já está implícita a possibilidade de surgimento do tipo de urbanidade que se deseja. Do mesmo modo, a segregação muitas vezes pode ser observada também a partir do projeto urbano. A inserção de projetos arquitetônicos com “assinatura” de arquitetos renomados, também está presente no planejamento do “Porto Maravilha”.

O projeto para a zona portuária é um entre vários outros que fazem parte da construção do “Rio de Janeiro: Cidade Olímpica”. De acordo com Sánchez (2011), “mediante o olimpismo” para haver a reconstrução da cidade dentro de um prazo fixo, o Governo Municipal fez uma parceria com outras escalas de governo para atrair grandes investimentos públicos, assim como também, “mobilizará capitais privados nacionais e internacionais”. A primeira parceria público-privada (PPP) do município – Consórcio Porto Novo– foi formada por Odebrecht, OAS e Carioca Engenharia e foi escolhida para executar a segunda fase do projeto Porto Maravilha. Sendo assim, esse consórcio “será o responsável pelas obras de requalificação urbana e realização de serviços nos próximos 15 anos – o consórcio chegou no dia 27/10/2010” (REVISTA DO PORTO MARAVILHA nº 3 – nov. 2010, p. 4).

Para a criação e implantação do projeto de revitalização da Zona Portuária foram feitas algumas alterações no Plano Diretor. O Projeto de Lei Complementar nº 25/2009 autoriza a instituição da Operação Urbana Consorciada (OUC) da Região do Porto do Rio²⁰ e delimita sua área de atuação. Além disso, abarca um conjunto de intervenções e melhorias sociais e ambientais em partes das regiões administrativas I, II, III e VII “em consonância com os princípios e diretrizes da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade e do Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro. A atuação da OUC durará o tempo necessário para o término de todo o projeto não devendo ultrapassar o prazo de 30 anos contados a partir da publicação desta Lei Complementar.

§ 2º Constituem diretrizes da Operação Urbana Consorciada:

I – estimular a renovação urbana pela adequação gradativa com uso concomitante portuário de cargas e usos residencial, comercial, serviços, cultural e de lazer;

V – possibilitar a recuperação de imóveis com a importância para proteção do patrimônio cultural e a criação de circuito histórico-cultural, contemplando a devida identificação dos patrimônios material e imaterial, passado e presente, e capacitação técnica na área de turismo e hotelaria, visando promover o circuito;

X– propiciar a criação de equipamentos públicos, áreas de lazer e assegurar a circulação segura de pedestres e ciclistas, bem como destinar espaço físico multidisciplinar para apoio de infraestrutura e logística para atividades de grupos culturais e atendimentos das demandas de cidadania da região, de acordo com o calendário anual de eventos da zona portuária;

XI – realizar melhoramentos nas áreas de especial interesse social e seu entorno, com implantação de infraestrutura e regularização fundiária;

XII– incentivar a recuperação de imóveis ocupados para a melhoria das condições de moradia da população residente;

XIII – estimular as atividades de geração de trabalho e renda existentes na região;

XIV – promover ações que assegurem a sustentabilidade da população residente; e

XV – promover as ações necessárias para o reconhecimento e a regularização das comunidades tradicionais.

XVI – incentivar a restauração e reconversão, para usos compatíveis com seus objetivos, de imóveis de valor histórico e/ou relevante interesse como o Palacete D. João VI, o prédio “A Noite”, o prédio do Touring Club, o prédio da Estação Marítima de Passageiros (ESMAPA), os armazéns de 1 a 6 do Cais do Porto, o prédio da Imprensa Nacional, o prédio do Terminal Mariano Procópio, o depósito da Biblioteca Nacional e outros.

§ 4º O entorno dos bens tombados e protegidos deverá ser priorizado quanto à realização de investimentos visando a sua recuperação, a melhoria do acesso e a sua valorização como patrimônio histórico e turístico.

A abrangência da área de atuação da OUC é delimitada pela Área de Especial Interesse Urbanístico (AEIU) da qual fazem parte os bairros da Saúde, Gamboa, Santo Cristo e parte do Centro, São Cristóvão e Cidade Nova. Para atender a Operação Urbana Consorciada foi alterado o Plano Diretor e criada pela Lei Complementar nº 102/2009 a

²⁰ Criada pelo Decreto Municipal nº 20.658/2001 e revogada pelo decreto nº 26.852/2006, a Lei Federal 10.257 de 10 jul. 2001, está disponível no site <http://www.portomaravilha.com.br/web/esq/legislacao.aspx>

CDURP – Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro, uma empresa de economia mista e que é responsável por coordenar/administrar o processo de implantação do projeto Porto Maravilhava.

“O mapa a seguir apresenta os 11 Núcleos resultantes desta regionalização da Área de Especial Interesse Urbanístico (AEIU) da Região Portuária do Rio de Janeiro.” (Mapa 03). (Em anexo os núcleos das áreas de interesse desta pesquisa).



Mapa 03 – Núcleos da AEIU da zona portuária do Rio de Janeiro. Fonte: Região Portuária: uma proposta de divisão em núcleos Disponível em <http://portomaravilha.com.br/conteudo/conhecaaregiaio/01-NUCLEOSG.jpg>. Acesso em 24 jan. /2011

A proposta deste Plano de Revitalização e Reestruturação da Zona Portuária tem por finalidade, segundo o IPP, “a valorização do patrimônio cultural da área, a requalificação de seus espaços urbanos, a melhoria de sua acessibilidade e sua reativação econômica, ou seja, infraestrutura; habitação; cultura e entretenimento; e comércio e indústria”. Alberto Silva, coordenador do programa Porto Maravilha Cultural, em entrevista²¹ explica que o Porto Maravilha:

[...] vem responder à preocupação com a população local, que muitas vezes acaba pressionada a sair da região com a valorização da área. Por isso, a preocupação central é criar e utilizar instrumentos de política pública que garantam que os moradores da região continuem vivendo lá e que suas condições de vida, emprego e moradia sejam melhoradas. (SILVA, 2011)

No entanto, já se tem relato de que haverá desapropriação em algumas áreas, e alguns moradores serão remanejados, ainda que mantidos na própria zona portuária em terrenos disponível para este tipo de apropriação. Outros serão deslocados para outros bairros; um dos grandes problemas vistos até então é o remanejamento dos moradores do Morro da Providência (Pedra Lisa) e os do Quilombo das Guerreiras, estes último, estão situados no

²¹ Alberto Silva da CDURP e coordenador do programa Porto Maravilha Cultural - entrevista disponível no <http://blogportomaravilha.com/2011/10/03/porto-maravilha-cidadao-entrevista-com-alberto-silva/>

local em que haverá o Porto Olímpico e, portanto, precisarão ser deslocados, porém conseguiram terreno para se alocarem e continuarem a viver na zona portuária.

As medidas para a concretização do projeto para a zona portuária já vêm sendo colocadas em prática através dos CEPACs (Certificados de Potencial Adicional de Construção, antes Outorga Onerosa do Direito de Construir), que representa um poder de troca para incentivar os grandes empresários. Estes certificados concedem:

[...] direitos adicionais de construção nas áreas definidas pelas operações urbanas, o que possibilita tanto a realização de construções acima do limite permitido pela legislação, como ocupação de solo diferente da vigente, mediante uma contrapartida paga à prefeitura. (REVISTA DO CREA, 2009, p.18)

Esta negociação (em forma de consórcio), segundo o presidente do IPP irá viabilizar a segunda etapa do Projeto Porto Maravilha, em que toda a região passará por uma requalificação. A Caixa Econômica Federal arrematou o lote único por R\$3,5 bilhões com recursos do FGTS do trabalhador (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço). O vencedor do leilão assume o compromisso de vender a todo empreendedor que tiver projeto aprovado na SMU. Com as vendas dos CEPACs será possível a viabilização de projetos para a área plana da região que prevê construções que vão de 20 a 50 pavimentos. (Mapa 04)



Mapa 04– Mapa da zona portuária com gabaritos máximos por quadra.

Fonte: Apresentação da CDURP – Porto Maravilha – Material adquirido no curso “Viver e morar na Zona Portuária”

O projeto vencedor para o Porto Olímpico é assinado pelo arquiteto João Pedro Backheuser, sendo que os outros três projetos de outros participantes do concurso também poderão ser aproveitados devendo ao vencedor a execução mínima de 40%. O projeto prevê a construção da Vila de Mídia e Vila de Árbitros, um Centro de Convenções de médio porte integrado a um hotel padrão cinco estrelas e mais equipamentos olímpicos temporários. Este

projeto irá se instalar no entorno da Avenida Francisco Bicalho e onde estarão presentes as grandes torres. (Fig. 20). Espera-se tornar o espaço atraente para moradias.



Figura 20 – Maquete eletrônica do projeto vencedor. - Fonte: Revista do Porto Maravilha nº 05, agosto/2011. Disponível em <http://www.portomaravilha.com.br/web/esq/revistasPortoMarav.aspx>. Acesso em: 23 jan. 2012.

A execução do projeto Porto Maravilha está dividida em duas fases de intervenções, sendo:

Fase 1²² – com recursos próprios da prefeitura – nessa fase 1, segundo Felipe Góes, Secretário de Desenvolvimento e Presidente do Instituto Pereira Passos, serão promovidas as seguintes intervenções:

- Urbanização do Píer Mauá;
- Revitalização da Praça Mauá;
- Calçamento, iluminação pública, drenagem e arborização dos eixos Barão de Tefé, Camerino, Venezuela, Rodrigues Alves e Sacadura Cabral;
- Implantação do trecho inicial do Binário do Porto;
- Reurbanização do Morro da Conceição (vias locais, enterramento de rede elétrica, restauração de patrimônio histórico – Jardim do Valongo e Pedra do Sal);
- Demolição da alça de subida do viaduto da perimetral;
- Construção de garagem subterrânea na Praça Mauá para 900 veículos;
- Investimento total da Prefeitura de aproximadamente R\$ 200 milhões.

Fase 2 – serão promovidas as seguintes intervenções:

- Reurbanização de aproximadamente 40 km de vias (pavimentação, drenagem, sinalização, iluminação, arborização de calçadas e canteiros), implantação de novas vias e trechos de ciclovias;
- Implantação de novas redes de esgotamento sanitário, abastecimento de água, energia elétrica, telefonia e gás encanado;
- Implantação de sistema de melhoria da qualidade das águas do Canal do Mangue;

²² Fonte das intervenções 1 e 2: Slides de apresentação da CDURP – Porto Maravilha adquirido em curso “Viver e Morar na Zona Portuária: 2011.

- Implantação de via de mão dupla interna, paralela à Rodrigues Alves (Binário do Porto);
- Demolição do Elevado da Perimetral no trecho entre a Praça Mauá e a Av. Francisco Bicalho;
- Construção de túnel entre a Praça Mauá e a Av. Rodrigues Alves (na altura do Armazém 05) com aproximadamente 2,0 km de comprimento (dois sentidos);
- Construção de duas rampas ligando o viaduto do Gasômetro ao Santo Cristo;
- Ampliação do atual túnel ferroviário sob o Morro da Providência para receber tráfego de automóveis;
- Implantação de mobiliário urbano, tais como abrigos para automóveis, pontos de ônibus, lixeiras, totens, painéis informativos, bicicletários, etc.;
- Investimento total estimado em aproximadamente R\$ 3 bilhões.

As intervenções já foram iniciadas e o presidente da CDURP Jorge Arraes se mostra satisfeito e com expectativas positivas para o crescimento dos empreendimentos imobiliários na zona portuária:

Nós apresentamos o projeto da Tishman Speyer em parceria com a Caixa, que terá projeto do renomado arquiteto Norman Foster. O Centro da cidade está sobrecarregado e não tem mais capacidade de conceber projetos imobiliários. O crescimento para a Região Portuária é uma saída para essa situação, – destacou Arraes. (ARRAES, 2011)

Estudos técnicos estão em andamento abarcando os seguintes eixos:

- Diagnóstico sobre a Sociedade Civil na região portuária
 - Identificar as organizações
 - Fortalecer o diálogo
 - Qualificar o projeto
- Impactos socioambientais
 - População atual: 22 mil
 - População 2020: 100 mil
 - Adensamento da Região Portuária
- Meio-ambiente
 - Aumento da área verde de 2,46 % para 10, 96%, por meio de arborização e criação de novas praças e parques.
 - Redução da poluição do ar e sonora
 - Aumento da permeabilidade do solo
- Implantação do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), entre outros estudos técnicos relacionados.

O prefeito em exercício, Eduardo Paes, apresentou, na noite do dia 17 de abril de 2012, o Plano Estratégico da cidade do Rio de Janeiro. O primeiro Plano Estratégico da Prefeitura do Rio foi lançado em 2009 e foi considerado um grande avanço na administração da cidade. Segundo seus idealizadores, o Rio passou a acumular muitas conquistas após esse Plano. Entre elas estão os grandes eventos esportivos. Neste ano de 2012, três anos depois, está sendo desenvolvida a primeira revisão, que terá uma visão da cidade até 2030 e apresentará “novas diretrizes, metas e iniciativas para o período de 2013 a 2016”; além disso,

reúne 56 metas e 58 iniciativas a serem executadas neste período. Destacamos nesta pesquisa as seguintes iniciativas estratégicas: Desenvolvimento Econômico e Cultural, sendo que neste setor nos interessa as diretrizes e o Polo Cultural da Zona Portuária.

Para o Desenvolvimento Econômico é interessante apresentar os investimentos ao turismo, porque esta é uma das propostas do projeto do Porto Maravilha. Neste setor está previsto o investimento no turismo onde a meta é transformar o Rio na capital do turismo. Apesar de ser considerada a porta de entrada para os turistas internacionais, para que a cidade se torne e se estabeleça como capital global de turismo, “são necessárias ações para definição do posicionamento competitivo e estratégico, melhoria dos serviços e da infraestrutura turística, campanhas nacionais e internacionais, eventos e sinalização turística.” (PLANO, 2012)²³. As principais iniciativas do “Rio Capital do Turismo” foram estruturadas em quatro vetores de ação e são: melhorias do ambiente da cidade para o turismo; realização de campanha de promoção; definição do posicionamento estratégico de turismo da cidade e expansão da Lei de incentivo aos Hotéis (lei do Pacote Olímpico).

Quanto à Cultura, segundo o Plano Estratégico da Prefeitura do Rio de Janeiro, foram traçadas as seguintes diretrizes:

- Fortalecer a Região Central da cidade como referência cultural do País através da revitalização patrimonial, requalificação urbana e promoção da diversidade, adotando um paradigma de manutenção permanente do equipamento cultural.
- Ampliar o acesso da população aos mais variados tipos de bens e valores culturais através da expansão da estrutura pública de equipamentos e atividades culturais, adotando o conceito de “acesso e encontro”, com o objetivo de promover integração e aumentar a sensação de pertencimento por parte da população.
- Fortalecer a Região Portuária da cidade como polo cultural, valorizando seu forte conteúdo simbólico – histórico social e cultural – com iniciativas públicas ou privadas.
- Para o Polo cultural da Zona Portuária a meta é “consolidar a região do Porto Maravilha como local de fomento à cultura, através da promoção de pelo menos 15 importantes iniciativas culturais até 2016”.

Para o Polo Cultural da Zona Portuária apresenta-se o seguinte cronograma: **Ago/2012:** inauguração do Centro de referência Afro-Brasileira e do Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Memória Africana; **Set/2012:** Conclusão das obras da Cidade do Teatro – Galpões Gamboa; **Jan/2013:** Implantação da Cidade do Teatro; **Jul/2013:** Início do projeto de Fomento (incluindo Revisão da Rede de Equipamentos Culturais e Fomento à Produção Cultural).

Segundo o prefeito Eduardo Paes, em sua apresentação sobre o Plano Estratégico, “são ideias muito concretas e, quando se faz um plano como esse, ousado, o que a gente quer é comprometimento para conseguir passar por qualquer barreira, obstáculo”²⁴. Ele ainda

²³ Plano Estratégico da Prefeitura do Rio de Janeiro, ver na íntegra no site http://www.portomaravilha.com.br/conteudo/pdfs/plano_estrategico.pdf

²⁴ Palavras do prefeito Eduardo Paes em apresentação do Plano Estratégico da Prefeitura do Rio de Janeiro na noite do dia 17 abr. 2012, evento realizado nos Galpões da Gamboa. Fonte reportagem **Plano Estratégico é lançado nos Galpões da Gamboa**. Disponível em http://www.portomaravilha.com.br/conteudo/plano_estrategico.aspx. Acesso em 18 abr. 2012.

destacou “a necessidade de se ter uma cidade mais integrada, internacional, que volte a sonhar e que seja capaz de realizar, superando o passado para planejar o futuro”.

Com a nova revisão do Plano Estratégico e a implantação de seus projetos, entre eles, o Porto Maravilha, a expectativa de seus idealizadores e responsáveis é a de inserção da cidade do Rio de Janeiro no cenário mundial com a zona portuária e seu entorno “condizente com a beleza e importância da cidade”. A revitalização da zona portuária irá valorizar o turismo, abrigará residências, hotéis e serviços gastronômicos e culturais.

Em relação ao turismo que é uma das grandes apostas do projeto, o Sr. Jálisson Maciel diretor da Administração e Finanças da Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto, relata que a área mais adequada seria a região da Praça Mauá (MACIEL, 2011). Segundo Bienenstein, “os espaços a serem privilegiados e/ou contemplados pelas intervenções públicas são aqueles que possibilitam maior fluidez de informação de capital e aqueles que podem conferir à cidade elementos expressivos de dinamismo e modernidade.” (BIENENSTEIN, 2000).

Com o Porto Maravilha, o Rio está prestes a se transformar e concretizar “um sonho que vinha se desenhando há muitos anos”.

2.2 Bens patrimoniais e ações de preservação

O Rio está prestes a se transformar realizando, um “sonho” há muitos anos desejado, transformação esta, que envolve não apenas o espaço físico, mas o vivido, a sociedade que faz parte desta urbanidade.

Nós, sob o conceito de indivíduos sociais, só nos construímos e reconstruímos com a natureza, interferindo nela e criando os espaços urbanos, com suas redes de relações sociais e memórias. O centro da cidade do Rio de Janeiro, e, nesse caso em especial, a zona portuária, foi artificialmente criado (solo, aterros, etc.) podendo ser observada a ação do homem ao longo do tempo que a levou a alcançar o estado em que se encontra.

Para as autoridades, esta região se encontra em “ruínas”, como nos mostra a reportagem do Jornal o Globo publicada em 22 de março de 2010 (apud GIANNELLA, 2011). A matéria começa com a seguinte frase *A cidade renasce das ruínas* se referindo ao projeto para a zona portuária do Rio que tem como referência modelos já realizados em outras cidades nas áreas portuárias e centrais. No entanto, segundo Souza e Oelze (1998) em *Simmel e a modernidade* “a ruína cria a forma presente de uma vida passada, não segundo seus conteúdos ou restos, mas segundo seu passado como tal”, são registros de memória e história.

O espaço da zona portuária, seu patrimônio e sua urbanidade sobreviveram, se mantiveram “cristalizados” apesar do abandono, no entanto mesmo com espaços subutilizados e em estado de degradação, há vida. Neste cenário sem perspectivas, seus atores continuaram a existir criando e recriando possibilidades de sobrevivência. O projeto Porto Maravilha é implantado na cidade do Rio de Janeiro com o propósito de mudar este cenário, de “revitalizar” a área portuária “enche-la de vida”, vida que existe, porém não a que se almeja para a região e para a cidade do Rio nesse momento de projeção mundial. Segundo o prefeito em exercício, Eduardo Paes, “em cinco anos, toda essa imensa área estará

definitivamente fora do casulo e poderemos mostrar ao mundo, durante os Jogos Rio 2016, como o lugar em que o Rio nasceu foi capaz de se reinventar”.²⁵ (PAES, 2011).

Estas cidades, centros históricos em “ruínas” patrimoniais tem se transformado em um grande atrativo para a indústria cultural, como nos mostra Choay, sendo transformados em produtos de consumo e fazendo parte do *marketing urbano*. Estas ruínas têm significado, marcam épocas, seduzem mesmo quando o propósito seja para restaurá-las e tentar reconstruir a forma que um dia existiu, lhes dando um novo uso e ao mesmo tempo mantendo a fachada de uma época que se quer preservar. Para Souza e Oelze (1998):

Talvez seja esta a sedução da queda, da decadência: ir além de seu mero lado negativo, de seu mero estado rebaixado. A cultura rica e multifacetada, a capacidade ilimitada de impressionar e a compreensão aberta a todos os lados, que são próprios das épocas decadentes, significam justamente o encontro de todas as aspirações contrárias. (SOUZA E OELZE, 1998, p. 142)

O forte conteúdo simbólico – histórico social e cultural – e o patrimônio construído, ainda que em “ruínas”, (galpões abandonados e terrenos vazios) segundo o site do Porto Maravilha²⁶, são atrativos que levaram a Operação Urbana Porto Maravilha a se “alinhar aos grandes projetos de regeneração urbana” que vêm se realizando em outras cidades do mundo. Esta área além do centro histórico é recortada pelo mar da baía, criando desta maneira grande oportunidades para o investimento em turismo que venha gerar lucros e desenvolvimento.

A zona portuária, espaço vívido de lutas simbólicas, disputas políticas e manifestações políticas, culturais e sociais, está prestes a ser reinventada para despontar e se tornar visível para o mundo. Diante deste quadro, para tratar do patrimônio cultural e também da população local, a quem os idealizadores do projeto destinam planos para a cidadania e a cultura, foram criados o Porto Maravilha Cidadão e o Porto Maravilha Cultural. Das vendas dos CEPACs, 3%, que corresponde aproximadamente a R\$104 milhões ²⁷ serão destinados à valorização do patrimônio material e imaterial da região. No entanto, em outra reportagem no site RT notícias, sobre a revitalização dos galpões da zona portuária, segundo o prefeito Eduardo Paes este valor de 3% dos CEPACs corresponderia a R\$7 bilhões de reais. (R7 | 20 jul. 2011 às 16h08)

As linhas de ação do Programa Porto Maravilha Cultural são: ²⁸

- Recuperação e restauração material do patrimônio artístico e/ou arquitetônico;
- Valorização do Patrimônio Cultural Imaterial;
- Preservação, valorização da memória e das manifestações culturais;
- Exploração econômica do patrimônio material e imaterial, respeitados os princípios de integridade e sustentabilidade do patrimônio, e inclusão e desenvolvimento social;

²⁵ Eduardo Paes, prefeito da cidade do Rio de Janeiro, “A revolução no Porto do Rio de Janeiro” - Editorial da Revista do Porto Maravilha nº 5– ago. 2011, p 6.

²⁶ Ver <http://portomaravilha.com.br/web/direito/conhecaRegiao.aspx>

²⁷ Fonte: Revista do Porto Maravilha nº 6 – dez. 2011, p 6 -

²⁸ Informações retiradas da última atualização em junho de 2011 - Programas Porto Maravilha Cultural e Porto Maravilha Cidadão Porto Maravilha, Cidadania e Cultura <http://www.portomaravilha.com.br/web/sup/canalSocProgValor.aspx>

- Produção de conhecimento sobre a memória da região e inovação na sua exploração sustentável;
- Formação e pesquisa, incluindo a produção de publicações sobre o patrimônio material e imaterial da região portuária.

Segundo Ribeiro, coordenador de Conservação e Projetos Especiais da Subsecretaria do Patrimônio Cultural, Intervenção Urbana, Arquitetura e Design, preservação é inerente ao cidadão e à cidade. O órgão só existe para criar uma maneira de execução da vontade da população/sociedade. Cabe à comunidade questionar sobre o que se quer preservar nesta área. Querer preservar todos os elementos é impedir que haja preservação futura. Alguns galpões que tenham interesse de preservação serão preservados, no caso, aqueles dispostos da linha do cais do porto ao galpão de nº 06. Pretende-se também fazer a cartografia cultural e o mapa arqueológico da área.²⁹.

Nesses processos de restauração e preservação de bens patrimoniais, de acordo com Gonçalves (2011), “o passado passa a existir no presente, mas com outra finalidade”,

Esse passado existe para ser usufruído, vendido no presente, hoje, entendendo-se aqui o termo “vendido” não como algo que seja forjado, um simples artifício, mas no sentido de algo que está sendo construído, um determinado espaço ou objetos ou práticas sociais e culturais que possuem ressonância, isto é, que vêm a ser utilizadas pelas pessoas que se identificam com esses bens e o consomem. (GONÇALVES, 2011, p. 44)

Identificamos, nesta observação de Gonçalves (2011), o projeto de revitalização da zona portuária, que prevê a implantação de um programa para preservação e usos de espaços, objetos ou práticas sociais direcionadas para este público que se identifica “com esses bens e o consomem”. No entanto, como no espaço existe uma população que o compõe e não pode ser de toda ignorada, criam-se setores que irão desenvolver esse trabalho.

O Porto Maravilha Cultural que irá trabalhar as questões patrimoniais se complementa com o Porto Maravilha Cidadão. Um está ligado ao outro, pois nessa área existe uma população que tem seus costumes e suas memórias vinculadas a esse espaço construído e vivido. Segundo informações do CDURP, divulgadas no site do Porto Maravilha, a implantação desses projetos irá mostrar “que é possível recuperar espaços urbanos degradados em benefício de sua população e da cidade como um todo”. E ainda, que é possível que se realize a construção de uma cidade justa para todos os cidadãos, em que haja o respeito à sua história e ao meio ambiente através da integração do poder público, do setor privado e das organizações sociais. (PORTO, 2011)

As linhas de ação do Programa Porto Maravilha Cidadão são:

- Apoio a programas de habitação de interesse social;
- Formação profissional principalmente para população jovem;
- Ações de requalificação profissional para moradores;
- Absorção/integração da população ao mercado de trabalho;

²⁹Apresentação do Sr. Paulo Eduardo Vidal Leite Ribeiro – coordenador de Conservação e Projetos Especiais da Subsecretaria do Patrimônio Cultural, Intervenção Urbana, Arquitetura e Design – informações obtidas em Seminário “Porto Maravilha – desafios e problemas”, em 17 mai. De 2011 no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

- Ações de empreendedorismo;
- Educação para a cidadania, educação ambiental, educação para o trânsito;
- Produção de conhecimento sobre o processo de transformação social da região portuária;
- Incentivo à inovação tecnológica para sustentabilidade, integração e inclusão social.

Fazem parte das ações do projeto para a área portuária relacionada à memória e ao patrimônio, algumas já em andamento, os seguintes “projetos especiais”:

- A proposta para o Morro da Providência, primeira favela do Rio de Janeiro, consiste na criação de um Centro Histórico e Cultural. Este novo ambiente estará destinado ao turismo e ao comércio com construção de novas edificações “preservando sua história e memória”. A área para o projeto é em torno do Oratório e da antiga Pedra dos Escravos, abrangendo a Ladeira do Barroso, a Igreja Nossa Senhora da Penha, o antigo reservatório, a Capela do Cruzeiro e finalizando em uma praça projetada com anfiteatro. (Fig.21). Há também para esta área a implantação do projeto Morar Carioca, com teleférico e plano inclinado. (SMTU, 2010);



Figura 21 - Projeto Morar Carioca no Morro da Providência
Fonte: Revista Porto Maravilha n° 01, março 2010.

Disponível no site:

<http://www.portomaravilha.com.br/web/esq/revistasPortoMarav.aspx> . Acesso em 14 abr. 2012.

- Reurbanização do Morro da Conceição resgatando a importância histórica do lugar, o patrimônio urbanístico, paisagístico e arquitetônico, assim como a Praça Mauá, o a restauração do edifício “A Noite”, o primeiro arranha-céu da cidade que marcou a vida cotidiana da cidade nos anos 30 e 40, já iniciada;
- A construção do maior aquário marinho da América Latina o AquaRio com centenas de espécies marinhas expostas em grandes tanques;
- Recuperação e novo uso para os galpões do Porto, trocando o cinza “pelas cores e sons da arte e dos eventos nas margens da Baía de Guanabara” (Fonte: Instituto Pereira Passos). Atualmente, já acontecem em alguns dos armazéns eventos tais como o *Fashion week*, uma feira de moda do Rio, o Festival de Cinema do Rio, ArtRua com exposição de arte.

Os galpões que no passado funcionaram como Terminal Ferroviário para escoamento da produção durante o Ciclo do Café estão situados aos pés do Morro da Providência próximo a Vila Olímpica da Gamboa. Além de restaurantes, atrativos culturais e turísticos, o prefeito Eduardo Paes demonstrou desejo em trazer o Museu Casa do Pontal, atualmente localizado

na Zona Oeste, para um dos galpões. A fachada do galpão deverá ser restaurada para que fique conforme a original do século XIX;

- A Igreja de São Francisco da Prainha também faz parte do cenário turístico que atenderá a população;
- Ou museus que fazem parte desta nova concepção de cidades também estão incluídos nas propostas do Porto Maravilha. A Praça Mauá será palco de dois museus em destaque:

(1) O MAR – Museu de Arte do Rio é uma proposta que une por meio de passarelas o palacete D. João VI, de estilo neoclássico construído em 1916, ao edifício modernista ao lado, onde funcionará a Escola do Olhar que tem como finalidade estimular “a criatividade com um projeto de educação visual” (O GLOBO, 30/05/2010 apud PASSOS; SÁNCHEZ, 2011). O palacete é tombado como patrimônio histórico e abrigará uma exposição permanente sobre a história do Rio de Janeiro. O projeto arquitetônico do MAR é assinado pelo escritório de Thiago Bernardes e Paulo Jacobsen e tem convênio com a Fundação Roberto Marinho. Está previsto também para o local, em um dos terraços, um teleférico que levará visitantes ao Morro da Conceição e também servirá como campus experimental da escola. (Fig. 22).

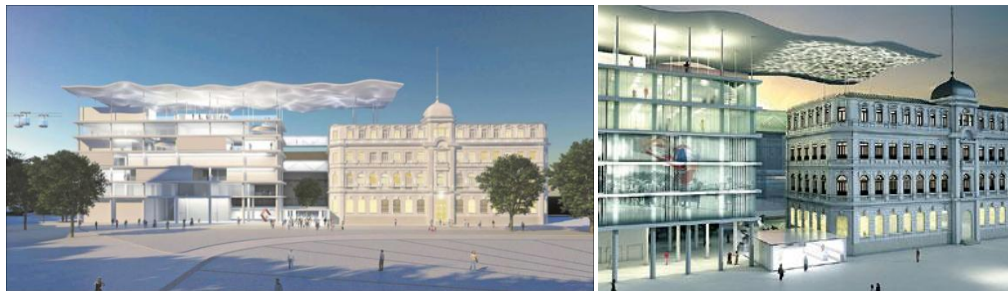


Figura 22 – MAR – Museu de Arte do Rio e a Escola do Olhar

Fonte: http://www.portomaravilha.com.br/web/fotos/praca_maua.aspx# Acesso em 14 abr. 2012.

(2) O Museu do Amanhã, conta com projeto assinado pelo arquiteto espanhol Santiago Calatrava, um dos maiores nomes da arquitetura mundial com grandes projetos assinados em diferentes cidades internacionais. O museu será localizado no píer Mauá, lugar de destaque e é uma parceria do Governo Municipal com a Fundação Roberto Marinho, e tem como tema o futuro, à sustentabilidade, a preservação do planeta. (Fig. 23).



Figura 23 – Museu do Amanhã

Fonte: <http://www.portomaravilha.com.br/web/esq/imprensa/img/ma7.jpg> . Acessado em 14/04/2012.

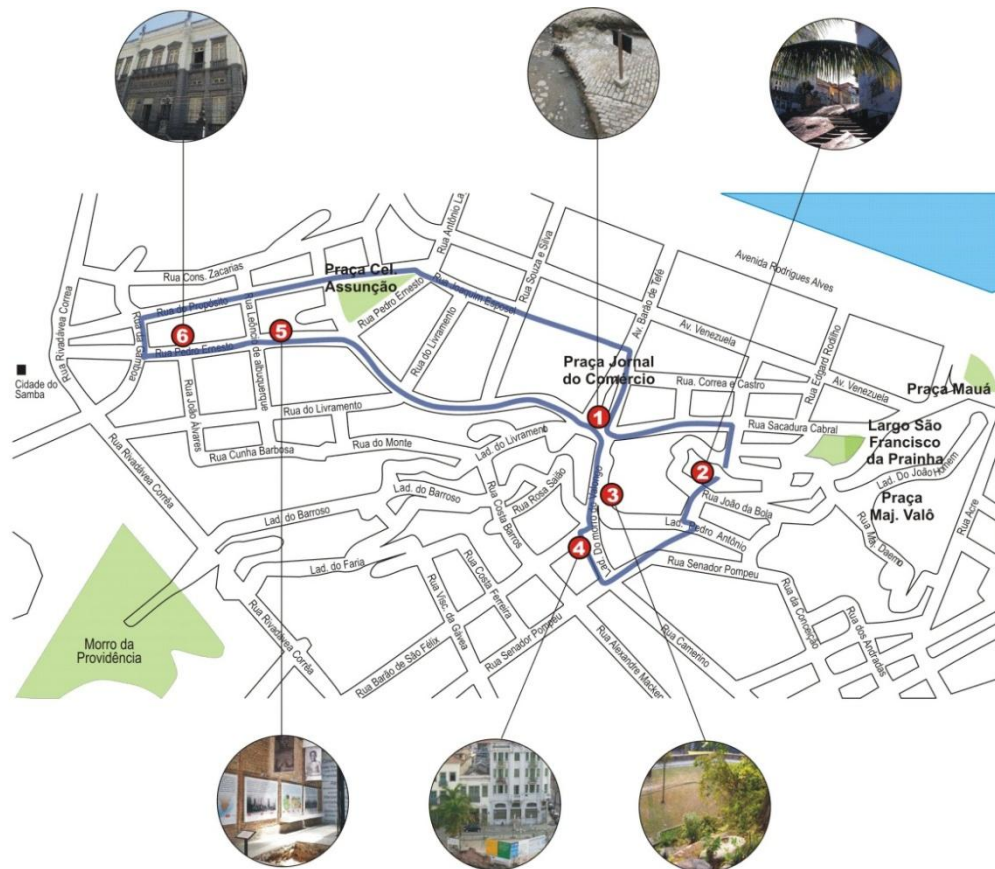
A cultura afro-brasileira que é relevante para este trabalho também está inserida no Porto Maravilha Cultural. A área que se estendia do cais do porto, pela Cidade Nova, até a Praça 11 de Junho ficou conhecida como a “Pequena África”. O bairro da Saúde principalmente tem um grande valor simbólico, é um espaço que pode ser “considerado *locus* de resistência de uma população afro-brasileira descendentes de escravos” (FLORA; SÁNCHEZ, 2011).

Para o Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana já foram iniciadas as obras de restauração do Centro Cultural José Bonifácio. O circuito está sob a coordenação da Subsecretaria de Patrimônio e terá a participação de representantes do movimento negro. Fazem parte deste circuito o Cais do Valongo, o Jardim do Valongo, a Pedra do Sal, o Largo do Depósito, o Instituto Pretos Novos - IPN, e o Centro Cultural José Bonifácio.

Ao dar início às obras de drenagem na Avenida Barão de Tefé foram encontrados o Cais da Imperatriz e o Cais do Valongo há 1,7 m de profundidade (REVISTA PORTO MARAVILHA, 2011, nº 4). Embora fosse apenas uma obra de drenagem, os historiadores e arqueólogos sabiam que seria possível encontrar vestígios de parte da história do Rio de Janeiro, e assim como este, outros poderão vir a ser descobertos. Para Giovani Harvey, Diretor-executivo da Incubadora Afro-brasileira e membro do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos do Negro – COMDEDINE, o prefeito Eduardo Paes teve uma atitude ousada ao decidir transformar a descoberta do Valongo em monumento aberto, ouvindo as reivindicações do movimento negro. Sobre isso, Harvey declarou:

Todas as vezes que passava por aqui eu tinha o sentimento de vergonha por pisar na história de um País e de uma população. Se os postos de saída dos navios negreiros em Dakar e Cabo Verde são reconhecidos como Patrimônios da Humanidade, o Cais do Valongo certamente preenche todas as condições para ser reconhecido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura –(UNESCO) (Revista do Porto Maravilha, dez. 2011, nº 06)

O Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana apresentado pela prefeitura (REVISTA PORTO MARAVILHA, 2011, nº 06) (Mapa nº 05) é o que se segue:



1 – Cais do Valongo – Onde desembarcavam os escravos, a escavação e a redescoberta do Cais do Valongo aconteceram no mesmo ano em que este ponto de chegada dos escravos completa 200 anos.

2 – Pedra do Sal – No local, o sal era descarregado por africanos escravizados que trabalhavam como carregadores nos cais de atracação e trapiches. Nos degraus escavados na rocha foram fundados os primeiros ranchos carnavalescos, afoxés e pontos ritualísticos na segunda metade do século XIX.

3 – Jardim do Valongo – A construção do Jardim Suspenso do Valongo foi parte do plano de remodelação e embelezamento da cidade pelo prefeito Pereira Passos, projetado pelo arquiteto Luis Rey, inaugurado em 1906.

4 – Largo do Depósito – Por volta de 1770, o Marquês de Lavradio transferiu o mercado de escravos da Praça XV para a região do Valongo. O Largo do Depósito, hoje Praça dos Estivadores, era onde se concentravam os armazéns dos “negociantes de grosso trato” que controlavam o mercado negreiro.

5 – Instituto Pretos Novos – A transferência do mercado de escravos da Praça XV para o Valongo implicou a mudança do Cemitério dos Pretos Novos do Largo de Santa Rita para o Caminho da Gamboa – hoje, a Rua Pedro Ernesto, 36, onde funciona o Instituto Pretos Novos. O sítio arqueológico foi descoberto em 1996.

6 – Centro Cultural José Bonifácio – O palacete histórico da Gamboa, na Rua Pedro Ernesto, 80, foi inaugurado em 1877 por Dom Pedro II em homenagem ao patriarca da Independência como o primeiro colégio público da América do Sul. Hoje, é sede do Centro de Referência da Cultura Afro-brasileira, único no gênero na América Latina.

Este Circuito faz parte das ações do projeto Porto Maravilha, mas também é um sonho de um grupo que ajudou a construir a cidade e a sociedade do Rio de Janeiro. São memórias e histórias de um lugar em que houve dor, sofrimento e morte, coexistindo com música, dança, alegria, vida e fé. O Rio se transforma e, com ele, o sonho de um povo que há muitos anos espera e luta pelo reconhecimento, pelo respeito que “faltou em vida” e “faltou na morte” como cita o IPN.

2.3 Manifestações culturais, a urbanidade local e as propostas inovadoras do projeto: tensões e conflitos.

Considerando que o espaço é formado pela configuração territorial e a dinâmica social, ou conjunto de relações que definem uma sociedade em um dado momento (SANTOS, 2008), ao refletirmos sobre a urbanidade da zona portuária sob esta ótica, percebemos o quanto ela é complexa e o quanto há de tensão entre a relação do espaço construído com o espaço vivido. A zona portuária é um território que apresenta uma diversidade cultural que pode ser analisada por meio das construções, da paisagem urbana, de seus moradores e suas manifestações culturais. Ainda sob essa ótica em relação ao espaço podemos reconhecer as “diversas dinâmicas espaciais, em diferentes momentos”.

Poderíamos listar inúmeras manifestações e grupos culturais, espaços e edificações de valores históricos impregnados de memórias, para alguns ainda latentes. Mesmo que algumas destas construções possam estar em ruínas, não são simplesmente formas deterioradas, são vestígios de um passado, de uma experiência. Benjamin (1985) vê história nas ruínas, sobretudo, a história dos vencidos. Neste espaço, em meio ao desgaste do tempo, as memórias continuaram a ser celebradas, recuperadas, vividas e transformadas.

Destacaremos algumas das manifestações culturais e espaços simbólicos da cultura afro-brasileira – que fazem parte da urbanidade local deste início de século XXI e que também já passaram por transformações, se reinventaram e são memórias reconstruídas/reconfiguradas.

O bairro da Saúde é marcado pela presença dos negros, desde os tempos da escravidão até a chegada dos negros baianos e mestiços que se instalaram na região devido ao baixo custo das moradias e à proximidade do local de trabalho, o cais do porto. A Pedra do Sal está localizada neste bairro em uma localidade próxima ao Largo da Prainha e ao pé do Morro da Conceição, e seu entorno é formado de ruas estreitas e tortuosas. Ficou conhecida como Pedra do Sal, porque havia o trapiche do sal, o sal que chegava à baía ainda no final do século XIX; era ainda lugar de trabalho por volta de 1817, cujo entorno também era lugar de encontro dos trabalhadores ao final do dia de trabalho. Este local tem grande referência simbólica e é considerado um lugar místico; seus degraus foram escavados pelos próprios negros. Os negros baianos e mestiços formaram uma colônia nesta região fazendo parte da cidade do Rio de Janeiro, constituindo um dos únicos grupos populares com tradições comuns e coesão. Este grupo e sua cultura influenciaram todo o entorno do cais do Porto. Introduziram os cultos aos orixás, rituais, batuques e rodas de capoeira. Outros marcos são as casas do candomblé de João Alabá e da Tia Ciata – a mais influente – também eram locais de “convivência” deste

grupo. As Tias Ciata, Bibiana, Mônica, Perciliana também frequentavam o terreiro de João Alabá como já mencionamos no capítulo 1.

Na Pedra do Sal, atualmente (início de século XXI), há rodas de samba as segundas e sextas-feiras, “as rodas de samba trazem vigor e mantêm esse patrimônio vivo.”³⁰ (PETERSON, 2011) (Fig. 24 e 25).



Figura 24 - Roda de samba na Pedra do Sal
Foto: Regina Coeli Mendes Valadão. Em 16 jan. 2012.



Figura 25 - Escadaria da Pedra do Sal em dia de roda de samba
Foto: Regina Coeli Mendes Valadão. Em 16 jan. 2012.

Na base do Morro da Conceição estão moradores que se identificam como remanescentes do quilombo, portadores do patrimônio “negro”. Próximo à Pedra do Sal e ao Largo de São Francisco da Prainha, nesta parte baixa temos a Rua São Francisco da Prainha onde podemos encontrar atualmente a barraca de *zungu*³¹ da Tia Lúcia (Fig. 26 e 27) que se identifica como remanescente do quilombo. Sua barraca em frente a sua moradia é famosa e todos que vão à Pedra do Sal, passam ou deveriam passar por lá, como se ouve dizer no local, próximo à barraca da Tia Lúcia, “quem foi na roda de samba da Pedra do Sal tem que conhecer, e comer, na barraca da Tia Lúcia” (frequentador local), senão, não conheceu a Pedra do Sal.



Figura 26 – Tia Lúcia em sua barraca de *zungu*
Foto: Regina Coeli Mendes Valadão. Em 16 jan. 2012



Figura 27 – Banner sobre Zungu Quilombola
Foto: Regina Coeli Mendes Valadão.
Em 16 jan. 2012

³⁰ Relato de André Peterson que organiza o samba e é sócio do Bar Bodega e do Restaurante Alho-poró na entrevista: Pedra do Sal mantém viva a história da Região Portuária – disponível no site: <http://blogportomaravilha.com/2011/11/16/pedra-do-sal/>

³¹ *Zungu* é uma comida igual ao angu que alimentava os negros.

A Pedra do Sal, *o zungu* da “Tia”, os blocos carnavalescos, fazem parte de uma região que têm vida própria, vida que muitos desconheciam, porém com a propaganda boca a boca e agora com os olhares voltados para esta região a procura está sendo cada vez maior. O local se torna um palco de vários sujeitos oriundos “de mundos socioculturais distanciados, borrando, portanto, as fronteiras, viabilizando o contato e, no limite, unindo, mesmo que temporariamente, membros da elite carioca e alguns segmentos populares”³² (SÁNCHEZ; SANTOS, 2007 apud PASSOS; SÁNCHEZ, 2011)

Os sítios arqueológicos descobertos nas obras do Porto Maravilha, o Cais da Imperatriz e o Cais do Valongo (Fig. 28 e 29) ambos são importantes para a história da construção da cidade do Rio de Janeiro. No entanto, o Cais do Valongo, para a cultura afro-brasileira, tem um forte valor simbólico como fragmentos de uma história de sofrimento e dor que se manteve “escondida” sob o Cais da Imperatriz, pois com a chegada da corte o que se desejava era uma cidade bela sem as “marcas” do negro. Para a chegada da futura Imperatriz Teresa Cristina que se casaria com o Imperador D. Pedro II, se construiu o Cais da Imperatriz – sobre o Cais do Valongo – e com o passar do tempo estas “marcas” seriam ou deveriam ser esquecidas. Assim como o Cais da Imperatriz, mais tarde foi construído o Jardim Suspenso do Valongo, que hoje também se encontra em ruínas, (e está sendo restaurado) mas que é representativo e relata a história da região, como destacamos no capítulo anterior referindo-se aos marcos da história desta área.



Figura 28 – Cais do Valongo à esquerda e Cais da Imperatriz à direita. Fonte: Disponível: <http://contandohistoria369.blogspot.com/2011/03/cais-do-valongo.html>. Acesso em 09 mar. 2012.



Figura 29 – Cais do Valongo 60 cm abaixo do Cais da Imperatriz. Fonte: Revista Galileu. Disponível em: <http://revistagalileu.globo.com/Revista/Common/>. Acesso em: 09 mar. 2012.

Ainda no bairro da Saúde, na Rua Camerino, encontramos a Associação Cultural e Recreativa Afoxé Filhos de Gandhi. O Bloco Afoxé Filhos de Gandhi do Rio de Janeiro foi um dos primeiros blocos afros da cidade do Rio de Janeiro, fundado em 1951 por iniciativas de trabalhadores do cais do porto, moradores negros e mestiços, principalmente dos bairros da Saúde e Gamboa, ligados a religião afro-brasileira e tiveram a orientação e influência do Ijexá Filhos de Gandhi da cidade de Salvador capital do Estado da Bahia, grupo que havia sido fundado dois anos antes em 1949. O “afoxé é uma cultura genuinamente brasileira” e eles são os “detentores, mantenedores e difusores de toda esta cultura afro-brasileira na Região

³² Sánchez e Santos (2007), apud Passos e Sánchez, **Por um Porto (In)corporado**: políticas urbanas e territórios culturais na Zona Portuária do Rio de Janeiro, 2011.

Sudeste”. “Este grupo possui ligação expressiva com o espaço público” (FLORA; SÁNCHEZ, 2011), pois sai às ruas em cortejo, não só no carnaval, mas também para celebrar as datas festivas – como os dias dos santos. Além de ser o grupo que melhor transita e se relaciona com todos os demais existentes na região.

Na Gamboa, bairro que não existia e foi criado de uma parte do bairro da Saúde encontramos o Centro Cultural José Bonifácio, um palacete histórico de 1877, sede do Centro de Referência da Cultura Afro-brasileira que está sendo restaurado com recursos do Porto Cultural. Há também nesta mesma rua o Cemitério dos Pretos Novos, local que foi destinado a enterrar os Pretos Novos que não detinham respeito e dignidade. Este sítio arqueológico se encontra no IPN e é um memorial aos Pretos Novos. Este espaço é um local destinado à cultura afro-brasileira que falaremos mais no capítulo seguinte.

Todos esses lugares de memória, patrimônios construídos, em ruínas ou não, manifestações culturais e identitárias fazem parte da urbanidade, do cotidiano dos que vivem e trabalham nestes bairros da zona portuária. Esta população tem hábitos, “padrões de comportamento e formas de uso do espaço público não mais encontrados no restante da cidade.” (THIESEN, I; BARROS, L. O. C., 2009). Através destes hábitos, das festas coletivas, das cadeiras nas calçadas e das conversas nos fins de tarde, a cultura se mantém viva.

Este cotidiano, que dá vida à cidade; às relações sociais e ao espaço construído marca um tempo, um período da história, e sempre sofre alterações quando há intervenções no espaço. O espaço não é estático e, assim como a memória, está sempre em construção e reconstrução e, com as mudanças nas cidades, novas configurações identitárias se tornam aparentes. Isto já ocorreu na zona portuária, nas várias intervenções pela qual passou mudando a sociabilidade e fazendo com que, a cada mudança, “os moradores continuem buscando caminhos de convivência que se alternam nas lutas diárias pelo chão e o pão de cada dia, recriando o espaço, e nele imprimindo novos significados.” (THIESEN, I; BARROS, L. O. C., 2009, p. 99).

Essa transformação que já começa a acontecer na zona portuária dando visibilidade mundial à cidade do Rio de Janeiro, não será diferente daquelas ocorridas no passado. Uma nova configuração social irá se formar, e o Projeto Porto Maravilha, como todo o projeto de “revitalização” urbana, tem como desafios a modernização e a preservação da identidade da região; a construção de novos edifícios que se integrem ao seu patrimônio arquitetônico; e mudanças promovidas que tragam benefícios aos moradores e usuários da região, estes desafios são reconhecidos pelos próprios responsáveis pela implantação do projeto. É um desafio em que sempre há tensões e conflitos.

Embora o Projeto Porto Maravilha, em seu discurso, apresente propostas que visem vencer estes desafios na produção de um espaço urbano em que todos saiam satisfeitos e beneficiados – o projeto dos sonhos – nem sempre é assim que acontece. Por menor que seja a “fenda” que o projeto apresente ela se tornará visível.

Há tensões e conflitos, principalmente em relação à desapropriação e à segregação. A forma como estão sendo conduzidas algumas propostas para as quais a população não foi ouvida, como é o caso no Morro da Providência, de algumas famílias moradoras de áreas que

dizem ser de “risco” – em destaque as casas situadas na Pedra Lisa – e clamam pela permanência, pois se hoje estão assim é porque foram levados a isto:

A maior parte dos moradores que estão com suas casas interditadas pela Defesa Civil possui o perfil de mais de dez anos de residência no local. Há famílias que possuem mais de trinta anos, outras mais de vinte anos e assim em diante. Ou seja, a Pedra Lisa é uma área de ocupação consolidada, ainda que possua determinadas áreas passíveis de exposição às condições de maior risco. Contudo, a questão central é deslocada quando o argumento da remoção é fixado sobre o aspecto do denominado “risco”, pois, assim, não se discutem as condições históricas de exploração econômica da Pedreira por empresa privada que deixou no local um passivo socioambiental não enfrentado juridicamente pelo poder público. (FORUM COMUNITÁRIO DO PORTO, 2011, p.27 e 28).

Em geral, os moradores mais vulneráveis encontram-se na faixa de renda de 0 a 3 salários mínimos. Os casarões que serão restaurados e destinados à moradia são para uma população com renda acima de 3 salários mínimos que tenha condição de manter o imóvel em bom estado, o que possivelmente não aconteceria com os de uma renda inferior. Segundo o *Relatório de Violação de Direitos e Reivindicações* do fórum Comunitário do Porto³³ realizado em 24 de maio de 2011:

[...] os princípios norteadores do planejamento, da execução e da fiscalização da OUC, bem como suas diretrizes, definidos pela referida lei complementar, não são efetivamente aplicados. Sem a previsão e indução de um eixo habitacional popular, a OUC aprofundará a reprodução do histórico processo de segregação social dos segmentos de mais baixa renda, além de expor os segmentos sociais mais vulneráveis social e economicamente, situados na faixa de 0 a 3 salários mínimos, e que já habitam a região Portuária e demais bairros da API, aos efeitos da gentrificação do espaço urbano com sua consequente expulsão a curto e médio prazos. (FORUM COMUNITÁRIO DO PORTO, 2011, p.7).

Outra polêmica é em relação aos CEPACs que foram arrematados em leilão pela Caixa com o FGTS, o que reduzirá os riscos para os investidores privados, porém “é o patrimônio do trabalhador, representado pelos recursos do FGTS, que custeará não a produção de habitação de interesse social, por exemplo, mas sim, essa imensa engenharia financeira”. (FORUM COMUNITÁRIO DO PORTO, 2011, p.10)

Como a cidade do Rio de Janeiro irá sediar dois grandes eventos esportivos, a Copa Mundial de 2014 e as Olimpíadas de 2016, a Zona Portuária que terá a Vila de Mídia e Árbitros é considerada parte integrante do Plano de Legado Urbano e Ambiental – Rio 2016 – que deverá deixar legados para fins sociais, inclusive moradias:

Das quase sete mil unidades habitacionais previstas a partir da implantação das vilas de mídia e de árbitros, além das acomodações de hotéis, nenhuma foi destinada como legado social e urbano das Olimpíadas, conforme prevê, por exemplo, o decreto nº 32.866, de 08 de outubro de 2010, ao definir o “legadômetro” e determinar diretrizes a serem observadas pelas políticas urbanas dos grandes eventos

³³ O Fórum Comunitário do Porto, articulado desde janeiro de 2011, por iniciativa de moradores locais, organizações sociais, movimentos sociais, acadêmicos e assessores de vereadores pluripartidários, tem sido o espaço que a população local encontra para buscar auxílio e informação através de reuniões e ações de resistência (p.42).

da Copa 2014 e das Olimpíadas de 2016. (FORUM COMUNITÁRIO DO PORTO, 2011, p.14).

O discurso do projeto Porto Maravilha é o de um projeto em que conta com a participação da população local, no entanto segundo informações colhidas no Fórum Comunitário do Porto o que a prefeitura em geral considera como participação popular se traduz a reuniões em que são apresentados projetos já prontos e não a abertura de espaços para o debate – com a participação da população na construção desses projetos, opinando, ou alterando no que for necessário. A informação que temos é que a opinião das comunidades só é considerada quando se trata de remoções, no entanto, há outro relato de um morador que nas reuniões que se faziam, poucos eram os moradores que participavam.

Para o Morro da Providência, está previsto, como já dito anteriormente no item 2.2, a construção do Morar Carioca, do teleférico, do plano inclinado, de praças, de museus; albergues para turistas e é esta perspectiva, somada à solução das áreas de risco, que é apresentada aos moradores. O Morro da Providência tem um projeto voltado para o turismo com a construção de novas edificações em um novo “cenário histórico”, “preservando sua história e memória” – que não existiu da maneira como será representada – será uma “tradição inventada” relacionando a “invenção da tradição” de Eric Hobsbawm com o intuito de fortalecer o turismo.

Este tipo de ação que os novos projetos de cidades contemporâneas adotam para os centros históricos, (ordenando e homogeneizando) em muitas das vezes, podem transformá-las em verdadeiros parques temáticos voltados para o turismo, como o que vem acontecendo em outras cidades do mundo. Os parques temáticos da *Disney* passaram a inspirar a produção arquitetônica nos Estados Unidos e na Europa Ocidental. Arquitetos renomados passaram a ser convidados para a criação de projetos para uma mesma área, lançando uma variedade de temas num mesmo espaço (GHIRARDO, 2009). Espaços públicos afetados pelo espetáculo, pela vigilância e pelo controle fazem parte dessa nova estratégia de planejamento do espaço urbano. Desta forma, a sensibilidade das identidades culturais do local poderão ser afetadas, ou transformadas, se adequando ao modelo desejado por aqueles que detêm o poder de determinar o quê preservar, de que modo, para quem e com qual finalidade.

É preciso focalizar a criatividade e a invenção para alcançar processos de transformação. Olhar para dentro do tecido social e descobrir quais são as atividades que fazem a história do lugar e que necessitam e podem ser valorizadas, sustentadas, amparadas e reconhecidas. (EGLER, 2005, p. 12)

A revitalização da zona portuária ainda está sendo implantada, há o discurso da manutenção da urbanidade local e valorização da cultura; neste sentido o projeto segue ao que consta nas Normas de Quito (1967) – sobre a valorização do entorno – e as diretrizes traçadas na Declaração de Amsterdã em 1975, na qual consta uma preocupação com a vida urbana local. As obras ainda estão em andamento, porém é possível que os espaços sejam transformados em cenários e a cultura em *mega* espetáculo fazendo parte dos parques temáticos para estimular o turismo, como mencionamos acima. Um exemplo é a nova reconfiguração do Centro Tradições Nordestinas Luiz Gonzaga, também conhecido como

Pavilhão de São Cristóvão, na Zona Norte da cidade³⁴. A reconfiguração não foi apenas espacial, mas no planejamento dos eventos, os atores foram mantidos, porém de forma orquestrada e organizada dentro da nova lógica dos ideários de cidade (Fig.30 e 31).



Figura 30 – Nova fachada do Centro de Tradições Nordestinas Luiz Gonzaga recoberta com painel cenográfico.
Fonte: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2010/10/centro-de-tradicoes-nordestinas-no-rio-sera-revitalizado.html>. Acesso em 14 abr. 2012



Figura 31 – Interior do Centro de Tradições Nordestinas Luiz Gonzaga – festa de inauguração em 18/03/2012.
Fonte: <http://www.rio.rj.gov.br/web/smo/exibeconteudo?article-id=2666789>. Acesso em 14 abr. 2012

A aprovação do Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana é uma vitória para a população afro-brasileira e as que se identificam com esta cultura e o IPN que está inserido neste circuito é um modelo de museu que também está inserido neste novo ideário de cidade que busca preservar as memórias e o patrimônio. No entanto também fazem parte deste ideário os museus e os grandes projetos com “assinatura de profissionais renomados” que imprimirão uma marca à cidade, no caso do Porto Maravilha, o Museu do Amanhã que será o ícone da Zona Portuária.

Estas duas Instituições têm caráter significativo para a região, cada uma ao seu modo. O Museu do Amanhã faz parte desta proposta, que está em construção e a outra, o IPN, já existente é o que iremos estudar no capítulo a seguir.

³⁴ Alterações apresentadas por MELLO, Vitor R. R. **Memória repentinas: a construção poética do Nordeste pelos repentistas da Feira de São Cristóvão (RJ)**, dissertação de mestrado em Memória Social da Universidade do Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2012.

3 TRADIÇÃO E CRIAÇÃO

As cidades são espaços urbanos reais, como nos mostram as imagens de satélite que hoje habitam nossos computadores, mas são, sobretudo, espaços imaginados por cada um de nós, na revolução criadora de nossa memória. A cidade excede a representação que cada pessoa faz dela e, como afirma Henry-Pierre Jeudy (2005), ela se oferece e se retrai segundo a maneira como é apreendida. Tomando-a como uma paisagem, ou por um enquadramento fotográfico circunstancial, construímos sua imagem a partir da tensão entre o que vemos e o que imaginamos, entre o visível e o invisível. (DODEBEI; STORINO, 2007)

A zona portuária é um lugar, um espaço da cidade do Rio de Janeiro, que sempre exercitou o imaginário da sociedade, seja da sociedade local ou da cidade de um modo geral, suscitando tensões a partir de opiniões e “impressões” positivas ou negativas sobre a vida da região. Nessa primeira década do século XXI, a região volta a “mexer” com o imaginário da sociedade, principalmente da população local que mora, trabalha e transita pela área portuária. O responsável por esse acontecimento é o projeto de revitalização Porto Maravilha. Este projeto como foi visto no capítulo anterior traça uma nova configuração espacial, preservando, atribuindo novos usos para os espaços e edificações antigas (velhas) e construindo o que se chama de “novo”, “moderno”, nos espaços “ociosos”, “abandonados”, vazios e/ou que se tornarão vazios depois de algumas demolições. Segundo discursos dos idealizadores, a proposta “mediadora entre o velho e o novo”, recicla e preserva a região, buscando manter viva a tradição dos bairros históricos que a compõe³⁵. Esta nova configuração, conseqüentemente ocasionará uma mudança social, que poderá vir a afetar a memória e a cultura da urbanidade local, no seu cotidiano.

Nessa perspectiva, destinamos este capítulo para pensar tradição e criação, memória e patrimônio, neste processo de revitalização no qual se inserem duas instituições distintas: uma já localizada e a outra em construção na zona portuária respectivamente, o Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos – IPN situado à Rua Pedro Ernesto nº 32, no bairro da Gamboa e o Museu do Amanhã no Pier Mauá – Praça Mauá. Além do imaginário dos que são de certa forma ligados a essa área portuária, o projeto leva um público maior a imaginar aquilo que desconhece, que é lançado como novo, como uma mudança espacial e social. As diferentes opiniões e modos de ver as intervenções do Porto Maravilha, O IPN, o Museu do Amanhã são relatadas aqui, com ênfase naquilo que a população local gostaria que fosse preservado, quer dizer, o que se tem como memória e tradição da região.

Se para o senso comum, tradição é o laço que une o passado com o presente, para Ranger e Hobsbawn, (1984, p. 10) a tradição deve ser diferenciada dos costumes nas

³⁵ Este discurso do projeto Porto Maravilha é oriundo da fala de Sirkis, de 2001. Na verdade, o projeto da gestão de Eduardo Paes aproveitou muito do anterior alterando e acrescentando alguns pontos. “Esta coexistência evita a política de terra arrasada, destinada a uma ocupação por novos espaços homogêneos com edificações modernas e usos de uniformes. Os bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo possuem um valioso casario a ser restaurado, há vários prédios, galpões e armazéns à espera de uma recuperação feita com esmero. Os espaços destinados à renovação urbana estão distribuídos em vazios na área baixa, próxima ao porto. O charme está na inteligente combinação do velho restaurado e reciclado com o novo edificado criativamente”. (SIRKIS, 2001, p.10, apud MOREIRA, 2004, p. 106).

Ver na íntegra SIRKIS, A. Porto do Rio: usina de sonhos. In: **Porto do Rio**. Catálogo da exposição. Rio de Janeiro: Centro de Arquitetura e Urbanismo, 2001.

sociedades ditas tradicionais. “A decadência do “costume” inevitavelmente modifica a ‘tradição’ a qual ele geralmente está associado”. Ranger e Hobsbawn exemplificam sua tese a partir dos magistrados, no caso o que os juízes fazem (a ação) é o “costume”; e a peruca, a toga, os outros acessórios e rituais que fazem parte da ação dos magistrados é a “tradição” (no caso a inventada).

A tradição pode ser inventada; “houve adaptação quando foi necessário conservar velhos costumes em condições novas ou usar velhos modelos para novos fins”. (RANGER; HOBSEBAWN, 1984, p.13). Quando algum movimento surge defendendo a restauração das tradições, sejam eles tradicionalistas ou não, é indício de que já houve ruptura. Podem estar destinados a se transformarem em tradições inventadas. Ranger e Hobsbawn afirmam que

Por outro lado, a força e a adaptabilidade das tradições genuínas não devem ser confundidas com a “invenção das tradições”. Não é necessário recuperar nem inventar tradições quando os velhos usos ainda se conservam. (RANGER; HOBSEBAWN, 1984, p.16)

Entende-se aqui que a tradição é representada por ações negociadas de um grupo que compartilha essa experiência no âmbito da cultura. Portanto, tradição é movimento; tradição é um contínuo desenrolar de ações culturais, sempre válidas no presente, porque são atuais, e também válidas para o passado que as originou. Desta forma, compreendemos que as tradições “inventadas” mencionadas por Hobsbawn, referem-se àquelas escolhidas para representar uma determinada ação cultural ocorrida no passado, mas que não faz mais sentido na cultura atual.

Presenciamos as duas situações na zona portuária; a necessidade de se inventar a tradição e a adaptabilidade das tradições genuínas, os velhos usos que algumas famílias conservam e são passados para as outras gerações. Podemos exemplificar: um modelo de “tradição inventada” é o que se pretende realizar no espaço do Morro da Providência, com a construção de casas de estilo colonial, criando um cenário com características de um passado que se quer apresentar aos turistas, mas que na verdade não existiu. Como exemplo das tradições genuínas, podemos citar as casas de *zungus*, alimento feito pelas afro-brasileiras e próximas à Pedra do Sal que é um costume que se conservou, um tipo de alimentação que seu



saber fazer foi passado através de gerações, sofreu adaptações ao longo do tempo; de alimento de escravos no passado, hoje é vendido em barracas para todos que apreciam ou que querem experimentá-lo. D. Zilla, descendente de escravos, também continua fazendo a arte dos panos que aprendeu com sua mãe e que, em janeiro de 2012, foram expostos no IPN. (Fig. 32)

Figura 32 – Exposição de D. Zilla no IPN “A arte dos panos” (D. Zilla 87 anos filha de ex-escravos)
Fonte:
<http://blogportomaravilha.com/2012/01/11/zilla/>
Acesso em 12 abr. 2012

O projeto que pretende renovar e revitalizar a área do Porto trata como velho e antigo a área degradada e histórica da região e propõe a criação, a introdução do novo. Uma dessas criações é o Museu do Amanhã que surge como uma “bandeira” para a “nova” cidade, porém, como nos mostra Santos (2008 p.123), “o novo não chega a todos os lugares e, quando chega, não é no mesmo momento; por isso, o novo nem sempre chega quando é absolutamente novo”.

Esse “novo”, embora esteja representado dessa maneira, não é “absolutamente novo”. Podemos assim dizer, aplicando o pensamento de Santos (2008) quando ele relaciona o interno e o externo, o novo e o velho, o Estado e o mercado, que a zona portuária é um lugar que sofre a influência de uma variável externa – o local e o global. Consideramos aqui o interno como a zona portuária e o externo que está fora da região ou até mesmo do próprio país. Santos refere-se a interno como tudo que está presente em um lugar, podendo em um dado momento aparecer como local, e a externo como tudo o que está fora do lugar (podemos nesse caso relacioná-lo ao global), e tem uma ação maior que o lugar, muito embora incida sobre ele. “A internalização do externo não se dá de forma arbitrária, mas em lugares específicos, onde podem combinar-se as variáveis internas com as externas.” (SANTOS, 2008, p.105). Processos de intervenções desenhados por políticas urbanas globais tendem a transformar o espaço urbano local em espaço urbano global. (EGLER, 2005).

Segundo Santos:

[...] Cada lugar combina variáveis de tempos diferentes. Não existe um lugar onde tudo seja **novo** ou onde tudo seja **velho**. A situação é uma combinação de elementos com idades diferentes. O arranjo de um lugar, através da aceitação ou rejeição do novo, vai depender da ação dos fatores de organização existentes nesse lugar, quais seja o espaço, a política, a economia, o social, o cultural [...] (SANTOS, 2000, p. 106) (grifo nosso).

O mercado é “um fator de controle”, um conjunto de elementos capazes de estabelecer um equilíbrio geral na economia. O Estado, por sua vez, não deveria intervir, no entanto isto acontece quando o mercado não consegue superar as crises. (SANTOS, 2008). Para Bauman (1999), na contemporaneidade e na globalização econômica, o Estado perdeu a sua soberania, lhe restando apenas ferramentas básicas para manutenção dos interesses do mercado, que está voltado para o consumo. A Lei de mercado é a especulação, e no projeto que está sendo implantado na zona portuária, Estado e mercado caminham lado a lado.

No contexto em que a zona portuária “passa” por uma “internalização do externo”, em que se procuram “combinar variáveis internas com as externas”, através de projeto que têm a influência de modelos exteriores e internacionais, instituições irão fazer parte deste novo lugar, dentre elas o Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos – IPN e o Museu do Amanhã, cada um em sua categoria própria, com características diferentes, preservando patrimônios distintos.

No período das décadas de 60 e 70, o museu estava em declínio e poderia parecer que seria o seu fim. A morte ou “iminente desaparecimento dos museus” fora anunciado por “alguns setores da vanguarda cultural do Ocidente” (CHAGAS, 2008), no entanto, é o oposto que acontece, anos depois. Há uma proliferação de variados tipos de museus, não só aumentaram o número e o interesse por museus como surgiram novas categorias de museus.

As noções de museus e patrimônio se mantêm conectadas e vinculadas à ideia de preservação. “O próprio museu passou a ser patrimônio cultural e o patrimônio cultural, uma das partes constitutivas da nova configuração museal” (CHAGAS, 2009).

O IPN é um Museu Memorial, “espaço para o reconhecimento e a reflexão efetivos” no dizer de Huysen (2000), que foi criado de forma inusitada, vem conquistando espaço como local de resistência e se constitui institucionalmente, como Ponto de Cultura. Existem outras instituições na zona portuária que trabalham com a memória dos afrodescendentes e afro-brasileiros. Por esse motivo, esta Instituição torna-se um desafio para nós, pois apesar do trabalho intenso que vem desenvolvendo em relação à preservação de memórias, ao mesmo tempo em que ela desperta curiosidade e aceitação em alguns grupos, tem também gerado discussões em relação a esta ideia de mantenedores e transmissores da memória afro-brasileira.

O Museu do Amanhã surge como representante do “novo” dentro deste projeto de revitalização, no entanto, poderemos observar que os processos utilizados na concepção das duas Instituições e de seus propósitos, se apresentam de formas diferentes. Ambas apresentam um diferencial que as caracteriza individualmente e desperta olhares diversos em relação ao discurso dos idealizadores do Porto Maravilha, uma vez que aquilo que parece novo nem sempre o é, e o que aparenta ser tradição pode ser inovação. As Instituições têm sua relevância nesse processo e farão parte do circuito de turismo cultural a ser implantado na zona portuária pelo projeto Porto Maravilha.

3.1 Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos – IPN

Baseados em informações adquiridas em oficinas realizadas no próprio IPN, com alguns integrantes da Instituição e em entrevistas com a proprietária da residência em que ocorreu a descoberta do cemitério e da sede da instituição Merced Guimarães, adquirimos maiores conhecimentos em relação ao Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos – IPN, uma Instituição que foi criada há 10 anos, após uma descoberta casual do sítio arqueológico do Cemitério dos Pretos Novos, em 1996, no processo de reforma da residência, localizada na Rua Pedro Ernesto nº 36. (Fig. 33 e 34).



Figura 33 - Salvamento arqueológico
Fonte: <http://www.sintufjrj.org.br/PORTALII/cemiteriodospretosnovos.htm>
Acesso em 29 jun. 2010.



Figura 34- Vista aérea da casa 36 – na Rua Pedro Ernesto – Gamboa – Rio de Janeiro
Fonte: http://www.rj.org.br/se/drepahc/proj_sitio_arqueo_pretos_novos.htm. Acesso em 29 jun. 2010.

O nome de Cemitério dos Pretos Novos está relacionado ao fato de ter sido ali o local onde eram enterrados os escravos – Pretos Novos – que não resistiam à viagem e morriam antes de serem comercializados no mercado do Valongo, que funcionou de 1769 a 1830.



Figura 35 – Ossadas de negros encontradas em escavações na Gamboa, Zona Portuária do Rio de Janeiro.
Fonte: <http://www.sintufjrj.org.br/PORTALII/pretosnovos/p2.jpg>. Acesso em 29 jun. 2010.

Neste local, foram encontrados fragmentos de crânios e ossos humanos (Fig. 35), dentre artefatos de cerâmica, vidro, metais e outras evidências arqueológicas. O achado foi comunicado ao Centro Cultural José Bonifácio, que transmitiu a descoberta ao Departamento Geral de Patrimônio Cultural, órgão da Secretaria de Cultura que enviou equipe de profissionais da Prefeitura e do Instituto de Arqueologia Brasileira (IAB) para a constatação e confirmação do potencial histórico do sítio. Os ossos foram levados para o IAB e lá permanecem.

A história da instituição começou na casa do casal (microempresários) Merced e Petruccio Guimarães. Segundo relato da proprietária, a família abandonou a casa em 1998 porque havia risco de desabamento e eles precisavam da autorização da prefeitura para continuar com as obras. Neste período, até o retorno à residência, a família se instalou no auditório de sua empresa. Em 1999, retomaram a obra que havia sido interrompida e voltaram para a residência em 2001. De 2001 a 2005, começaram a receber visitas de pesquisadores e de pessoas querendo conhecer mais sobre a história que já havia sido veiculada pela mídia. Na época, em 2001, havia um interesse por parte da Prefeitura em retomar as escavações, o que não aconteceu. Aos poucos, incentivados pelos pesquisadores que os procuravam para conhecer o local, eles iam também conhecendo um pouco mais sobre a história dos Pretos Novos.

A questão sobre o que eles iriam fazer com o achado estava sempre presente, mas eles não sabiam o que iriam fazer. No entanto, sabiam que algo deveria ser feito em relação à descoberta. A curiosidade das pessoas ainda era maior por eles serem brancos e estarem preocupados com a questão dos negros. Eles se sensibilizaram pela crueldade como aqueles negros escravos foram tratados, e viram o ocorrido como um crime contra a humanidade. Uma das “bandeiras” de Merced foi originada a partir de uma frase que um visitante que passou um tempo com eles havia dito: “faltou respeito na vida, faltou respeito na morte, faltou respeito na história” e ela acrescentou “faltou respeito na memória”. Porém, com o trabalho de pesquisa de mestrado de Júlio César, que se transformou no livro *À flor da pele: cemitério*

dos Pretos Novos no Rio de Janeiro, a história dos Pretos Novos foi contada e, mais tarde, a memória foi “reconhecida”. Em 2010, a instituição recebeu o *Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade*, do IPHAN, na categoria Salva-guarda de Bens de Natureza Imaterial, ação: sítio arqueológico, com a preservação arqueológica e da história do Cemitério dos Pretos Novos.

Após escavações arqueológicas feitas por Reinaldo Tavares para sua pesquisa, a forma como os Pretos Novos foram enterrados está exposta no IPN. Eles tinham seus ossos quebrados e amontoados uns sobre os outros para que pudesse ser colocado o maior número possível de mortos e as covas só eram cobertas quando estavam cheias. No IPN elas são mantidas abertas e a maioria dos ossos é de crianças.

Enfim, o casal sensibilizado com a história abriu a porta de sua residência para os pesquisadores e para os interessados no assunto, seja por curiosidade ou estudos, e mais tarde por questões de privacidade da família, estas visitas foram transferidas para as duas residências ao lado, de números 32 e 34 que haviam sido compradas pelo casal anteriormente com outra finalidade. O local foi transformado em sítio arqueológico e mais tarde em Centro Cultural, sempre mantido com recursos financeiros da família, sem contar com ajuda oficial ou de organizações não governamentais (Fig. 36).

O IPN nasceu em 2005 e, na sua trajetória, de 2005 a 2009, constantemente eram questionados sobre o que pretendiam com aquela Instituição. Como resposta, diziam: “Manter a memória viva”.



Figura 36 - Sra. Ana Maria De La Merced G. G. dos Anjos, fotografias e artefatos expostos.
Fonte: [http:// www.sintufri.org.br/PORTALII/pretosnovos/p2.jpg](http://www.sintufri.org.br/PORTALII/pretosnovos/p2.jpg). Acesso em 29 jun. 2010

O IPN se caracteriza como Museu Memorial, e segundo seus responsáveis tem:

[...] a missão de pesquisar, estudar, investigar e preservar a memória da história e cultura Africana e Afro-brasileira, cuja conservação e proteção sejam de interesse público com ênfase aos Sítios Históricos, aos Cemitérios Negros e a História da cidade do Rio de Janeiro, sobretudo com a finalidade de valorizar a nossa Identidade em Diáspora.³⁶(IPN)

O Museu tem como objetivo, além de executar projetos educacionais, realizar, fomentar pesquisas, e também apoiar pesquisas acadêmicas que contribuam com a historiografia, a arqueologia, e com quaisquer outras questões ligadas à escravidão, assim como com seus desdobramentos na atualidade, além de propor reflexões sobre o tema.

³⁶ Informação obtida através de folder de divulgação adquirido na sede do IPN.

Há na Instituição um espaço onde foram realizadas as escavações pelo pesquisador e arqueólogo Reinaldo Tavares com as ossadas dos escravos mantidas à mostra para visitação. A questão que antes não tinha resposta –“memorial de quê?” – por não haver o que ser exposto (mesmo estando sob um grande cemitério, ninguém conseguia vê-lo, pois estava coberto), foi respondida, quando se tornou visível; e a concretização de maneira comprobatória do Museu Memorial do Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos foi obtida quando de sua inauguração em 2011. (Fig.37)

A instituição funciona como núcleo de pesquisa, museu memorial, e núcleo cultural que promove palestras, oficinas de história para professores, estudantes e público em geral, e eventos culturais tais como música, dança e artes plásticas. O Ponto de Cultura do IPN, além das oficinas possui um espaço cultural denominado – A Galeria de Arte Pretos Novos – que possibilita a exposição ao público de obras de artistas plásticos que abordem a temática afro-brasileira.

As exposições são organizadas e selecionadas de forma “sensitiva”, Merced vai à busca de talentos conhecidos ou não, e as pessoas também vão à procura do IPN, abrindo-se espaço para todos. A única exigência feita pelos gestores é a de que sejam trabalhos de “raiz” com temas referentes à cultura afro-brasileira, à história do negro escravo no Brasil. Recentemente, em janeiro de 2012, ocorreu a exposição da Sra. Zilla, como mencionamos acima.

O IPN – Museu Memorial mantém a exposição permanente e itinerante do achado do Cemitério dos Pretos Novos. A exposição e as oficinas históricas mais a apresentação de um vídeo documentário Tributo aos Pretos Novos, proporciona aos visitantes uma viagem no tempo. A força das imagens e a história sensibilizam e emocionam e, como diz Figueiredo (2011), “a conjunção entre a forma (ou materialidade) da exposição e o seu conteúdo produz um significado no visitante”, pois é um momento de absorção de conhecimento e reflexão. Em relação à exposição itinerante, esta é levada a vários lugares tais como escolas, feiras, Praça Onze entre outros.

A sede do IPN funciona nas duas casas o nº 32 e o nº 34 da Rua Pedro Ernesto, no bairro da Gamboa, compradas pelo casal. As duas casas são edificações do século XIX, são casas compridas, com pé direito alto, teto com vigas de madeiras aparentes e, em uma delas, a parede está com a alvenaria também aparente, onde se pode identificar o período da construção através do material utilizado, o posicionamento dos tijolos, a técnica utilizada. Há uma ligação entre as duas casas na parte interna; criou-se este acesso para atender a proposta de transformá-las em um lugar de memória.



Figura 37 – O historiador e arqueólogo Reinaldo Tavares e as ossadas dos Pretos Novos.

Fonte:

<http://portomaravilha.com.br/conteudo/ccjb.aspx>

Acessado em 23 mar. 2012.

Em uma das casas por onde se entra está localizado o espaço da Galeria de Arte Pretos Novos, ao fundo da casa fica o local para reuniões e a sala da administração. Na casa ao lado, pela qual se tem acesso pela Galeria de Arte Pretos Novos (este acesso uniu as duas residências, transformando-as no espaço físico da Instituição), em um nível mais elevado, temos o espaço dedicado ao Memorial, com uma exposição permanente que mostra as ossadas, alguns objetos em uma vitrine, banners com fotos e murais com a história dos negros escravos e a escravidão no Brasil. Ao fundo da residência há um espaço fechado destinado às oficinas audiovisuais de história. (Fig.38 e 39)



Figura 38 - Memorial dos Pretos Novos
Fonte: IPN Museu Memorial (álbum do site *facebook*)
Acesso em 23 mar. 2012.



Figura 39 – Memorial dos Pretos Novos com ossadas expostas.
Fonte: IPN Museu Memorial (álbum do site *facebook*)
Acesso em 23 mar. 2012.

O IPN é um “museu que fala do passado a partir do local que ele acontece” (SANTOS, 2009). Sobre o sítio arqueológico do Cemitério dos Pretos Novos, este local é um marco de violência simbólica, pois para os escravos eles cairiam em desventura se fossem enterrados sem os seus rituais que poderiam mudar a sorte de cada um deles. No entanto, seus corpos eram amontoados no centro do terreno e por lá permaneciam até serem queimados. Sua representação simbólica é de grande valor não só para a história da cidade como para a Instituição, seus integrantes e pessoas de diversos segmentos da sociedade civil que se identificam com os ideais da promoção da igualdade racial e social do/no Brasil.

O Brasil é um país miscigenado, com uma grande diversidade cultural e é para esta tradição, esta cultura dos negros, sua memória e história que o IPN volta seu olhar e se constitui. Para Ortiz (2006), “a tradição nunca é mantida integralmente”, pois o processo de rememoração não é estático, no entanto, o IPN busca evitar o esquecimento e reconstruir esta memória coletiva “subterrânea”, que fora silenciada por muitos e muitos anos. Este fato é

perceptível em uma das frases de Le Goff, utilizada pela Instituição: “A Verdade consiste em evitar o esquecimento. Existe um dever de memória, principalmente em relação ao que dói e incomoda”. Para esta rememoração são criados “lugares de memória” e segundo Nora (1993), eles são necessários, porque não há mais meios de memórias e não haveria a necessidade de criá-los se o que se defende não estivesse ameaçado de se esquecer. De acordo com Chagas (1998), os museus não só são espaços de memória, como também de poder. O museu que abraça esta vereda – perspectiva do poder de memória –

[...] não está interessado apenas em democratizar o acesso aos bens culturais acumulados, mas, sobretudo, em democratizar a própria produção de bens, serviços e informações culturais. O compromisso, neste caso, não é tanto com o **ter** e preservar acervos, e sim com o **ser** espaço de relação e estímulo às novas produções, sem procurar esconder o “seu sinal de sangue”. (CHAGAS, 1998 p. 22 e 23)

Este compromisso pode ser observado no IPN que tem, inclusive em sua diretoria pessoas ligadas a movimentos negros e suas propostas atraem outras pessoas que se identificam e se interessam pela história, cultura e memórias africanas e afro-brasileiras, construindo uma rede de relações. Neste “espaço de relação”, há o estímulo a novos estudos relacionados às consequências deste processo civilizatório, e aliados aos trabalhos voluntários, segundo o IPN, colaboram “com a busca de soluções para a ampla problemática social brasileira”. Na acepção de Nora (1993):

A passagem da memória para a história obrigou cada grupo a redefinir sua identidade pela revitalização de sua própria história. [...] Todos os corpos constituídos ou não, sábios ou não, apesar das etnias e das minorias sociais, sentem necessidade de ir em busca de sua própria constituição. (NORA, 1993, p. 17)

Podemos dizer também em relação ao IPN que este é “um museu de si”. Segundo Benoit³⁷, em palestra ministrada na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) em maio de 2010, o “museu de si” incorpora um coletivo, uma comunidade, propõe um discurso sobre a identidade dessa comunidade. Nesse caso, discorre sobre a identidade afro-brasileira, que esteve e ainda se faz presente na zona portuária, embora tenha sofrido influências das inúmeras intervenções e transformações espaciais, se reconfigurando e tendo que se adaptar às novas realidades que surgiam.

O IPN, apesar de estar situado sobre um local simbólico e significativo para os que pertencem e se identificam com a cultura afro-brasileira e de estar localizado na região portuária, que no passado fora habitada pela maioria negra, tem representatividade e receptividade em relação ao entorno quase inexistente. Segundo os integrantes da Instituição, ela é mais conhecida fora da zona portuária, por pesquisadores, acadêmicos, curiosos, até mesmo mais em nível internacional do que no próprio entorno. Os moradores não se

³⁷ Benoit de L'Estoile, pesquisador do Centre National de la Recherche Scientifique, Paris. Pesquisador visitante CNPq, PPGAS/MN/UFRJ. Doutor em Antropologia Social pela EHESS. Foi professor no Departamento de Ciências Sociais da Ecole Normale Supérieure, Paris, e professor visitante em várias universidades (UFRJ, Napoli, Eichstätt). Foi vice-presidente da Associação Europeia de Antropologia Social (EASA, 2007-2008).

aproximam, são raros os que visitaram o espaço, e a esta invisibilidade são atribuídos vários fatores que vão desde a localização, à dificuldade de acesso, ao receio por ter sido o local um cemitério, à assimilação do local a uma casa espírita e às questões religiosas desdobradas desse fato (número crescente de evangélicos na região). Ao distanciamento da população deriva, também, da reconfiguração social com a chegada de novos moradores que não se identificam com o lugar e nem com a cultura, e a própria formação educacional do país, assim como o modo de se conduzir as instituições no Brasil.

Segundo o historiador Cláudio Honorato³⁸, “embora haja uma tentativa de se fazer diferente sempre acaba reproduzindo muito daquilo que a gente tem na nossa própria cultura que é sempre se projetar para fora e esquecer a própria comunidade”. No entanto, existe uma preocupação em realizar projetos voltados para a população local e, embora este tipo de trabalho já esteja sendo realizado, em sua opinião, é preciso mais para sensibilizá-la, motivá-la e a instituição está disposta a fazer o que for necessário para sensibilizar essas pessoas. Há projetos para 2012 que incluem alcançar, não apenas as escolas da zona portuária, mas também os líderes comunitários, “para que possam ser multiplicadores dessa proposta”. O Ponto de Cultura³⁹ do IPN pode ser de grande valor para que se possa, através dele, trabalhar estes problemas de representatividade e receptividade local entre a própria comunidade.

Esta Instituição é um espaço de luta e resistência. Apesar de já ter sido reconhecida como de Utilidade Pública pela Lei 4.822 de 07/05/2008, publicada em Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro em 09/05/2008, ela é mantida pelo esforço da família Guimarães e o auxílio – como já foi dito – do trabalho voluntário.

O IPN foi selecionado no edital do Ponto de Cultura do Estado do Rio de Janeiro em edição de 2009 e passou a fazer parte desta rede. Pelo período de três anos estará realizando diversas oficinas atendendo à lei 10.639, e à lei 11.635 que é o adendo à Lei 10.639⁴⁰ com o apoio do Ministério da Cultura e da Secretaria de Cultura do Estado do Rio de Janeiro. Este foi um grande passo dado pela Instituição e, de acordo com Bourdieu (1983, p. 11), “as classes e frações de classes estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a sua definição do mundo social” O IPN, apesar de já ter sido reconhecido legalmente, busca se legitimar não só perante à sociedade, mas inclusive entre alguns dos próprios afro-brasileiros, à vizinhança e à cidade, de um modo geral. Com isso, busca receber, a exemplo de outras instituições mais afinadas com o poder dominante, apoio de diversas naturezas, inclusive econômico. Como discute Bourdieu sobre os conceitos de *habitus* e campo:

habitus consiste em um sistema de disposições duráveis estruturadas de acordo com o meio social dos sujeitos e que seriam predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador

³⁸ Relato verbal de Cláudio Honorato integrante do IPN, que nos foi concedido através de entrevista realizada em 31 de jan. 2012.

³⁹ Ponto de Cultura é uma das grandes contribuições e inovação política cultural, idealizado na gestão do ministro da cultura Gilberto Gil no “âmbito do Programa Cultura Viva”, em 2003. Disponível no site: www.cultura.gov.br. Acesso em 24 de ago. 2012.

⁴⁰ A lei 10.639 determina a obrigatoriedade do ensino e da cultura afro-brasileira dentro das escolas, e a lei 11.635 é um adendo à lei 10.639 onde passa também a ser obrigatoriedade o ensino da cultura indígena, que segundo Penha, integrante do IPN, não está sendo cumprida e esta é uma de suas lutas.

das práticas e das representações. ⁴¹(BOURDIEU, 1980 apud ORTIZ, 1983, p. 15).

O *habitus*, no entanto, não é imutável, não é um conjunto de regras inflexíveis e pode ser alterado, desde que haja interesse, mas para isto é necessário que se movimente para alcançar o que se almeja, incorporando o *habitus* exigido pelo campo para assim, agir e fazer parte deste campo. (BOURDIEU, 2007)

Como foi visto, estabelecer-se é um dos objetivos do IPN, para que se possa manter viva e reconhecida memória e história. Porém, se trata de se estabelecer sem fugir do objetivo inicial e principal que é a cultura afro-brasileira, como diz Honorato (2011), “priorizando a questão dos cemitérios, a pesquisa em relação aos cemitérios africanos pelo Brasil, até mesmo fora do Brasil”. A Instituição está sempre se transformando. E o compromisso com a memória e a história, com a cultura afro-brasileira permanece, independentemente da visibilidade, da captação de recursos, da posição que venham a ocupar na zona portuária após a revitalização. Vale aqui ressaltar que, independentemente das questões voltadas para a participação da comunidade do entorno nas ações do IPN, a instituição museal ao se constituir estabelece um diálogo não só com outros museus, como também com outras ações de reflexão e de produção de conhecimentos sobre o tema que as constituiu. Isto significa dizer que a ação dos museus extrapola o seu “locus” ao possibilitar essa extensão dialógica.

Ao longo do ano de 2011 e início de 2012, com as descobertas do sítio arqueológico do Cemitério dos Pretos Novos realizadas por Reinaldo Tavares e com as descobertas do Cais do Valongo, ocorridas a partir das obras de revitalização realizadas pela prefeitura, a história dos Pretos Novos ganhou maior visibilidade. Com essa visibilidade, o IPN, além do recurso que recebe como Ponto de Cultura para ministrar as oficinas de história gratuitas, conseguiu recurso para fazer o memorial, manter a exposição e para as obras do telhado, que além do desgaste pelo tempo fora danificado no período das chuvas de 2011. Os demais gastos da Instituição são providos pela família de Merced.

As descobertas vieram a reforçar a importância dessa cultura e etnia na zona portuária e na cidade do Rio de Janeiro e a mídia divulgou o ocorrido dando visibilidade a esta questão. Como a área passa pelo processo de revitalização e tem como uma das propostas a preservação do centro histórico e o turismo, estas descobertas foram incluídas em seu percurso histórico e turístico. O prefeito criou o Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana, representado por um conjunto de locais marcantes para a memória da cultura afro-brasileira, como destaca a reportagem publicada na Revista do Porto Maravilha nº 6 de 2011.

A ideia desse museu a céu aberto (que constitui uma nova configuração de museus) já existia no governo de César Maia, mas não foi adiante, e recentemente, na atual gestão do prefeito Eduardo Paes, a ideia é retomada. De acordo com os relatos verbais dos integrantes do IPN, vários fatores podem ter contribuído para essa realização tais como: a lei de preservação a sítios arqueológicos e que precisa ser cumprida; o movimento das forças sociais e o interesse do prefeito e seu secretariado. Incluem-se nos movimentos sociais que contribuíram para essa configuração de museu e são o próprio IPN e seus pesquisadores que

⁴¹ Bourdieu, P. **Travaux et projets, 1980.** ___, Esquisse d’une théorie de La pratique. Genève, Lib. Droz, 1972. Actes de La Recherche em Sciences Sociales, n. 2/3, jun. 1976 o n.5, out. 1976.

também incentivaram a escrita de um documento em conjunto pelo movimento negro, denominado a Carta do Valongo (em anexo). O interesse do governo se dá por meio do turismo, que é uma das metas do Porto Maravilha e que poderá vir a gerar lucros. No entanto, segundo um integrante do IPN, este circuito já vem sendo realizado nas oficinas de história a céu aberto, sendo assim o circuito é que vem a se inserir ao IPN, e não o oposto.

A criação oficial desse circuito é uma conquista para todos que abraçam esse ideal, que buscam pelo reconhecimento e divulgação da cultura afro-brasileira. Mesmo assim, é importante frisar que a história deverá ser sempre contada por quem faz parte desse grupo e dessa cultura, e que, portanto, a conhecem, para que não se corra o risco de ser transformado em apenas um cenário histórico integrante de um parque temático.

3.2 Museu do Amanhã

O Museu do Amanhã é uma Instituição que começa a sair do papel, do imaginário virtual de seus planejadores e caminha para a concretização. A preparação estrutural do Píer Mauá onde o museu será localizado começou em dezembro de 2010 e sua construção foi iniciada no dia 1º de novembro de 2011, com inauguração prevista para o primeiro semestre de 2014. É uma parceria do Governo Municipal com a Fundação Roberto Marinho e faz parte do Projeto Porto Maravilha. O museu, a princípio, ocuparia 12,5 mil metros quadrados do píer Mauá e seu custo fora estimado, anteriormente, em 130 milhões de reais, em dezembro de 2011. Porém, segundo Revista Porto Maravilha nº 6, o valor do prédio do Museu já está orçado em R\$ 215 milhões e será custeado com a venda dos Cepacs – Certificados de Potencial Adicional de Construção. Ele conta com o patrocínio do Banco Santander, que investirá R\$ 65 milhões na implantação da museografia e no programa de sustentabilidade durante 10 anos.

Arquitetura, Museografia e Conteúdo são as três áreas chaves em que se baseia a metodologia de desenvolvimento de museus da Fundação Roberto Marinho. O projeto arquitetônico foi elaborado pelo conceituado arquiteto espanhol Santiago Calatrava e apresentado à cidade no dia 21 de junho de 2010. Nesse período da apresentação, a previsão para a conclusão das obras seria no segundo semestre de 2012. Segundo Calatrava (2010),

É um desafio enorme intervir nesta cidade, que tem um patrimônio natural e arquitetônico secular. Por outro lado, a Região Portuária é extremamente sensível porque foi um dos locais de fundação da cidade. Não podia deixar de sugerir que a Praça Mauá, que pode tornar a mais bonita do Rio, seja recuperada. Se o projeto for levado a cabo, com a integração da Praça Mauá, penso que este será o projeto de museu mais importante de toda a minha carreira. (CALATRAVA, 2010)⁴²

Calatrava buscou integrar a arquitetura do Museu à paisagem da cidade do Rio de Janeiro, para reaproximar o público em geral de marcos da formação da cidade do Rio de Janeiro: o Morro da Conceição e o Morro de São Bento. Para sua criação, o arquiteto se inspirou em elementos da Mata Atlântica, além de ter estudado e considerado aspectos culturais e históricos da cidade. É o primeiro Museu com esta temática, (sustentabilidade, futuro do

⁴² Palavras do arquiteto espanhol Santiago Calatrava sobre o projeto Museu do Amanhã em reportagem *Transformações a Caminho do Porto* publicada na Revista Porto Maravilha nº 2, jul. 2010.

planeta e da humanidade), e o Brasil, segundo seus idealizadores, é o país mais indicado para sediá-lo, devido a sua vasta e rica biodiversidade, representando cerca de um terço de todas as espécies do planeta. Construí-lo no Rio de Janeiro representa uma homenagem à cidade que sediou a Rio 92, que além da sua geografia é um marco histórico para a conservação ambiental, da natureza e do planeta.

Segundo Abreu (2003), atualmente “a palavra de ordem é ‘diversidade’ cultural, mas também natural ou biológica” e o Museu do Amanhã é uma nova proposta museológica, que tem uma preocupação com a biodiversidade, a sustentabilidade. É um Museu de Ciência diferente dos demais que trabalham com “vestígios do passado e evidências do presente” segundo Hugo Barreto, secretário Geral da Fundação Roberto Marinho:

O Museu vai unir ciência, tecnologia e conhecimento, e, portanto o homem, o pensamento humano, e olhar para onde tudo isto vai nos levar. Nós queremos estimular as pessoas a pensarem de forma mais consciente sob o ponto de vista ecológico, mas também sobre o modelo de vida, social e civilizatório em que nós estamos inseridos. (Portal Metálica, 2010).

O objetivo do museu está relacionado à sustentabilidade, à preservação do planeta e ao desenvolvimento, além de pretender mostrar as consequências da relação entre o homem e a natureza, suas ações no planeta, provocando uma reflexão sobre estas ações, para através do hoje chegar ao amanhã. A partir do presente, entrar em contato com passado onde se encontram as causas e o futuro onde existem as possibilidades, para que se possa construir um amanhã, um futuro melhor.

Atualmente o conhecimento científico possibilita o homem modificar o ecossistema, transformar as espécies, incluindo a sua própria espécie, e com suas atitudes e ações alterar o planeta. Esta visitação ao Museu e a reflexão gerada, poderá levar o visitante a pensar sobre que futuro ele deseja para si e seu planeta.

Na gestão do prefeito anterior, César Maia, o museu do Amanhã, não tinha a mesma dimensão e seria localizado nos armazéns 05 e 06, espaço concedido através de um acordo de cooperação técnica para a implementação do museu, assinado pelo presidente da Fundação Roberto Marinho, José Roberto Marinho e o presidente da Companhia Docas, Jorge Mello. Ocuparia 20 mil metros quadrados, incluindo o prédio da Polinter na Praça Mauá. (O GLOBO, 18/11/2009). O projeto estava orçado em R\$100 milhões e para os estudos do museu havia sido contratado o renomado designer de museus americano Ralph Appelbaum, que é o responsável pelo desenvolvimento do projeto do Museu da Língua Portuguesa, em São Paulo. Ao pier estava destinado outro projeto arquitetônico de um museu que também seria o ícone da revitalização, o Guggenheim.

Nessa gestão do prefeito Eduardo Paes, o Museu do Amanhã passa a ter outra dimensão e conotação. É considerado uma das grandes obras do Porto Maravilha, o novo ícone do projeto de revitalização que dará visibilidade internacional à cidade. Uma obra deste porte merece um lugar de destaque e o lugar escolhido foi o Pier Mauá, local que marcou a modernização do porto nos anos de 1948/49. A criação do pier fazia parte do projeto de ampliação do Porto do Rio que tinha como um dos objetivos a preparação da cidade para receber os estrangeiros na Copa do Mundo de 1950. O pier recebeu o nome do engenheiro responsável por sua construção, Pier Oscar Weinschenck. Aproximadamente seis décadas

depois, novamente os olhares se voltam para o píer, em tempos de grandes eventos esportivos. Sobre ele estará pousada uma arquitetura de “grife” assinada por um arquiteto bem conceituado e que tem *expertise* em projetos contemporâneos. Sua obra, como já foi anunciada pelo prefeito Eduardo Paes, será a “cereja do bolo” do projeto da zona portuária, a “nova marca” da cidade. Coincidentemente esta obra está prevista para ser concluída e inaugurada no ano em que o país será sede da Copa do Mundo de 2014.

Em reportagem anterior, datada de 01/12/2010, encontrada no site da Fundação Roberto Marinho, o museu teria 12,5 mil metros quadrados divididos em dois níveis conectados por rampas, sendo desses, seis mil metros quadrados destinados à área expositiva. Em reportagem mais recente, ano de 2012, acessada no site do Porto Maravilha, a metragem destinada ao prédio do museu será de 15 mil metros quadrados. Uma área de 30 mil metros quadrados do píer será ocupada pelo projeto que é composto pelo prédio em meio a uma área verde com espelho d’água, ciclovia e área de lazer. O projeto de paisagismo também é assinado por Calatrava e será desenvolvido pelo escritório carioca Burle Marx e Cia.

O projeto arquitetônico do Museu tem sua forma vista com vários olhares e interpretações; ao olharem as plantas de arquitetura, na visão de cima, há os que veem uma libélula, outros uma lagarta, uma lesma esticada, ou uma “bromeliácea”, como diz Calatrava. (Fig. 40 e 41)



Figura 40 – Maquete eletrônica do Museu do Amanhã.
Fonte: www.metaalica.com.br. Acesso em 24 jun. 2010.



Figura 41 – Maquete eletrônica do Museu do Amanhã.
Fonte: www.metaalica.com.br. Acesso em 24 jun. 2010.

Sua construção será favorável ao meio ambiente, uma vez que serão utilizados materiais reciclados e recursos naturais, tais como a água da baía para diminuir a temperatura interior da construção, a ventilação natural, e a captação de energia solar. O Museu do Amanhã buscará a certificação Leed (Liderança em Energia e Projeto Ambiental), concedida pelo Green Building Council (USGBC).

Seu teto será formado por grandes abas que se movimentam, abrindo e fechando de acordo com a intensidade do sol. (Fig.42 e 43)



Figura 42 – A maquete e o arquiteto Santiago Calatrava.
 Fonte: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro>.
 Acesso em 21 jun. 2010.

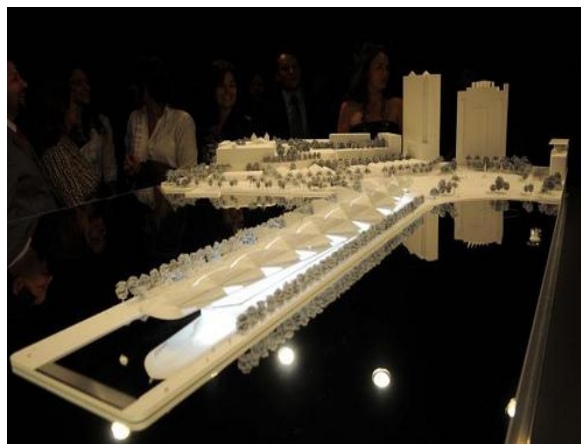


Figura 43 – Maquete apresentada à cidade do Rio de Janeiro.
 Fonte: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro>.
 Acesso em 21 jun. 2010.

O Museu será dividido em dois pavimentos, com uma grande área para exposição. No térreo, haverá um auditório, uma loja, um restaurante, salas de exposições temporárias; de pesquisa e ações educativas e áreas administrativas. No andar superior, haverá um café, um belvedere para contemplação e salas para exposições permanentes. Também faz parte do projeto a construção de um observatório do Amanhã, que catalisará projeções científicas, cenário e diagnóstico sobre o planeta e o Centro de Referência profissional do Amanhã.

A arquitetura do museu deverá utilizar como materiais de construção: concreto, aço e grandes placas de vidro, em estilo contemporâneo, no qual se destacam a forma, a exuberância e, principalmente, o local de sua construção. A sua localização será em um ponto estratégico que se adentra pelo mar, rodeado pelas águas da baía, que a destaca de todo o entorno. Apesar do destaque, segundo o próprio arquiteto Calatrava, a arquitetura se integrará ao ambiente, à paisagem. A arquitetura de Calatrava é complexa, utiliza conhecimentos tecnológicos sólidos com um visual marcante. Seu trabalho geralmente é inspirado em formas orgânicas como esqueletos e seres da natureza e costuma introduzir em seus projetos soluções móveis e configurações dinâmicas, frequentemente assimétricas. A arquitetura do Museu do Amanhã apresenta partes simétricas e com movimentos, nesse caso o teto se movimenta abrindo e fechando. O arquiteto é classificado como um dos mais ativos “estruturistas” contemporâneos. Calatrava assina vários projetos de relevância internacional tais como: o Museu de Arte de Milwaukee, nos Estados Unidos; a Estação do Oriente, em Lisboa; o Complexo Olímpico de Atenas; e a Estação Ferroviária do Aeroporto de Lyon, na França; a Puente de la Mujer; e a Torre de Montjuïc, da cidade de Barcelona. (FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO)

Projetos arquitetônicos com assinatura de profissionais renomados fazem parte do novo planejamento de cidades e o Museu do Amanhã patrocinado pela Fundação Roberto Marinho é um desses projetos que além de ter a assinatura de Calatrava, tem grandes nomes nacionais e internacionais encabeçando sua ficha técnica; este tipo de estratégia proporciona ao projeto maior credibilidade, atuando como um selo de garantia.

Como o museu do Amanhã ainda está em construção, portanto não está em funcionamento, devido a suas características como museu de ciência que faz parte de uma nova concepção de museus e de cidades em que seguem a lógica da visibilidade, do marketing

urbano e do mercado cultural, pressupõe-se que a cenografia fará parte da construção de um projeto “expográfico muito bem estruturado” que proporcionará um espetáculo interativo a “serviço do conteúdo”. Essa concepção cenográfica é utilizada para dar veracidade ao tema e facilitar a compreensão do público sobre o assunto da exposição. (FIGUEIREDO, 2011). Com o propósito de sediar exposições interativas com recursos audiovisuais e jogos, assim como no Museu do Futebol, que oferece uma experiência sensorial ao público visitante, o museu seguirá o modelo dos museus da Língua Portuguesa e do Futebol, ambos de São Paulo. Esta tendência vem sendo utilizada pela Fundação Roberto Marinho nestes museus já existentes, e que possivelmente será aplicada no Museu do Amanhã. A cenografia passa a ser utilizada como estratégia para seduzir o visitante. Conforme Schaer,

Se o museu conseguiu superar a crise de seu relacionamento com a modernidade, se ele conheceu em seguida um desenvolvimento espetacular, é, pois ele se mostrou capaz de responder a uma transformação da nossa relação com a cultura: o prestígio do livre e do escrito, encarnado pela instituição escolar, foi suplantado pelo da imagem, do espetáculo e das artes visuais. Os museus são oferecidos à mise en scène (encenação) da cultura. Para melhor ou para pior? (SCHAER, 2007, p.111)⁴³

No percurso desses museus que usam a interatividade e a cenografia, há a estratégia, o rito de passagem “para que o visitante perceba que está entrando em um novo universo diferente do exterior” (FIGUEIREDO, 2011, p. 340). No caso do Museu do Amanhã, a proposta é criar “uma experiência da passagem do presente que funcionará como um portal para o futuro”. Um dos eixos apresentados pela Fundação Roberto Marinho que estrutura o Museu do Amanhã é o da “polaridade entre as Ciências Cósmicas e as Terrestres”, e outro eixo que organiza a narrativa são “as três dimensões que compõem as bases da existência humana” a qual denominaram de “MATÉRIA, VIDA e PENSAMENTO”.

O percurso no Museu do Amanhã⁴⁴ “pelo hoje, se entra no amanhã”, começa pelo *Atrium de Hoje*, portal de informações do atual estado do conhecimento e da humanidade; a seguir há a *Travessia das Perguntas*, logo após o visitante entra em uma *Espiral Cósmica*, inicia uma viagem da Terra em direção às galáxias, mergulhando no interior dos átomos, tudo isto por meio de um ambiente semelhante a um planetário. Por fim, há a Nave Central, em que haverá um espaço dedicado à *Estação do Clima* – cujo tema destacará mudanças climáticas e suas causas e consequências –; ao *Porto das Origens* – que abarcará o desenvolvimento da vida e o crescimento da população; à *Praça do Agora* – que mostrará a integração econômica, social e comunicacional –; e à *Plataforma do Futuro* – que mostrará as diversidades biológicas, ecológicas e culturais. Em anexo publicação do percurso.

O museu espetáculo faz uso da tecnologia, cenário teatral em suas exposições, mas a arquitetura tem o seu destaque. Nesses tipos de museus também se incluem as características *do shopping center* cultural, que fazem parte das estratégias mercadológicas dos museus. Segundo Ghirardo (2009), o *shopping center* cultural inclui nos museus “instalações que vão

⁴³ SCHAER, 2007, p.111, apud FIGUEIREDO, Renata Dias de Gouvêa de. **A expografia contemporânea no Brasil: a sedução das exposições cenográficas.** Dissertação de mestrado – área de concentração: Design e Arquitetura – pela FAUUSP –Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo. São Paulo: 2011. 200 p. tradução e grifo da mesma.

⁴⁴ O projeto foi apresentado no dia 02/05/2012 no Palácio da Cidade, com alterações no percurso e nos nomes. Em anexo última publicação do percurso pela Revista Porto Maravilha nº 08, junho de 2012.

de restaurantes e grandes lojas, a auditórios e teatros” que “consiste em gerar renda por meio do estímulo ao consumo”. Este tipo de estratégia também faz parte da configuração espacial do Museu do Amanhã. Como objeto mercadológico, também existe a necessidade de transformar “certos temas em entretenimento atraindo assim grandes públicos e gerando a desejada repercussão na mídia”, “promovendo um retorno compatível com o investimento realizado”, como nos mostra Figueiredo.

Podemos considerar o Museu do Amanhã, até mesmo por sua grandeza arquitetônica pela suposta “espetacularização” das exposições baseada em informações divulgadas na mídia, como um museu espetáculo. No entanto, ele se caracteriza como uma grande obra de arquitetura como tantas outras que vemos serem construídas em outros países, a exemplo dos famosos prédios de Zaha Hadid – arquiteta de influência do construtivismo russo, com ênfase em Malevitch – no Cairo, Abou Dabi, Glasgow, Istambul, Marseille, Barcelona, entre outras cidades. Vale ressaltar que o Museu do Amanhã é um projeto com características de museu contemporâneo, a exemplo do Future Museum do ARS Electronica Center, em Linz, na Áustria sem acervo definido, sem memória local. Além disso, sua concepção não emerge dos desejos de memória da população local e sua alocação na Zona Portuária do Rio de Janeiro tem por justificativa um modelo de revitalização de áreas urbanas globalizado.

Como podemos perceber, o Museu do Amanhã é uma Instituição criada pelas Instituições de poderes políticos e econômicos que, segundo Douglas (1998), são as que determinam o que deve ou não ser lembrado e criado. Há um interesse comum entre os envolvidos na construção desta Instituição que espera corresponder a toda expectativa já criada em relação a este projeto.

3.3 Olhares sobre a Zona Portuária, o Porto Maravilha e suas “Maravilhas”.

A produção simbólica é uma construção social. O nome do projeto “Porto Maravilha” é bastante sugestivo e de uma significativa carga simbólica, a cidade é “Maravilhosa” e o projeto tem a proposta de transformar, de fato, o espaço da zona portuária em uma “maravilha”. Pelo menos, esta é a expectativa de muitos atores desse cenário urbano. Tanto a população local, como os idealizadores e pessoas envolvidas na implantação desse projeto têm suas expectativas em relação ao resultado dessa grandiosa interferência urbana. Cada uma delas sob óticas diferenciadas ou por vezes semelhantes, portanto é uma ação que não passa despercebida, mesmo para aqueles que não estão envolvidos diretamente.

O projeto “Porto Maravilha” surge como uma nova esperança para o local e para a cidade, com propostas de preservação e criação do espaço ideal para moradia, negócios e entretenimento. Um local que pretende criar espaço para todos inclusive a população local que desfrutará das melhorias. A urbanidade local será mantida como forma de preservar a cultura e as memórias lá existentes, no entanto, o patrimônio cultural, estas memórias e suas propagações deverão ser organizadas e ordenadas dentro da nova lógica das cidades globalizadas.

Através de relatos verbais e idas ao campo desse estudo, colhemos dados e informações relacionadas à memória, ao projeto “Porto Maravilha”, à cultura afro-brasileira, ao IPN e ao Museu da Amanhã. Isto nos possibilitou traçar um panorama das expectativas,

das tensões e dos conflitos existentes na região sobre o projeto, em seu sentido global e também no que diz respeito ao cotidiano da própria região, no exemplo das redes sociais locais.

Entrevistamos o total de dez pessoas, sendo quatro moradores; quatro não moradores, mas que conhecem a zona portuária através de atividades como é o caso de alguns integrantes do IPN, um membro do movimento negro que também conhece o local, apesar de não morar na zona portuária e trabalhar na região; e dois membros do CDURP. As entrevistas foram feitas seguindo o método semi-estruturado, contendo perguntas-chaves semelhantes para todos, com algumas variações que surgiam de acordo com o seu desenvolvimento. Procuramos sempre deixar o entrevistado à vontade e, em alguns casos, a própria fala deles conduzia a entrevista não só respondendo o que fora questionado como, por vezes, indo além nas informações. Em outras ocasiões, provocávamos o entrevistado com algumas colocações para que desenvolvesse seu olhar a respeito do que queríamos investigar. Apresentaremos um resumo das múltiplas visões coletadas e dos principais pontos investigados.

3.3.1 Visão dos entrevistados

Memória da zona portuária:

Esta visão está relacionada à memória dos entrevistados, a que a zona portuária os remete.

- Para os não moradores, de uma maneira geral, as memórias são referentes à cultura principalmente a afro-brasileira, à escravidão, à ancestralidade e a uma região de trabalhadores e dos primeiros sindicatos.
- Para os moradores, é o lamento, a memória triste do abandono, esquecimento, das interferências externas que levaram a perda ou diminuição da cultura anterior devido a mudanças na sociabilidade. A preocupação com a falta de conhecimento de quem está participando das mudanças do projeto Porto Maravilha sobre a história do local o descaso e o preconceito que eles sentem, e que sempre existiu em relação à região, por esta ser relacionada ao baixo poder aquisitivo e à memória cultural afro-brasileira.

O que preservar:

O que os entrevistados gostariam que o projeto Porto Maravilha preservasse na região:

- Os não moradores, todos mencionaram ser o patrimônio material, as edificações, porém não demonstraram muita preocupação em relação à preservação do patrimônio material, pois, segundo um dos entrevistados, não há por que se preocupar muito com esta parte porque tanto os bens materiais como os arqueológicos “já são preservados”. É de conhecimento de todos que irá haver uma reconfiguração espacial e social e é justamente por isso que a maior preocupação, por unanimidade, é com o maior bem a ser preservado por eles designados: a urbanidade local e suas residências, porque segundo Cláudio Honorato “a cultura é de carne e osso” e esta população e suas memórias não devem ser esquecidas.
- Para os moradores, também, o importante é preservar a memória e a cultura da região, tanto as remanescentes quanto as mais antigas, que são fundadoras da cidade.

O projeto Porto Maravilha:

A visão em relação à intervenção e aos impactos.

- Entre os não moradores a maioria é a favor da intervenção, pois a região precisava desse tipo de ação. No entanto, algumas restrições são colocadas, como planejar com cuidado, ouvindo a população local, isto é, população sendo respeitada. Segundo Claudio Honorato, é preciso que a revitalização respeite “tudo aquilo que foi construído, que ela construa, a partir dali, um elo com essa memória que possa fazer com que essas pessoas, e a zona portuária possam ser vistas, e que venham a contribuir e a somar para que o Rio de Janeiro possa ser realmente a cidade maravilhosa”. Quanto aos impactos positivos, as melhorias na região foram bastante citadas, geração de trabalho (não há ofertas de emprego, mas já existem frentes de trabalho na região), e para um dos entrevistados, foi citada a criação do Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração Africana, apesar de não saber como se dará a valorização dessa cultura e se ela será justa, se irá pertencer a essa comunidade. Como impactos negativos estão: a remoção da população que poderá causar impactos social e cultural na região, assim como falta de respeito com a população local são preocupações daqueles que não estão ainda muito a par do projeto. Foi citada por um dos entrevistados a questão de algumas perdas que poderão vir a ocorrer com a mudança de usos de certos patrimônios da região, como o Moinho Fluminense, porém alguns dos moradores da região não sentem esse temor e concordam com a desativação do Moinho.
- Os moradores. A maioria é a favor das melhorias na região, que são vistas como necessárias e que há muito eram desejadas. Como impactos positivos, foram citadas as melhorias, desde que sempre pensando nos moradores. Os impactos negativos citados referem-se justamente a desapropriação que poderá vir a ocorrer, ou que já estão ocorrendo, como citou um dos entrevistados. Somente na opinião da minoria, a desapropriação é um fato que sempre acontece nas intervenções urbanas e desejar que seja diferente é um sonho, pois a realidade é outra.

Imaginário e expectativa em relação à zona portuária após a intervenção:

- Não moradores: No imaginário de Bruna, que frequenta pouco a zona portuária em comparação a Lapa, seu olhar para a região pós-intervenção é baseado nas transformações ocorridas na Lapa, no tipo de espaço que vem se transformando esteticamente, de forma glamorosa, direcionada ao turismo e não aos moradores. Ela deixa claro que não é contra o intercâmbio cultural e sim à inclusão de um público em detrimento à exclusão de outro. Essa visão negativa, ela prevê que venha a existir no porto em pouquíssimo tempo, em cinco ou dez anos.
- Os moradores, em geral, imaginam o local muito diferente do que é hoje. Para eles será um “mega” bairro, com mudanças radicais na arquitetura, no cotidiano dos moradores e no ir e vir. Porém, um dos moradores imagina que em alguns lugares “pontuais, como, por exemplo, o Morro da Conceição, não deverão ocorrer muitas mudanças no cotidiano”. Na verdade, em sua opinião, pode-se manter a urbanidade e poucas chances de haver muitas mudanças. Este é, também, um fato ambíguo, pois, ao

mesmo tempo em que possa parecer se tratar de algo positivo, instaura um receio nos moradores de que as melhorias não adentrem a zona portuária, ao ficarem apenas em pontos estratégicos.

Destacamos a fala de um antigo morador da zona portuária que expõe seu desejo, mas, ao mesmo tempo prevê o que poderá vir a acontecer:

Olha, eu imagino poder está olhando lá de cima, os meus netos ainda aqui, ainda estarem aqui, (*isso é o que o senhor gostaria*), eu imagino eles estarem aqui, mas não acredito que isso vá acontecer. Eu ainda posso conseguir manter as minhas raízes aqui, enquanto estiver vivo por uma série de fatores, mas isso daqui realmente vai ter um crescimento descomunal, é desproporcional ao acompanhamento da população residente atualmente. O Sirkis falava em trazer prá aqui a classe média alta, na época que ele falava... é, eu achava até um pouco exagerado, hoje, não, pelo porte de dinheiro que está sendo é... mobilizado para esta região. Não é, não é impossível e com certeza a classe média A, que é uma classe bastante esclarecida e conhecedora dos... das estratégias comerciais e tal e coisa, eles vão ocupar isso aqui rapidinho, com certeza. Com certeza, eles vão ocupar e vai tirar o espaço, é muito bem localizado, eles não vão precisar de helicóptero para ir pro trabalho deles (*tá pertinho*) é perto de tudo. (MORADOR SR. ANTÔNIO MACHADO)

A criação do Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana:

Opiniões sobre a importância da criação do Circuito, o que poderia ter motivado essa criação, e a inserção do IPN.

- Não moradora e integrante do movimento negro: Não vê a criação simplesmente pela valorização da história e sim pelas circunstâncias atuais relativas aos mega eventos esportivos. A junção do útil ao agradável que certamente foi interessante para o destaque e a visibilidade da cultura. Vê com bons olhos a inserção do IPN no circuito, não pelo seu trabalho, pois não o conhece a fundo, mas pela descoberta do Cemitério dos Pretos Novos.
- Moradores: Importante e justo que se faça este circuito (ou mesmo um Portal) para reverenciar a memória desses negros porque, segundo o morador, “nós hoje, vivemos uma civilização graças ao que eles construíram à base de sangue e suor ou suor e sangue”. Esse circuito é importante para se manter viva a memória e torná-la visível para todos. Deverá haver a participação de pessoas conhecedoras e ligadas à cultura afro-brasileira. A inserção do IPN é justa e positiva, pois faz parte do trajeto. No entanto, se o circuito for só aquele mostrado na revista do Porto Maravilha, será realizado pela metade, a história não será contada como deve ser, e se transformará apenas em uma atração turística.
- Integrantes do IPN: De uma maneira geral, todos reconhecem a importância desse circuito para a população afro-brasileira. Segundo um dos integrantes do IPN, também afro-brasileiro, “reconhecer essa história é reconhecer todo esse legado e com certeza a população negra, a população afrodescendente não pode ser esquecida”. No entanto, a criação do circuito, após a repercussão da descoberta, é vista como algo inevitável. Em 17 de março de 2011 foi assinado um documento conjunto pelo movimento negro e as instituições de pesquisa, incluindo o IPN, denominado a Carta do Valongo e, na opinião de um dos entrevistados, houve um consenso dessa nova gestão da prefeitura não só pela importância dessa história triste, mas por ser um bom atrativo para o

turismo que fortalecerá a economia do município. A inserção do IPN é natural e não poderia ser diferente por ser ele o primeiro modelo a nascer com o achado fortuito do Cemitério dos Pretos Novos e, a partir desse acontecimento, todo esse contexto passa a ser revisto inclusive o próprio Cais do Valongo. Na opinião de Merced, a inserção se dá por resistência. Para outro integrante do grupo e afro-brasileiro, a inserção do IPN é mais do que devida, por este ser uma instituição legitimada na região a fazer esse tipo de trabalho e que, no seu ponto de vista, deverá continuar fazendo, participando para “contar a história como ela realmente é”.

O IPN

Visões que se têm em relação ao IPN como uma instituição de memória e pesquisa da cultura afro-brasileira, sua receptividade e representatividade com o entorno, a vizinhança e os visitantes, em geral. Para essa questão, apresentaremos o olhar dos entrevistados, moradores e não moradores (integrante de movimento negro). A visão dos integrantes do IPN foi apresentada no item referente ao IPN acima.

- Moradores: A maioria conhece o IPN de nome e sua localização e acha a instituição interessante, porém, nem todos conhecem bem o seu trabalho, já o visitaram, ou participaram de alguma oficina ou evento.

Quanto à receptividade e representatividade para a vizinhança e os visitantes: sua representatividade é considerada forte pela existência da Pequena África, como ficou conhecida, no local. No entanto, em relação à receptividade, a vizinhança considera a instituição quase inexistente, sendo essa mais conhecida por pessoas de fora da região. Os moradores, em geral, desconhecem o que existe ali e atribuem tal fato ao baixo nível cultural e escolar da população vizinha, a qual, apesar de incluir afro-brasileiros, possui apenas uma minoria que valorize as raízes. Outro motivo atribuído ao desinteresse da maior parte dos moradores é o grande número de nordestinos que passaram a residir na região e não têm vínculo com a cultura local. Segundo um morador:

[Para as] pessoas da região [a instituição] ainda é pouco visitada, agora ultimamente de uns cinco ou seis anos prá cá tem havido uma certa conscientização, mas a grande maioria não tem nenhuma afetividade com aquele espaço.(SÉRGIO MONTEIRO, MORADOR DA GAMBOA)

Quanto à legitimidade do IPN como uma instituição de memória e pesquisa da cultura afro-brasileira, há críticas a respeito disso: a maioria dos entrevistados aceita o IPN muito bem e boa parte dos negros também. Segundo um dos entrevistados, apenas uma minoria não aceita -“existe o ranço que é deixado pelo radicalismo”, e que foi assimilado por algumas pessoas que acabam por discriminar a Instituição.

- Não moradora – (movimento negro): Conhece o IPN, já visitou. Quanto à receptividade e representatividade: talvez por ter ido apenas uma vez, sua observação pode ser considerada prematura, ela ressaltou explicando que por isso, não observou o IPN “como algo abraçado pela comunidade”, mas deixa claro que não é uma crítica à comunidade, ou ao IPN diretamente, mas, em sua opinião “há uma

necessidade da comunidade abraçar isso de uma forma mais profunda, ou pelo menos de uma forma mais nítida”. Apresenta sugestões de trabalhos relacionados à cultura afro-brasileira, às memórias e identidade deste grupo étnico que poderiam ser desenvolvidos pelo IPN para integrar a comunidade do entorno.⁴⁵ Quanto à legitimidade do IPN como uma instituição de memória e pesquisa da cultura afro-brasileira, a entrevistada faz uma análise do ponto de vista de quem não frequenta o IPN e não conhece a fundo a instituição e o trabalho desenvolvido. Dentro do movimento negro, como militante, ela observa:

[...] que a gente tem uma luta constante de valorizar o que? Primeiro a nossa história é lógico, mas também valorizar o nosso protagonismo na história, que muitos aspectos é, e por muitos anos o negro sempre, ele era, sempre aparece num ponto de vista mais coadjuvante, ele participante, mas não como atuante na história. (BRUNA C. N. FONSECA)

Em sua opinião, a história da descoberta é interessante no ponto de vista que é mais uma história a ser contada. Ela argumenta que não teve acesso ao debate de alguns integrantes do movimento negro em relação à representatividade do IPN, porém entende que:

A raiz da discussão esteja pela luta por representatividade como guardião desse patrimônio. Guardiã no melhor sentido da palavra, aquele que preza que cuida. E não como um “gestor”, um “comandante”. O fato de negros estarem no IPN é interessante, mas acredito que é importante a participação do movimento negro. Entendo o militante do movimento negro, todo aquele militante autodeclarado da causa, que por anos se mobiliza em torno da emancipação negra na sociedade. É diferente do que simplesmente ser negro autodeclarado, entende?! É importante que representantes desse movimento contribuam de DENTRO desse processo, e não de fora. Somente acho que como descobridora ela precisa valorizar essa história de fato, como uma história brasileira, da humanidade e não se apoderar dela e transformar isso em autopromoção. Enfatizo que acho válida a atitude da criação do IPN por sua descoberta e valorização da história, mas isso não deve ser um ponto final. Observo um ar de isolamento em relação ao resto das organizações e fundações que tratam da memória da população negra e acredito que sua pergunta pode ser a própria resposta. Parece que o tempo todo ela somente esteve à frente. É necessária uma aproximação dos dois lados, uma gestão mais aberta a rodízio entre os que fazem parte do IPN e os que querem se aproximar. Há eleições por lá?! Ela vai ser presidente prá sempre? É importante dar aos representantes do movimento negro e também aos representantes desta comunidade acesso irrestrito a esse patrimônio. (BRUNA FONSECA)

Apesar das colocações e da compreensão às críticas feitas ao IPN, ao saber que a Sra. Merced, apesar de branca e filha de espanhola, é brasileira e moradora da comunidade desde seus quinze anos (antes pensava que ela seria espanhola), a entrevistada se mostra mais compreensiva:

Ela é a comunidade, lá têm brancos também, independentemente da origem, como tem muitos negros, são muitos negros, mas também têm brancos, é como eu estava dizendo é um caldeirão de origens étnicas. A região da zona portuária é assim, então nada mais natural, então como uma pessoa da comunidade ela também está

⁴⁵ Ver mais detalhes na entrevista transcrita em anexo. Entrevistada Bruna Cássia Nascimento Fonseca.

valorizando a comunidade dela, a priori é isso, então eu não vejo, eu não vejo como problemático, eu veria como problemático a partir do momento que ela isolasse isso como algo pessoal, entendeu? (BRUNA FONSECA)

O Museu do Amanhã

O olhar dos entrevistados em relação à criação do Museu do Amanhã, a relação ao entorno e à proposta mediadora entre o velho e o novo.

- Moradores: Alguns dos entrevistados veem a criação do Museu do Amanhã como um gasto de milhões de reais desnecessário a esse trabalho de sustentabilidade, a preocupação com o planeta; a forma de conscientizar a população poderia ser feita de maneira menos dispendiosa. Outros comentam que o projeto será bom para o turismo, para a população do entorno e para a sociedade, em geral. A arquitetura do museu é ousada, irá contrastar com a arquitetura do entorno, porém, apesar de diferente, se integra com o mar e com o que se pretende para esta área. Quanto à relação que o museu terá com o entorno e sua proposta mediadora entre o velho e o novo, as opiniões divergem: uns acham que a arquitetura é muito diferente e destoa completamente do entorno, não dialoga e nem consegue realizar a proposta de ser mediadora entre o velho e o novo. Para outros, a arquitetura do museu é diferente, mas se integra, dialoga bem com o entorno, o novo convive muito bem com as edificações antigas.
- Não moradores: A maioria vê a criação do museu como um atrativo turístico, como marca de um projeto de revitalização sem necessidade, com um custo excessivo, mesmo sendo válido no sentido da sustentabilidade, porém, poderiam ser feitas propostas mais simples, sem se gastar tanto. Existe uma preocupação em relação ao que irá ser colocado nesse museu, pois de concreto se sabe pouco a este respeito, embora haja um claro desejo de que ele não funcione “como um gabinete de curiosidade”. De acordo com um dos entrevistados:

O Museu do Amanhã só vai ter sentido se ele tiver um elo que ligue ele a esse passado da Zona Portuária. Essa memória, que é um passado que não é só de sofrimento, de não vida, é um passado glorioso, de trabalho, é um passado que essas pessoas ajudaram a construir, a sociedade carioca. (CLÁUDIO HONORATO)

Os que veem a criação como positiva, como atrativo turístico e a como um sinal da modernidade chegando, esperam que o turismo que faz parte do projeto Porto Maravilha não fique apenas no entorno do Museu do Amanhã, mas que seja integrado também à parte de dentro. Eles esperam, ainda, que esse turismo abrace o turismo étnico, preservando o centro histórico com a participação dos moradores locais e seu cotidiano. Quanto à relação com o entorno, a proposta mediadora entre o velho e novo é vista como uma arquitetura bonita, sem “importância afetiva com a comunidade da região e sem valorizá-la”, e essa relação de contraste que o projeto sustenta, na opinião do entrevistado, só se vê o “velho” como ruim.

3.3.2 O olhar, as propostas e as expectativas dos membros da CDURP sobre o projeto de revitalização da zona portuária da cidade do Rio de Janeiro.

A revitalização da zona portuária surge com um discurso de melhorias para a região pensando, não só na valorização econômica da região, como também na valorização social e cultural, buscando preservar a cultura local e sua população. Entretanto, observamos durante a nossa pesquisa de campo a insegurança que os moradores da região de menor poder aquisitivo têm em relação ao projeto, principalmente no que se refere à desapropriação, ou a possível *gentrificação* devido à elevação do custo de vida da região após a revitalização. Para manter essa população que possui uma renda abaixo de três salários mínimos e que é a maioria na região, deveriam haver projetos direcionados a esses moradores. Para os que não sentem sua moradia ameaçada, há a preocupação em saber se as melhorias chegarão até onde moram, ou se ficarão apenas em pontos estratégicos de visibilidade e turismo.

Ao entrevistar alguns dos responsáveis pela implantação (execução) do projeto Porto Maravilha buscamos algumas respostas para estas questões.

Segundo Alberto Silva, o que eles veem é uma cidade mais misturada possível, um uso diverso que é um pouco a característica do Rio, um espaço com vários usos, dividido por várias camadas sociais que conviverão neste espaço. Pretendem que esta mistura continue a existir oferecendo moradias que vão da classe mais baixa até a alta. Pretendem que os indicadores sociais das classes mais baixas que inclusive se encontram no Morro da Providência, melhorem a partir da intervenção. Estão sendo construídas habitações de interesse social, sendo dados incentivos aos proprietários para fazerem melhorias em seus imóveis com valor patrimonial. Os projetos habitacionais que serão realizados não têm uma exclusividade para determinadas classes sociais ou pré-definição. Os moradores que possam vir a ser desapropriados serão reassentados dentro da própria região, ou no entorno, a não ser os que optarem por indenização.

Quanto aos moradores terem condições de permanecerem na região após a revitalização, segundo Alberto Silva, “a política pública, ela, num Estado democrático de direito, vamos chamar assim, ela não deve expulsar ninguém de onde está, mas ela não pode obrigar a ninguém a ficar onde está”. Com o Porto Maravilha Cidadão estão criando oportunidades para que estes moradores melhorem suas condições. Exemplo disso é a geração, com as obras, de mais de 2.000 empregos na região, sendo mais de 200 pessoas moradoras locais, incluindo nessa oferta aqueles que tinham qualificação. Aos que não têm estão sendo oferecidos cursos de qualificação. Espera-se, com isto, que as pessoas aumentem sua renda na medida em que conseguem um emprego melhor. Depois da revitalização, haverá Shopping Centers, hotéis, restaurantes, entre outros ambientes que irão gerar empregos. E quem se qualificar e for morador da região terá prioridade na ocupação das vagas. No entanto, sabe-se que haverá saída de moradores, por escolha. Possivelmente, daqueles que não investirem em si mesmos e aproveitarem as oportunidades de capacitação disponíveis e preferirem vender seus imóveis. . Enfim, “o que a gente pode fazer, e isso que a gente chama de inclusão produtiva, é criar condições pra que essas mudanças apareçam como oportunidade pra quem mora”. (ALBERTO SILVA, 2012).

Em relação às melhorias ficarem apenas em pontos estratégicos, esta é uma preocupação infundada, segundo o mapeamento e o cronograma das obras (site do Porto Maravilha). Algumas obras já têm resultados visíveis, como as do Morro da Conceição, da própria Praça da Harmonia, entre outros lugares. No entanto, há um cronograma a seguir e as obras são realizadas por etapas. O entrevistado compreende que é natural a desconfiança, por ter sido uma área abandonada por um longo período. O desafio agora é “fazer as pessoas acreditarem que agora elas têm que ajudar a cuidar”.

Sobre as propostas do projeto relacionadas à cultura destacamos em nossa entrevista o Museu do Amanhã, O IPN e o Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana. A proposta do Museu do Amanhã, apresentada à prefeitura pela Fundação Roberto Marinho, propunha inicialmente que o museu se localizaria nos armazéns 05 e 06. Mais tarde, já na gestão do prefeito Eduardo Paes, o local foi transferido para o Píer Mauá. A escolha dessa área também se justifica pela proposta de retirada de parte da Perimetral (viaduto de ligação a outros, como Linha Vermelha, ponte Rio Niterói). Uma das ideias é criar um espaço entre a Praça Mauá e a Praça XV que permita que o pedestre ou a população acessem a Baía de Guanabara.

É a ideia de colocar ele ali, é justamente o que o Alberto já citou antes. Assim, a gente tá querendo fazer uma região nova, mas é uma região que ao mesmo tempo é rica historicamente. Então você vai ter um Museu ali, (que é novo que respeita uma altura máxima pra que, justamente, ele não vai ficar competindo ali com o Mosteiro do São Bento que é do seu entorno), com o Palacete que também vai abrigar o Museu de Arte do Rio, que também é um prédio tombado, o próprio edifício a “Noite”, então o Morro da Conceição. Então, na verdade, ele tenta se integrar fazendo esse papel de ser moderno, de olhar pro futuro junto com a ideia histórica que é do próprio entorno. (DANIEL VAN RAEMDONCK DE LIMA, 2012).

Sobre o Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana, diz Silva:

Primeiro, a revitalização já contemplava essa preocupação com a valorização do patrimônio, tanto é que a Lei, a própria câmara dos vereadores quando aprovou a lei destinou um percentual de recurso arrecadado para este fim. Em segundo lugar, havia uma manifestação do movimento negro de visibilização de alguns pontos dessa região, como é o caso da Pedra do Sal é, o próprio Cemitério dos Pretos Novos, como lugares que contam muito da herança africana. (ALBERTO SILVA, 2012)

A Subsecretaria do Patrimônio da União havia feito alguns levantamentos mostrando que havia outros conjuntos de equipamentos referentes à cultura africana, além do Cais do Valongo que fora “descoberto”, então:

Houve uma, uma proposição, vamos dizer assim, quase que de conjunta, do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos dos Negros com a Subsecretaria de Patrimônio da União, de levar ao prefeito essa ideia de se criar o Circuito da Herança Africana. E aí o prefeito de pronto, na hora concordou em criar esse espaço, o que vem, enfim reafirmar a tarefa aí do Porto Maravilha de trazer à luz, esta herança, esse elemento aí da nossa história. (ALBERTO SILVA, 2012)

Essas descobertas arqueológicas há a necessidade do projeto ir se ajustando, pois segundo o entrevistado:

Um pressuposto do Porto Maravilha é costurar o encontro de um espaço geográfico com o espaço urbano, que vai tender a ser bastante moderno com o espaço urbano que é preservado né?, mas que também se moderniza nesse mesmo processo, mas tem que se entrelaçar culturalmente, economicamente, socialmente, essa é a visão e é nessa direção que a gente vem trabalhando. (ALBERTO SILVA, 2012)

O prefeito criou uma comissão liderada pela Subsecretaria de Patrimônio, em que participam o CDURP, a CEPPIR/RJ – Coordenadoria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Rio de Janeiro, e o COMDEDINE – Conselho Municipal de Defesa dos Direitos dos Negros para avaliar o trajeto do circuito e a elaboração deste projeto. O Museu a Céu Aberto também está sendo discutido com o IPHAN, pois como se trata de um sítio arqueológico, “mesmo sendo patrimônio municipal, tem a interveniência do Órgão Federal”. O trajeto, à princípio, será o apresentado na revista do Porto Maravilha, que se encontra reproduzido no capítulo 2, porém, havendo a possibilidade de inserção de novos marcos à medida em que o projeto for se aprofundando⁴⁶. Este circuito irá aumentar a atratividade turística, com a preocupação em tornar visíveis os marcos dessa herança cultural e dessa história que também é do Brasil. De acordo com Alberto Silva, há um interesse futuro de transformar o circuito em patrimônio da humanidade.

O IPN é inserido no circuito por estar dentro desse trajeto, fazer parte dessa história e estar sobre o Cemitério dos Pretos Novos e também estar como convidado da comissão criada pelo prefeito.

Os entrevistados da CDURP também nutrem expectativas referentes ao resultado da intervenção na Zona Portuária. Para Daniel, “o interessante do projeto é devolver, integrar novamente essa área, de novo à cidade, interligar ela com o centro, interligar ela com os bairros”. Sua convicção é tamanha em relação às transformações da região, que ele expressa a vontade de morar lá.

Alberto concorda com Daniel e inclusive o cita como um grande incentivador que criou um olhar para o futuro. Ele não vê mais degradação. A região portuária será um lugar tão bom quanto qualquer outro lugar para se morar e trabalhar. Estão tentando consolidar a visão de uma cidade que concomitantemente apresenta um lugar bucólico, a exemplo da Praça da Harmonia, com o coreto, e pode ser a “capital do mundo” se for se pensar no “Museu do Amanhã”. Assim, torna-se possível a conciliação da visão de futuro e da modernidade, com a cultura e urbanidade local, mantendo o espaço cotidiano, de um lugar que abarque a vida ordinária da população, com hábitos de se sentar na calçada e conversar com o vizinho.

O resultado dos relatos verbais nos permitiu conhecer a maneira como cada sujeito se posiciona perante o projeto Porto Maravilha e identificar alguns conflitos e tensões que surgem quando um espaço urbano passa por um processo de transformação não só do espaço físico como também o social.

⁴⁶ Ver mais detalhes no relato verbal dos membros da CDURP, 2012, no apêndice.

Observamos que a memória aparece com diferentes significados dependendo da sensibilidade e da experiência de cada um. Os que não são moradores, que trabalham e transitam pela zona portuária, têm na memória o que a história nos mostra, um lugar de trabalhadores, os primeiros sindicatos, a cultura afro-brasileira, a escravidão. A memória dessa região sensibiliza mais os entrevistados que se identificam principalmente com a ancestralidade. Os moradores mais antigos, que vivenciaram parte das transformações ocorridas na região, trazem em sua memória o que foi vivenciado – é a memória viva – e o que foi transmitido por seus familiares e vizinhos. Suas memórias são saudosistas, dos tempos considerados bons e, ao mesmo tempo, carregam uma memória triste de abandono, esquecimento, de perdas sofridas após as transformações pela qual a região passou. Dentre elas, a mudança da sociabilidade, das tradições e hábitos culturais, observadas pelos antigos moradores remanescentes. Essas transformações e perdas se deram não só pelas intervenções urbanas, mas pela falta de interesse dos novos moradores nas práticas culturais do local, com as quais não têm vínculo e, desse modo, inserem no espaço que passaram a viver suas práticas pessoais. Há também o fator religioso que modifica o comportamento dos indivíduos, inclusive alterando as práticas culturais de acordo com a conversão.

Pouco restou das manifestações culturais dos séculos passados. Este fato é constatado não só por meio da existência da Pequena África, mas também pelas festas dos brancos (portugueses) – festas religiosas. Atualmente, neste início de século XXI, há diferentes manifestações culturais na zona portuária, que caracterizam um despertar para a cultura local. Essa revalorização se dá por iniciativa de parte da população e de movimentos sociais, reconfigurando espaços como, por exemplo, a roda de samba da Pedra do Sal. Estas novas práticas vêm ganhando cada vez mais visibilidade e atraindo vários atores de diferentes camadas sociais.

Com as novas perspectivas que surgem para a cidade e para o país, que sediarão respectivamente as Olimpíadas de 2016 e a Copa Mundial de 2014, a cidade do Rio se lança para o mercado internacional de cidades e, através dos projetos Porto Olímpico ou Porto Maravilha, os olhares se voltam novamente para a zona portuária. As culturas que compõem a história e a memória da região interessam ao turismo e fazem parte da proposta da revitalização da área afim de que sejam introduzidas no mercado cultural como um atrativo para um público especificado, que se identifica com essa memória e que utilizará os bens destinados ao consumo após a revitalização, conforme mencionado no capítulo 02. (GONÇALVES, 2011), novos valores serão agregados a estes bens.

A memória, para os idealizadores e envolvidos no projeto, é entendida como memória “imaginativa” (HUYSSSEN, 2000), ou seja, de quem não viveu a experiência referida nem no passado e nem no presente, partilhando do convívio cotidiano da população local. Essas são memórias vivas (HUYSSSEN, 2000), as quais são observadas, conhecidas e aprendidas e que marcaram culturalmente a região e deram a ela o significado que tem, apesar do estado em que se encontra. São os rastros, os valores, os vestígios, as ruínas existentes e os achados que surgem na execução das obras locais. São estas memórias e patrimônios que os responsáveis pelo projeto de revitalização pretendem preservar e/ou reconstruir em um novo espaço de cidade em que “tenta se integrar fazendo esse papel de ser moderno, de olhar para o futuro

junto com a ideia histórica que é do próprio entorno.” (LIMA, 2012)⁴⁷. No discurso dos idealizadores, há sempre a intenção de se preservar a urbanidade local. É importante que esta população realmente seja preservada se o que se deseja é preservar a memória viva e o patrimônio cultural e, não apenas a pedra cal criando cenários urbanos. A memória e o patrimônio são utilizados de forma a dar autenticidade aos projetos desse novo ideário de cidade, embora sigam o mesmo padrão global. A população local e os que, de certa forma, mantêm um contato mais estreito com a região devido a atividades exercidas no local, desejam que o que venha a ser preservado, além do patrimônio material majoritariamente já garantido, seja a urbanidade local.

A implantação do projeto em si é tensa e conflituosa. Podemos então dizer que há conflitos em todas as esferas, entre moradores e os responsáveis pelos projetos, entre moradores e os próprios moradores. Faz parte da implementação do projeto uma campanha simbólica muito forte, o “capital simbólico” (BOURDIEU, 1989) é usado na divulgação do projeto através da mídia, campanhas publicitárias, para dar visibilidade não só ao projeto como à imagem da cidade, assim como para conseguir o maior índice de adesão possível da população. Muitos absorvem este “capital simbólico” de tal forma que passam a ter uma posição tensa e conflituosa em relação à própria vizinhança menos favorecida, manifestando, consciente ou inconscientemente, o desejo de manter e gerar uma segregação sócio-espacial ou achando natural que ela ocorra em alguns casos. O preconceito existente por parte dos moradores em relação a ocupações faz com que aqueles que lutam contra o processo de exclusão acabem por ter ideias segregadoras.

Há também a tensão que surge entre os moradores em relação à falta de interesse de alguns em se movimentarem em prol do benefício dos cidadãos e moradores da zona portuária. Em buscarem uma presença mais participativa no desenvolvimento dos projetos que fazem parte do Porto Maravilha, que diz respeito ao local onde vivem e que terá consequências na vida de cada um sejam elas boas ou ruins. Alguns relatos mostram que uma parte da população está preocupada consigo mesma e não com a comunidade como um todo.

Observamos pequenas manifestações de insatisfação em relação à transparência do projeto, apesar do projeto apresentar um discurso de transparência que pode inclusive ser acompanhada pelos meios eletrônicos, no entanto nem todos têm acesso a essas ferramentas e condições para interpretar e compreender o que está sendo divulgado. A insatisfação está relacionada principalmente com as desapropriações, os reassentamentos e indenizações. A CDURP através do site do Porto Maravilha informa que todos estão sendo reassentados na região ou no entorno, exceto aqueles que preferem a indenização. Entretanto, surgem informações, inclusive coletadas com os próprios entrevistados, de que já estão ocorrendo desapropriações, as saídas das famílias que a mídia não está divulgando.

As instituições que selecionamos também são motivos de polêmica e tensões. O IPN é questionado e criticado, nem sempre diretamente, mas em alguns grupos sociais, principalmente entre algumas pessoas engajadas em movimentos de valorização da cultura afro-brasileira, pela forma como foi instituída. Observamos ainda que o fato da proprietária do imóvel e também presidente da Instituição ser branca e de descendência espanhola apresenta

⁴⁷ Parte de relato verbal de Daniel Van Raemdonck de Lima, assessor chefe de Projetos Especiais dado em entrevista realizada no prédio da CDURP em 28 mar. 2012. Ver relato verbal na íntegra no apêndice.

uma forte conotação nas contestações. A tensão existe, porém pelo trabalho de campo realizado – não nos aprofundamos muito por questões de prazo – percebemos que parte dos questionamentos é motivada pelo desconhecimento do trabalho desenvolvido pela Instituição e aparentemente, os autores das críticas não demonstram disponibilidade ou interesse em conhecê-la para verificarem realmente como funciona o IPN e como o trabalho está sendo realizado. Assim, eles poderiam também verificar se o significado que o instituto está dando às memórias de seus ancestrais e como elas estão sendo transmitidas são o que se espera. Caso houvesse interesse e disponibilidade de tempo, poderiam realizar algum tipo de aproximação para possíveis diálogos sugestões, apelo à participação, e reformulações a justes, caso se concluísse serem necessários. Esses questionamentos, em parte, são compreensíveis em função do papel do negro e sua história de vida na memória do país, na construção de Nação, e como ainda vêm sendo tratados, como o relato verbal nos mostrou. Cabe ressaltar que muitas das sugestões apresentadas por parte dos questionadores já vêm sendo executadas pelo IPN.

O IPN é um lugar de memória, porém as memórias não permanecem cristalizadas, o espaço não é utilizado apenas para guardá-las e expô-las aos visitantes. Este espaço utiliza esta memória para a transformação, para construir o futuro que este grupo étnico deseja conquistar. É um espaço de resistência que abraça esta causa. Podemos dizer que a instituição é um espaço de resistência não só em relação à memória e cultura afro-brasileira, mas também, enquanto instituição. “O desejo de se fortalecer e de lutar por reconhecimento não se dá sem conflitos.”⁴⁸ (HONNETH, Axel, 2003, apud FERRAZ, 2008). E esta luta se dá em diversos setores inclusive, como já vimos, entre os próprios afro-brasileiros que ainda o questionam.

O Museu do Amanhã, por sua vez, é um museu que ainda é uma incógnita para muitos. Não se tem nada de concreto, a não ser o que é passado pela mídia. E não se sabe qual será seu acervo. Para ele, que terá uma arquitetura exuberante e de “nome” está reservado um lugar de destaque, não só no espaço físico da área do Pier Mauá, como também na representação simbólica, como o ícone do Porto Maravilha. Sua construção desperta curiosidade, embora, para alguns seja motivo de crítica devido ao alto valor da obra diante de um discurso que traz reflexões sobre o planeta, a biodiversidade. A crítica defende, portanto, uma outra maneira de realizar essa obra e com um gasto bem menor. A insatisfação é compreensível, porém faz parte desse projeto de inserção do Rio de Janeiro no eixo das cidades globais a criação de um museu que funcione como uma marca, marca esta atribuída ao Museu do Amanhã. A sua integração com a região, conforme informação adquirida na entrevista se dará com a derrubada da perimetral, ocasionando um diálogo entre o “novo”, da arquitetura contemporânea de Calatrava, com o “antigo”, do centro histórico da zona portuária da cidade. O museu não tem relação com a memória e a cultura local, neste sentido é “vazia” de significado. Mas é uma instituição que busca preservar a vida no planeta e a biodiversidade por meio da promoção da sustentabilidade. O que podemos perceber no discurso dos idealizadores, e da própria mídia, é que este museu é uma das maiores, senão a maior, aposta

⁴⁸ HONNETH, Axel. Luta por reconhecimento. A gramática moral dos conflitos sociais (1992). São Paulo: Ed. 34, 2003.

do projeto no que se refere à visibilidade pela estética e pela exuberante arquitetura com “assinatura” e um atrativo turístico.

As expectativas em relação à zona portuária são de melhorias, na opinião dos entrevistados a área vai mudar bastante em todos os sentidos, ficará mais bonita e com melhores condições e infraestrutura para se morar. Seu crescimento será tanto econômico como populacional.

Para a realização deste “sonho” que começa a se concretizar, segundo os arqueólogos que acompanham as obras e os responsáveis pelo projeto, o grande desafio em criar e preservar se torna cada vez mais eminente com as descobertas que vêm acontecendo na região. Trata-se de uma área em que muitas das memórias e marcos da história foram encobertos devido às transformações urbanas. Em cada escavação realizada para as obras de infraestrutura se descobrem novas marcas do tempo, escritas fragmentadas que ao se tornarem visíveis não podem ser apagadas, existe uma Lei para a preservação de sítios arqueológicos. A arqueologia enfrenta este desafio de não impedir que uma nova cidade seja construída. Porém, para que sítios arqueológicos como o Cais do Valongo e o Cais da Imperatriz sejam expostos como um museu a céu aberto deverá haver mecanismos de autossustentação para que se sobrevivam às intempéries. E para manter os Cais descobertos, o projeto inicial para as ruas deverá ser modificado. Situações esperadas pelos responsáveis do projeto havendo novas descobertas em outras escavações.

Como o projeto Porto Maravilha é uma “janela de oportunidades”, os idealizadores também estão abertos para as alterações que se façam necessárias, objetivando solucionar os obstáculos que possam vir a surgir. E, desse modo, concluir o grande desafio que é a preservação de memórias e patrimônios sem impedir a criação e o crescimento da cidade, possibilitando que sejam criados novos suportes de memória e patrimônios que se deseja preservar para o futuro.

CONCLUSÃO

Os estudos para o desenvolvimento dessa pesquisa foram realizados durante o processo de implantação do projeto “Porto Maravilha”, razão pela qual este trabalho nos permite fazer algumas considerações pontuais por meio do que pesquisamos, porém nos impede de chegar a conclusões definitivas, em função de que muitas das questões levantadas são tratadas ainda como conjecturas.

Um processo de reurbanização, de políticas públicas envolve instituições de diferentes campos – político, econômico, cultural e social – com ênfase nas questões relativas a memórias e patrimônios, assim como tensões e disputas. A memória se baseia na dicotomia entre o que lembrar o que esquecer e ambas as opções se dão em várias dimensões locais. A zona portuária é uma região com uma localização geográfica estratégica de entrada para a cidade, um espaço construído e configurado com uma densa simbologia para a cultura carioca, onde convivem diferentes grupos sociais com diferentes manifestações culturais, além de espaços vazios repletos de significados memoráveis, que ora se quer lembrar, ora esquecer. Por isso, esta região é propícia para o momento em que se coloca em prática um projeto que transformará a cidade do Rio de Janeiro em uma “cidade do futuro”, alcançando visibilidade internacional e se posicionando entre os modelos de cidades globalizadas. No entanto, para a concretização desses objetivos, a cidade precisa passar por um processo de transformação, através de intervenções urbanas desenvolvidas segundo um planejamento estratégico de cidades, que não se realiza sem disputas, tensões e conflitos, principalmente quando se trabalha com memórias e patrimônios.

A questão patrimonial cultural e natural está cada vez mais presente nestes processos de revitalizações de áreas históricas, como a da zona portuária. A preservação de suportes de memória nos centros urbanos favorece a construção de identidades e transmissão da memória social a outras gerações. São “os pais” das cidades, segundo Huyssen (2000), que definem o tipo de revitalização e reurbanização a serem realizadas de acordo com os interesses vigentes.

Neste início de século XXI, há, na cidade do Rio de Janeiro, uma grande movimentação em todos os sentidos, apoiada nos megaeventos esportivos que são o seu “passaporte” para o mercado internacional de cidades. Como apresentamos no desenvolvimento dessa pesquisa vários projetos são elaborados para a cidade enquanto outros há muito tempo idealizados, têm a oportunidade de se concretizarem, como é o caso da revitalização da zona portuária. Esta nova “repaginação” da cidade, apesar de seguir padrões internacionais, apresenta um discurso de identidade e cultura genuína. Este discurso faz parte das novas concepções de cidades e é ele que lhes confere um diferencial no mercado competitivo internacional.

Segundo Petrillo, Allen Scott considera que insistir no *branding*, “uma espécie de ‘marca’ de qualidade, e no patrimônio cultural de uma determinada cidade para obter resultados significativos” com turismo já não é mais suficiente. Nas atividades de marketing, devem ser associados “elementos do tipo ‘dinâmicos’, como a realização de *clusters* produtivos, específicos das novas “indústrias criativas”, tentando, assim, dar vida aos distritos que se especializam em exportação e difusão de produtos culturais locais.” (PETRILLO,

2011, p. 20). Portanto, é de interesse do projeto a preservação do patrimônio local que irá lhe conferir uma identidade própria apesar de estarem adequadas aos novos padrões de cidades.

Sendo assim, com relação ao nosso **primeiro** objetivo, verificamos a existência de ações de preservação do patrimônio local, em seus aspectos culturais, através de programas específicos e projetos especiais a serem (alguns já sendo) implementados na região, como apresentamos no capítulo dois. Esta nossa pesquisa estudou de forma especial a cultura afro-brasileira e concluiu que esta cultura tem recebido um tratamento especial dentro do projeto de revitalização da zona portuária. Isso ocorre porque a história do negro é marcante nessa área e é uma parte da história e da memória da região, além de sua valorização ser um motivo de luta dos movimentos sociais cujo interesse é preservar e conscientizar a todos sobre a importância dos negros na formação da cidade e, também, sobre sua influência na cultura carioca. No entanto, outras manifestações culturais coexistem na região, e ações também apresentadas no Plano Estratégico do Rio visam o fortalecimento dessa região como polo cultural, valorizando seu forte conteúdo simbólico – histórico social e cultural.

Percebemos, ainda, certa movimentação em relação à visibilidade do local, alguns eventos já vêm sendo realizados na zona portuária, porém sabemos que o projeto visa a inserção de uma nova classe social na região. Embora se planeje manter a população existente, é esperado que a nova classe venha a interferir na população e cultura local. Como tal fato ainda não ocorreu, não podemos afirmar quais impactos poderão surgir. Porém, temos consciência de que uma reconfiguração irá ocorrer e que se pretende preservar a cultura local e revitalizar o centro histórico. Estes planejamentos, além de serem um investimento para posterior geração de lucros através do turismo, também fazem parte da campanha publicitária produzida pelo cineasta Fernando Meirelles e apresentada aos representantes no colegiado eleitoral do COI – Comitê Olímpico Internacional, na campanha para sediar as Olimpíadas de 2016. Nesta campanha, foram utilizadas imagens da vida pública da cidade, incluindo “praias, torcidas entusiastas e ricas tradições de cultura popular” como elementos simbólicos (SÁNCHEZ ET AL, 2011).

Nos megaeventos existe a necessidade de desenvolvimento de um novo olhar sobre o território que em muitas das vezes pode gerar conflitos locais e globais. O “capital simbólico” é trabalhado como se todos que estamos no local pudéssemos fazer parte do global, para reinserir seu lugar no mundo. Com isso, deixamos de ver e observar as desigualdades existentes no local, as contradições e os conflitos. Segundo Sánchez (2011), “diversidade e harmonia num sítio de grande beleza paisagística produzem imagem-síntese que remete ao mito de origem da ‘Cidade Maravilhosa’ que promove consensos ao mesmo tempo em que dilui conflitos”. Neste processo, nem sempre o que se quer apresentar é o que realmente é, assim, as diversas culturas são exibidas de forma controlada, ordenada, organizada e esteticamente bela, em forma de espetáculo, conforme se materializam no imaginário dos seus idealizadores. No entanto, a urbanidade local, com sua espontaneidade, é que confere à região suas características e sua vitalidade. Se tais aspectos não forem preservados, a região, que irá também absorver outro tipo de população, nada terá que a ligue às memórias e culturas locais e será apenas outra zona portuária cujo aspecto histórico-cultural será descontextualizado, ou seja, se constituirá de cenários criados e “espetacularizados” para os turistas, como o são, por exemplo, os parques temáticos da *Disney*.

Nosso **segundo** objetivo foi identificar nas propostas do projeto “Porto Maravilha” a possível tensão entre espaços e lugares de memórias, considerando as memórias de ontem e as memórias de amanhã. Estas tensões e até mesmo conflitos foram observadas ao longo de toda a pesquisa, não só ao analisarmos o projeto, mas também nos relatos verbais. A própria Zona Portuária é um lugar de memória a céu aberto e uma das mais recentes tensões que se apresenta é relativa às “redescobertas” arqueológicas, que representam lugares de memória em um espaço a ser revitalizado, reestruturado, “modernizado”. São memórias de um passado remoto que deverão conviver e se integrar ao novo a ser criado que fará parte de futuras memórias da região. Do mesmo modo, os idealizadores do projeto esperam que além de trabalhar com o patrimônio natural, o Museu do Amanhã venha fazer parte do futuro patrimônio da região, da memória e da história que começa a ser escrita neste início de século XXI.

Para esta pesquisa, estudamos as duplas tradição e criação; memória e patrimônio. Com relação ao nosso **terceiro** objetivo, discutimos como estas dualidades são trabalhadas neste processo de revitalização ao analisarmos algumas instituições localizadas na região, principalmente o Museu do Amanhã e o IPN. Em relação ao papel das Instituições como parte de um projeto de intervenção, podemos concluir que ambas apresentam características distintas, as tornando diferentes em muitos aspectos, principalmente no que diz respeito à marcante representação simbólica na nova reconfiguração espacial e social da zona portuária, como já mencionado.

Como na maioria dos projetos de revitalização de áreas deste novo ideário de cidades, a cidade também passa a ser uma mercadoria, uma a imagem que se vende: a “cidade como imagem e *design*” (HUYSSSEN, 2000), contendo uma espécie de “marca”, que é obtida através de grandes projetos arquitetônicos de arquitetos de renome internacional, as arquiteturas de “grife”. No projeto Porto Maravilha, o Museu do Amanhã se apresenta como a “marca” dessa revitalização: um “ícone” criado para dar prestígio à cidade, assinado pelo arquiteto espanhol Santiago Calatrava, voltado para a preservação de outro tipo de patrimônio, o natural, o “planeta”, com uma museografia do espetáculo. O museu espetáculo que oferecerá ao público visitante, conhecimento, entretenimento e consumo, representando para os idealizadores a “criação” em um espaço antes “vazio”, a inovação em termos de urbanização, um museu com um olhar para o futuro em uma área com nova caracterização deste futuro. Este tipo de edificação com assinatura tem demonstrado ser a tendência das novas concepções de cidades, criando um novo tipo de museu a céu aberto nas cidades.

São também nesses processos de intervenções em meio a tensões e conflitos territoriais e entre os sujeitos, que se tornam visíveis as disputas por memórias e identidades, novamente citando Pollack (1989), as “memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise de sobressaltos, bruscos exarcebados. A memória entra em disputa”. Observamos, nessa pesquisa, as disputas territoriais por memórias e identidades na Pedra do Sal, pelos que se identificam como remanescente do Quilombo da Pedra do Sal, com a VOT e outras formas de manifestações e micro resistências em relação ao projeto. As fissuras do projeto conforme nos diz Sánchez (2011), “também se apresentam como oportunidade para a emergência de conflitos em torno dos direitos urbanos, que desafiam o projeto dominante e sua economia

material e simbólica”. Nesse processo, o IPN, uma Instituição de luta e resistência, ganha voz, encontra o espaço para se tornar visível, ao mesmo tempo em que aflora ainda mais as tensões e conflitos “silenciosos” relacionados à legitimidade da Instituição que busca preservar a memória e o patrimônio da cultura afro-brasileira.

Instituições como o IPN, que se utilizam da memória no presente para criar possibilidades, transformar a realidade de uma comunidade, de um grupo étnico, ou para a concretização de seus ideais futuros são mais que lugares de memórias. Sua função vai além de simplesmente armazenar história e memórias para não perdê-la, que se cristalizam. Estas Instituições por pertencerem à malha urbana, a redes sociais, ao “campo social” (BOURDIEU, 1989) enfim, nesses momentos de intervenção no espaço urbano, esses novos museus despontam para unificar “vozes silenciadas” e também se manifestarem, interferindo e, por vezes, mudando traços desse projeto. Conforme Ferraz (2008):

Os movimentos sociais, em sua luta pela preservação de memórias e de bens patrimoniais não valorizados pelo Estado, não só promovem uma mudança na agenda pública, como ampliam e democratizam o conceito de patrimônio, uma vez que criam ‘condições materiais e simbólicas para que todas as classes possam encontrar nele um significado, e compartilhá-lo’. (FERRAZ, 2008, p.102)

Este tipo de manifestação, ação participativa e transformadora é observada no projeto Porto Maravilha na forte presença de movimentos sociais e instituições, dentre elas, o IPN na iniciativa e tomada de decisão para a criação do Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana. Portanto, em relação às duas Instituições destacamos que ambas têm uma representatividade importante no projeto de revitalização da zona portuária de acordo com o papel que cada uma desempenha nesse processo que envolve memória e patrimônio, tradição e criação.

“A modernidade é impensável sem um projeto museico” segundo Huyssen, (2000), e o Museu do Amanhã, para a zona portuária e seus idealizadores, representa o novo, porém o que ele apresenta de inovador é a sua forma arquitetônica, sua expografia cenográfica e interativa, informações que temos apenas pela análise da proposta. Em relação ao seu processo de criação e implementação, ao “capital político” e ideológico ele não é inovador, é antigo, é exercido “de cima para baixo, ou seja, do Estado para a sociedade”, como durante muito tempo foram exercidas as “noções de museu e patrimônio”, (FERRAZ, 2008).

O IPN, apesar de trabalhar com memórias e o patrimônio, com a tradição, a cultura de um grupo étnico da região, se insere na categoria de novos museus pela forma como foi constituído – não sendo de cima para baixo – e pela capacidade de se transformar, portanto o que parece antigo dependendo da maneira como se deseja classificar, ou do ângulo que se vê a tradição pode ser inovadora e a criação – o antigo, o “velho”, pois “todo ponto de vista é a vista de um ponto” (BOFF, 1994).

Os museus, ambos são de interesse do projeto Porto Maravilha para o circuito turístico e ambos fazem parte desses novos ideários de cidade que é capaz de introduzir seus objetivos e seu plano estratégico, mas que está sujeita às manifestações de desacordo por parte das camadas sociais oprimidas em busca da liberdade de serem vistos e reconhecidos.

Nossas reflexões foram um pouco além do que apresentamos sintetizado acima. No evento onde ocorreu a apresentação do Plano Estratégico pelo prefeito em exercício Eduardo

Paes, citado no capítulo 2, uma frase dita por ele nos fez refletir: “a necessidade de se ter uma cidade mais integrada, internacional, que volte a sonhar e que seja capaz de realizar, superando o passado para planejar o futuro”. Acreditamos que o prefeito já absorveu o novo ideário de cidades contemporâneas e deixa claro em sua fala o que representa o “futuro” ao desejar integrar a cidade internacionalmente. Já o passado a que ele possa estar se referindo, interpretamos ser o que impede a cidade de alcançar este objetivo. Uma cidade “moderna”, inserida no contexto deste início de século XXI, segue um padrão internacional na configuração arquitetônica e espacial, onde não há lugar para o que se considera negativo à imagem da cidade, tais como áreas degradadas, até mesmo as ruínas. Assim, o que estiver degradado deve ser recuperado e dotado de novos usos. Vivemos outro tempo, e segundo Gonçalves, (2012, p. 48), “quando há um deslocamento no tempo e no espaço é necessário mudar as palavras”. Para ele, a retórica da perda a que se referia já não cabe mais nos tempos atuais (início sec. XXI) e, em relação aos processos recentes de registro de bens patrimoniais imateriais a ideia “é fortalecê-los, revitalizá-los, ter público, ter dinheiro para que se mantenham e não exatamente recuperar uma forma original”. O prefeito ao dizer que “o passado deve ser substituído pelo futuro”, mesmo sem intenção, pode vir a sugerir a interpretação de que o velho é ruim, no entanto, igualar o velho ao ruim é da mesma forma, não reconhecer a história. Os restos, as ruínas devem ser positivadas, pois são também os espaços que nos conferem identidade.

Eventos do porte dos que irão acontecer na cidade, que criaram oportunidades para a concretização do Porto Maravilha, mudam o cotidiano das pessoas e das cidades, através de medidas que vão desde obras de recuperação, reestruturação urbana, deslocando parte da população a fim de promover supostas melhorias, até à normatização do próprio cotidiano, adaptando aspectos da cultura, nesse caso, carioca, aos valores internacionais. Tais adaptações vão ameaçando práticas culturais e territoriais que comprometem a riqueza da diversidade cultural da urbanidade local, principalmente, na zona portuária que é o objeto de estudo deste trabalho.

Para finalizar concordamos com Vainer (2011) ao afirmar que “neste projeto ainda não temos uma leitura clara de como procedem”, apesar da transparência que o discurso aparenta ter. Muitos questionamentos surgirão no decorrer da concretização deste projeto, parafraseando Alberto Silva, o Porto Maravilha é “uma janela de oportunidades”.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Regina. **Quando o campo é o arquivo: etnografias, histórias e outras memórias guardadas**. Seminário promovido pelo CPDOC e LAH/IFCS/UFRJ. Rio, 25 e 26 de novembro, 2004.
- ABREU, Regina. Patrimônios etnográficos e museus: uma visão antropológica. In: DODEBEI, Vera; ABREU, Regina (Orgs.). **E o patrimônio?** Rio de Janeiro: DP&A, 2008. p. 33– 58.
- ABREU, Regina. A emergência do patrimônio genético e a nova configuração do campo do patrimônio. In: ABREU, Regina; CHAGAS (Orgs.). **Memória e Patrimônio. Ensaio contemporâneos**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2009. p. 30–45.
- ANJOS, Ana Maria De La Merced G.G.G. dos; PEREIRA, Júlio César Medeiros da Silva. **A saga dos Pretos Novos. Rio de Janeiro** – Secretaria de Assistência Social e de Direitos Humanos, Conselho Estadual de Direito do Negro; Rio Zumbi 2008; ACE Digital Ltda.
- ARANTES, Otília Beatriz Fiori. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 11–74.
- ASSIS, João Marcus Figueiredo. Pobreza e ações socioeclesiais: memória e espaço social na Saúde, na Gamboa e no Santo Cristo. In: THIESEN, Icléia; BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcante e SANTANA, Marco Aurélio (orgs). **Vozes do porto. Memória e história oral**. Rio de Janeiro: 2005. p. 69–80
- BARREIRA, Irllys Alencar F. **Usos da cidade: conflitos simbólicos em torno da memória e imagem de um bairro**. *Análise Social*, vol. XLII (182), 2007 p.163–180.
- BARROSO, Edmar Aliciano Magalhães. **Turistificação de lugares: análise do potencial da Zona Portuária**. Trabalho de conclusão do curso de Turismo da Universidade Federal Fluminense – UFF. Niterói, 2008.
- BARTH, Fredrik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: Philippe Poutignat e Jocelyne Streiff-Fenart. **Teorias da Etnicidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1998. p. 185–227.
- BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: As consequências humanas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- BAUMAN, Zygmunt. Identidade no mundo globalizante. In: **A Sociedade Individualizada: vidas contadas e histórias vividas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. p. 178–193
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. . Rio de Janeiro: Zahar, 2001. 258 p.
- BENCHIMOL, J. L. **Pereira Passos: Um Haussmann Tropical**, 1990. (Coleção Biblioteca Carioca). ISBN 85-85096-12-8

BENOIT DE L'ESTOILE. **Reconfigurando a memória, os museus e o patrimônio**: o caso francês. Aula inaugural do programa de pós-graduação em memória social da Universidade Federal do estado do Rio de Janeiro – Unirio. Rio de Janeiro, 2010.

BIENENSTEIN, G. A cidade no espetáculo e o espetáculo na cidade: grandes projetos, megaeventos e outras histórias. In: **Anais do XIV Encontro Nacional da ANPUR**, Rio de Janeiro, maio, 2011.

BIENENSTEIN, G. Globalização e Metrópole: a relação entre a escala global e local. In: **Anais do XIV Encontro Nacional da ANPUR**, Rio de Janeiro, maio, 2000.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BERGER, Paulo. **As freguesias do Rio Antigo**: vistas por Noronha Santos. Rio de Janeiro: Edições o Cruzeiro, 1965.

BOFF, Leonardo. **A águia e a galinha**: a metáfora da condição humana. 34. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007. 560 p.

BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região. In: **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1989. p.107–132.

BRAGA, J. C. de S. Financeirização global o padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo. In: TAVARES, M. da C. e FIORI, J. L. **Poder e Dinheiro uma economia política da globalização**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997, p. 195–242.

BROUDEHOUX, Anne-Marie. Event-led Urban Image construction: Potemkinism, the Media, and the Periphery. **Conferência Internacional Megaeventos e Cidades**. Niterói, PPGAU-UFF, IPPUR-UFRJ, novembro, 2010, 10 p.

CABRAL, Sérgio. '**Rio é a melhor plataforma de acesso ao mercado brasileiro**'. Palestra a empresários britânicos em Londres. Folha do Interior. Disponível no site <http://www.folhadointerior.com.br/v2/page/noticiasdtl.asp?t=RIO+%C9+A+MELHOR+PLA+TAFORMA+DE+ACESSO+AO+MERCADO+BRASILEIRO&id=36416>. Acesso em out, 2011.

CARDOSO, Elizabeth Dezouart, VAZ, Lilian Fessler, ALBERNAZ, Maria Paula; AIZEN, Mario, PECHMAN, Roberto Moses. **História dos bairros: Saúde, Gamboa e Santo Cristo**. João Fortes Engenharia. Rio de Janeiro: Editora Index Ltda., 1987.

CARDOSO, Isabel C. da Cunha. O meio ambiente sob a ótica das políticas de empreendedorismo urbano: a natureza como espetáculo e produto de consumo. **Revista Praia Vermelha**. Rio de Janeiro. V. 19 nº 2, jul.–dez. 2009, p. 89–110.

CDURP. **Programas Porto Maravilha Cultural e Porto Maravilha Cidadão**. Disponível no site <http://www.portomaravilha.com.br/web/sup/canalSocProgValor.aspx>. Acesso em out. 2011.

CDURP. **Projeto Porto Maravilha**, slide de apresentação. Acesso Curso: Viver e morar na Zona Portuária: história, memória e conflitos urbanos. Rio de Janeiro. Out – dez. 2011.

CDURP. **Seminário debate projetos pioneiros no Porto**. Disponível no site <http://www.portomaravilha.com.br/conteudo/workshop.aspx>. Acesso em dez. 2011.

CDURP. **Uma proposta de divisão de núcleos**. Disponível no site. <http://portomaravilha.com.br/web/direito/conhecaRegiao.aspx>. Acesso em out. 2011.

CHAGAS, Mário. Há uma gota de sangue em cada museu. **Cadernos de sociomuseologia – centro de estudos de sociomuseologia**. ULHT– Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 13 – 1998.

CHAGAS, Mário. O pai de Macunaíma e o patrimônio espiritual. In: ABREU, Regina; CHAGAS (Orgs.). **Memória e Patrimônio. Ensaios contemporâneos**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2009. p. 97 – 114.

CHAGAS, Mário de Souza. Museus: antropofagia da memória e do patrimônio. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. V 32, 2005. p.15–25.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade; Editora UNESP, 2001.

CIDADE. Projeto Porto Maravilha a maior parceria público-privada do país é da cidade do Rio. **Revista do Porto Maravilha**, nº 3, nov. 2010, p 4.

CIDADE. Descoberta de tesouros arqueológicos e programas de valorização do patrimônio local e de integração da comunidade exaltam importância da área para a cidade. **Revista do Porto Maravilha**, nº 04, abr. 2011, p 4.

CIRCUITO-MAUÁ. **Um passeio pelos bairros portuários do Rio**. Disponível no site http://www.escravosdamaua.com.br/circ_maua.htm. Acesso em out. 2009.

COOQ, S. L. Para que serve um Plano Diretor? . Rio de Janeiro: **Revista CREA-RJ**, nº 40. p.18–19, ago/set, 2002.

COSTA, Jaqueline. **Projeto de arquiteto espanhol para o Museu do Amanhã prevê uso de energia solar e da água da Baía de Guanabara**. Disponível no site www.oglobo.globo.com. Acesso em 21 jun. 2010.

CREA-RJ EM REVISTA. Tão longe e tão perto da cidade. Rio de Janeiro: **CONFEA/CREA**, out. / nov. 2009.

CULTURA. O nome e o sobrenome do Píer Mauá. **Revista do Porto Maravilha**, nº 06, dez. 2011, p 8.

DA MATA, Roberto. O ofício do Etnólogo, ou como Ter “Anthropolical Blues”. In: NUNES, Edison de Oliveira. **A aventura sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p. 23 – 46.

DODEBEI, Vera; ABREU. Apresentação. In: DODEBEI, Vera; ABREU, Regina (Orgs.). **E o patrimônio?** Rio de Janeiro: DP&A, 2008. p. 07– 10.

DODEBEI, Vera; STORINO, Claudia. As cidades e o patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario de Souza; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. (Orgs.). **Museus, coleções e patrimônios: narrativas polifônicas**. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2007. p. 275–282.

DOUGLAS, Mary. **Como as instituições pensam**. São Paulo: Edusp, 1998.

DUARTE, Ronaldo Goulart. O processo de reabilitação urbana na cidade do Rio de Janeiro e suas perspectivas. **Scripta Nova**, Revista electrónica de geografia y ciencias sociales. Universidad de Barcelona, vol. IX, nº 194 (44), 01 de ago., 2005.

EGLER, Tamara Tania Cohen. Políticas urbanas para o espaço global. **Revista Economia, Sociedade y Território**, vol. V, nº 17, 2005, p.1–25.

FERRAZ, Joana d’Arc F. Movimentos sociais: dilemas e desafios das ações patrimoniais. In: DODEBEI, Vera; ABREU, Regina (Orgs.). **E o patrimônio?** Rio de Janeiro: DP&A, 2008. p. 99 – 112.

FIGUEIREDO, Renata Dias de Gouvêa de. **A expografia contemporânea no Brasil: a sedução das exposições cenográficas**. Dissertação de mestrado – área de concentração: Design e Arquitetura – pela FAUUSP – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo. São Paulo: 2011. 200 p.

FILHOS DE GANDHI. **Afoxé Filhos de Gandhi do RJ**. Disponível no site <http://filhosdegandhirj.kit.net/>. Acesso em dez. 2011.

FOETSCH, Alcimara Aparecida. **Paisagem, Cultura e Identidade: Os poloneses em Rio Claro do Sul, Mallet – PR**. Dissertação de mestrado em: Geografia – pela Universidade Federal do Paraná, 2006.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2009. p. 59–79.

FORUM COMUNITÁRIO DO PORTO. **Relatório de violação de direitos e reivindicações**. Rio de Janeiro. 24/05/2011, p.07, 10, 14, 27 e 28.

FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO. **Museu do Amanhã**. Rio de Janeiro. Disponível no site <http://www.frm.org.br/>. Acesso em nov. de 2011.

GIANNELLA, Letícia. A zona portuária do Rio de Janeiro e o projeto Porto Maravilha: um choque entre o que existe e o que se impõe como novo. Artigo para **XI Congresso Luso Afro-Brasileiro de Ciências Sociais**, agosto de 2011.

GOES, Felipe. **O vazio que nos move**. Disponível no site www.oglobo.globo.com. Acesso em 23 jun. 2010.

GODIN, Linda Maria de Pontes. **O Dragão do Mar e a Fortaleza pós-moderna: cultura, patrimônio e imagem da cidade**. São Paulo: Annablume, 2007.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categorias de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2009. p. 25–33.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Os museus e a cidade. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2009. p. 171–186.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Entrevista: Antropologia e Planejamento Urbano. Duas categorias, um só campo? **E-metrópolis. Revista eletrônica de estudos urbanos e regionais**. Nº 6, ano 2, setembro de 2011, p. 43–51. Disponível no <http://www.emetropolis.net/pt/component/edicoes/>. Acesso em 10 dez. 2011.

GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera. **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/ Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2005.

GUIMARÃES, Roberta Sampaio. Discursos de visibilidade e novos usos do território: o caso da Pedra do Sal. Artigo para o **32º Encontro Anual da ANPOCHS**, GT 01 A cidade nas ciências sociais: teoria, pesquisa e contexto, 2009.

GUIRARDO, Diane. **Arquitetura Contemporânea: uma história concisa**. Tradução Maria Beatriz de Medina. 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

GUTERMAN, Bruna da Cunha. Um olhar sobre a fotografia dos garis da Lapa. Provocações, desabafos e impressões na *Brand Lapa carioca*. **Anais XIV ENANPUR**. Rio de Janeiro, maio, 2011.

HABERMAS, Jürgen. *Estruturas sociais da esfera pública*. In: ____ **Mudança estrutural da esfera pública**. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**, Edições Vértice, Editora Revista dos Tribunais Ltda., SP, 1990.

HIRST, P. e THOMPSON, G. “Prefácio à edição brasileira” e “Introdução: Globalização: um mito necessário?” In: **Globalização em questão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998, pp. 9–38.

HONORATO, Cezar; DUMAS, Fernando. O olhar fotográfico: entre o público e o privado. In: **Um século de vivências num porto moderno**. Rio de Janeiro: [s.n.], 2011. Xx p. Catálogo de exposição. Centro Cultural Correios do Rio de Janeiro. De 23 nov. 2011 a 08 jan. 2012.

HONORATO, Cláudio. Aula de História a céu aberto. **IPN**, Rio de Janeiro, 13 ago. 2011.

HUYSSSEN, Andréas. **Seduzidos pela memória**, Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 2000.

IPHAN. **Cartas Patrimoniais, coletânea virtual**, disponível no site www.iphan.gov.br. Acesso em 15 mar.2011.

IPHAN. **Bens culturais registrados**, disponível no site www.iphan.gov.br. Acesso em 15 mar. 2011.

LIMA, Ivana Stolze; CARMO, Lauro do. **História social da língua nacional**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008.

LÖWY, Michel. **Ideologias e Ciência Social: elementos para uma análise marxista**. São Paulo: Cortez, 1988, 112 p.

LUSTOSA, Isabel. **D. Pedro I – perfis brasileiros**. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

MACIEL, Jálisson. **Porto Maravilha beneficiará turismo do Rio em 2015**. Disponível em http://www.panrotas.com.br/canais/redacao/plantao/portal_reader_noticia.asp?cod_not=72773&rss=1&utm_medium=twitter&utm_source=twitterfeed. Acesso em nov. 2011.

MARQUES, Carla. **A história da Zona Portuária. Apostila da oficina de história no IPN**. Rio de Janeiro, 2010.

MARTÍ, Silas. Santiago Calatrava esboça museu em forma de bromélia no Rio de Janeiro. Disponível em <http://www.folha.uol.com.br/>. Acesso em 21 jun.2010.

MELLO, F. F de. **A Zona Portuária do Rio de Janeiro: antecedentes e perspectivas**. Dissertação de mestrado pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 2003.

METÁLICA. **Portal de arquitetura e construção**. Disponível em: www.metálica.com.br. Acesso em 24 jun. 2010.

MIRANDA, Cybelle. **Salvador. Cidade velha e feliz Lusitânia: cenários do patrimônio cultural em Belém**. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal do Pará. Belém, Pará: 2006.

MOREIRA, Clarissa da Costa. **A cidade contemporânea entre a *tabula rasa* e a preservação: cenários para o porto do Rio de Janeiro**. São Paulo: UNESP, 2004. 142 p.

MOTTA, L. A apropriação do patrimônio urbano: do estético – estilístico nacional ao consumo visual global. In: ARANTES, A.A. (Org.). **O espaço da diferença**. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2000 p. 257– 287. DP&A, 2008.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Proj. História, São Paulo, nº 10, p. 7–28, dez, 1993.

NUNES SOBRINHO, Francisco de P.; NASSARALLA, Iara. **Pedagogia institucional: fatores humanos nas organizações**. (Orgs.). Rio de Janeiro: ZIT Editores, 2004. 276 p.

OLIVEN, Ruben George. *Patrimônio intangível: considerações iniciais*. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2009. p. 80 – 82.

OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA DA REGIÃO DO PORTO DO RIO. **Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV**, Relatório de Impacto de Vizinhança do Rio de Janeiro “Porto Maravilha”.

ORTIZ, Renato. A procura de uma sociologia da prática. In: Ortiz, R. (Org.) **Pierre Bourdieu: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983, p. 07–37.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PAES, Eduardo. A revolução no Porto do Rio de Janeiro. **Revista do Porto Maravilha**, nº 5, ago. 2011, p 6.

PASSOS, F.R.L.; SÁNCHEZ, F. Por um Porto (In) corporado: políticas urbanas e territórios culturais na Zona Portuária do Rio de Janeiro. **Encuentro de Geógrafos de América Latina, EGAL**, Anais, Costa Rica, 2011.

PATRIMÔNIO. **Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana**. Revista do Porto Maravilha, nº 06, dez. 2011, p. 5 e 6.

PEREIRA, Júlio César Medeiros da Silva. **À Flor da Terra: o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Garamond / prefeitura do Rio de Janeiro, 2006.

PETERSON, André. Pedra do sal mantém viva a história da Zona Portuária. Entrevista disponível em <http://blogportomaravilha.com/2011/11/16/pedra-do-sal/>. Acesso em dez. 2011.

PETRILLO, Agostino. Turismo cultural e grandes eventos: reflexões sobre o caso genovês. **E-metrópolis**. Revista eletrônica de estudos urbanos e regionais. Nº 6, ano 2, setembro de 2011, p.18–24. Disponível no <http://www.emetropolis.net/pt/component/edicoes/>. Acesso em 10 dez. 2011.

PINHEIRO, Augusto Ivan de Freitas. Área de preservação do ambiente cultural da cidade, Porto do Rio faz 100 anos. **Revista Porto Maravilha**. CEDURP – Cia. De Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, nº 3, nov. 2010.

PIRES, Hindenburgo Francisco. Planejamento e intervenções urbanísticas no Rio de Janeiro: a utopia do plano estratégico e sua inspiração Catalã. Biblio 3, **Revista Bibliográfica de geografia y ciências sociales**. Universidad de Barcelona, vol. XV, nº 895, nov., 2010.

POLLAK, M. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.2, nº 3, 1989, p. 3 – 15.

PORTO MARAVILHA. Transformações a Caminho do Porto. **Revista Porto Maravilha** nº 2, jul. 2010, p. 6.

POUTIGNAT, P e STREIFF- FENART, Jocelyne. O domínio da Etnicidade: as questões – chaves. In: **Teorias da etnicidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1998. p. 141–172.

RANGER, Terrence; HOBSBAWN, Eric. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

SANTANA, Marco Aurélio; OUEIRÓZ. Trabalho e sociabilidade no Rio de Janeiro: história e memórias de um porto em movimento, In: THIESEN, Icléia; BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcante; SANTANA, Marco Aurélio (orgs). **Vozes do porto. Memória e história oral**. Rio de Janeiro: 2005. p. 15–36.

RIBEIRO, Paulo E. V. L. **Porto Maravilha** – desafios e problemas. Seminário realizado no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 17 de maio, 2011.

SANCHEZ, F.; GOMES, T.; SANTOS, R.; HERDY, F. Rio 2016: O Projeto Olímpico e sua economia simbólica. **Anais do XIV Encontro Nacional da ANPUR**. Rio de Janeiro, maio, 2011.

SANT’ANNA, Maria. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2009. p. 49–58.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado: Fundamentos teóricos e metodológicos de geografia** / Milton Santos; em colaboração com Denise Elias, – 6ª ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, M. S. dos. Sobre a Autonomia das Novas Identidades Coletivas: alguns problemas teóricos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 13, n. 38, São Paulo, out. 1998.

SANTOS, M. S. dos. Museu Imperial: a construção do Império pela República. In: In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2009. p. 115–135.

SANTOS, Irene da Silva Fonseca dos, VALE, Antônio Marques do. **Patrimônio histórico imaterial: o imaterial como avanço e conquista na legislação**. GEPFHE-UEPG. Unicamp. São Paulo, ago. 2000.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e Memória**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1996.

SILVA, Alberto. Porto Maravilha Cidadania e Cultura. **Revista Porto Maravilha**, abril, 2011, nº 04, p. 05.

SILVA, Alberto. **Porto Maravilha Cidadão**. Entrevista disponível em: <http://blogportomaravilha.com/2011/10/03/porto-maravilha-cidadao-entrevista-com-alberto-silva/>. Acesso em out. 2011.

SILVA, Alberto. **O futuro resgatando o passado**: permanências e mudanças de práticas culturais na Região Portuária. Palestra realizada no Instituto Nacional de Tecnologias – INT. Rio de Janeiro. Em 29 de nov. 2011.

SILVA, Angelo. **Sociologia Urbana**. Angelo Silva. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009. 188p

SILVA, Ana Paula V. da; NETO, P. G. da S. Cidade, significação e reescritura: uma análise semiológica dos projetos de reforma da Zona Portuária do Rio de Janeiro. In: **XIV Encontro Regional da ANPUH – Rio, Memória e Patrimônio**. UNIRIO. Rio de Janeiro, julho de 2010.

SILVEIRA, Carmen Beatriz. **O entrelaçamento urbano – cultural: centralidade e memória na Cidade do Rio de Janeiro**. Tese (Doutorado do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da UFRJ) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2004.

SHORT, Jonh. **Globalização, cities and the Summer Olympics**. City, Publisher: Routledge, Vol 12. Nº 3, December 2008, pp. 321–340.

SMTU. Legislação, **PDDC – Plano Diretor Decenal da Cidade**.

SOARES, Eliana M. A. da S.; MOREIRA, Fernando D. **Preservação patrimônio cultural e reabilitação urbana: o caso da zona portuária do Rio de Janeiro**. Curitiba: Da Vinci, v 4, n. 1, 2007, p 101–120. Disponível em <http://www.up.com.br/davinci/>. Acesso em 10 fev. 2012.

SOUZA, Jesse; OELZE, Berthold (Orgs.). **Simmel e a modernidade**. Brasília: Editora UNB, 1998.

TABAK, Bernardo. **Museu do Amanhã será feito com material reciclável, diz espanhol**. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2010/06/museu-do-amanha-sera-feito-com-material-reciclavel-diz-espanhol.html>. Acesso em 21 jun. 2010.

THIESEN, Icléia, BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcante e SANTANA, Marco Aurélio (orgs). **Vozes do porto. Memória e história oral**. Rio de Janeiro: 2005.

THIESEN, Icléia e BARROS, L. O. C. **Rio de Janeiro: memória e espaço portuário**. *Memorandu* 16, 2009, p. 92-101. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/~memorandum/a16/thiesenbarros01.pdf>. Acesso em 15/03/2011.

TRANSPARÊNCIA. Tudo sobre o Porto Maravilha. **Revista do Porto Maravilha**, dez. 2011, nº 06, p 6.

VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 75-104.

VAINER, Carlos B. **Do urbanismo flexível à cidade de exceção**. Palestra realizada na Universidade Federal Fluminense – UFF. Niterói: 2011.

VIEIRA, José Jairo. **Preconceito e Discriminação Racial no Futebol Brasileiro**. Teoria & Pesquisa Editora da UFSCAR, v. 42–43, p. 221–244, 2003.

WACQUANT, Loic. Proscritos da cidade: estigma e divisão no gueto norte-americano e na periferia urbana francesa. In: **Os condenados da cidade: estudos sobre marginalidade avançada**. Rio de Janeiro: Revan, 2001. p.135–163.

WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. **Abertura Política**. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Abertura_pol%C3%ADtica. Acesso em dez. 2011.

WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. **Gamboa, Rio de Janeiro**. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Gamboa>. Acesso em 21 jun. 2009.

WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. **Pedra do Sal**. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/PedradoSal>. Acesso em 21 jun. 2009.

WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. **Pequena África**. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Pequena_%C3%81frica Acesso em dez. 2011.

WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. **Segunda Revolução Industrial**. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Segunda_Revolu%C3%A7%C3%A3o_Industrial. Acesso em dez. 2011.

ZEVI, Bruno. **Saber ver a arquitetura**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

APÊNDICE: Relatos verbais

Entrevista realizada no dia 31/01/2012 com integrantes do IPN - Local: IPN**1ª entrevista às 17:30 h****Nome: Cláudio de Paula Honorato**

(Membro da diretoria do Núcleo de pesquisa do IPN e um dos responsáveis pela Pesquisa histórica do Memorial Pretos Novos)

1. *Você é morador da zona portuária?(Tem algumas questões para eu me direcionar, mas isto não quer dizer que você fique limitado a isto. Pode até falar mais).*

C.H: Não, não, eu moro na baixada Fluminense em Duque de Caxias.
E vem fazer este trabalho aqui.

2. *Como ficou sabendo/e conheceu o do IPN?*

C.H: Na verdade a minha pesquisa é sobre a região, a minha pesquisa de graduação que depois virou uma pesquisa de pós-graduação e mestrado é o Mercado de Escravos do Valongo, então foi através da minha pesquisa a partir de 2000 mais ou menos que eu comecei a pesquisar, que eu vim a pesquisar que eu vim a conhecer a região e conhecer o IPN. Na verdade que não existia ainda na época, porque o IPN vai ser criado depois, Existia já aqui o local a descoberta, descoberta não, o achado que foi achado que foi uma coincidência foi uma obra na casa que fez a descoberta e o IPN é criado em 2005, mas eu comecei a participar aqui do IPN em 2007.

Você já começou a fazer parte dos pesquisadores.

C.H: A partir de 2007, mas eu já pesquisava a zona portuária desde 2000.

3. *O que o (a) motivou a fazer parte desta Instituição?*

C.H: Na verdade, é o que me trouxe ao IPN foi o convite de um jornalista da Globo para fazer uma entrevista sobre, relacionando a escravidão e os 200 anos da Família Real em novembro de 2007 e aí me foi feito um convite para fazer parte dos pesquisadores. E na verdade tudo que me foi pedido na época já coincidiu com o aquilo que eu pesquisava, então não vi problema nenhum. Então a motivação ela sempre existiu, porque eu já pesquisava a região.

4. *O que essa Instituição representa para você?*

C.H: O IPN no meu modo de ver ele representa uma tentativa né, de resgate e manutenção da memória da escravidão aqui na zona portuária memória não só da escravidão enquanto instituição, mas de toda a herança que esses africanos trouxeram para cá. Então o IPN é uma tentativa de fazer isso, porque até então aqui na zona portuária, se houve alguma tentativa ela foi quase que inexistente seja ela governamental ou não. Então eu acho que o IPN representa hoje esta tentativa e essa tentativa ela não está em meu modo de ver só na tentativa ela está se materializando em projetos e trabalhos que o IPN conseguiu realizar durante a sua existência.

5. *Qual o seu papel na Instituição?*

C.H: Olha, eu trabalho aqui na Instituição na questão pesquisa histórica e faço as oficinas de história, então esse é o meu papel aqui. Componho o núcleo de pesquisa faço parte do núcleo de pesquisa e as nossas pesquisas são em relação ao passado e as transformações, principalmente agora nesse momento. Um episódio muito semelhante e de muito maior proporção que está acontecendo em toda a cidade e que está também acontecendo na zona portuária que vai ser a mudança dessa região, que é o projeto Porto Maravilha e a gente não sabe ainda quais serão os verdadeiros resultados disso. Muita expectativa ainda.

Mais a frente eu vou perguntar alguma coisa sobre isto.

Então você já me respondeu minha pergunta há quanto faz parte, já que você entrou aqui em 2007, já esta respondida.

6. *Qual a representatividade e receptividade (do seu ponto de vista) do IPN para o entorno, a população vizinha e para o visitante independente se é morador ou não? Como você vê como eles recebem?*

C.H: O IPN é muito bem recebido em todos os lugares que a gente vai, e aqui na zona portuária eu só acho que ele ainda é pouco conhecido na própria zona portuária. Ele é mais conhecido fora da zona portuária inclusive internacionalmente, mas dentro a zona portuária eu acho ainda..., a população, causa disso, a população, cidadão comum passa todo dia por essa calçada e ainda não conhece o IPN.

O que você acha que deveria ser...

C.H: Isso é fruto da nossa própria formação educacional no Brasil e isso também é fruto do nosso próprio modo de conduzir as Instituições no Brasil. Embora a gente tente fazer diferente a gente sempre acaba reproduzindo muito daquilo que a gente tem na nossa

própria cultura que é sempre se projetar para fora e esquecer a própria comunidade. Então eu acho que falta um pouquinho, ou melhor, falta muito, olhar para a própria comunidade e realizar projetos que possa atingir essa população.

Isto não está nem na minha lista, me surgiu agora, mas você como que já participa daqui, você acredita que este trabalho já está sendo feito..., com essas exposições...

C.H: Isso, claro, é esse trabalho já está sendo feito, mas o que eu digo, mesmo com essa exposição, mesmo com as aulas passeio poucas pessoas da comunidade vêm, vem, as pessoas que passam pela calçada, que moram na comunidade, eles olham, mas eles, poucos entram. Então acho que falta um pouco essa questão de sensibilizar de motivar para que a comunidade participe desses projetos, espero que agora em 2012 a gente consiga fazer isso ir às escolas aqui da zona portuária conseguir fazer algum trabalho que sensibilize essas pessoas inclusive líderes comunitários para que possam ser multiplicadores dessa proposta.

7. *E você acha que tem diferença, quando perguntei representatividade e receptividade do IPN para com os moradores da localidade e com os visitantes também, você acha que tem diferença nessa representatividade para as pessoas têm raízes negras, afro-brasileiras?*

C.H: Sem dúvida nenhuma todas as pessoas que vem aqui elas se sentem bastante sensibilizadas parece que tem uma energia muito forte, parece não, tem uma energia muito forte que mexe com as pessoas e com toda a certeza as pessoas que tem raízes afro-brasileiras elas se sentem muito sensibilizadas quando vem ao IPN. E levando-se em conta que isso é a maioria da população brasileira, então eu diria que quase todos que vem aqui independente de cor de pele a gente não está falando de cor de pele, mas de raiz, da sua história de vida, as pessoas se sentem muito sensibilizadas quando vem aqui.

8. *Antes vocês se mantinham com os próprios recursos, até pelo o que eu li ali, e agora que o IPN está ganhando um espaço maior, se tornando mais conhecido pelos seus projetos, alguma coisa mudou neste sentido?*

C.H: É as mudanças estão acontecendo e elas vão acontecendo sempre. Primeiro, a gente, o nosso espaço melhorou a gente está, com mudança física ela é visível você que veio as oficinas viu que agente passou por uma série de obras, então isso tem acontecido, as pessoas estão conhecendo mais o IPN pela divulgação via internet, então a gente tem recebido pessoas de fora e próprias pessoas daqui do Rio de Janeiro tem vindo mais ao

IPN, então acho que isso prova que a gente tá sendo mais conhecido, e que isso traz uma diferença para a gente. Significa que nosso trabalho está dando frutos, se agrada as pessoas...

Neste sentido está tendo essas mudanças, mas aquela ideia que vocês tinham aquela vontade de início, ela mudou alguma coisa ou continua aquelas mesmas propostas mesmos ideais?

C.H: O IPN tem uma missão enquanto Instituição a gente criar aqui um espaço de pesquisa, um espaço de visitação, ao mesmo tempo em que ele é um museu tá, ele também é um local onde as pessoas podem se reunir para fazer pesquisas, esse é o nosso objetivo. Agora, o que eu vejo é que a gente ainda está muito limitado nessa questão do avanço da pesquisa, porque para pesquisa tem que ter recursos. Eu acho que agora com esses reconhecimentos os recursos, eles podem surgir, eles podem surgir e agente tem também buscado outras formas além dos editais e buscar esses recursos através de parcerias. Então eu acho que todas essas ações fazem também com que nossas propostas, elas sejam alteradas, sejam reformuladas, mas sem fugir ao nosso objetivo principal que é fazer a pesquisa sobre a questão da cultura afro-brasileira priorizando a questão dos cemitérios a pesquisa em relação aos cemitérios africanos pelo Brasil e até mesmo fora do Brasil.

9. *Como já tinha adiantado no início sobre esse Museu a Céu Aberto que já existia na época do César Maia, não sabia ao certo se ia acontecer, porém agora após as descobertas já foi divulgado pelo prefeito Eduardo Paes a criação do Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana, como você vê a inserção do IPN neste circuito, agora?*

C.H: Eu acho que a criação do circuito né, é... fugiu a palavra, é...turístico né..., é criado pela prefeitura na verdade o IPN não se insere é o circuito que vem se inserir, no meu modo de ver, porque esse trabalho já era feito pelo próprio IPN. A gente já tinha aqui as oficinas a Céu Aberto que você participou que faz exatamente esse circuito com uma ou outra diferença, mas muito pouca. Então na verdade isso vem coroar um trabalho que já é realizado e é muito bem vinda essa criação eu espero que outras criações que o poder público possa a fazer venha a somar como a própria criação do memorial, eu acredito que dessa vez não fique só no papel que o memorial de fato aconteça.

Mesmo porque já foi até divulgado.

É.

10. Ainda em relação a este circuito, se bem que você respondeu mais ou menos, esta atitude do prefeito, do seu ponto de vista, ela foi espontânea, partiu dele ou teve influência do movimento negro no caso aqui no IPN tem pessoas do movimento negro, que participam?

C.H: Tem ligados ao movimento negro, a Penha, a Penha e o Zezinho que está participando agora com a gente.

Teve influência para ele tomar esta atitude...

C.H: Olha com certeza toda a repercussão que a descoberta do cais teve na mídia e isso fez com que imediatamente a população afrodescendente e os movimentos, negro e os próprios conselhos da prefeitura, do governo do Estado se reuniram, para decidir a destinação que se fariam com todas essas descobertas com certeza isto motivou o prefeito. Eu não posso afirmar se foi espontânea ou não, porque eu não tenho essa informação, mas o que eu posso dizer é que aparentemente o prefeito tem se mostrado bastante favorável, bastante receptível. Espero que isto seja de fato espontâneo, mas se não for espontâneo, espero que ele não seja totalmente, também forçado. De fato toda essa divulgação toda essa descoberta possa sensibilizá-lo e sensibilizar outras autoridades a esse respeito, porque isso aqui é a própria história do povo brasileiro, isso não é a história da zona portuária, a história do Rio de Janeiro é a história do Brasil. O Brasil está inserido dentro desta selva que é a Zona Portuária, porque aqui hoje o Porto Maravilha tem que perceber isso, isso aqui foi desde os primórdios da colonização a porta de entrada e saída do império colonial português, depois vira Império do Brasil, então reconhecer essa história é reconhecer todo esse legado e com certeza a população negra, a população afrodescendente melhor dizendo não pode ser esquecida.

11. Agora fugindo um pouco do IPN, você disse: você não mora na região, mas frequenta, por conta do IPN e do seu trabalho, então quando você fala na Zona Portuária, quando se fala, o que lhe vem à memória, à sua memória? Zona Portuária, o que vem na sua mente?

C.H: A memória da Zona Portuária, no que diz respeito (na sua memória) o que diz respeito à minha pessoa, ela está ligada a mim eu estou altamente conectado a essa memória pela ancestralidade não vejo outro motivo. Porque o que me motivou a pesquisar a escravidão e o que me trouxe à Zona Portuária foi à pesquisa sobre a escravidão, então é o que me liga a isso aqui é a minha ancestralidade, é a minha origem, a minha raiz.

12. *O que a você, em sua opinião, considera importante preservar nessa área, já que o projeto também propõe a preservar alguma coisa?*

C.H: É eu não posso lhe dizer o que o projeto propõe, mas o que eu diria né, (*que você considera importante*) a Zona Portuária, ela é importante no seu aspecto material, no seu aspecto físico tá, e seu aspecto cultural, muito da sua origem tá, já passou por transformação. Eu não sou contra a transformação, eu acho que ela tem que existir necessariamente então, a memória não se faz de coisas é..., parada no tempo, a memória ela é viva. Agora é preciso respeitar as instituições, preciso respeitar as moradias das pessoas, porque a cultura ela tem carne e osso, a gente fala de cultura sempre no sentido material, mas o que constrói essa cultura são as pessoas, então é preciso preservar essas moradias, tô vendo que algumas dessas casas vão ser destruídas para construir outras coisas, alguns desses prédios vão ser implodidos, demolidos prá construir outras coisas, mas existe aquilo que deve e merece ser preservado. Eu poderia citar inúmeros prédios, como o próprio prédio José Bonifácio a gente pode falar Docas Dom Pedro II e com certeza serão prédios que não serão mexidos, serão restaurados, mas outros como o Moinho Fluminense que são prédios antigos, e as moradias antigas aqui do [...] toda a Zona Portuária [...], que esse casario tem que ser preservado, algumas ruas né, a gente tá vendo pelas obras aí as linhas dos Bondes, dos Trens que foram encobertos pelo asfalto. Então, essa memória ela quase que chegou ao esquecimento da maioria da população Brasileira, então isso tá vindo a tona né, a memória tá vindo a tona, e eu acho que é esse é o momento da gente repensar como que a gente deve fazer daqui prá frente prá preservar essa memória.

13. *Como você vê você até já falou um pouco, esta atual intervenção do Porto Maravilha aqui?*

C.H: É claro, como eu disse, é impossível você ter uma vida sem transformações. Agora essa transformação ela tem que ser planejada, ela tem que ser bem pensada e acima de tudo né. A comunidade ela tem que participar, ela tem que ser ouvida, ela não é promotora, ou melhor, ela não é gestora do projeto, mas ela é promotora desse projeto na medida em que ela também vive nessa região, que ela participa dessa região, e que a própria região existe em função dessas pessoas que aqui um dia chegaram para trabalhar e para viver, e são construtoras de todo esse legado, então sem essas pessoas é impossível pensar na Zoa Portuária. Então o Porto Maravilha, ele não pode ser, é, um local

simplesmente prá entretenimento de turista, o Porto Maravilha ele tem que ser um local que respeite todos esses aspectos de vida até então existente na Zona Portuária.

14. *Então no caso é..., você respondeu um pouco o que eu iria perguntar, sobre o impacto que poderá causar esse projeto da maneira como está, se for direcionado só para turista.*

C.H: Isso, eu não, não posso afirmar (*não, só pelo que nós temos conhecimento*) exato (*até aonde a gente tem conhecimento*) exato, porque eu não tenho conhecimento de todo o projeto. Até mesmo quando você conhece o projeto, todo projeto ao ser gerido, ele passa por transformações (*Como ele mesmo disse que é uma janela aberta*). Exato, então a minha preocupação é que ele venha a não respeitar essa população, seu modo de vida. É claro e evidente que no momento em que se fala em revitalização é preciso entender claramente o que essa palavra diz. Quando eu digo que vou revitalizar é porque não existia vida, e eu vou dar vida, e que vida eu vou dar, então posso implicitamente está desconsiderando toda a vida que existe nessa região até o momento. Toda revitalização, ela vai construir e vai destruir ao mesmo tempo, agora é questão de escolha, do quê que eu quero preservar, e o quê que eu quero ocultar né, deixar de existir. Então a fala ela não pode ser uma negação, a revitalização de fato, ela respeita tudo aquilo que foi construído, que ela construa a partir dali um elo com essa memória que possa fazer com que essas pessoas, a Zona Portuária em si, que há muito foi abandonada pelo Poder Público, ela agora possa ser né, vista como um local que venha contribuir, que venha somar, para que o Rio de Janeiro possa ser de fato, uma cidade maravilhosa, eu penso dessa forma. Então não é a gente negar o passado tá, pelo futuro, então eu me preocupo muito com essa questão do Museu do Amanhã né, (*seria a minha próxima pergunta*) o quê que a gente vai colocar nesse Museu? (*eh, você já está respondendo a minha próxima pergunta e última né,*)

15. *Como você vê criação desse Museu do Amanhã, já que faz parte desse projeto, como eu falei vários projetos de cidades internacionais inclui museus, e como você vê essa criação desse museu?*

C.H: Como historiador eu não posso, não posso de forma alguma negar o passado, então não existe futuro sem passado, não existe memória, então como historiador nós temos como diz o..., velhinho lá, esqueci o nome dele, (era dos extremos), por favor, me ajuda, Hobsbawm, é que nós somos guardiões da memória. Então nós temos que lembrar as pessoas né, que as pessoas vivem hoje o presente contínuo ou contínuo presente né, e o

pragmatismo, e o historiador, o cientista social em geral ele tem essa função. Então aqui, hoje eu tenho essa preocupação, o que, que a gente vai colocar no Museu do Amanhã? Tá, então o que vai ser feito no Museu do Amanhã, ele só vai ter sentido se ele tiver um elo que ligue ele a esse passado da Zona Portuária. Essa memória, que é um passado que não é só de sofrimento de não vida, é um passado glorioso, de trabalho é um passado que essas pessoas ajudaram a construir a sociedade carioca. Aqui eles fizeram a sua música, o samba tá ali, eles fizeram a sua festa religiosa, as religiões afro-brasileiras aqui estão, algumas né, foram expurgadas, mas ainda resiste tá. E aqui é um pedaço do Rio de Janeiro onde surgiram também os blocos, os ranchos e que vai fazer parte do carnaval carioca hoje, então é, esse Museu, ele tem que ser esse elo, de ligação, no meu modo de pensar. *(com todo o entorno e a população também, principalmente)* com toda a certeza, com todas essas memórias.

Após esta pergunta a entrevista foi encerrada.

Entrevista realizada no dia 31/01/2012 com integrantes do IPN - Local: IPN**2ª entrevista às 18:00 h****Nome: Reinaldo Tavares**

(Historiador e arqueólogo, membro da diretoria do Núcleo de pesquisa do IPN)

*1. Você é morador da Zona Portuária?***R. T.:** Não, não sou morador da Zona Portuária não.*2. Como ficou sabendo/e conheceu o IPN?***R. T:** Eu sou Servidor Municipal, e executando um serviço do município aqui na região eu fui eu fui é convidado a vir ao IPN. E ai, a partir desse momento eu passei a tomar conhecimento da região aqui, e também passei a tomar conhecimento das atividades do instituto.*3. O que o (a) motivou a fazer parte desta Instituição?***R. T:** Fui convidado né, como pesquisador a fazer parte da instituição pelo professor Júlio, em função da minha graduação em história e do meu envolvimento com o tema né, que é o tema da minha pesquisa sempre foi ligada a morte, ligada a cemitérios, então eu passei naturalmente, eu me integrei ao cemitério de escravos, já que esse é o tema do meu trabalho até então, visão histórica da própria morte.*4. O que essa Instituição IPN agora que você já faz parte, o que ela representa para você?***R. T:** Olha, o IPN se tornou uma família né, somos poucos aqui, mas bem, somos bastante integrados né. É uma Instituição, a princípio posso dizer isso claramente, que a atual gestão do IPN é uma gestão séria é uma gestão que está trabalhando com muito esforço para a manutenção dessa memória, da memória da zona portuária e está também trabalhando para que a memória dos pretos novos também seja posta novamente em evidência prá que esse legado não caia no esquecimento como caiu anteriormente.*5. Qual o seu papel na Instituição?***R. T.:** Sou pesquisador, sou convidado, trabalho com duas frentes, frente de história e a frente de arqueologia, tô vinculado ao programa de pós-graduação em arqueologia do

Museu Nacional, então eu desenvolvi essa pesquisa que..., de delimitação do cemitério e delimitação arqueológica desse espaço.

Quanto tempo já tem?

R. T.: Vai fazer 04 anos já.

(Agora uma perguntinha maior)

6. *Qual a representatividade e receptividade (do seu ponto de vista) do IPN para o entorno, a população vizinha e para o visitante independente se é morador ou não?*

R. T.: O IPN ainda, ainda é um pouco invisível né, é difícil chegar aqui, tá numa ponta da região portuária, tá no finalzinho dela. Ele funciona como Instituição de pesquisa é mais conhecido no meio acadêmico do que, do que entre os moradores, a não ser os moradores do quarteirão e os da proximidade aqui do bairro da Saúde, mas em relação a zona portuária que é sua preocupação ela é muito é incipiente, muito tem que ser trabalhado ainda prá que, prá que essa visibilidade aumente.

7. *Essa representatividade como você diz, para população ainda é pouca, porque não tem muita visibilidade ainda, pela localização e tudo mais, mas no seu ponto de vista, em relação, tem uma diferença em relação as pessoas que vêm aqui, que conhecem o espaço de raízes negras e afro-brasileiras?*

R. T.: Olha, normalmente é um espaço que invoca ancestralidade, tô falando do cemitério de escravos. Estou falando do processo de escravidão legal que o Brasil teve até o século XIX né, então é claro que para o afrodescendente é muito mais tocante isso aqui, chama muito mais atenção do que para aqueles que não são afrodescendentes, o que é normal. Se tivesse falando de cemitério judaico, simplesmente aos judeus tocaria mais do que aos outros, então eu creio que essa relação é uma relação que ela é construída né, e com certeza é uma relação que pode ser aprimorada, tem que ser aprimorada e como cultura é uma..., é inebriante pouco provavelmente outros seguimentos sociais vão com certeza vão, sentar e vão comungar do mesmo pensamento, do mesmo entusiasmo do que nós.

8. *Antes o IPN se mantinha com os próprios recursos (né, eu até vi na exposição, ali), agora o IPN está ganhando um espaço maior, se tornando mais conhecido pelos seus projetos, alguma coisa mudou neste sentido? Não só o espaço físico, nós notamos que já teve mudança, melhoria, mas, também nas propostas, nos objetivos, alguma coisa mudou?*

R. T.: A gestão mudou bastante, a gestão teve de se adaptar né, ao momento novo a valores maiores, numerários maiores, subcausou um profissionalismo crescente na administração do próprio Instituto, mas é um Instituto que ainda sobrevive a quem das suas necessidades. O Ponto de Cultura, ele foi importante, ele é importante, porque ele paga todo esse esforço né, para que essa história, essa mensagem, da escravidão, essa mensagem contra... (ô perdi a linha) mensagem contra escravidão, contra também o preconceito racial, seja bem trabalhada na nossa região, ainda mais no núcleo escolar, então ele faz uma função muito importantes nesse Ponto de Cultura né. Agora o restante, realmente ainda é a quem de suas necessidades, tudo que cresce visivelmente, ele tá, a tendência que realmente ele receba mais recursos, mas ele também tem que aprender também a ter parte dos seus recursos ainda garantidos de forma autônoma. Então é um momento muito especial para o instituto, ele está saindo da sua autonomia familiar, ele recebia fluxo de caixa de uma família né, agora esse fluxo de caixa, ele vai, ele passa a contar também com o governo e tem que aprender, agora também a produzir o seu, o próprio Instituto produzir o seu próprio ganha pão. É necessário agora que uma terceira fase, que a gente seja autossustentável também, então, de repente possa precisar de mecenato ou de uma família ou do próprio Estado que agora a gente prossiga em busca da auto sustentabilidade financeira.

9. Eu conversei ali com o Cláudio mostrei, até trouxe esse texto que eu tirei da internet, em 2009, mas isso já vem desde a época do César Maia já tinha uma intenção de se criar um Museu a Céu Aberto, Portal dos Pretos Novo só que nessa época estava (inserido) o cemitério dos pretos novos, mas não o IPN. Agora nós já sabemos que com essas descobertas, com essas escavações que teve com o Cais do Valongo...., o prefeito Eduardo Paes, após essa descoberta divulgou a criação desse Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana. Como você vê a inserção do IPN nesse circuito?

R. T.: É uma inserção natural, na verdade o IPN é o primeiro modelo né, desse circuito, o IPN ele é o primeiro a nascer é a através da descoberta do Cemitério dos Pretos Novos, da descoberta não, do achado fortuito do Cemitério dos Pretos Novos é que todo esse contexto passa a ser revisto, inclusive o próprio Cais Valongo tão aclamado naturalmente, ele só é importante prá gente entender o que acontece no Cemitério dos Pretos Novos. O Centro Cultural José Bonifácio ele é o, é ele que vai acolher né, a esse... todo esse como é que eu vou dizer... Ele que vai acolher todas essas Instituições, tudo que sai da região aqui provavelmente seja acolhido pelo Centro Cultural José Bonifácio. Os artefatos

arqueológicos, a memória dessa região, o Instituto Pretos Novos ele é limitado na sua, na sua gestão, enquanto o José Bonifácio, ele tem o município por trás, então ele também tem uma responsabilidade maior né, o peso maior que ele tem e é realmente, tem os três grandes polos são esses: os Pretos Novos, o Cemitério, o Cais do Valongo, porque o porto é o local de chegada e de saída também, o Cais do Valongo né. E aqui também é, onde esses negros eram, permaneceram aqui, os que morreram não foram vendidos ou morreram permaneceram nesse local. Então aqui também, eles estão aqui né, os escravos eles realmente não passaram por essa região, eles estão presentes, os seus restos mortais estão aqui, então isso dá uma visão de pertencimento a esse local. É claro que o Cais de Valongo, ele se tornou importante, porque ele é uma descoberta arqueológica grandiosa, mas realmente tudo isso vem a reboque desse processo que se iniciou com o “achamento” do próprio Cemitério dos Pretos novos.

10. (Essa pergunta não está e nem fiz para ele - Cláudio Honorato -), mas vou fazer pra você porque você é arqueólogo né, está fazendo arqueologia.

R. T.: Eu estou terminando o mestrado em arqueologia agora esse mês, tô defendendo agora, correndo.

Então estas escavações aqui teve sua participação?

R. T.: Fui eu quem fiz.

Você quem começou com essas escavações?

R. T.: É, é, é.

E está em aberto, ainda?

R. T.: Faz parte do meu estudo que são sondagens de monitoramento, na verdade que antes de eu ir prá rua, prá tentar descobrir onde estava o cemitério na rua, eu tive que saber onde ele estava aqui dentro, então foi..., ele é importante, porque ele me indicou a que profundidade eu tinha que pesquisar, qual o tipo de material que eu iria encontrar. Então eu realmente precisava abrir algumas sondagens no interior do cemitério para entender como funcionava o cemitério para poder procurar ele na rua.

Daí, depois partir para o entorno.

R. T.: Já foi feito, já foi feito já, a pesquisa já foi feita, e a gente já delimitou, não delimitamos, mas também sabemos onde o cemitério não está, que é um grande negócio, o cemitério não foi prá rua, em nenhum dos pontos, ele tá inserido dentro das casas nesse quarteirão no subsolo, isso dá prá gente uma certa tranquilidade que a gente sabe que é

mais fácil resguardar o patrimônio arqueológico dessa forma do que se tivesse no meio da rua.

11. E voltando a pergunta anterior, como o prefeito divulgou que vai ter esse circuito né, e que o IPN também está fazendo parte é, pelo seu ponto de vista, (como o Claudio falou que ele não pode saber o que se passou na cabeça do prefeito), mas você, pelo que você tem observado, partiu/ foi espontâneo o prefeito tomar essa decisão de transformar isso em um circuito ou, porque, ou teve uma influência do movimento negro, de toda essa cultura que tem na região?

R. T.: Perfeito, na verdade o prefeito é forçado a isso a prefeitura é forçada, o governo é forçado a isso dentre duas coisas: primeiro é que a preservação do bem arqueológico ele é dado por lei, ele é obrigado a cumprir, então tanto o Cais do Valongo, como o Cemitério dos Pretos Novos é obrigatoriedade do Estado, tanto em todas as esferas, que haja a preservação desse espaço. Então ele é obrigado a fazer. E segundo que a gente, que a gente teve a assinatura do documento conjunto pelo movimento negro, das Instituições de pesquisa no momento em que foi achado o Cais do Valongo, que é chamada Carta do Valongo⁴⁹. Essa Carta do Valongo ela foi, ela foi signatada por, pelos pesquisadores e pelo próprio movimento das forças sociais incluindo o próprio Instituto Preto Novos que pedia né, que reivindicava essa, que o Município, o Estado tomasse uma posição favorável a preservação dessa memória. Então é uma resposta, com certeza é uma resposta a essa, a essa indagação que nasceu tanto dos movimentos sociais né, quanto dos pesquisadores, é claro que estavam se debruçando sobre essa questão, além de claro que tem o esforço da lei, a lei ela determina então por isso não poderia deixar de ser feito.

12. Quando se fala na zona portuária, você, como o Cláudio também não mora na região, mas são as mesmas perguntas. O que é que vem à sua memória, zona portuária o remete a quê?

R. T.: Me remete a uma população que trabalha muito. A zona portuária, ela tem que ser vista como um local de proletariado é o local que desenvolve o proletariado do Rio de Janeiro de forma muito, muito forte. É uma região de trabalhadores desde os que tão vivendo aqui, tão crescendo aqui, essa é uma região de imigrantes inclusive, recebe imigrantes não africanos, mas imigrantes europeus, também com muita força. É uma

⁴⁹ Carta do Valongo em anexo.

região que vai ficar voltada para o trabalho né, então ela, quando eu penso na região portuária, eu penso nesse proletariado que tem uma memória muito forte né, que os primeiros sindicatos do Rio de Janeiro surgem aqui, que tinha o porto, a estiva com a presença sindical muito forte também. Então esse pessoal que trabalhava que construiu o porto, tudo, morava aqui, tudo vivia nessa região. Essa região normalmente proletária antes de ser uma região de galpões, uma região de porto, (é) uma região muito mais de pessoas que trabalham de trabalhadores, trabalhadores esses que claro, que influenciaram a formação da própria cidade né, é o gueto, vamos dizer assim que é o gueto dos trabalhadores assim em grande quantidade. Na verdade é um espaço urbano, quando eu tenho essa visão muito clara que um espaço construído por trabalhadores, diferentemente das outras partes da cidade, que são locais de construção políticas, de construção de memória, são locais de convivência de grupo, aqui não, aqui é um local praticamente de moradia de trabalhadores.

13. O que você considera importante preservar nessa área? (Lógico como ele falou preservar o quê, para quem, não. O que você acha que é importante que não deveria acabar. Preservar, manter.)

R. T.: Os imóveis já são preservados pelo projeto SAGAS, então eu tenho imóveis aqui que já estão preservados, já são tombados e de fachadas preservadas. O traçado das ruas também não deve sofrer muita alteração, eu tenho aqui bens arquitetônicos já, que já foram preservados por lei então não me preocupo com isso, com a parte arquitetônica. Como eu falei também a parte arqueológica ela é preservada por força de lei, o bem arqueológico ele é preservado antes dele ser descoberto, então não há preocupação quanto a isso.

A minha preocupação é que seja preservada realmente a memória dessa população, essa população proletária que aqui vive né, que ela seja realmente, que ela tenha preservado o... a sociedade que aqui habita. A gente sabe que o Porto Maravilha ele é uma injeção de recursos no local é uma injeção de novos empreendimentos né, com novas, com uma nova população que deve habitar aqui nessa região, e você não pode apagar o que tinha antes. Você não pode esquecer dessas pessoas que já estão aqui já a bastante tempo né, que moram não simplesmente na parte baixa aqui do asfalto, mas que moram nos morros, nas favelas né, que também são integradas a esse sistema, faz parte dessa construção desse espaço, agora espaço que sofreu abandono por parte do poder público, isso indiscutivelmente trouxe mazelas sociais. As mazelas é claro que não devem ser preservadas, a violência não deve ser preservada, a pobreza não deve ser preservada, é,

mas fora isso a população deve ser ..., e a sua história, sua memória (dar melhorias prá elas e ir mantendo).

14. Como você vê esta atual intervenção do Porto Maravilha aqui na Zona Portuária?

R. T.: Olha, é uma intervenção oportunista né, não estou falando pelo sentido pejorativo não, tô falando, porque é uma oportunidade, a oportunidade de se fazer é agora, porque a cidade do Rio de Janeiro ela realmente, ela recebe recursos agora, montante muito elevado dos megaeventos. É uma região que antes tinha muito desenvolvimento urbano, muito baixo, PH muito baixo da zona portuária então, precisava realmente melhorar isso aqui né, então nenhum momento melhor mais propício do que, do que esse. Eu vejo com felicidade, acho que realmente tem que..., é a hora de fazer de transformar e em todo local do mundo onde a região portuária foi revitalizada houve ganhos significativos né, tanto prá população que morava, quanto prá cultura e prá própria cidade. Alguns casos como Buenos Aires se teve aí uma retirada das pessoas que habitavam antes no entorno e tal, mas acho que o Rio de Janeiro não vai ter essa característica né, vai ter uma característica mais de integralizar essas pessoas aqui, pelo menos esse é o discurso, é o discurso que é feito.

15. No seu ponto de vista, pode causar algum impacto, qual impacto, assim, que poderia causar essa intervenção nessa área? Algum impacto positivo, você já falou, já respondeu mais ou menos sobre isso. (positivo).

R. T.: Eu vejo de forma positiva né, eu acho que tá, tá gerando renda né, tá gerando frente de trabalho, talvez não gere empregos, mas trabalho tá, tá gerando nesse momento agora, a... o solo urbano está sendo revitalizado por novos empreendimentos, alguns galpões aí que eram locais abandonados estão sendo reerguidos. Vai ter aí uma cidade que tinha uma região que era dominada basicamente pelo tráfico de entorpecentes, região de extrema pobreza né, e com certeza vai ser, essa vai ser revitalizada né, já tem aqui a UPP já melhorando a circulação no bairro, melhorando a segurança no bairro, eu não tenho agora, eu não tenho mais aquela visão que é uma visão errônea dos políticos que excluía essa região, porque era uma região das classes perigosas, na verdade essas classes ditas perigosas, estão vendo que, existem alguns indivíduos perigosos e não a sociedade né. Isso eu vejo como uma vitória política da região. Espero é claro, como todo brasileiro que, que isso se espalhe e traga melhoria prá população do Estado na verdade, não só a população local que essa com certeza se for respeitada né, de acordo com que deve ser feito, com certeza o impacto é sempre positivo prá ela, o impacto negativo/ou eu não vejo, a não ser

as finanças do município né. Ao longo prazo, não sei como se...né, se realmente isso vai haver uma interferência muito alta, até porque eu tenho aqui o... eu devo ter um número enorme agora de devedores, eh, esses devedores, porque é uma região abandonada ela vai levar ao débito de impostos, já que o município não fazia nada aqui, então aqui ninguém se pagava também né, impostos, então acho que futuramente vai, até o município vai passar arrecadar mais, então realmente para população talvez possa ter um aumento dos impostos, acho que isso [...] só o ponto negativo nessa melhoria.

16. Agora a última pergunta, é sobre o Museu do Amanhã que como eu disse pro Cláudio em/na maioria desses projetos novos de cidades internacionais né, está sempre incluído um museu, e aqui tem um museu, Museu do Amanhã. Essa proposta do Museu do Amanhã, como você vê essa criação desse museu e a relação dele, assim, com o entorno?

R. T.: A cultura é realmente algo que o povo deseja né, todo mundo gosta de cultura e de seus aspectos mais amplos. Um museu é sempre bem vindo, mas talvez o custo desse museu seja excessivo, esse é que tem que ser balanceado, tem outras Instituições na cidade que já fazem esse papel. O Rio de Janeiro é uma cidade cercada de museus, tem o museu da Quinta da Boa Vista, têm os museus menores dentro da cidade. O Museu do Amanhã, a proposta que, eu espero que vá contemplar a singularidade dessa região, agora o que eu não vejo, é porque construir um museu que somente que só reflita a relação local ne, o museu na verdade eu tenho eu não posso criar aqui nesse região um museu voltado para a região portuária, a região portuária ela já tem seu próprio significado né, acho que a necessidade é integralizar essa região na cidade, então eu não sei se esse museu vai contemplar esse aspecto né. Eu fico só preocupado com o volume de investimentos para trazer uma obra dessa importância né, já que eu tenho aqui outros pontos que não foram provavelmente não vão ser beneficiados né, acho que o valor que se poderia gastar, deixar de gastar nesse museu se poderia dar melhorias para as comunidades do entorno aqui do Morro do Pinto, Morro da Providência... *(é como se esse museu fosse uma marca né, desse projeto, todo projeto tem uma marca...)* Tem uma marca, e é um gasto no meu ponto de vista desnecessário né, e que realmente não sei o benefício que isso vai trazer para a população local, apesar de que reconheço que o museu é importante, mas que não funcione como gabinete de curiosidade, de curiosidade nós já temos vários aqui. Então eu não vejo o porquê, a criação do museu, eu vejo por que a revitalização, agora a questão do museu eu não vejo por que, já que existem outros museus já no Rio de Janeiro.

Mesmo com essa proposta (que eles dizem - é do planeta, da preocupação com o planeta), com a biodiversidade, com a sustentabilidade, que o museu vai estar voltado para isso?

R. T.: Talvez seja né, talvez seria mais barato fazer programas educacionais voltados pra isso do que fazer o museu. É mais simples fazer programas educacionais, programas de sustentabilidade do que criar um museu para isso, mas é uma proposta aí que não depende da gente uma adequação, mas sim que os gastos, o projeto, são projetos grandíssimos. Projetos realmente caros né que talvez seja uma pena um investimento de tanto tempo e tantos recursos em algo que poderia ser feito de uma forma mais simples, mais barata.

Concluimos então a entrevista, obrigada pela sua participação.

Entrevista realizada no dia 31/01/2012 com integrantes do IPN - Local: IPN**3ª entrevista às 18:35 h****Nome: Sra. Ana Maria De La Merced Guimarães G. G. dos Anjos**

(Proprietária do imóvel onde está instalado o IPN e presidente do IPN)

1. Como surgiu a ideia de transformar esse espaço em museu, porque pelas informações que nós temos, foi umas escavações, uma obra, aí descobriram os ossos, e como veio assim, para senhora, transformar esse espaço em um museu?

Sra. Merced: Na verdade a obra não foi aqui, a obra foi na minha casa aqui no 36, e foi descoberta essas ossadas e depois ficamos sabendo que é do Cemitério dos Pretos Novos, houve troca de informações com visitantes, pessoas que estavam fazendo pesquisa como o Júlio fez, enfim. Mas é em 2005, o meu marido se... Já tinha se aposentado, então com o dinheiro da aposentadoria eu tive a oportunidade de comprar os dois imóveis ao lado da nossa casa com isenção do menor, aquele onde vocês estavam ali, fazer uma garagem e um quintal e esse aqui para alugar, prá melhorar a aposentadoria dele. E aí ele caiu na esparrela de receber as pessoas aqui nesses dois imóveis, eram dois galpões vamos dizer assim. É! Não! Era um prédio vazio. Como você está vendo aí, isso aqui já foi casa, já foi descaracterizado pelos proprietários anteriores. E aí ele colocou aqui uns painéis que a gente tinha pegado lá da prefeitura onde mostrava essa história toda né. E aí ele começou a receber as pessoas aqui com a intenção de não irem lá mais prá casa, porque em casa a gente perdia muito a privacidade, apesar d'a gente gostar das pessoas irem lá, mas tinha horas que não era legal, a gente tinha que está sempre mantendo a cozinha impecável, porque o quintal você passa pela cozinha.

Começou tudo na sua casa?

Sra. Merced: Tudo na minha casa né, durante vamos dizer assim 05 anos, depois da (*descoberta?*). Não, nem é 05 anos, a gente achou em 96 é... Fizemos a obra à revelia, porque demorou muito a prefeitura a nos dar a autorização. Em 2006, 2001, nós abandonamos a casa em 98, porque ela já estava para desabar. Com medo, nós fomos nos abrigar num, no auditório da nossa empresa que fica aqui perto, e aí a gente, revoltados né, por dois anos esperando a escavação né, não acontecia. É quando, foi em 99, nós encontramos um engenheiro e a gente fez as estacas e fizemos as obras à revelia mesmo, entendeu? Em 2001 voltamos prá casa, mas então de 2001 até 2005 nós começamos a receber visitas de pessoas querendo conhecer a história, aí meu marido...

Ficaram sabendo através de quem?

Sra. Merced: Da antiga mídia.

Por conta da descoberta que foi divulgada?

Sra. Merced: Sim, sim, 2001 a prefeitura na época tinha interesse mudou governo, aí havia um interesse de realmente, d'eles retomarem as escavações e fazer as pesquisas, mas não aconteceu também né. Enfim, e aí ficamos a contar história né, ficamos a contar histórias, e aí assim as pessoas, sempre na parte da tarde, a gente marcava com as pessoas na parte da tarde como você né, você é uma.

Eu até liguei prá cá na época, para sua casa, mas eu não pude vir.

Sra. Merced: As pessoas descobriam e descobriam nosso telefone, ééé... Ah “eu tô fazendo uma tese, ah eu tô pesquisando, ah eu queria saber,” aí na parte da tarde a gente combinava com as pessoas e ia lá para o quintal e tinha uma mesinha legal ali, a gente ficava no quintal conversando, trocando ideias. E às vezes, assim, as pessoas chegavam tipo assim 4 horas da tarde quando se dava conta já era quase meia noite, imagina o papo né. Era muito gostoso, era muito interessante realmente, foi uma coisa assim, foi uma troca muito grande que a gente teve de, de vamos dizer assim, de informações, quer dizer, naquela época você não tinha nem ... 99, 98 não tinha Google parece que era alta vista, outros e a gente é..., não sabia direito o que é que era os pretos novos né. Então essas visitas de pesquisadores acabaram nos ensinando a história, trocando as informações do que eles pesquisavam e o que a gente contava o que a gente via ne. Tanto que depois, o Júlio César é um deles né, ele até fala: “ah eu escolhi como mestrado os pretos novos”. As pessoas nem entendia o que era isso, porque, e aí, enfim e graças a Deus os Júlio Césares da vida vieram até nós e daí saiu essa riqueza de pesquisa e eu dou parabéns para você também, espero que contribua com essa historia que isso é muito importante, quanto mais pesquisa melhor,

Tá! Aí surgiu, partiu daí, achou interessante a história, e deu continuidade.

Sr Mercedes: É! Teve assim um pouco de... A gente sempre era questionada do que é que a gente queria fazer com isso.

Com o achado?

Sra. Merced: Com o achado né, e a gente respondia não sei! Não existe uma referência de alguma família encontrar algum tipo de achado tipo esse e o que é que ela fez a gente não encontra isso né, no Brasil pelo menos. E aí assim, uma vez eu recebi uma visita importante, é..., um rapaz, ele, ele era um, ele era da Costa do Marfim, estava a passeio no Rio de Janeiro de férias, ele era um funcionário da ONU. Ele não veio nos visitar

oficialmente, mas assim, soube da história não sei como é que esse pessoal descobria isso né, e ele falava francês e falava espanhol e aí foi aonde a gente conseguiu entender. E ele visitou dois dias seguidos né, ele invés de tá passeando em Copacabana, vendo o Corcovado ele ficou ah dois dias da vida, do passeio dele, dois dias, assim horas né.

Ele queria entender, porque que dois brancos estavam preocupados com os restos mortais de negros, e eu dizia assim: “olha, eu não vejo assim, eu acho que são pessoas que estão aí, e muitos deles a maioria são crianças né,” e aí ele realmente, ele ficou, e a gente conversou muito, muito, muito, muito, muito e no final, ele se despediu e disse assim: “é! o que vocês...”. E ele era um que questionava o que é que a gente queria fazer com isso, eu dizia assim: “eu não sei! Eu não sei, não sei o que eu vou fazer com isso, só sei que eu tenho que fazer algum tipo de coisa” e aí ele disse assim: “você está vendo a humanidade, é um caso de humanidade.” Naquela época era um tabu muito grande, você falar sobre os crimes contra a humanidade nem se falava isso né, hoje também quase não se fala, mas já tá... Porque eles falam crimes contra a humanidade é o Holocausto né, dos judeus ou então as perseguições políticas né, da ditadura. Enfim, mas não falam da escravidão negra, que é bem diferente. Hoje eu tenho um entendimento, naquela época eu não teria, não entendia isso, também entendo muito pouco, mas tô começando a aprender um pouco sobre isso. É que é assim, a escravidão sempre houve desde que o mundo é mundo, mas nunca houve da forma que foi com os africanos, por dinheiro né, as vendas, virou mercadoria. A escravidão por eram prêmios era por prêmios. Então é, ou por guerras né, é capturas por guerras, mesmo assim eles não eram da forma que os africanos foram ne, é..., então, quer dizer a gente pode chamar isso de um dos crimes contra a humanidade.

E mais prá frente, quer dizer, as pessoas vêm a somar, outras vistas, outros desconhecidos. Chegou uma pessoa aqui que ficou um tempo com a gente o nome dele é Márcio Melo, e ele também queria entender um pouco, porque que a gente estava lutando por essa causa, e ele soltou uma frase muito importante que foi uma das minhas bandeiras: “Faltou respeito na vida, faltou respeito na morte, faltou respeito da história”. Eu acrescentava: “faltou respeito na memória”. Porque, aí depois, quando veio o Júlio César e fez a história dos pretos novos, então não faltou mais respeito na história. Aí eu ficava brincando: “Olha! Faltou respeito na vida, faltou respeito na morte, faltou respeito na memória,” aí depois o IPHAN né, deu um prêmio para nossa Instituição como preservação arqueológica da história do Cemitério dos Pretos Novos, então a memória né, então a gente continua falando: “faltou respeito na vida, e faltou respeito na morte”. Isso não tem como, você viu

lá como é que são os ossos agrupados, quebrados né, aquilo não é ação de obras, aquilo é prá sobrar mais espaço.

Ah isso era assim? Eles jogavam?

Sra. Merced: Eles jogavam, eles, depois eles quebravam, aquilo ali foi aberto arqueologicamente, pesquisa mesmo, entendeu? Então a gente bate dizendo que “faltou respeito na morte”.

Mesmo depois de morto ainda fizeram isso.

Sra. Merced: Exatamente entendeu.

Quebraram os ossos deles.

Sra. Merced: Então quer dizer, e aí vamos lá, fomos indo, fomos indo e aí chegou falar o Instituto Pretos Novos nasceu em 2005 também e nessa trajetória de 2005 a 2009 fica aquela pergunta, “o que vocês querem com isso?” “Não sabemos,” a gente, montamos uma Instituição prá manter a memória deles viva né, mas não sei o que é que vai acontecer, o que é que vai alcançar, o que é que se vai alcançar com isso não se sabe. E aí, quando chegou em 2009 conseguimos ser um Ponto de Cultura - desculpa eu tô com a régua de tempo meia... que nem professor de história, vai lá e volta.

Não tudo bem, eu estou vendo que algumas das coisas, que eu vou perguntar, você já está praticamente respondendo, então...

Sra. Merced: Então 2009 foi, é..., a Ponto de Cultura, 2010 o prêmio do..., o prêmio do IPHAN tá. Como a gente virou um Ponto de Cultura, começamos a oferecer oficinas de história grátis, nessas oficinas eram... Aí juntamos professores, quer dizer, eles foram chegando, o próprio Cláudio, o Júlio, o Reinaldo, “eles” iam escolhendo, vamos chamar assim né, vamos brincar um pouquinho com o outro lado do ghost né. Os pretos novos, acho que eles escolhem as pessoas para ficarem aqui, temporariamente ou bastante tempo, ou por pouco tempo, como também às vezes “eles” também expulsam aqui, depende, a gente já viu cada coisa aqui, assim... não dá prá você, bom! Isso é uma brincadeira, mas coincidência ou não, acontece. Então agrupou-se o Cláudio, o Júlio, o Reinaldo, a Carla, Suzi, outros professores. Então, assim, e aí a gente, começamos a fazer essas oficinas, a História dos Pretos Novos, a História do Mercado de Escravos, a História e a Arqueologia e assim. É..., de fato agora houve uma pesquisa real sobre o Cemitério dos Pretos Novos que é com Reinaldo, ele me pediu licença e a gente autorizou aí ele ganhou em primeiro lugar para fazer o mestrado dele como arqueólogo, é... Depois, assim, conforme ele vai abrindo esses buracos, aquela coisa toda, eu falei assim, você foi escolhido realmente,

porque quantas pessoas não queriam estar no seu lugar né, e você tem que tomar muito cuidado com esses ossos aí, muito carinho, porque realmente...

Depois nós ficamos com um impasse sobre abrir esse buraco, manter os buracos abertos, mostrar os ossos, e eu senti assim, é..., eu sei que não é a mãe, não é nossa mãe que está ali, vamos ser um pouco mais drásticos, ali não são os restos mortais de parentes próximos nossos, mas ao mesmo tempo, querendo evitar-se um circo dos horrores, ao mesmo tempo ali prova aquilo que eu falei mais atrás sobre “faltou respeito na morte.” Aquilo ali prova um grande crime contra esse grupo de etnias, os africanos, ali mostra que ele, é um crime, ali é um holocausto carioca, porque eles não tiveram enterramento, eles foram jogados em valas comuns, uns sobre os outros né. Então eu não tenho mais nenhuma sombra de dúvida de manter aquilo ali aberto e passar isso para as pessoas. Olha! Além d’eles serem escravos tá, trabalhar de graça ser acoitados, etc., etc., ainda eram enterrados de qualquer jeito, não tiveram...

Era uns sobre os outros, eles quebravam...

Sra. Merced: É, é, entendeu! Aquilo ali é uma mostra de um horror e tem que ser mostrado mesmo, não com um horror de olhos de ver, mas um horror de memória entendeu. E aí foi seguindo, se seguindo e bom, o Museu Memorial, pronto! Museu Memorial, Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos, Museu Memorial, mas não tínhamos nada prá mostrar antes dessa exposição. O Museu Memorial de que? De MEMÓRIA! Aqui debaixo é um grande cemitério de escravos, “ah, mas ninguém vê nada”, “não vê nada, mas a gente conta a história disso aqui”, havia esses impasses né. Aí a gente estava montando, desconstruindo um conceito de museu, antigo né, hoje, hoje tem uns conceitos, reconceitos né, minha filha fala que conceito não muda, mas há uma “aprimoração” de conceito. Hoje, hoje você tem o conceito de museu de uma casinha, um museu de uma cadeira, de uma casinha pequenininha, de uma palhoça, de um barraco no morro, memória, museu. Museu não é aquela coisa linda, suntuosa com jóias da coroa real e mais a cama do príncipe não sei de que, o museu pode ser uma coisa pequena, uma casa, um poste.

Como o Museu da Maré que tem né...

Sra. Merced: Exatamente, nós começamos a desconstruir aquela coisa arraigada de um museu ser aquela coisa né, então o museu é isso aqui. O museu é o que vocês estão vendo né, é uma coisa familiar também né, a gente cria um laço familiar, que a gente fala que isso aqui é uma grande família, até hoje na reunião os professores: “isso aqui é uma grande família” né.

O Reinaldo também falou na minha entrevista.

Sra. Merced: É que isso aqui é uma grande família, é, depois nós soubemos que a gente não está errado o Guggenheim é de uma família, e outros museus são de famílias, então né. E, vamos dizer sim tem cunho familiar, tem, mas somos profissionais, a gente faz muita coisa sem dinheiro, eu acho que nem profissional consegue fazer o que a gente faz, então eu acho que nós somos muito - desculpe a expressão - “puta profissionais” (rsrs risos) desculpa a expressão (risos).

2. *Falando, contando essa história você respondeu a maioria das minhas perguntas que eu ia fazer, e foi até bom que foi fluindo né.*

Sra. Merced: É, é.

Foi saindo melhor do que “pá, pá, pá”, e uma das coisas que eu ia perguntar era: qual era a ideia e o objetivo para o uso do espaço? Acabou vindo à sua explicação que no início não se tinha ideia.

Sra. Merced: E ainda continuamos pensando o que vamos fazer daqui a cinco anos. *Então está sempre se transformando.*

Sra. Merced: Sempre se transformando, é uma coisa engraçada, que outro dia uma moça entrou aqui... Então, eu acho assim a gente chega assim: “e amanhã o que você vai fazer Merced?” “Não sei”. Continuo dizendo não sei! Continuo dizendo não sei, talvez um dia isso vire um grande museu, uma coisa, um monte de salas de aulas, é, eu acho que a maior obra social que a gente deve tá fazendo aqui, acabei não comentando sobre as oficinas de história né, nós oferecemos oficinas de história pelo Ponto de Cultura gratuito, oficinas, é né! E acho que essa, é..., o tiro saiu um pouco pela culatra, que a ideia era, era trazer... Que os professores trouxessem os alunos até aqui, a gente desse as oficinas aos alunos e aos professores, e ao professor. Acabou todos os professores vindo prá cá e eles passando esse, quer dizer, foi melhor ainda né, apesar que também alguns alunos tão vindo, mas a gente tá dando...

Recebe também estudante, aqui?

Sra. Merced: Também, também, ônibus escolar eles vem, mas o mais barato disso tudo é que são os professores vindos, é que na sala de aula eles vão passar o que, quer dizer, quanto um professor não passa isso, replica essa história. Então eu acho assim, nós tivemos o ano passado sei lá 700 e poucos alunos, a maioria professores, multiplica isso vezes 6 salas de aulas que um professor possa vir a ter e quantos professores vieram vezes 90 alunos vamos dizer que ele tenha, caraca! Que show de bola a gente conseguiu! Então, esse

é o maior trabalho social, porque o pessoal fala, ah! Um projeto social, projeto social é educacionar, é educação eu falo às vezes eu brinco com a Penha, Penha é o meu..., o Instituto faz um trabalho social educacional, sem educação ninguém vai a lugar nenhum né! Eu mesmo, é, aprendi muito, me eduquei muito com isso aqui, ainda tenho muito que conhecer e muito que aprender.

3. *E o IPN além das oficinas, ele também é um espaço de luta simbólica? Pode considerar um espaço de resistência?*

Sra. Merced: De resistência, é resistência.

Um espaço de resistência.

4. *Qual a representatividade e receptividade do IPN para o entorno, a população vizinha e para o visitante independente se é morador ou não? Como você vê, como eles recebem?*

Sra. Merced: Eu vejo assim: nós temos dois públicos né, o publico do entorno não vem, se conta a dedo, infelizmente os nossos vizinhos não olham de bom agrado, quando você tem um cemitério próximo a sua casa, um cemitério de escravos eles tem um certo receio, medo, existe medo, existe preconceito . O próprio proprietário, antigo proprietário desses dois imóveis ele nos vendeu não sei por quê.

Penha: (outra integrante do IPN fala ao fundo da sala): Mesmo o bairro sendo de maioria negra.

Sra. Merced: É.

Penha: Deveriam estar aqui e não estão.

Sra. Merced: Eles tem um certo, assim, preconceito sei lá né, e dentro desses dois anos de Ponto de Cultura nós demos aulas prá três moradores, de 700 tal, três era daqui. Teve um professor, um professor lá de Santo Cristo que praticamente ele obrigou os alunos lá do Santo Cristo vir aqui, da escola..., eu me esqueci do nome da escola é... Eu vou lembrar depois, é ele vir prá cá, prá nota, prá eles terem uma. Prá ganhar nota, porque senão eles não vinham não, entendeu! Agora o pessoal de fora sim, de fora eles amam isso aqui, acham isso aqui um trabalho fantástico.

É por exemplo, o mais engraçado disso tudo, foi uma vez, houve uma filmagem aqui, é teve um problema de um grupo de cinema, tinha que fazer uma filmagem e eles não tinham a onde colocar o pessoal deles e aí eles pediram prá nós cedermos aqui, até ele deu até... pagou, né, prá gente ceder aqui um espaço prá eles. E aí tinha uma espécie, assim, de um camarim né, aonde os artistas vinham fazer sua maquiagem e o nome, “como é que é o

nome daquele artista?” O Marcos Palmeira, ele viu o buraco, ele viu aquele buraco aberto assim e ficou olhando, estava terminando de fazer a exposição, e aí a sorte dele que o arqueólogo estava chegando prá mais uma jornada de pesquisa. E aí o Marcos Palmeiras falou assim: “esse é o cemitério...” que, ele pegou o livreto que gente tem e começou a ler conforme ele estava fazendo a maquiagem dele, ele começou ler, ele ficou indignado, ele se sentiu, “eu me sinto um ignorante em não conhecer essa história” né. Aí o arqueólogo deu uma aula prá ele, assim muito rápida explicando tudo isso aí, ele ficou apaixonado, ele disse: “gente!” Olha, e quer dizer, e assim vai, quem conhece como você mesma, não sei sua impressão e outras pessoas que viram até de fora de outros países que vem prá cá conhece. A gente recebe alguns afros americanos, eles não têm assim, eles nos abraçam nos agradecem por está cuidando dos seus ancestrais e, eles lá chamam, eles aqui de ancestrais e não deixam de ser, é, eles tratam, no início eles vêem que “esse branco tá fazendo o que aqui?” Né? Porque o guia explica que aqui é um cemitério de escravos tal, tal, tal aí logo de cara eles veem um casal de “branquelos” aqui tomando conta de um cemitério de escravos, que histó..., eles entram com cara feia mesmo! Aí depois que a gente vai contando toda a história e o tradutor deles vai falando prá eles e tal, eles choram, se emocionam, querem bater foto, me agarram, me abraçam me beijam e aí no final. “Oh! Muito obrigada por tá tomando conta dos nossos ancestrais”, e assim, essas pessoas que nos dá força prá isso tudo.

É acho que a senhora foi uma pessoa escolhida né?

Sra. Merced: Ah! Pode ser, sei lá.

5. Existem outros Museus ou Instituições que dialogam aqui com o IPN? Pode dizer ou não, o IPN está só, como...

Sra. Mercedes: É... (risos). É, acho que a gente é um pouquinho isolado viu! Tem assim, outro dia veio aqui uma visita de um museu lá de..., da Chácara do Céu, eles acharam assim, isso aqui fantástico né, mas assim, parceria é..., não! Não! Não temos a gente não sabe se a gente tá fazendo direito, ou se tá fazendo certo. A gente não tem um museólogo aqui né, a gente não tem uma parte técnica, eu acho o que a gente faz aqui, é muito, por isso que eu falo, a gente é muito, muito, ou a gente é muito profissional ou a gente é muito louco né, (risos)

6. *E como assim, em relação à exposição e aos trabalhos, como você seleciona assim o..., por exemplo: eu vi uma entrevista dessa senhora que está fazendo essa exposição, ela falando que: “Ah! Dona Mercedes me encontrou, viu o meu trabalho e me convidou”, - fala na internet, na entrevista no “Porto Maravilha”-. E, como você seleciona para as exposições e os próprios trabalhos a expor?*

Sra. Mercedes: É uma coisa meio sensitiva mesmo, é assim, de vez em quando eu saio eu vou a algumas feiras, eu olho algumas coisas, eu vejo algumas coisas, pessoas também vêm até aqui e às vezes, eu nunca discrimino se o cara tem nome ou se não tem nome, coloca-se as obras deles aí, e se faz um vernissage e depois ele vai embora. Enfim, a única coisa que eu faço questão que seja exposto aqui, que seja feito por afro-brasileiros, pode até ter brancos também, mas que seja sempre algo de raiz, algo que venha mostrar essa história, a história do, da africanidade, da escravidão do negro no Brasil, né, a coisa pode ser mais moderna, o pintar, o pintar negro, as cores né, sempre. A mesma coisa são os eventos musicais

O que acontece nessa parte, lá é artista né, (comentário do entrevistador referindo-se ao espaço).

Sra. Mercedes: Esse ano de 2011 e 2010 a gente não fez muita gracinha aqui não com medo do telhado cair, depois por causa da obra né, que graças a Deus a gente conseguiu consertar o telhado, mas assim, a gente até passava ali correndo, porque a qualquer momento estava prá desabar, mas existe assim, é... Tem pessoas que quando vem... Assim a gente vai fazer hoje uma festa de aniversário do IPN um exemplo, e aí aparece, aparece jongo, pessoas parecem que adivinham ou “eles” escolhem, “eles” trazem prá cá, por isso que eu falo prá você que isso aqui é meio... “Esse ano eu não vou fazer festa nenhuma, a gente não tem dinheiro prá nada! Nem prá comprar água,” que negócio, sei que, sei que, sei que, tipo assim Zumbi da vida né, o vinte de novembro. Aí aparece um aqui tipo outubro assim: “ah vocês não vão fazer o Zumbi esse ano”? “Ah sei lá! Não vou fazer não! Tô sem dinheiro, poxa! O pessoal vem aqui às vezes de graça, às vezes nem uma condução a gente tem dinheiro prá pagar que não sei o que.” “Não! Eu venho com o meu grupo”, aí vem o outro no dia seguinte, oh gente, olha parece até que você botou um anúncio assim: “olha, procura-se (risos) procura-se gente prá fazer festa”. Olha. Uma vez nós tivemos vinte e sete atrações aqui.

Nossa! No mesmo dia?

Sra. Mercedes: Não! Em dois dias, em dois dias, foi dia 19 e dia 20 caiu numa, parece que caiu num sábado e no domingo, uma coisa assim, então nos fizemos 27 atrações, desfile de

modelo afro, olha tanta coisa assim que a gente... E tem um detalhe, não existe nenhum mestre de cerimônia, começa, “você começa tal hora, você tal hora, você tal hora, você tal hora,” “ah tá legal!” A gente faz uma agenda assim, aí vai chegando o pessoal vai se apresentando e vai embora, ou fica outro vem e se apresenta. Ninguém, “agora com você!” Não tem ninguém fazendo isso não, a coisa vai rolando, vai rolando impecavelmente! Impe... não há um furo, parece até que tem alguém orquestrando esse negócio.

A Penha uma vez, ela assim que ela chegou aqui: “Não! Vamos chamar alguém prá fazer a locução”, “ihiih Penha! Deixa isso prá lá, deixa a coisa rolar sozinha.” E menina! Chega 11 horas da noite, a gente tem que expulsar as pessoas daqui de dentro, porque (risos)

Senão, não vão embora.

Sra. Merced: É assim, sempre os eventos musicais muito de raiz, muito de raiz mesmo! Samba, o Jongo, a roda de samba, sabe uma coisa assim muito fantástica, muito gostoso.

7. *Outra pergunta que também você já disse no início, que aqui é mantido, vocês mantêm com o próprio recurso. Agora que o IPN está ganhando um maior espaço, porque, quer dizer, já era conhecido por alguns, mas agora está mais na mídia, está ganhando mais espaço, se tornando mais conhecido, pelos seus projetos. Alguma coisa mudou nesse sentido para vocês, ou continua a mesma coisa?*

Sra. Merced: Em que sentido? Seja bem mais franca!

Antes vocês mantinham com os próprios recursos...

Sra. Merced: ham ham, e continua.

Hoje vocês estão ganhando mais espaço. Alguma coisa mudou? Melhorou alguma coisa? Ou continua a mesma coisa?

Sra. Merced: A única coisa que conseguimos ser um Ponto de Cultura. Nós temos recurso prá ser um Ponto de Cultura, um recurso prá consertar o telhado e o recurso prá fazer a exposição, mas o custeio, manter essa luz acesa, isso...

Continua de vocês mesmo.

Sra. Merced: Continua com muito sofrimento (*então nada mudou né, nesse sentido*).

8. *Quanto tempo tem que a senhora mora aqui na zona portuária?*

Sra. Merced: Olha. Eu vim prá cá com 15 anos, tô com 55.

Sempre morou aqui?

Sra. Merced: Não sempre morei não, eu, eu na verdade, eu nasci em Botafogo. Até os meus 10 anos de idade fui criada no Leme e depois dos meus 10 anos de idade, minha mãe

fez um... Deu uma volta na vida dela aí eu tive que acompanhar lógico e ela vivia em cortiços né, e aí ora ela morava na Lapa que era horrível, ou então na Praça Tiradentes, lugar muito barato, tinha de ser um lugar muito barato, porque ela não tinha recurso. E aí ela caiu prá cá, e prá cá eu detestava esse bairro, esse bairro era feiiiiioooo, (risos). Sai do Leme e vem pro um negócio desse. (*comentário: 15 anos também era novinha*) É! Aí foi, indo, foi indo, a minha mãe foi morar em Botafogo depois, depois voltou prá cá, aí assim, minha mãe era uma cigana, que parecia até cigana que ela saía... E aí no final com 15 anos, a gente falava assim “mãe, olha só, se alguém perguntar prá mim onde eu moro, eu vou dizer que eu moro aonde?” Eu morria de vergonha, eu morria de vergonha né, mas engraçado né, é que essa vida da gente é muito estranha, e aqui com 15 anos vim prá cá, aí eu conheci o meu marido hoje né, e começamos a namorar, e já comecei a incorporar, achar esse bairro legal e hoje eu tô aqui até hoje, (risos) é...

9. *Então, está aqui desde os 15 anos, quando se fala em zona portuária, o que lhe vem à memória? Assim, você se remete a quê, a sua memória?*

Sra. Mercedes: Zona Portuária é um nome novo, aqui é Saúde, (*tá essa, região aqui, então!*) Saúde, Gamboa e Santo Cristo (*tá! Saúde, Gamboa e Santo Cristo, eu estou usando o nome que estão se falando*). Gamboa, nós aqui os antigos, Gamboa não existe. Gamboa é um logradouro, tá, e a Praia da Gamboa, e a Praia da Gamboa onde hoje é a Cidade do Samba e a Vila Olímpica, ali era uma praia, que, não chegou a minha época tá, isso foi conforme, é, mas aí tinha o Bonde Gamboa, que o meu marido, tem 60 anos, ele veio prá cá com 5, tá com 64, ele que conta melhor essa história melhor de bonde da Gamboa. O 34, eu não sei bem, eu escuto ele falar assim, mas eu não me ligo muito nessa história mais contemporânea não, mas, assim, pois é. Eu me lembro do bonde que uma vez houve um acidente de bonde e alguém botou aquela lona, aquela lona em cima de mim, que arrancou a lona, aquele negócio prá tirar sol né. Eu me lembro que jogaram em cima de mim, e estava cheio de vidro, uma coisa assim. Eu era pequena demais, isso foi no Catete ou em Botafogo, eu não sei, mas assim, é, tinha o bonde Gamboa, porque ele parava justamente ali na Rua da Gamboa. Ah, um doido aí qualquer em oitenta e poucos dividiu, por exemplo, olha só a “discrepância”, aqui atrás fica o Morro da Saúde, Nossa Senhora da Saúde,

Era tudo Saúde antes.

Sra. Mercedes: Isso aqui era Valongo né, vamos lá! Isso aqui era Valongo, aí não me lembro bem o nome da pessoa, teve aqui, fez aqui uma grande chácara e fez a igreja, de

sua devoção Nossa Senhora da Saúde que deu nome ao bairro, então o bairro da Saúde ía daqui até a Praça Mauá (*era bem grande*), aí um maluco da prefeitura, da época de, eu esqueci o nome do...do prefeito, ele pegou e dividiu daqui do morro da Saúde até o Hospital do ... é...hospital dos Servidores é Gamboa. Aí do Hospital dos Servidores prá Praça Mauá é Saúde, então quer dizer, o Morro da Saúde ficou aqui,

A Igreja da Saúde ficou na Gamboa.

Sra. Mercedes: Ficou na Gamboa. É então, é essa a história entendeu? Às vezes a gente fala assim: “Saúde Gamboa.”

10. Quando se fala nesses bairros o que vem... Assim, o que é que a sua memória..., que lhe trás mais à memória ...?

Sra. Mercedes: Olha, era um bairro português né, tinha é, é, bastante portugueses aqui né, muita gente foi embora, abandonou as suas casas, os portugueses foram morrendo, os filhos... Esse bairro na verdade é, contam né, que em 64 devido aos sindicatos ele foi isolado pelo governo, não houve nenhuma reforma uma melhoria, não houve nada né, e aí quer dizer a turma ficou ali. Depois houve o tombamento e preservação de fachada, isso acabou com o bairro realmente. De uma certa feita, foi legal que aconteceu, porque realmente preservar esses casarios é importante, mas as pessoas não entenderam bem isso, porque essas fachadas prá manter elas assim bonitinhas, em pé e os telhados é muito caro! E a intenção dessas pessoas era melhorar, modernizar essas fachadas, meter uma laje né, fazer o moderno de hoje né. E aí o que acontece, quando houve em 86 senão me engano o projeto SAGAS que é Saúde, Gamboa e Santo Cristo de preservação ou tombamento de certas fachadas e certos telhados, preservação de fachada, as pessoas abandonaram as casas. Abandonaram ou então alugaram essas casas para o pessoal que veio do norte, nordeste para cá, aí houve invasões também. Então. Hoje, o bairro que era o bairro reduto do samba, virou o reduto do forró, hoje você vai ali na esquina sábado e domingo, caraca! É só forró, só forró.

E então, samba é mais, só ali para o lado da Pedra do Sal...

Sra. Mercedes: Graças a Deus tão preservando ali, não tenho nada contra o pessoal entendeu, mas eu digo assim “gente vocês estão tirando a cultura do meu país, do meu Estado né, tão acabando, vão... forró em outro canto.” É imagina se eu che..., imagina eu sou filha de espanhola...

Penha: Por isso. É aquilo que eu falei ali, a importância maior é a do IPN, então isso tem que ser respeitado, enquanto cultura.

Sra. Merced: Imagina se eu por ser espanhola todo dia aqui eu vou fazer uma dança flamenga, e o que, e eles com isso? Entendeu!

Eles vieram prá cá e trouxeram os costumes deles né,

Sra. Merced: São baianos, nordestinos (*enquanto os costumes foram ficando, está preservando mais o da Pedra do Sal*), porque o carioca, o carioca, quer dizer os filhos dos imigrantes portugueses, e os espanhóis que eram que são herdeiros das suas casas, como as casas não puderam modernizar e são cariocas, são, é, - eu aprendi muito sobre, tem o euro, euro descendentes né, são euro descendentes que descende e afrodescendente e afro oh meu Deus como é que é Penha? Não, não, tem o descendente e o afro-brasileiro tá, tá, tá, o descendente é o que vem direto é a primeira geração (*ah é, eu também não sabia, o afro-brasileiro...*) o afro-brasileiro já é longe né, porque tem português, tem branco, tem índio, tem mais europeu que do que (**Penha:** “o afro-brasileiro é uma mistura enorme”) É, é no caso eu, eu sou euro descendente, eu sou descendente de espanhol e português, a minhas filhas são euro brasileiras, porque já tem o meu marido, já tem uma mistura, então! - Olha deixa eu te falar uma coisa, só prá brincar aqui, que, que o Reinaldo não me escute, nessa pesquisa dele do, de onde começa e onde termina o cemitério dos pretos novos, ele prá aqui prá trás, prá rua, a paralela daqui e ele encontrou sambaqui (*é já ouvi falar*) e ele encontrou acho que antes, que o sambaqui não é, coisa de hoje, não, é mais pré-histórico que você possa entender, é mais antigo ainda, então quem são os descendentes dessa terra gente! É índio, o índio, você olha prá um índio brasileiro ele é asiático (*tem o olhinho*) eles são asiáticos, gente isso é uma coisa que não é eu, nem você, nem ninguém, ainda tem muito que estudar muito que pesquisar né, os maias também, os incas, essa turma, sabe lá que essa turma andou e como foi, enfim, a terra, a terra é dos índios? Eu não sei se a Noruega é dos noruegueses? (risos).

Foi o que, dizem que foi o africano que saiu aí pelo mundo inteiro né, que a Eva era negra né, a Eva que chama, que a turma sai, exatamente, saiu do Jardim do Éden, né, tudo ali, sai um africano daqui, sai prá não sei prá onde e vai clareando (*comentário ao fundo*) tá pensando que o Jardim do Éden era aonde? Lá no céu? (Risos) De anjinhos loirinhos e asinhas brancas?

II. O que a senhora acha que é importante preservar aqui nessa área?

Sra. Merced: O que, aí que tá, eu sou muito, muito assim conservadora, então eu acho que **a gente tem que preservar da área as coisas antigas, a cultura antiga da área** e não o atual né. Eu vejo assim, existia a festa de São Jorge que era super legal, eu digo aquela

parte né, de 1900, aqui tinha as sociedades, os ranchos temos que lembrar essa, dessa turma, era um trabalho fantástico. Eu não sei, se você for pesquisar tinha mais de 30 sociedades aqui, não sei quantos ranchos, o Vasco da Gama foi fundado aqui nessa Sacadura Cabral. Tem toda uma vida social, tô falando assim do século XX, depois, do século XIX tem outra conotação e aí vem o século XVIII entendeu então você tem que chegar a fazer uma linha de tempo.

Penha: A culpa é minha, é dos meus pais... Não tem culpa, culpa, temos nós, temos que preservar isso aqui é esse local aqui, a história, a cultura dentro do bairro, enquanto afrodescendentes, não é assim que nós queremos ser chamados? Então é isso aí que temos que fazer, preservar a cultura desse bairro, aqui é a origem da cultura afro-brasileira, é aqui.(comentário de Penha ao fundo)

Sra. Merced: (Interrompe Penha). Ah, se você for começar a se embrenhar pela essa rede você tem as mulheres de Angu, os zungus você tem a história do Ciriaco, o carregador de café na Praça Mauá tem uma história ...

De negros?

Sra. Merced: Negro! Negro Ciríaco, (*Ciríaco?*) ele você pega os bestializados, acho que é José Murilo de Carvalho senão me engano. Você pega os bestializados, você vai ver o negro Ciríaco na época do Marechal de Ferro, o filho dele. Eles tinham uma luta que, que hoje (*tem a pagina dele na internet*) hoje é, ali onde é, aonde a Raquel queria “botar” o garoto para estudar como é que chama ali... Liceu de Arte e Ofício era uma sala de briga de boxe de coisas de luta aquilo ali, e esse nego Ciríaco, ele matou com rabo de arraia um, um asiático, um, um marinheiro né, que foi como é que se fala é, provocar lá a briga. Eles tinham uma coisa de uma briga, tinha o jogo da bola, tem uma série de histórias aqui que se você for se embrenhar, são milhares das centenas de micro histórias.

Eu estive num seminário em 2007 lá na Academia Brasileira de Letras sobre, sobre África né, é, e vários pesquisadores falaram que estão fazendo micro histórias né, coisa assim, ah, o porquê que é jogo da bola. Um exemplo, tô usando aqui uma brincadeira, ah o jogo da bola é por isso, por isso, você vai ver é um troço desse tamanho que você consegue resgatar coisas que são elos prá outros pesquisadores e assim vai, porque é aquele negócio, se você pensa que você vai ser uma pesquisadora e vai ser dona daquela história, esquece! Pelo amor de Deus.É, mas essa história é tô provocando por causa disso, esquece! A história, a pesquisa tem que ser ampla e descer da academia para o povo, porque não adianta, é a minha briga, uma das coisas que eu falei com a Dr^a Tânia que é uma mulher fantástica, Tânia Andrade, não adianta vocês estarem aí pesquisando, prá que? Isso tem

que jogar prá nós, nós aqui, povão, né, povão! Prá poder entender a nossa história, como fala o Bueno lá do canal História né: “Povo que não conhece sua história tá fadado a repetir seus erros” não isso? (*verdade*) Eu bato palma. Porque quando, eu cheguei, a, a cursar a Gama Filho né, - o primeiro período de história e depois eu tive um problema de saúde tive que sair, e ai, eu não voltei mais -, mas dentro da sala de aula tinha uma professora que ela falou lá umas coisas lá, e eu falei assim: “Ah a História se repete”, aiiiiii ela pegou assim pelo braço, “você não fala uma coisa dessas! A gente não é castor prá fazer a mesma...” “Olha só, professora eu ainda sou uma “neófito” aqui, eu não tenho argumentação prá te dizer que eu estou certa e a senhora tá errada”, aí eu fiquei muito feliz, quando ele fala que a história se repete, ah a minha vingança com aquela professora (risos).

12. Então, agora vou prosseguindo aqui, é me deixa ver onde...

Sra. Mercedes: Eu falo muito né?

Não, é, porque você já me respondeu isto aqui tudo, está vendo?(mostrando o papel). Não preciso mais te perguntar que já está tudo inserido. É... Como todo mundo está sabendo né, está acontecendo essa intervenção Porto Maravilha na região.

Como a senhora vê essa intervenção aqui, nessa, na área do porto?

Sra. Mercedes: Olha só, é, mais do que nunca devia ter essa intervenção, está até tarde né, eu acho que isso aqui tem que melhorar a única coisa que eu, eu comungo um pouco com aquele menino o Sirkis, quando ele dizia assim: “preservar o que é bonito, e o que é feio vamos transformar e modernizar”, ao mesmo tempo, eu fico muito com medo das pessoas que aqui moram muito tempo. É tudo bem que eu sei que tem pessoas que vivem de aluguel, moram de aluguel e esses aluguéis já eram caros, agora, você não tem noção quanto custa um quarto aqui, antes da revitalização. O dinheiro de um aluguel de um quarto aqui, talvez você pagaria num apartamento aqui em frente, a única diferença é que no apartamento você precisa de ter um fiador e no quarto são três meses de depósito. Então às vezes as pessoas, é um quarto aqui, às vezes a pessoa não tem fiador e vai num quarto, e custa R\$ 400,00, R\$ 380,00, R\$ 500,00 e fora a taxinha de luz e tal, mas prá morar no Centro. Essas pessoas não vão morar mais. Porque esse aluguel vai ficar muito mais caro, o apartamento lá em cima no Moradas da Saúde era R\$ 500,00 reais um apartamento duplex, hoje tá R\$ 1.000,00.

Nooossa! Só vai ficar quem é proprietário então, no caso...

Sra. Mercedes: Eu creio que sim, e mesmo assim se a prefeitura não tirar eles também dessa moradia, não desapropriar por algum motivo lá qualquer.

Então vai ter a famosa gentrificação...

Sra. Merced: Nós podemos voltar aquela época do “bota-fora” do “bota abaixo”, a era da demolição, de Pereira Passos, esse livro é bom, é interessante. Quando eles terminaram de abrir a Rio Branco e derrubar o Morro do Castelo tinha 20 mil pessoas desabrigadas, quer dizer desabrigadas que eu falo, sem casa né,

Então mesmo eles falando que vão manter a população é meio complicado isso realmente acontecer, devido ao número de moradores que tem nessa situação né, (capaz deles não manter isso...)?

Sra. Merced: Alguém, alguéns né, vai sair do bairro.

Eu fiz aquele curso ali, do “viver e morar...”, então, tinha uma senhora que ela é do Quilombo das Guerreiras, e onde ela mora vai ser a Vila de Árbitro e Mídia. Eles tiveram uma luta muito grande, mas pelo que ela conta eles conseguiram. Então, eu acho que eles são um dos poucos que vão se manter ainda nessa área, eles conseguiram terreno né, para construir, foi muito difícil, ela contou a luta, mas foi uma luta grande. Agora, o pessoal da Pedra Lisa..., está complicado.

Sra. Merced: Pedra Lisa é complicada, ali sempre foi complicado. Deixa eu te falar, eu conheço a Pedra Lisa, quando eu era garota, naquelas idas e voltas da minha mãe pro bairro da Gamboa e Saúde né. Sei lá, eu morei em dois lugares muito complicados, que um foi na Travessa Dona Felicidade, que é justamente a Pedra Lisa, lá no final dessa rua né, tem uma vila e tem uma casa, depois antes dessa casa vem uma vila de casas, e eu conhecia a Maria, não sei onde ela tá mais né. Elas ficavam jogando pedrinhas lá de cima no morro da Pedra Lisa nos telhados e aí as portuguesas lá ficavam, ah falavam prá caramba, reclamavam com aquelas meninas, e as meninas ficavam sentadas na Pedra Lisa e era barraco, não era nem de tijolo, não tinha casa de tijolo ali, e um dia a Maria falou assim... Eu falei: “Gente! Não joga, não joga, não joga pedra não! É que depois vai chover e vai cair água... a gente mora de aluguel também de quarto e tal.” É quer dizer, havia dois favelados, o que morava no morro e o que mora em cortiço né, eu chamo de quem mora em cortiço é “favela do asfalto” né (risos) e a favela do morro, então havia, quer dizer o encontro das duas favelas a Maria que era a favela do morro e a Merced que era do asfalto né. E aí um dia ela me levou lá na Pedra Lisa subia, nossa que “troço”, é muito alto e ali era tudo estreitinho, volta e meia, quando chovia muito caia um barraco, ali era uma coisa muito, muito, muito, muito complicada, e quando alguém fazia alguma besteira, algum homem fazia alguma besteira voava lá de cima e vinha um corpo lá embaixo e jogava pela Pedra Lisa, é, ali era um lugar de desova mesmo de matar alguém que não era legal. Tô

falando isso de quando eu tinha mais ou menos uns 11 anos e foi assim que eu saí do Leme, aquilo era muito, foi muito ruim, muito pesado prá mim, entendeu? Você mora na Antônio Vieira né, final da... , prá você chegar numa Pedra Lisa, ali do lado da Pedra Lisa foi um negócio assim,

Mudança.

Sra. Mercedes: Drástica né, enfim, fazer o que.

E ai assim eu conheci a Maria, eu conheci um pouco o morro né, é, e lá eles eram rotulados até hoje tem essa coisa. A Maria subia, a Maria era uma menina, assim, a dona da casa, a mãe ia trabalhar e ela que tomava conta. Ela era uma menina que carregava lata d'água na cabeça, carregava mesmo! E aí um dia ela subindo comigo e foi mostrando, aquele lá o pai tá preso, ali é bêbado, aquilo ali, a mãe é prostituta aquilo, assim, e ela podia ser mais velha do que eu uns dois anos.

À noite a turma sentava na beira da Pedra Lisa e ficavam cantando né, aquelas músicas do Roberto Carlos, é “se o meu coração fosse de papel” prá tu ter uma ideia mais ou menos que época que era, “vai tudo pro inferno” e eu cantava embaixo e elas cantavam em cima. Também ninguém mais jogou pedra nos telhados de ninguém e então a gente fazia essa zoeirazinha de cantar, acho que as portuguesas lá gostavam e aí ficou tudo bem, e depois minha mãe saiu de lá foi prá um outro lugar.

Depois eu fui morar na Rua General Pedra que é próximo. A General Pedra eu, eu, eu falo pro meu marido é, você não tem noção o que, que é o desabamento, aquelas chuvas não sei se foi de 69. Houve uma chuva muito forte, muito forte que desabou prédios, e aí essa casa eu morava, eu, era um sobrado eu morava nessa parte aqui (Sra. Mercedes mostrando como era) tem um vão que é uma claraboia e meu quarto era aqui e a casa ia prá lá né, e aqui ia aqui prá frente, essa parte aqui de madrugada é, houve um estalo, um estalo que você nunca mais esquece. É um estalo que é aviso de desabamento se der tempo prá correr, olha tem que ser bom de perna, porque vem um grande estalo depois vem aquele barulho de “blumlololo” né. E ai, eu tava justamente, essa parte aqui do meio prá trás desabou e só houve aquele estalo, ouve aquele barulhão posterior e ai você escutava aqueles gritos, “SOCORRO, ME TIRE DAQUI, ME TIRE DAQUI,” aí minha mãe pegou o que ela podia pegar e fomos prá rua e fomos abrigados lá em Laranjeiras. Eu sei o que é que é ficar num abrigo né, era uma escola lá em Laranjeiras, não me lembro qual era a escola. Era bom prá caramba né, a comida na hora, roupa toda hora, brinquedos de montão. A gente que é criança, aquilo é um divertimento, pros adultos que sabe da situação (risos) era choradeira “pá dedel”, mas a gente, não faltava leitinho, não faltava nada! Mas era um sonho que

acabava rápido, depois parou de chover, aí liberaram prá gente... A minha mãe foi prá lá, prometiam que iam dar casas a minha mãe não, se recusou a ganhar aquela casa que é hoje o... Cidade de Deus (*vocês ganharam*) não! A minha mãe não quis não, porque é longe demais e aquela época, imagina você morar na Cidade de Deus, você é jogado lá né, você não mora, você é jogado. Então toda essa situação de desabamento de você ficar em abrigo e etc. etc., eu já passei entendeu?

Então, quando eu vejo esses filmes de zona portuária, revitalização, não vai dar certo, alguma coisa, alguém vai sofrer alguém vai sofrer, alguém vai passar o que eu passei ou alguém vai ficar desabrigado, sem casa ou vai ser jogado lá (pausa) no “xx do Judas” vamos dizer assim (risos).

Não vai ser prá todos né? Vai ser uma coisa para a maioria, mas não para todos.

Sra. Merced: Não! E é muito triste, é muito triste, muito triste! É um atraso de vida, é um atraso de vida prá muitos entendeu? E quanto mais você vai jogado prá longe, menos você tem oportunidade de estudo (*de mudar a situação né*) prá você vir trabalhar você leva duas horas prá vir, duas horas, então você vai estudar o que? Só se você tiver muita... só se você for um tarado, um débil mental entendeu! (risos)

Quer ver, eu conheço a situação aí, é..., aquela praia que tem aí e..., meu Deus! Sepetiba. Vai morar lá, tem um ônibus só que sai daqui horas da tarde, se tu perder esse já era. (*Emprego tem que ser por lá, senão você não vive*).

- 13.** *Agora vamos para uma última questão, é o que... Isto aqui já tinha até nesse tempo aqui atrás né, na época do... É a mesma pergunta que eu fiz para o Cláudio e o Reinaldo, já tinha uma previsão de um Portal dos Pretos Novos, no passado...*

Sra. Merced: É de 2004.

E parece que não foi adiante. Agora com essa descoberta, dessas escavações, vai ter o Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana, que o prefeito, já divulgou e o IPN está inserido nesse, nesse circuito né. Como você vê a inserção do IPN nesse circuito?

Sra. Merced: Ah! Eu acho que, que se insere sim porque é assim, é..., antagônico, eu não gosto, eu não quero ser, eu não quero falar essa palavra, mas vamos falar. Modernidade de hoje você tem aí o Mercado, o Cais, porque o Cais não é só ali tinha os trapiches também né, então é o Cais, mas vamos botar o simbolismo né. Você tem o cais, o mercado e o cemitério, você não pode deixar o cemitério de fora ou deixar o mercado de fora ou o cais de fora né, é o triangulo histórico né, e aí você tem depois aqui a Pedra do Sal. A Pedra do

Sal na minha cabeça, na historiografia vem depois, ela vem (*dos baianos*) dos baianos, já época de Republica né, tem que ter uma régua de tempo, vocês tem de começar a ver o que, que é o século XVIII, século XIX, e meados de início de século XIX, meados de século XIX, final de século XIX, tá, porque senão vira o samba do crioulo doido né, nego não sabe mistura as estações e aí começa... Nós estamos aí prá acertar a história que tava mal contada e não vamos continuar contando ela mal, mas tudo bem!

Mas pelo menos já tem alguma coisa feita, eu acho isso é importante dentro da... e aí, aos poucos vai se corrigindo vai se descobrindo também né, (*é aí não só o cemitério vai estar como o IPN também né?*) é o IPN né, o IPN eu acho que é uma resistência né, tão tá por resistência (risos) (*hum, está por resistência*) está entre parêntese né, você viu como é que tá no decreto (*não!*) Cemitério dos Pretos Novos, entre parênteses {**Penha:** o IPN não está por resistência, o IPN está, enquanto uma instituição legitimada na zona portuária} (*mas tá entre parênteses?*) {**Penha:** ela pode está entre aspas, entre parênteses, mas é uma Instituição legitimada na zona portuária} ela existe (*e não tem como eles negarem isso né,*) mas por resistência também, né oh Penha!(afirma Sra. Merced).

Penha: Mais por resistência.

Sra. Merced: Por resistência poh! Se não tivesse a resistência eu tava na minha casa lá dormindo.

14. *Essa pergunta não estava aqui não, está mais para eles, mas eu vou te fazer. Então, já que você falou em resistência, eu vou fazer a você a mesma pergunta. É o prefeito, ele divulgou, fez a divulgação que vai fazer esse circuito e tal, e no seu ponto de vista, ele vai... Foi assim, um ato espontâneo voltado para o turismo ou teve a influência do, (me deixa ver onde eu coloquei isso aqui, para não falar errado), do movimento negro, teve a influência assim ou ele foi um ato dele – o prefeito -, que partiu espontâneo?*

Sra. Merced: Olha só, se fosse uma resistência do movimento negro César Maia tinha feito (*ou teve influência do movimento negro para a criação*) se a influência fosse influência César Maia tinha feito, porque ele fez o Decreto, certo? Decreto do Portal, antes de escavar, antes de aparecer o Cais do Valongo entendeu, mas é sabido como, a própria Tânia fala como qualquer pesquisador fala todo mundo sabia que ali tinha dois Cais o da Imperatriz e o do Valongo que é dos escravos, é, então quer dizer eu acho assim é, houve um Decreto do César Maia não se sabe porque, eu até sei porque.

É... Segundo o César Maia, eu fui com ele, eu perguntei a ele depois que ele deixou de ser prefeito, depois é mais fácil chegar ao homem né, eu perguntei prá ele, porque que ele não

fez as coisas, ele disse que faltou entusiasmo do secretariado dele (*ele não faz sozinho*) ele não faz sozinho né, aí, eu sim, realmente, quando dependia dele, ele faria. Então eu acredito que foi espontaneidade do próprio Eduardo Paes e possivelmente da força do seu secretariado, eu acredito que não tem nenhum secretariado ali negro né, mas eu vejo assim, pessoas que viram que realmente é uma história importante né. É triste, mas é importante, isso ter uma sacada econômica, que vai atrair turismo, porque chega de coisinha bonitinha né também, é uma coisa diferente, a Pequena África sempre existiu sempre foi, sempre houve uma resistência. Então, eu acho que foi um consenso da, dessa nova gestão, dessa prefeitura, não foi nenhum neguinho, nenhuma pretinha que foi lá e apertou o pescoço do prefeito não, ali acho que foi uma coisa deles mesmo, tá. O próprio Fajardo é uma pessoa que já teve aqui e não tô dizendo que eu sou amiga dele nem, mas eu vi uma certa seriedade né. É eu não sei se ele é judeu, ele parece um pouco acho que o nome dele tem... Talvez ele, porque o judeu se comunga muito com isso tá, eu vi, eu não sei, eu tô doida prá perguntar, é, eu tô prá perguntar prá ele se ele tem alguma coisa, eu sei que o Sirkis é, Sirkis é judeu, a mãe dele, a mãe dele é uma senhora de quase 90 anos, ela ama de paixão isso aqui, já teve aqui, chora por isso aqui, porque isso aqui também faz parte... Há pouco tempo nós fizemos uma exposição itinerante lá em Vassouras justamente com a comunidade judaica, eles amam de paixão essa história, entendeu? Então eu não sei se houve algum, alguém da prefeitura se envolveu, se sensibilizou, entendeu, mas e aproveitou. Aí claro que o movimento negro também se fez presente depois. Depois houve uma conversa, houve uma apresentação, houve uma Carta de Intenção após o descobrimento do cais, a sociedade, a sociedade civil ou não governamental e governamental de movimento negro se juntou, mas também se o prefeito falasse não vou fazer (*não adiantava, não faria*) entendeu! Então eu acho assim, bato palma, bato palma, não vou dizer que eu tô mudando aqui minha casaca não, mas vamos né, eu bato palma pelo projeto, espero que fique legal e se puder botar um portazinho era legal também, eu acho o portal... Eu acho que assim todo mundo, é em todo mundo você vê portais né, você vê aquela na Inglaterra, Estônia são portais, você vai ao Arco do Triunfo é um portal, então há uma coisa mística nos portais, se pudesse botar um portazinho ali (risos), mas tudo bem, já tem lá, já tem lá, já, já ganhamos ali. Eu aprendi, é assim, “não mistura a comida não, vamos comer uma coisa de cada vez” (risos)(*no fim da tudo certo*) No fim depois tudo vai para dentro, né?(risos)

Então tá Dona Merced, minha entrevista, eu conclui, não precisei fazer as perguntas assim como eu fiz com eles, porque foi um bate papo que acabou acrescentando até além, e que para mim foi bem proveitoso. Eu consegui saber o que eu vim..., a expectativa do que estava procurando e ainda acrescentou mais coisas para mim, para o meu trabalho, até da história. Eu agradeço a sua disponibilidade em poder me receber e participar do meu trabalho.

Sra. Merced: Fico contente aí, você é mais uma pesquisa, mais um trabalho sobre a zona portuária, sobre os pretos novos, enfim falar de zona portuária, fala de tudo né, então quanto mais se falar disso aqui melhor.

Muito obrigada, vou finalizar aqui.

Entrevista realizada no dia 31/01/2012 com integrantes do IPN - Local: IPN

4ª entrevista às 20:00 h

Nome: Maria da Penha dos Santos

(Coordenadora do Núcleo de Cultura do IPN)

1. Você é moradora da Zona Portuária?

Penha: Não, eu sou moradora do Andaraí.

2. Como ficou sabendo e conheceu o IPN?

Penha: Pelo meu trabalho dentro da assessoria de assuntos afro-brasileiros, na extinta assessoria de assuntos afro-brasileiros na Secretaria de Cultura do Estado, lá é que me convidaram prá vir aqui e aqui eu já havia vindo algumas vezes, mas não assim, para trabalho, vim para visita e aí quando vim aqui, eu me interessei e até porque é a minha origem e tô aí até hoje desde 2007.

Então já me respondeu a pergunta que eu ia fazer é, o que te motivou a ficar, e se interessou, a partir de quando...

Penha: Desde 17 de novembro de 2007.

3. O que é que essa Instituição, o IPN representa para você?

Penha: Prá mim? Muito! Muito enquanto preservação da cultura afro-brasileira até pela minha militância dentro da coisa né, e o meu interesse em divulgar essa história.

4. E qual é o seu papel aqui na instituição?

Penha: Não posso dizer bombril né, (rsrs, risos) eu sou coordenadora cultural da Instituição, dou um gancho aí no Ponto de Cultura e assim, a gente tá aqui prá fazer de tudo um pouco, porque a mão de obra aqui é escassa, então nós fazemos de tudo um pouco, tanto eu quanto os professores fazemos de tudo um pouco.

5. Qual (essa pergunta eu fiz prá todos, prá ela - no caso Sra. Merced - também), qual a representatividade e receptividade do IPN para o entorno, a população vizinha e para o visitante independente se é morador ou não?

Penha: Olha nesses quase 05 anos aqui, o que eu vejo: o morador não tá muito a fim de saber nada disso aqui não, é as pessoas de fora é, você tem uma receptividade maior com

as pessoas de fora. Os moradores daqui alguns nem conhecem, sabem que aqui existe alguma coisa, mas não conhecem.

Mas não se interessam também não?

Penha: Não! E a ideia que tem, é que aqui é uma casa espírita (*ah é?*) eles acham que aqui é uma casa espírita.

Por causa do cemitério?

Penha: Não, eu não sei como que é, eles fazem essa comparação (*é porque vê...*) porque vê essas coisas às vezes pelas músicas que a gente usa aqui, porque nossos eventos aqui nós enfatizamos o jongo, o samba, o samba de roda. Então isso tudo é muito parecido com o candomblé, aí eles, aí associam a uma casa religiosa, eu já vi crianças com dificuldades de entrar aqui por serem de origem evangélica, tá.

Mas você acha, no seu ponto de vista, essa receptividade assim/ou não...,essa aproximação, é porque são pessoas assim - como a Sra. Merced disse - que vieram para o bairro. Os mais antigos já veem de forma diferente?

Penha: É! Os mais antigos veem de forma diferente e os que são chegados agora não são a cultura deles, apesar de a zona portuária ter uma predominância de negros, tá, mas os que são chegados agora não é a cultura deles.

Os mais antigos são os que se aproximam mais.

Penha: Mais

Recebem com outros olhos.

Penha: Com outros olhos até porque sabem, alguns sabem a história daqui os mais antigos.

6. *É, e você percebe que tem uma diferença essa representatividade aqui do IPN para aqueles que têm uma aproximação ou que vem aqui visitar, tem uma diferença entre aqueles que são de raiz negra, afrodescendentes, afro-brasileiro?*

Penha: Tem. A diferença é bem grande, é bem grande, é prá nós, afrodescendentes e que é, assim lutamos por essa causa o nosso comprometimento é bem maior e prá quem não é (*mesmo quem não trabalha aqui, quem visita, quem vem*) é e prá quem não é, primeiro o interesse é em conhecer, eles querem saber o que é prá depois se interessarem ou não tá, é o que é que eu vejo, mais pesquisadores da zona portuária é que se interessam mais, tá, alguns historiadores.

7. *Você que também participou antes vocês se mantinham com os próprios recursos, agora que o IPN está ganhando espaço maior se tornando mais conhecido pelos seus projetos, alguma coisa mudou nesse sentido?*

Penha: O que, que mudou, mudou com o Ponto de Cultura, um pouco né. Tivemos alguns problemas aqui com chuva é, entramos em alguns editais da Secretaria de Cultura conseguimos o conserto do telhado, conseguimos fazer o Memorial que nós queríamos, mas a manutenção continua sendo as “despesas” do casal, nós ajudamos um pouco, mas a maior parte é deles.

8. *Antes como eu estava falando para a Sra. Merced, aquela ideia que tinha do Portal, Museu a Céu Aberto, (mesma pergunta, só que agora o seu olhar, o seu ponto de vista), que antes existia no governo do César Maia o Portal dos Pretos Novos, não sabia ao certo se ia acontecer ou não, porém agora (quando é descoberto) foi divulgado pelo prefeito Eduardo Paes a criação de um Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana. Como você vê a inserção do IPN neste circuito?*

Penha: Eu acho que mais do que devida tá, mais do que devida, enquanto uma Instituição tradicionalmente do bairro tá, ela tem uma tradição aqui enquanto cemitério dos escravos e quando se criou a Instituição, então ela é legitimada na zona portuária. Por quê? É, porque acontecer isso? É o caminho real da coisa, você encontrou Cais do Valongo, você tem a Pedra do Sal, você tem que ter o Cemitério dos Pretos Novos tá, isso é o caminho real, e a Instituição ela tá inserida no contexto por causa do Cemitério dos Pretos Novos. É uma Instituição que tem todo histórico dentro desse contexto do Cemitério dos Pretos Novos, nós aqui fazemos é divulgação da Lei 10.639 que tem que ser cumprida tá e não está sendo, então é, e mais é..., 10.639 a 11. 635 que é o adendo da 10.639, tá!

A obrigatoriedade do ensino e da cultura afro-brasileira dentro das escolas e ela não está sendo cumprida, tá, então é, o nosso papel aqui é buscar que essa lei seja cumprida tá. Enquanto afrodescendente eu um dia lutei prá que isso acontecesse dentro dos movimentos, eu lutei prá que isso acontecesse, então agora eu quero que isso seja cumprido entendeu, (*e aqui vocês fazem isso, né?*), e aqui nós fazemos isso com as oficinas tá.

9. *A complementação dessa pergunta. Essa atitude do prefeito, assim, foi espontânea, foi sensibilizado ou teve uma interferência do movimento negro?*

Penha: Espontânea? Eu acho que não havia mais saída, não havia mais saída, se parar no meio do caminho a história fica pela metade ou você conta a história toda ou então ela fica pela metade, você conta o Cais, a chegada dos escravos aqui, você conta que houve essa carnificina toda, então você tem que contar aonde tá, se parar no meio caminho aí fica capenga a coisa né?

É mas eu falo assim, (dele) a iniciativa de fazer esse circuito completo.

Penha: Houve um movimento (*circuito completo*) houve um movimento (*não só o IPN, mas o circuito completo*) houve um movimento e esse movimento chegou até as reuniões com prefeito solicitando que isso acontecesse e prá nós assim foi muito bom, que aconteça muito bom mesmo! Tá, eu acho que, é..., isso é uma glória para a prefeitura do Eduardo Paes, que ele tenha conseguido isso que esse decreto tenha sido liberado isso aí é coroação da prefeitura dele.

Para vocês também, isso é uma conquista não é?

Penha: Para nós uma conquista muito grande, e com certeza é uma dívida com ele né. É uma dívida com ele não vou dizer a você que é uma dívida de gratidão, porque é uma dívida de reconhecimento tá, com ele, isso nós vamos ter aí para o resto da vida né. Que haja esse circuito, que tudo isso seja contado e contado muito sério muito certo, hoje eu tô aqui...

Na montagem dessa história, desse circuito vai ter com certeza, eu imagino a participação de vocês né, não vai ser a iniciativa da prefeitura de pegar um historiador e...

Penha: Não, não, aqui é os professores vão estar aqui, vamos continuar é (*pelo o que eu estou entendendo vai ser também tipo um ponto turístico*) nós já fazemos alguns passeios contando esse caminho (*então vocês ah, tem o Ponto Cultural né e faz parte do Ponto Cultural e vocês vão estar dentro...*) nós estamos inseridos dentro desse contexto.

Para contar a história como ela realmente é.

Penha: Exatamente.

10. *Quando se fala em zona portuária, o que, que vem a sua memória, te remete a quê, quando você pensa em zona portuária?*

Penha: O quê, que me remete tudo isso? A escravidão, a estiva, o samba, que isso tudo é originário da zona portuária né, e é a preservação de tudo isso enquanto cultura, enquanto memória.

Então já respondeu a outra pergunta (em relação à memória)

11. Como você vê essa atual intervenção da zona portuária, do Porto Maravilha, aqui?

Penha: Com receio. É bom por um lado e por outro lado com certo receio, como a Mercedes mesmo falou, você vê as pessoas estão saindo daqui, e são pessoas antigas que estão saindo e isso tem que ser visto com muito cuidado e com muito carinho (*e, vai mudar a urbanidade, né,*) e vai mudar todo o contexto, nós vamos ter aqui na esquina um shopping ali no Moinho (Moinho Fluminense) (*aquele moinho não está ativo, não?*) funciona! (*Então vão desativar o moinho?*) ele vai virar um shopping (*mas vai desativar, porque ali tem gente que trabalha ali, e esse moinho vai prá onde?*) não se sabe! Então, isso tudo é que tem que ser visto com muito carinho né. O progresso é bom, é, desde que ele também não afete as pessoas né, não derrube essa memória, não coloque por terra toda essa memória, tem que ser feito com cuidado e pensando na preservação, se for de qualquer maneira nós vamos perder toda a nossa memória vai ficar aqui.

Então, você já me disse que esse projeto pode causar um impacto tanto positivo, quanto negativo, um exemplo é o Moinho né?

Penha: Que vai estar saindo daqui.

Sra. Mercedes: Posso falar? Esse Moinho aqui só trás coisa ruim prá cá.

Penha: Mas tem todo um contexto né.

Sra. Mercedes: Não emprega ninguém aqui, não emprega ninguém aqui é tudo o pessoal de fora e enchem nossos telhados de farinha...

Penha: Mas anteriormente, ele funcionou de outra forma.

12. Quanto à criação, que todo esse projeto novo, é desse novo ideário de cidade que, está para o mundo inteiro, que a gente já vê em Barcelona, é baseado nesse novo ideário que eles estão fazendo...

Penha: Que seja uma coisa atrativa, maravilhoso.

Então, baseado, em todos esses projetos que tem acontecido aí fora, sempre tem um museu inserido, nesse tem o Museu do Amanhã. Como você, (do seu ponto de vista), como você vê a criação do Museu do Amanhã nessa região?

Penha: É a modernidade chegando né,

Mas vê assim como uma coisa positiva...

Penha: Sim prá região altamente positiva, porque você vai trazer turista né, você tem, tem, vai ter uma movimentação maior na região, mas desde que não fique só lá no Museu do Amanhã, que seja mostrado também a parte de dentro, se para ali prá região não diz nada. Se vai existir é, um, todo um processo de turismo e tudo mais, então que esse turismo

abrace o turismo étnico, que seja uma coisa só, tá, que vão, que haja passeios até lá e tudo mais, mas que venha também prá dentro, que aí tem Cais do Valongo, tem Pedra do Sal, tem o Instituto dos Pretos Novos, e tem o José Bonifácio, isso tudo tem que ser mostrado e lá atrás a Cidade do Samba, que também faz parte agora do contexto né.

A cidade do samba se instalou na Zona Portuária, é não vou dizer a você que eles são ligados com todo mundo aqui não, porque eu não vejo ninguém de lá aqui, enquanto Cidade do Samba ela tem que trazer algum benefício para o local, aqui é o local do samba. A Zona Portuária, a história do samba é aqui, começou aqui, então tudo isso tem que ser visto e que haja esse entender, entendeu? Esse entendimento, que esse turismo tem que ser feito no todo, ele não pode chegar ali no Museu do Amanhã e acabou dali vamos voltar, tem que ser até cá dentro, esse é o medo que eu tenho.

É, mas, eles falam que vão preservar o centro histórico e tem uma questão quando se preserva centro histórico de virar parque temático, parque temático, eu falo assim, não ter é... Preservou aquilo tudo bonitinho (como um cenário) né, então o visitante chega olha, mas não tem a participação da população da região. Mas no caso teria um turismo vindo prá cá, com a participação dos moradores?

Penha: Mas com a participação do local, *(sem ser aqueles Parques como a Disney?)*

É igual a Disney não adianta, tem que ser ao vivo né, com a participação de moradores do local, que haja ali na frente uma roda de samba, que haja aqui do lado uma feijoada, *(a vida, é o cotidiano mesmo, para as pessoas verem como é que é a região e não uma coisa encenada)* não uma historinha né.

Então está bom. Penha, muito obrigada pela sua entrevista, por você ter se disponibilizado a participar da minha pesquisa.

Penha: Imagina! À vontade!

A entrevista foi encerrada.

Entrevista realizada no dia 22 /02/2012 a partir das 17:30 h, local: Praça da Harmonia

Nome: Antônio Carlos Machado Vieira –

(Presidente do grupo Afoxé Filhos de Gandhi)

1. Ha quanto tempo o senhor mora na Zona Portuária?

Sr. Machado: 40 anos

2. O que é a Zona Portuária para o Sr e o que ela representa?

Sr. Machado: Olha, na minha concepção a Zona Portuária do Rio de Janeiro é o princípio de tudo em termos culturais. É... eu costumo dizer que não se conta a história do Brasil sem passar necessariamente por essa região, aqui aconteceram coisas importantes da nossa história. Aqui aconteceram coisas muito importantes da nossa cultura e aqui acontece ainda o borbulhar da nova cultura carioca.

3. Quando se fala na Zona Portuária, o que é que vem a sua memória?

Sr Antônio: Da nova Zona Portuária me vem uma preocupação muito grande, primeiro, porque as pessoas que estão lidando com essa questão são pessoas que não tem pleno conhecimento dessa história, algumas se acham conhecedoras, mas tem esse conhecimento pela metade, vide, por exemplo, a questão do Cais da Imperatriz e o Cais do Valongo. Há 30 anos eu sei que existe um cais enterrado ali naquela região, e eles agora vem me dizer que eles começaram a fazer as escavações, desconfiavam que tinha um cais, mas não sabiam.

Se você for ao obelisco onde foi encontrado o cais, vai encontrar lá uma placa semelhante a que tem aqui na frente desse coreto uma placa marrom onde diz que “neste local existiu, foi construído o Cais da Imperatriz”, foi uma placa que eu coloquei em 1988, 89 por aí, é através do projeto SAGAS, através do Escritório Técnico que eu era o coordenador. Então em 89 nós já sabíamos da existência, quer dizer, antes mesmo disso já sabiam disso, em 99 nós fixamos essa placa lá, então isso tem 22 anos, 23 anos e agora eles vem-me dizer que começaram a escavação e que não sabiam, desconfiavam que tinha um cais daquele ali. Nós brigamos para fazer o Memorial do Cais da Imperatriz, eu particularmente junto com a Merced do Instituto Pretos Novos e mais algumas outras instituições é, tentamos fazer o Memorial ali naquele local e não conseguimos sensibilizar as autoridades, então por aí chego a conclusão que o desconhecimento é total ou quando não é total é quase total. E quando tem conhecimento finge-se que não vê, tapa-se os olhos, porque não há interesse por

ser uma região de baixo poder aquisitivo e cuja, cuja memória é de cultura afro-brasileira que para a maioria dos entendedores de cultura, os historiadores é lixo.

4. *O quê que o Sr considera importante preservar aqui nesta região? Não só na questão arquitetônica como na cultura mesmo.*

Sr. Machado: Na questão arquitetônica o que tinha para ser preservado, nós preservamos com o projeto SAGAS de 1986 com o Escritório Técnico e tal e coisa, que já se perdeu quase que metade.

O que é, destruíram, destombaram?

Sr. Machado: Destruíram, foi destruído, foi destombado, foi feito de tudo, na realidade a Lei não foi respeitada principalmente pelo governo César Maia e o governo Eduardo Paes, ele vem, fazendo um discurso de que respeita, de que o SAGAS está sendo respeitado, mas na grande realidade o que a gente observa é que não é bem assim, o discurso é um e a prática é outra. Então, é - em termos arquitetônicos -, quando nós fizemos o tombamento em 1985... Um tombamento não! Fizemos a preservação em 1985 eram mil senão me engano senão me falha a memória eram 1684, não! 1284 imóveis do interesse para a preservação hoje eu acredito que não deva existir ainda 600 (*mas olha só! esses imóveis eram de interesse para preservação, mas nem todos foram...*) todos foram preservados (*mas foram tombados mesmo? Preservados?*) preservados, existe uma diferença (*preservação e tombamento*) preservação e tombamento. É na preservação você garante a volumetria da construção e o telhado, o volume construído e o telhado, o volume externo tá, e em determinadas situações até em alguma permissividade, por exemplo, nós temos aqui atrás deste coreto, ali foi uma padaria que agora foi, foi comprada por uma indústria no local residencial e foi permitido pelo governo.

Que não era, preservada?

Sr. Machado: É um imóvel preservado, é uma área residencial não é permitida indústria e foi dado o alvará a uma indústria. Quer dizer nós perdemos um estabelecimento comercial que atendia a nossa comunidade foi, foi padaria, foi confeitaria, foi uma série de outras coisas e poderia ser outras coisas mais, no entanto eles concederam alvará para uma indústria de instrumentos meteorológicos. É mas foi feita uma construção a volumetria foi alterada o imóvel é preservado. A volumetria foi alterada, mas foi alterada de uma forma é... consciente ou coerente com a construção existente, então aumentou se a volumetria sem ofender a construção do imóvel.

5. *Como é a interação dos Filhos de Gandhi com as instituições locais e os grupos culturais que tem aqui na região?*

Sr. Machado: Os Filhos de Gandhi ele consegue interagir com todos, todas as entidades culturais dessa região, e na realidade como eu sou morador aqui há muitos anos eu tenho uma facilidade de identificar e contatar essas entidades mesmo as mais novas, mais recentes e a gente consegue ter uma, uma integração quase que total com todas elas.

Mais do que os outros grupos?

Sr. Machado: Normalmente mais do que os outros exatamente pela facilidade que eu tenho e ser morador e ser presidente de uma instituição sexagenária.

6. *Essa região ela foi conhecida como a Pequena África, hoje o que restou dessa pequena África nesse local?*

Sr. Machado: Memória, memória, porque na realidade nós fomos relegados de todas as formas e em todos os sentidos a nitratos de fezes. Nós fomos abandonados realmente pela, pelo poder público desde 1964 quando aconteceu o golpe militar.

Até 1964 nós tínhamos uma vida bastante ativa aqui, uma cultura bastante ativa e um movimento sindical bastante ativo que era um movimento sindical que ditava as forma de lutas para o Brasil inteiro. Com o golpe militar em 64 essas lideranças foram caçadas, foram presas, foram mortas foram perseguidas e o bairro foi esquecido foi relegado ao esquecimento exatamente para que novas lideranças não surgissem e para os que ainda, os remanescentes dessa, dessa estrutura que existia fossem embora e foi o que aconteceu. E o que acontece é, de lá prá cá não se fez mais nada, a última obra pública antes da reurbanização que está acontecendo agora com o Porto Maravilha foi a inauguração da Escola Antônio Raposo Tavares em junho de 64 por Carlos Lacerda uma construção feita as pressas para abrigar os alunos, do agora Centro Cultural José Bonifácio é, que estava caindo. Então depois daquilo, obra pública não foi feita nenhuma e quando eu falo obra, é obra, não recapeamento de asfalto, troca de lâmpadas não, é obra, de 64 prá cá nunca mais tivemos uma obra pública dentro desta região.

7. *Para onde que - não sei se o senhor tem como me informar mais ou menos - essa população foi? Para onde foi esse pessoal, os afrodescendentes, eles saíram, assim, eles foram saindo?*

Sr. Machado: Gradativamente. Foram saindo, não que tivessem sido expulsos, mas na realidade nossa população afro-brasileira aqui, a grande maioria trabalhava no cais do porto e com a... Eles ganhavam bem os trabalhadores do cais do porto eram os trabalhadores mais bem remunerados, é profissionalmente, e queriam ter uma vida compatível com os ganhos e como a qualidade de vida aqui caiu drasticamente, essa praça passou mais de 25 anos sem que a população pudesse ocupar ela, porque ela era ocupada por mendigos que vinham para o albergue João XXIII que é aqui onde hoje funciona o Pan Psiquiátrico. Então os mendigos vinham prá ali e utilizavam a praça, quando não tinha espaço no albergue eles dormiam aqui, quando tinha eles dormiam lá e passavam o dia aqui, então os moradores não ocupavam a praça e uma série de outras coisas. É nós perdemos espaço com o tal, os Filhos de Talma que no, que atendia a população até a década de 70 passou a não atender mais por falta de condições físicas.

Tudo nessa época do golpe militar, da ditadura?

Sr. Machado: É depois do golpe militar né, perdeu-se muita qualidade de vida, então aqueles que tinham melhor poder aquisitivo começaram a sair e foram para zona norte, foram para zona sul, zona oeste, baixada.

O povo afro ou os portugueses?

Sr. Machado: Não todo mundo, os portugueses ficaram mais tempo, ainda temos portugueses proprietários aqui, eu falo é, é realmente, é os afrodescendentes principalmente eles que foram saindo daqui e procurando outros espaços (*aí a sociabilidade foi se reconfigurando?*) exatamente.

E foram surgindo novos moradores, a maioria é o que? São os nordestinos?

Sr. Machado: Hoje nós temos uma quantidade enorme de nordestinos acredito que seja grande, a maioria da população.

E não tem vínculo, raiz com o lugar, não mantém a tradição.

Sr. Machado: Não! O nordestino ele tem um vínculo muito forte com o próprio nordeste, com sua própria cultura, (*com sua própria raiz*) com sua raiz e ele não se identifica com o que acontece aqui nessa região que não tem nada haver com eles.

8. *O que nós temos então hoje, assim de afro-brasileiro aqui nessa região da cultura é aqui na Pedra do Sal que tem aquele samba ali?*

Sr. Machado: Mas aquilo ali é novo, (*aquilo é uma reconfiguração*) aquilo ali, é aquele samba que tem na Pedra do Sal eu não faço ideia, mas tem no máximo 06 ou 07 anos. Tem os Escravos da Mauá que tem mais tempo, já tem quase 20 anos, mas também é uma coisa

carnavalesca não tem nada a ver com a cultura afro-brasileira, eles tem um compromisso sim, de resgate, mas eles próprios não tem nada a ver com a cultura afro-brasileira. É o que é que nós temos aqui. Nós temos um quilombo urbano da Pedra do Sal, nós temos (*o zungu né*) é. Temos o Afoxé Filhos de Gandhi, é nós temos o Resgate da Vizinha Faladeira que é um resgate importante né, da primeira escola de samba do Brasil, é, e temos os blocos que surgiram. A grande maioria antes do Golpe de 64 como o Coração das Meninas que é logo no início da década de 60 antes do Golpe ou foi no ano do Golpe eu não tô lembrado se é 62 ou 64 o ano de fundação do “Coração das Meninas.” Mas daí, temos o “Fala Meu Loro”, lá do Santo Cristo, “Eles que digam”, também no Santo Cristo e, o “Independente do Morro do Pinto” lá no Morro do Pinto, temos... quer dizer esses blocos deixaram de existir. O Independente hoje virou “Pinto no Lixo”. Não! Tem um outro nome que agora eu me esqueci, tem outro nome que agora eu me esqueci (*mas fora, assim, bloco de carnaval tem alguma outra coisa da cultura que ... não*) que permaneça aqui? Nada! (*só mesmo ligado ao carnaval?*) temos alguns centros de Umbanda, pouquíssimos e de Candomblé que eu me lembre têm 2 ou 3.

9. *Então! O Senhor conhece o IPN, já visitou ou participou de alguma oficina ou...?*

Sr. Machado: Não, não, nunca participei de oficina nenhuma, mas eu participei da construção do IPN quando... eu sou amigo da Merced há quase 40 anos e do Petruccio e quando eles descobriram a primeira ossada eu fui uma das primeiras pessoas a tomar conhecimento. Eles me procuraram porque eu vivia falando no Cemitério é, dos Pretos Novos aqui na região e quando ela descobriu a ossada ela veio me procurar prá saber o que fazer e tal e cosia, e eu dei a orientação a ela do que ela poderia fazer. Ela fez se arrependeu amargamente, porque atrasou a vida dela durante muito tempo e agora parece que ela conseguiu encontrar o norte e tá conseguindo tocar o barco, mas foi muito difícil, porque as autoridades atrapalharam a vida particular dela. (*Ela falou que teve que aguardar...*)

10. *É, ainda sobre o IPN, qual a representatividade - no seu ponto de vista - e a receptividade do IPN, para o entorno, a população, assim a vizinhança?*

Sr. Machado: A receptividade (*e para você também, qual seria, esse entorno e a representatividade*) a representatividade eu acho que é total, eu acho que no momento (*para o entorno também?*) para o entorno também. Eu acho que a representatividade hoje da, da existência dessa Pequena África, dessa história né, que tá esquecida que está...

Eu acho que representatividade é muito forte, agora receptividade eu diria que é 50, 60% da vizinhança, porque o moradores não fazem o menor sentido do que existe ali e qual a importância daqueles ossos velhos que existe ali, como eu já ouvi várias pessoas falarem é, as pessoas não tem noção do que seja memória cultural.

Mas não deve ser por uma população que veio para cá, que não tem esse vínculo com o local, ou não, é independente (a isso)?

Sr. Machado: Também! Também, mas é, porque é uma população que não tem compromisso com a cultura, principalmente isso e uma boa parte dessas pessoas, são pessoas que ignoram totalmente a cultura e que tem baixo, baixo nível escolar (*prá eles tanto faz né*).

II. *Em relação a essa descoberta que foi feita, a do Cais do Valongo, como você falou não sabiam que tinha. No início na época do governo César Maia tinha um projeto do Portal dos Pretos Novos, que seria um Museu a Céu Aberto e não foi adiante, - este projeto - era antes dessa descoberta... Agora, com essa descoberta o Prefeito Eduardo Paes anunciou (pausa)*

No governo do César Maia estava previsto esse museu a céu aberto que não foi adiante, agora com a descoberta do Cais do Valongo, Cais da Imperatriz, e com a criação do Porto Maravilha Cultural, nesse Porto Cultural eles anunciaram que vão fazer, vão criar um Circuito Histórico e Arqueológico em Celebração da Herança Africana. Como você vê a criação desse circuito, e a inserção do IPN?

Sr. Machado: Na verdade o que acontece, eu sou um dos poucos brancos que tem alguma aceitação dentro do movimento negro no Rio de Janeiro. A minha história dentro do movimento negro já é antiga, já tem uma participação bastante efetiva e tenho bastante credibilidade prá falar e uma das coisas que o movimento negro é, deseja e até agora não foi ouvido é que se faça aqui um Portal a exemplo do que em Benin lá tem o portal de saída dos negros, que se faça aqui o portal de entrada dos negros que seria uma simbologia. (*o Sr. disse onde que...*) Em Benin cidade africana da onde saiu a maior quantidade de negros é que se faça aqui um Portal da entrada foi aonde entrou o maior número de negros da América Latina aqui no Rio de Janeiro. Então que se faça esse Portal, é justo que se faça isso, tem uma série de questões que eu acho que são exageradas, mas algumas coisas tem que ser feita, a memória desses negros tem que ser reverenciada.

Nós hoje, vivemos uma civilização graças ao que eles construíram a base de sangue e suor ou suor e sangue né. É, e nenhum momento eu vejo nenhum governo se preocupar em ouvir aqueles que realmente têm interesse direto na questão cultural.

Eles não estão sendo ouvidos neste projeto?

Sr. Machado: Não.

Quem vai fazer, no caso, seria o pessoal lá da Secretaria de Cultura?

Sr. Machado: Exatamente. Nós estamos correndo atrás para tentar sermos ouvidos tá, mas é o que sempre acontece né, o governo, todo governo se acha autossuficiente, se acha todo poderoso prá resolver todas as questões.

12. Como nós temos observado nesse novo ideário de cidade é, têm os centros históricos que são preservados, quando eles fazem esse tipo de revitalização, mas (em certos casos) acontece de virarem o que se chamam de parques temáticos. O que se chamam de parque temático ficam tipo uma Disney algo criado e reinventado. E nesse caso, desse circuito se não tiver uma participação do pessoal diretamente envolvido com a cultura é, direcionando ou sugerindo como ser projetado mesmo, criado, idealizado, construído, (e apresentado), pode acontecer de cair nessa questão de um parque temático né, simplesmente para turista ver passar sem saber o significado...

Sr. Machado: Esse circuito é, eu não, eu falei que não está sendo ouvido, me parece que o IPN tá, está participando (*o IPN tá, está incluído*) só que na verdade o IPN não representa o movimento negro, o IPN não faz parte do movimento negro, o IPN como eu (*a Penha é do movimento não?*) negro não, (*ah não?*) que eu saiba não, ela tem uma participação dentro do COMDEDINE – Conselho Estadual de Defesa ... Conselho Municipal de Defesa... Conselho Estadual de Defesa dos Diretos dos Negros, que é municipal, conselho municipal, mas acho que para por aí, acho que para por aí, é um atento que o IPN por ter essa..., mas o movimento negro um tem um aprofundamento maior né, tem alguns seguimentos bastante radicais quase que, quase que é... Tem que ter condições de dialogar com eles, porque eles são radicais mesmo e tem outros segmentos, um pouco mais brando onde realmente se consegue, e aí realmente é onde circula a ideia do movimento negro (*que é radical né*) Não! Nos radicais (*sim para este circuito no caso de participação deles...*), por exemplo: ontem nós tivemos na Pedra do Sal e ontem tinha lá um dos líderes desses radicais né, onde não aceitam uma série de coisas, não aceita que branco discuta cultura negra, não aceita uma série se coisas, mas é válido, é claro que é válido, ele tá defendendo os seus interesses culturais, os seus interesses é, diários né, na realidade quem sofre na pele a discriminação

racial é o negro, a gente vive dizendo que no Brasil não tem discriminação, não tem discriminação, tem discriminação sim! Agora ela é, não é também tão, tão grande quanto esses radicais costumam dizer, mas que ela existe, existe e não é pouca não, é bastante, principalmente na chamada classe A.

É, mas então o que acontece, há necessidade que se ouça todos os segmentos e esses segmentos a maior parte não esta representada COMDEDINE e nem no CEDINE - Conselho Estadual do Negro, normalmente este movimento principalmente os radicais não participam do conselho.

Mas é porque eles não são chamados ou porque eles radicais e não querem?

Sr. Machado: São radicais e não querem mesmo chamados, mesmo quando são chamados não querem.

Mas como eles vão conseguir se eles não participam?

Sr. Machado: Eles não acreditam na, nestes conselhos exatamente, porque estes conselhos são muito brandos existe conciliação de inúmeras ideias né, mas eles têm que ser ouvidos principalmente na hora de se fazer um circuito na hora de se fazer um museu a céu aberto. Esse circuito eu e Merced, nós trabalhamos pela, pela construção do Memorial do Cais da Imperatriz criando-se esse circuito que seria pegar as entidades dos locais ligados à cultura afro-brasileira na região.

E ai no caso manteria o do Valongo e o da Imperatriz, porque eles falam pelo menos nessa revista do porto, é Cais do Valongo, é, onde tem o Mercado dos Escravos, fala do IPN, do Cemitério, do Centro Cultural José Bonifácio, eles não falam Imperatriz, mas já tá inserido, nesse caso.

Sr. Machado: É no caso o que acontece (*o Imperatriz foi em cima do Valongo*) foi em cima do Cais do Valongo (*é, mas na escavação tem um pedaço do Valongo né, mas seriam os dois*) é no caso seriam os dois, mas o mais importante seria o Cais do Valongo no meu entender, o Cais da Imperatriz faz parte da história, também é importante mas o mais importante mesmo para a cultura é o Cais do Valongo. Mas não tem só isso, não tem só isso, isso tem que falar na casa de engorda dos escravos que aqui tinha lá (*mas é tudo assim, nesse caminho? Acho que eles estão querendo fazer tipo um caminho*). É no Morro do Valongo, no Morro do Valongo é ali pertinho, você tem aonde existiam os mercados, o mercado de escravos as casas que vendiam escravos ali na Rua Camerino que é a antiga rua... Esqueci o nome agora, esqueci o nome agora, mas ali na Rua Camerino é onde tinha o mercado de escravos onde os escravos eram vendidos, nós temos a primeira casa de candomblé no Rio de Janeiro do João Alabê ali na rua é... Senador Pompeu não! A outra é...

Oh meu Deus! Deu branco agora, deu branco, Rua Senador Pompeu, esqueci agora, mas é anterior é a rua que indo daqui para lá pela Carmerino é a primeira rua, a segunda é Senador Pompeu a primeira, Barão de São Felix! Ali tinha o primeiro, o primeiro candomblé a ser aberto no Rio de Janeiro que era do João Alabê não existe mais a casa, quer dizer não se tem ainda uma referencia não existe um estudo do local exato ou se existe eu desconheço, mas este estudo deveria ser feito, é uma referencia isso é uma cultura afro-brasileira que tem que ser, tem que ser resgatada num circuito que se propõe ser um circuito cultural afro-brasileiro, não é isso?

É teríamos mais alguma coisa, acredito que sim está me fugindo aqui agora, para um circuito afro-brasileiro. Sim, lá em cima no Morro da Providência o cruzeiro que é um remanescente dos Soldados que vieram dos Canudos né, na sua grande maioria negros recém-libertos que não tinham como manter a sua subsistência e foram voluntários para ir combater Antônio Conselheiros e que receberam como promessa de pagamento ao retornarem uma moradia digna aqui no Rio de Janeiro. Como o exército brasileiro não cumpriu a sua promessa eles acamparam no Morro da Providência né, hoje o Morro da Providência naquela época Morro da Favela, aguardando uma solução do exército que estava próximo ao Ministério né. No local no centro da cidade e acabou ficando e aí passou a ser conhecido como o Morro da Favela, porque Morro da Favela? Porque um dos últimos combates travados lá na Bahia foi no Morro da Favela.

Morro da Favela que tinha uma vegetação, uma planta chamada favela espinhosa e que maltratava os soldados né, rasgava suas roupas. Então é por isso lá Morro da Favela e aqui Morro da Favela, porque eles passaram a ser os esfarrapados, os soldados esfarrapados que ficaram para poder subir aquela colina. Então ali, também há um monumento negro muito importante, quer dizer a própria favela é um monumento negro, então nós temos que pensar muito, e muito detalhadamente, porque parece simples, mas não é tão simples.

Pelo o que foi mostrado na revista o circuito é pequeno, termina ali no José Bonifácio no Cemitério um trecho assim, vai contar a história, então pela metade?

Sr. Machado: Não conta nem pela metade, nem pela metade.

Não seria um circuito, está parecendo mesmo, mais coisa de turismo mesmo, para turista e não a história em si?

Sr. Machado: Exatamente (*senão ia ter que adentrar muito para região?*). Exatamente (*e de repente eles querem se prender mais próximo lá do...*) é, é como se diz é bijuteria, é fazer uma filigrana é mostrar assim os perfumes em cima da cômoda, mas nada de abrir a gaveta da cômoda para mostrar o que tem lá dentro.

13. Isso não está aqui não, na minha pergunta não. Ali vai virar um shopping né?(entrevistador apontando para o Moinho Fluminense)

Sr. Machado: É o que se comenta, eles negam, mas pela, pela restauração percebe-se perfeitamente que isso aí vai ser um shopping (*e o que é que foi feito dessa fábrica, ela estava funcionando não estava?*). Está, (*está ainda?*) não! Na realidade existe uma lei federal que proíbe o funcionamento da indústria nos centros urbanos.

Ã... Então ela vai sair?

Sr. Machado: Ela tem que sair, foi dado um prazo de 10 anos até aonde a gente sabe eles já estão com o moinho praticamente construído lá em Sepetiba dependendo de algumas coisinhas, mas o moinho já está... Aqui já diminuiu bastante, acho que deve ter começado a fazer trigo lá, aqui o movimento de caminhões já diminuiu bastante, então acho que eles já começaram a mudança, só que eles não querem ainda anunciar.

14. Então, olha! Isso aqui também não está aqui, mas de acordo com o que você vai falando vão surgindo algumas questões, como o senhor falou do movimento negro radical e que eles não aceitam muito o branco mesmo que esteja lutando para ajudar em alguma coisa, como na memória deles, eles não aceitam.

Eu ouvi falar não sei também ao certo, se isso é certo ou não que tem pessoas que não aceitam muito o IPN, porque a Dona Mercedes é branca, assim na comunidade deles, seria esse pessoal do movimento?

Sr. Machado: Também, também.

Mas mesmo quem não é do movimento tem essa visão por ela não ser negra?

Sr. Machado: Existe, existe o ranço que é deixado pela, pelo radicalismo né? Sabe quando você tem uma posição radical tem algumas pessoas que não concordam com o seu radicalismo, mas o ranço fica e algumas coisas são captadas permanecem. Então quando você radicalizou e eu não aceito essa radicalização, mas alguma coisa daquilo ali acaba sendo assimilada pelas pessoas e essas pessoas apesar de não radicais acabam assimilando esse tipo ranço e acaba discriminando por causa disso.

(comentário à parte: é porque eu não vejo, eu o talvez como leiga nesse assunto, eu não vejo o porquê de não ser legítimo só porque ela é branca, porque ela está lutando por uma causa pelo o que eu entrevistei a ela né, é até justa e ela se sensibilizou com a história né?!)

Eu acho que não tem nada haver não, uma boa parte da... dos negros aceitam muito bem, os que não aceitam é acredito eu que seja uma pequena minoria.

15. Como o senhor vê essa atual intervenção urbana nesta área, essa intervenção que se chama Porto Maravilha? Apesar de ter falado bastante, já falou bastante coisa sobre isso, não sei se ficou faltando alguma coisa que o senhor queira acrescentar.

Sr. Machado: A intervenção Porto Maravilha me causa uma grande preocupação que é a população moradora, porque durante anos, eu sou morador daqui a 40 anos, cheguei aqui em 1969. Não, minto 1972, 72 cheguei aqui na Saúde, 40 anos faço agora no dia março, abril, maio, no início de maio eu faço 40 anos de bairro da Saúde, eu não sou carioca, eu sou do interior do Estado. Cheguei no Rio de Janeiro em 69 fui morar aqui bem próximo a Praça Tiradentes na Constituição, e nesses 40 anos, e tem pessoas que estão aqui há mais tempo do que eu e vem sofrendo na pele o descaso das autoridades né, a perda da qualidade de vida, é o abandono, o desleixo. É prá você ter uma ideia esse asfalto da Rua Pedro Ernesto, a última vez que ele foi, que a Pedro Ernesto foi recapeada foi em 1983, 83 ou 84 não me, não me, não tenho muita convicção, mas acho que foi em 83 e nós sabemos que na Zona Sul tem, tem ruas lá que são recapeadas todo ano tá. Então isso é um descaso e olha que a arrecadação de impostos nessa região ela é compatível com a arrecadação de impostos da Zona Sul, nós pagamos IPTU aqui quase tão alto quanto em Copacabana, quase tão alto quanto em Copacabana, então é uma desqualidade em termos de..., ah não! Mas aqui tem poucas casas, então o montante arrecadado não é tão alto quanto em Copacabana. Sim, mas não é tão alto em termos de..., é relativos, em termos proporcionais, não, em termos proporcionais nós estamos de igual prá igual ou quase de igual prá igual e a nossa qualidade de vida aqui é péssima, até bem pouco, aqui você chegava aqui debaixo do poste tentava ver a hora à noite e não conseguia agora com óculos você consegue.

16. Nesse projeto de revitalização houve ou há a participação da sociedade nesses últimos desenvolvimentos (desse projeto) ou a sociedade só participa nas reuniões em que são apresentados os projetos que já estão idealizados e prontos, só para mostrar o que é que, nós vamos fazer ou a sociedade tem o direito de voz, eles escutam?

Sr. Machado: Olha no meu primeiro governo, no primeiro governo do César Maia, quer dizer no primeiro, segundo governo né, que teve um, depois veio o Conde aí ele veio pro primeiro, primeiro mandato do segundo governo. É o Sirkis era o Secretário de Urbanismo dele, de urbanismo não de..., de urbanismo, e antes dele tomar posse ele nos procurou, fizemos uma reunião, ele se propôs a fazer outras reuniões com a comunidade e ao longo dos quase 8 anos que ele permaneceu à frente da secretaria é, ele fez mais ou menos umas 10 ou 15 reuniões com a comunidade. Ele trazia as suas supostas propostas que não eram

propostas, eram já coisas fechadas prá discutir conosco. Nós íamos lá perdíamos o nosso tempo alguns perdiam trabalho é, e chegava lá ele assimilava as nossas propostas e dizia que ia fazer o que nós estávamos propondo, mandava que o Antônio que era o arquiteto que o acompanhava que hoje está lá não sei em que função no IPP “Antônio Onofre isso aí é prá gente modificar o projeto” e “daí coisa”... Até que na última reunião que eu estive presente eu acho que foi a última que ele fez, é eu me desentendi com ele porque ele entregou na reunião anterior. Ele entregou um CD com o projeto pronto e eu com esse CD fui ver e nada do que nós havíamos proposto de modificação foi assimilado, eu, e ele dizia para todo mundo que a comunidade estava sendo ouvida, que a proposta era um proposta bilateral que governo e população, estávamos sendo ouvidos e não sei o que, não sei o que. Então eu me desentendi com ele, de lá prá cá não fui mais convidado, até onde eu sei não teve mais reunião, a Flora inclusive estava presente nesta reunião (*ah nessa época, antes dela fazer o trabalho dela – nesse momento houve um pequeno problema de comunicação em que se confundiram as pessoas no caso Flora*) não, não, ela era do IPP. (*E nesse atual governo não tem*) nesse governo eles só vieram nos comunicar o que estavam fazendo, porque eles aproveitaram o projeto do Sirkis que já estava pronto, que é um projeto governamental né, que não é do Sirkis, fizeram algumas modificações as pressas prá não ter a cara do Sirkis e começaram a fazer reuniões e dizer “oh”! “Vamos fazer isso, vamos fazer aquilo” e esse projeto até hoje não está pronto na realidade.

É eles dizem que é um..., inclusive o Alberto né, ele é secretário lá, coordenador do Porto Maravilha Cultural. O Alberto. (eu fui a uma palestra com ele e ele falou que o projeto é “uma janela aberta, porque é uma janela de oportunidade”, é por isso que não é um projeto fechado, porque é uma janela de oportunidades que pode ser mudado...)

Sr. Machado: É porque eles não sabem na realidade, na realidade eles não sabem o que eles querem, eles não sabem o que eles querem, eles querem ganhar dinheiro na realidade é essa, o município do Rio de Janeiro quer ganhar dinheiro com isso, eles querem é... o prefeito quer se auto promover com isso e está se auto promovendo é claro e evidente, é sem usar dinheiro público e arrecadar o máximo possível e é o que ele esta conseguindo.

17. O que essa intervenção pode trazer ou poderá trazer de benefício para o local, para população ou o contrario?

Sr. Machado: A minha... Para a localidade os benefícios vão ser totais, para a localidade, vai ficar tudo lindo, maravilhoso, funcional vai circular muito dinheiro por aqui, então vamos ter uma qualidade de vida inúmeras vezes melhor do que nós temos hoje. Agora para

os moradores se não for feito um... Se não for tomada uma medida preventiva para que esses moradores não sejam prejudicados, dificilmente daqui a 10 anos nós tenhamos é 5% dos moradores que aqui estão (*vai subir tudo, eles não vão ter como se manter*) não vão ter como se manter.

Mesmo que eles estejam falando que tem projeto de incentivo, comércio e tal, mas isso pode está só no papel é?

Sr. Machado: É! E depois não é só isso, é, você pega um dono de botequim que é analfabeto ou semianalfabeto, você vai querer torná-lo um empresário da noite pro dia, não vai. Não vai conseguir, porque ele sabe fazer é comprar mais barato aqui e vender mais caro aqui, prá ele o comércio é isso, não passa disso tá. Você vai tentar fazer com que ele tenha um entendimento empresarial, é muito difícil, você tem que criar mecanismo para que defenda os interesses dele semianalfabeto ou analfabeto do jeito que ele é. Porque com certeza se a gente colocar um empresário ao lado dele que seja um empresário realmente vai fazer com que ele vá à falência, ele vai à falência. Ah não, nós vamos ensiná-lo a ser um empresário, não vai conseguir, se o cara tá com 40, 50 anos de idade sempre trabalhou daquela forma, você não vai conseguir mudar essa mentalidade (*então isso pode ser um impasse que pode vir a causar na região também esse impacto?*) com certeza, com certeza, *Uma pergunta que eu ia fazer ao senhor, era isso, que impacto que isso poderia causar.*

Sr. Machado: Com certeza é um impacto social, é uma coisa, é possível e muito provável (*quase que inevitável*) e quase que inevitável. Quando nós fizemos o projeto SAGAS em 1982, 83, nós sabíamos que nós íamos lidar com esse tipo de coisa e lutamos durante muito tempo para que essa reurbanização acontecesse e que houvesse, fosse minimizado as suas é... formas negativas. Nunca conseguimos. Quase 30 anos se passaram e agora veio acontecer e vem acontecer de uma forma muito rápida, porque veio os interesses que estão aí são copa do mundo, olimpíadas e interesses políticos. Então está se fazendo uma nova Brasília que foi feita em 4 anos né, está se fazendo uma nova Zona Portuária em 2 anos. Então quais são as implicações dessa coisa, é, projetos corridos, pouco estudados, pouco pensados e pouco discutido, então a gente vai ter com certeza muita injustiça, muita injustiça social.

18. Como eu já havia dito no início sobre os museus que são criados nesse projeto, quanto à criação desses museus, é, como que o senhor vê a criação do Museu do Amanhã nessa região portuária sendo que vai ser lá no Píer? Como que vai ser essa criação, desse museu? (ponto de vista do entrevistado).

Sr. Machado: Olha, eu briguei muito contra o Guggenheim e acho que o Museu do Amanhã não vai ser nada mais, nada menos que um Guggenheim “mutado”, sabe, sofreu, sofreu uma mutação tal e coisa, vai se gastar milhões e milhões e milhões tá, é, já perguntei isso várias vezes as pessoas quantos museus nós temos no Rio de Janeiro e alguém me falou 180, 182 uma coisa assim. Eu não sei exatamente quantos, quantos funcionam realmente atendendo a população, eu não sei, estes milhões que estão sendo gastos neste Museu do Amanhã poderia ser utilizado para fazer com que esses já existentes funcionassem.

19. A proposta dele está relacionada com a sustentabilidade do planeta, (museu de ciências) poderia então ser feito outro tipo de trabalho nesse sentido sem precisar...?

Sr. Machado: Poderíamos fazer esse tipo de trabalho num museu já existente sem precisar fazer um novo e tem uma outra coisa, sustentabilidade nesse governo significa que, enquanto este governo estiver no governo está sustentável, quando o próximo entrar só Deus sabe (*mas ele se relaciona ao planeta, a biodiversidade. Ah, está garantido com esse.*) E o próximo prefeito, o próximo governador vai garantir?

20. Como o senhor vê a relação desse museu que será ali no Pier, com o entorno, porque o discurso deles é que esse museu ali iria fazer um diálogo, é um mediador entre o velho e o novo, seria o contemporâneo com um diálogo com o histórico né. Como o senhor vê essa relação, que poderá ter, - já com sua experiência de 40 anos aqui nessa região?

Sr. Machado: Eu sou muito conservador nesse aspecto tá, eu sou uma pessoa que sou aberto a discutir a inovar uma série de coisas, mas com relação à cultura eu sou muito conservador. Eu acho que pau é pau, pedra é pedra tá, aquele sobrado ali (apontando para uma construção) é um art déco é um art déco e você não vai dizer que ele é um outro tipo tá. Então não tem como você criar na minha forma de ver tá, nunca estudei arquitetura, mas já dei palestras para alunos de arquitetura sei como pensa, como funciona a cabeça do arquiteto. O arquiteto quando senta na sua prancheta ele é o Deus e a prancheta é o céu e ali ele faz tudo o que ele quiser tudo que ele pensar e os súditos lá embaixo, os seus fiéis lá embaixo devem, devem aceitar, porque ele é o todo poderoso, então na minha cabeça eu não consigo é conceber esse tipo de transição. (*Essa mediação entre...*) eu não aceito (*nem consegue ver como isso pode se dar?*). Não! Não, posso tá totalmente errado, posso... (*em relação dele, do entorno*) nem pensar (*não vai ter, vai ser um projeto destoando...*) olha eu vejo o desenho que eles colocam né, do Museu do Amanhã, do MAR, Museu de Arte... MAR, Museu de Arte, não sei o que não, não é moderno não, tem um outro. Olha, eu não

consigo entender aquilo dali com o Morro da Conceição, apesar do Morro da Conceição ser uma das áreas mais descaracterizado que nós temos aqui na região, mas eu não consigo, eu não consigo enxergar aquilo ali com o Morro da Conceição e muito menos com essa região aqui mais, mais conservada, eu não consigo para mim destoa completamente, destoa completamente.

21. Como o senhor imagina essa Zona Portuária depois dessa obra, daqui há algum tempo, depois que tiver tudo concretizado, o senhor imagina como? Isso aqui já é mais para o seu imaginário, tá?

Sr. Machado: Olha, eu imagino poder está olhando lá de cima, os meus netos ainda aqui, ainda estarem aqui, (*isso é o que o senhor gostaria*), eu imagino eles estarem aqui, mas não acredito que isso vá acontecer. Eu ainda posso conseguir manter as minhas raízes aqui, enquanto estiver vivo por uma série de fatores, mas isso daqui realmente vai ter um crescimento descomunal, é desproporcional ao acompanhamento da população residente atualmente. O Sirkis falava em trazer prá aqui a classe média alta, na época que ele falava ... é, eu achava até um pouco exagerado, hoje, não, pelo porte de dinheiro que está sendo é mobilizado para esta região não é, não é impossível e com certeza a classe média A que é uma classe bastante esclarecida e conhecedora dos... das estratégias comerciais e tal e coisa, eles vão ocupar isso aqui rapidinho, com certeza. Com certeza, eles vão ocupar e vai tirar o espaço, é muito bem localizado, eles não vão precisar de helicóptero para ir pro trabalho deles (*tá pertinho*) é perto de tudo.

Agora olha só, isso é uma curiosidade, eu já encerrei a minha entrevista, mas é porque na nossa aula lá naquele curso que nós fizemos lá em cima, teve uma ocasião que o senhor falou da Gamboa e eu fiquei com aquela curiosidade. Eu cheguei até a procurar na internet, mas eu não consegui achar, por enquanto não, eu também não me disponibilizei muito tempo para pesquisar isso, sobre a Gamboa. Até a Dona Mercedes também falou que a Gamboa não existia, esse bairro, aí eu fiquei curiosa, e falei: “Ah! Eu vou perguntar para quem sabe essa história, em que governo foi isso mais ou menos.

Sr. Machado: Olha, em 1976, era prefeito da cidade o... (pausa) daqui a pouco eu me lembro o nome dele, (*76 aí eu procuro, 76*) daqui a pouco eu me lembro o nome dele é que eu estou com Pereira Passos da cabeça, porque o Eduardo Paes está querendo ser o novo Pereira Passos aqui no centro da cidade, o bota abaixo (*o dele é o choque de ordem*) aí eu fiz essa relação do Eduardo Paes com Pereira Passos e agora tô com Pereira Passos na cabeça.

Mas o prefeito foi em 1976 não havia uma divisão oficial dos bairros, a divisão era uma divisão é, social definida pelos próprios moradores. Então você chegava em São Cristovão aonde terminava o São Cristovão e onde começava o Benfica, onde terminava Benfica, onde começava o outro bairro ninguém sabia não havia oficialmente uma divisão, e esse prefeito resolveu em 76 fazer essa divisão oficial, foi feita, boa ideia! Eu acho que foi uma boa ideia, só de que forma foi feito isso, a forma também foi uma forma até razoável, perguntar aos próprios moradores. Não sei se nas outras regiões foi assim, mas aqui foi dito pelos três funcionários que fizeram a divisão daqui, eles tiveram aqui na quinzena de debates sobre o Bairro da Saúde e confessaram prá nós que eles tiveram aqui num sábado e num domingo de carro com um mapa da região perguntando as pessoas: “vem cá! Você mora aonde?” “Ah! Eu moro na rua tal”, aí eles localizavam a rua tal e “a rua tal fica em que bairro?” “Ah! Fica na Saúde”, eles marcavam lá, de sei lá de repente Saúde era vermelho, Gamboa azul, Centro verde, sei lá mas...

Mas o nome Bairro Gamboa não existia?

Sr. Machado: Não existia, não existia. Então eles de alguma forma passaram a identificar, até que eles cercaram, eles cercaram os bairros, definiram o perímetro dos bairros.

A Saúde... Deixa eu te contar uma história você vai entender perfeitamente o que tô te dizendo, eu costumo dizer que a Saúde tem três divisões: tem uma divisão histórica, tem uma divisão semi-histórica, e tem uma divisão oficial.

Na divisão histórica a Saúde ia da Praça Mauá à Praia Formosa. Onde fica a Praia Formosa? Onde tem hoje a Rodoviária Novo Rio, aquela lanchonete que tem ali atrás da Rodoviária do lado do Terminal Rodoviário ela se chama lanchonete Praia Formosa, ninguém sabe o porquê, porque ali era a Praia Formosa, então a Saúde ia da Praça Mauá à Praia Formosa, esta é a Saúde Histórica.

No final do século XIX como os moradores daqui desta região não se davam com os moradores daquela região, aqui predominavam os Portugueses, lá predominavam os Espanhóis, e semeados de Franceses lá e cá e muito pequena, muito pouca quantidade (*tinha ingleses também, o Cemitério dos Ingleses?*). Não! Mas os ingleses eles tão, eles estavam e continuam é alocados aqui no Instituto Central do Povo, não como residente (*ali é o que?*). Ali é uma organização (*não, mas não tinha um moinho inglês e tudo naquela época, no passado?*) o moinho Inglês é o primeiro moinho é o mais antigo (*eles chegaram aqui, os ingleses ficaram aqui nessa época né?*). Não! Eles não eram residentes (*ah não eram?*) não eram residentes, eles tinham coisas localizadas, o primeiro a chegar aqui foi o Instituto

Central do Povo através da Igreja Metodista tá, eles são donos da Universidade Bennett. *Eles não moravam aqui né, eles só vinham para cá?*

Sr. Machado: Não, aqui, a Instituição do Povo era a base deles, mas eles não vinham para morar dentro da comunidade.

Mas ficavam lá, mas eles moravam ali onde está o Instituto? Ali tinha residência de Ingleses (ali tinha, onde está o Instituto, ali é o que hoje? É Gamboa? É o que?). Ali tá... não! Ali é Gamboa (ali é Gamboa) Está na divisa, Gamboa, Santo Cristo (depois que fez essa divisão) Esta divisa, está na divisa oficial, divisão oficial. Aí o que quê acontece (lá eram os espanhóis né) Quando é..., o povo de cá não se dava com o povo de lá, é, lá tinha portugueses também, mas em menor quantidade, aqui tinha espanhóis também, mas em menor quantidade, então é a maioria Português e a minoria Espanhola, lá a maioria Espanhola e a minoria Portuguesa e de lá não se dava com o de cá não sei por que. E até hoje isso acontece, até hoje é uma disputa entre a população. No final do século XIX em 1898 foi construída a igreja de Santo Cristo dos Milagres que fica ali no Largo do Santo Cristo, aquela igreja que tem ali na descida do viaduto, e os moradores de lá se auto intitularam moradores do Santo Cristo e os moradores de cá aceitaram que eles eram de Santo Cristo e não eram da Saúde (aí ficou essa divisão) aí é o que eu chamo da divisão semi-histórica, foi uma divisão estabelecida pelos próprios moradores.

Aí veio Marcos Tamoio, veio o Prefeito Marcos Tamoio e fez, mandou fazer essa divisão oficial, e aí estes três funcionários com mapa quer dizer um dirigindo, um perguntando e o outro anotando no mapa o nome da Rua e em que bairro estava, até que eles delimitaram o perímetro de cada um dos bairros, mas isso sem conhecer a história dos bairros.

Mas assim, Gamboa, não era prá ser Saúde ou Santo Cristo? A ideia de ser Gamboa veio por causa do nome da praia?

Sr. Machado: Não! Existia o Distrito da Gamboa que era um Distrito de águas e esgotos tá, existia o Morro da Gamboa que é aonde tem (ficava tudo na Saúde) ficava tudo na Saúde, o Morro da Gamboa é onde tem o hospital Nossa Senhora da Saúde, ali no Santo Cristo. É Gamboa era uma vegetação característica aqui da região que dá em mangue salgado, então Gamboa tem um nome, só que é... Nunca foi bairro, nós tínhamos o bairro da Saúde, depois surgiu o bairro do Santo Cristo nessa divisão que eu te falei.

O nome Saúde foi uma denominação de 1742, foi quando foi construída essa Igrejinha que tem aqui atrás do Nossa Senhora da Saúde, ela era uma igreja de chácara, ela é uma capela de chácara, o mar batia na encosta né, e por causa da Igreja Nossa Senhora da Saúde a região passou a ser conhecido como Saúde, Bairro Nossa Senhora da Saúde, depois Nossa Senhora

caiu e ficou apenas Saúde. É..., 1742, em 1898 quer dizer quase 200 anos depois houve um seccionamento nesse bairro né, e 76, 78 anos depois foi feita essa divisão oficial. Só que, eles esqueceram primeiro, de perguntar aos moradores, porque que eles diziam que moravam na Gamboa. Se eles perguntam eles iam saber que as pessoas diziam que moravam na Gamboa porque tinham vergonha de dizer que moravam na Saúde, porque era um bairro é, socialmente falando degradado, um bairro marginal, por causa da Praça Mauá, prostituição na Praça Mauá, a prostituição da Central do Brasil e a violência da Rodoviária Novo Rio. Então o bairro ficava dentro de um triângulo marginalizado, então as pessoas tinham vergonha de dizer que moravam na Saúde, então passaram a assumir que moravam na Gamboa, primeira coisa que tinha que ser levado em consideração. A segunda coisa que eles tinham que levar em consideração é que Igreja de Nossa Senhora da Saúde que deu nome a região ficou dentro do bairro da Gamboa (*por isso que eu queria saber dessa história*) e que o Morro da Gamboa ficou dentro do bairro do Santo Cristo. Então havia a necessidade deles terem um conhecimento mínimo de história prá ter que concluir essa divisão. Tudo bem que no Meier, Engenho Novo, Engenho Velho, é..., Madureira, se eles fizessem, porque lá não existe a tradição cultural daqui dessa região, mas essa região aqui é uma região rica, fizeram essa divisão e nós estamos aí com essas discrepâncias. (*então essa é história que eu queria*) Então só prá concluir, eu assisti a uma peça de teatro inclusive muito boa, gostei muito, exceto pela informação que foi passada de forma incompleta está no Carlos Gomes né, ah... Meu Deus, eu esqueci o nome da peça. Sobre a história da Praça Tiradentes, só a peça está em cartaz até março, eu gostei muito da peça, é então eles falaram da criação do primeiro teatro Carlos Gomes, hoje Carlos Gomes ai citaram o nome anterior, citaram. Só que eles foram até um determinado ponto, na realidade eu acho que a informação que eles estavam que eles estão passando vai muito além do que eles estão falando ali. Então na realidade o que acontece, nós temos ali, aquela ali é a Rua do Propósito, aquela ali onde tá aquele carro, onde as pessoas estão ali na porta aquela ali é a Rua do Propósito no número 20, eu acho que é eu acho que é 21 eu não me lembro qual é o número tem a Sociedade Dramática Particular Filhos de Talma que é a primeira escola de Arte Dramática no Brasil fundada em mil oitocentos e setenta e qualquer coisa. Em 1898 foi fundado ali, o Clube de Regatas Vasco da Gama, logo depois (*não é lá em São Januário não?*). Não! O Vasco foi fundado aqui, a primeira sede náutica do vasco foi aqui na Praça do... em frente, do lado do Hospital dos Servidores, na Praça Barão do Tefé, hoje Jornal do Comércio depois eles foram pro Calabouço depois prá Lagoa e quando estavam aqui compraram o São Januário, é depois foi fundando o internacional de Regatas também aqui.

Ali foram gravados o programa do Clube do Guri, aonde surgiu a Velha Guarda e da onde saíram, ali. Ali interpretou no palco do Filhos de Talma a Dercy Gonçalves, ela foi atriz nesse palco, ela se apresentou nesse palco e dali vai ser demolido agora porque tá caindo e não tem mais... Mas acho que ainda tá lá, é 21 ou 23 eu posso te levar lá. É dali em mil e oitocentos, final do século XIX saíram os atores para fundar o teatro Dom Pedro que é onde hoje está o João Caetano. Então eles se ativeram a, não falaram do teatro Dom Pedro, que foi o primeiro nome do teatro, falaram em vários nomes tal e coisa, mas não falaram, falaram o nome posterior e não falaram de onde vieram esses artistas e é dali é um fato histórico da maior relevância para o País não é para o nosso bairro, para a história do teatro brasileiro, então se omite coisas assim absurdas, é o que acontece com essa divisão dessa história dos bairros.

Após esta fala a entrevista foi encerrada.

Entrevista realizada no dia 11 /03/2012 às 18:00h – Local: Residência do entrevistado

Nome: Fernando Pinheiro

(Morador do Condomínio Morada da Saúde)

Fernando Pinheiro: É eu sou morador do Condomínio Morada da Saúde.

1. Há quanto tempo você mora na Zona Portuária?

Fernando: Oh, eu moro aqui vai fazer exatamente 11 anos.

2. O que é a Zona Portuária para você?

Fernando: Olha, eu tenho um carinho muito especial pela Zona Portuária né, por ter acreditado no projeto de revitalização, que assim, é o marco da minha história, então eu tenho assim, essa... Acho que é um bairro onde tem uma condição de ficar muito bacana né, tem todo um aspecto que pode sofrer uma modernização, e por isso eu sou apaixonado por esse bairro.

3. Quando se fala em Zona Portuária o que é que vem a sua memória?

Fernando: É, vem sempre assim, uma memória triste, uma memória apagada de um bairro que ficou muito tempo abandonado, o que hoje já não é mais essa, essa interferência, ou seja, esse pensamento né, devido a essa revitalização.

4. O que você considera importante preservar nessa área?

Fernando: É todo o aspecto urbanístico, da... Assim de todo o início dessa, das construções, eu acho que tem que ser preservado. É, a história, assim dos moradores, eu acho que é legal também você poder preservar e também é, você ajudar a mudar um pouco também né, toda essa, essa compreensão desse, dessa história toda né.

5. Você conhece o IPN? O Instituto Pretos Novos?

Fernando: Conheço sim, aliás, até devo uma visita, porque eu conheço de nome, assim de algumas histórias, os fatos que aconteceram. É um projeto bem legal que tem que ser preservado, porque ali tá uma parte dessa história desse bairro da Saúde, da Gamboa e do Santo Cristo, principalmente a entrada dos escravos no Brasil.

Você já visitou lá, ou já participou de alguma oficina, não.

Fernando: Não! Realmente eu nunca fiz uma visita, eu já passei em frente, mas, muitas pessoas que eu comento sobre o Instituto acham assim, bem bacana e querem inclusive visitar.

São pessoas que mora aqui na região?

Fernando: Não! São pessoas de fora que tem um grande interesse em conhecer devida a história né,

Assim, as pessoas que moram aqui nessa região, vamos supor seu vizinho, alguma vez já surgiu um comentário sobre o IPN e você notou algum interesse, (e a reação como...)?

Fernando: Ah, toda hora, até porque assim, a nossa população ela é mestiça, então assim, na verdade todos querem saber suas origens né, e assim, eu vejo que tantos moradores locais né, (*daqui?*) é daqui do nosso condomínio mesmo, eles tem muito interesse em conhecer pelo fato histórico (*o IPN né?*) é, pelo IPN, (*Conhecer o IPN*) isso!

6. *No seu ponto de vista, sua opinião, qual é a representatividade e receptividade do IPN para o entorno, para população?*

Para você, você já disse seu interesse em conhecer, e como você acha que é a representatividade dele aqui para as pessoas que você observa né? E essa receptividade, se é positiva, ou se não é?(Você respondeu mais ou menos lá no início.)

Fernando: É! Pelo que assim, até eu vejo nos e-mails que eu recebo que eu participo e pela assim a entrada que tem o Instituto ali é, eu vejo que tem uma boa acessibilidade ali, até pelas pessoas mesmo daqui do condomínio.

Ah,do condomínio você acha que tem certo interesse.

Fernando: Tem sim.

7. *Sabe-se que existia um projeto de Museu a Céu Aberto o “Portal dos Pretos Novos” ainda no governo do César Maia, - antes da descoberta do Cais do Valongo que ocorreu recentemente -, mas foi pouco divulgado, não se sabia ao certo se iria acontecer ou não, como não aconteceu né. Porém agora após a descoberta, já foi divulgado pelo prefeito Eduardo Paes a criação do Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana, que irá construir. Como você vê a inserção do IPN - porque vão ser vários pontos, marcos de representação da cultura africana, o Cais do Valongo, aquela, o Mercado dos Escravos, e por fim tem o Cemitério dos Pretos Novos que está incluído nesse circuito- consequentemente o IPN vai está porque, mesmo porque, o IPN está sobre o cemitério. Como você vê essa inserção do IPN nesse circuito?*

Fernando: Eu vejo muito positivo, porque assim, eles já fazem esse trabalho, com referencia a esse processo todo antigo né, e esses arqueólogos né, até que apareceu a “arqueologia” os fósseis que andaram aparecendo (*nas escavações*) então isso só vêm confirmar toda a história né? E assim, é muito importante que isso se mantenha vivo, não só na memória como também na visão de todos né, e é uma ótima oportunidade.

8. *Então, em relação ao IPN, você, em sua opinião, o seu olhar, em relação (esta pergunta foi incluída no momento da entrevista). O teu olhar em relação ao IPN, essa Instituição, apesar dele (o IPN) ter partido de uma branca. Essa é uma questão deles serem brancos e não de origem negra, mas: você considera (o IPN) uma instituição legitimada mesmo, na região né,... Ou tem alguma critica em relação dela (se referindo a presidente do IPN e dona da residência) ser branca ou não? E está fazendo esse tipo de trabalho?*

Fernando: É eu acho que não deve existir esse tipo de, acho até certo preconceito se é que existe, eu desconheço, não sei, como eu lhe falei eu não visitei o Instituto.

Mas você nunca ouviu alguma coisa?

Fernando: Também não, eu nunca ouvi nenhum comentário a respeito, então assim eu vejo que é positivo, porque se é, ela é ou não negra ou branca o que quer que seja, eu acho que o trabalho é que tem que tocar, o intuito do Instituto, eu acho que é isso aí que importa.

9. *Como você vê essa atual intervenção urbana nessa área denominada Porto Maravilha?*

Fernando: Oh, eu acho que é uma, vamos dizer assim é um gancho né, que a cidade precisava de um espaço e tinha um espaço que estava abandonado que é bonito, então é juntar o útil ao agradável.

10. *Nesse projeto de revitalização, até onde vai o seu conhecimento, você tem conhecimento se teve, ou esta tendo a participação da sociedade, da localidade no seu desenvolvimento ou a sociedade só participa nas reuniões em que são apresentados projetos já idealizados e prontos? Ou você não tem conhecimento sobre isso?*

Fernando: O que acontece, é, mais anteriormente, não exatamente quando estava todo o processo eu vinha acompanhando. Agora, já nos últimos 02 anos eu já não pude participar um pouco mais de perto de toda essa transformação, mas eu observo que assim, ah, vamos dizer a sociedade, tanto local quanto as adjacências eu não vejo assim, que é consultado me

parece isso. Não tem como, não tem como assim, provar isso, desde que eles estão traçando o... *(e apresentando)* e apresentando e vai né, por aí.

E no período que você participou a população dava opinião e era ouvida ou só vinham mesmo expor o que seria feito?

Fernando: Ainda era assim muito precoce *(estava no início)* é, então assim não tinha como *(por volta de que ano mais ou menos)* uns três anos atrás *(três anos atrás)* até mesmo porque a... o Condomínio Moradores da Saúde já faz parte da revitalização da área do cais do Porto né isso começou a onze anos vai fazer anos né, então assim, era prá tá muito mais adiantada a situação. Mas tinha uma participação meio modesta do povo local, a sociedade em si.

Tá, mas nada que pudesse interferir fazer alterações?

Fernando: Não!

11. *O que essa intervenção - no seu ponto de vista - poderá trazer de benefício para o local, para a população ou ao contrário?*

Fernando: É, tem algumas correntes, assim da população local, que acha que vai perder seus espaços, ou seja, as coisas, os eventos, enfim o que vem prá cá, o que tem prá cá vem de uma forma que ele não tem acesso né, mas em contra partida *(não tem acesso como público ou)* como publico, como público né, é muito caro, e a população de repente é pobre e não acessa. Por outro lado, também eu penso que é preciso ter as duas situações, uma que tem que ter a modernização, a gente precisa disso acho que a sociedade em si precisa, e é necessário também que junto essa toda urbanização e toda essa melhoria venha se pensar também nas pessoas que tenham..., que são mais limitadas no seu ponto de vista de salários de dinheiro né.

Então você vê como positivo, mas em relação a essa população que tem um poder aquisitivo menor não vai ser uma coisa assim tão positiva, nesse sentido para eles não vai ser bom?

Fernando: Eu acho que eles terão um pouco mais de dificuldade né.

Você acha, acredita que possa haver desapropriações esse tipo de coisas?

Fernando: Olha, porque aqui na verdade, aproveitando esses ganchos todos, tiveram algumas invasões, mais recente.

Invasões?

Fernando: É! Invasões de alguns prédios e esses provavelmente serão retirados sim. Agora se eles vão ficar no local isso eu não sei, mas eu creio que deve ter algumas

desapropriações das pessoas mais recentes que invadiram. *(e quem mora, porque tem aquele caso da Pedra Lisa lá né, na Providência, eles vão sair né, e eles não são invasores né, não é invasão)* na verdade sempre é, sempre qualquer, qualquer obra que se faça em determinado local sempre desapropria alguns né, isso é, a gente vê em todos os âmbitos de urbanização em toda cidade é assim mesmo *(mas vai ser uma minoria?)* eu acredito que sim, acredito que sim *(a maioria – na sua opinião - vai ser o pessoal que invadiu o prédio)* isso! Aquelas pessoas que estão aqui há mais tempo *(que estão irregulares)* é, algumas mesmo as irregulares elas devem ficar em algum momento em algum local, eu acho que a política hoje é manter quem é antigo.

12. Sempre - sempre no seu ponto de vista né - o impacto você já me disse que pode causar, então, quanto à criação de museus nesse projeto, porque todo o processo de revitalização e intervenção urbana desse novo ideário de cidade tem sempre um museu, e aqui nós vamos ter o Museu do Amanhã, tem o MAR, também. Como você vê a criação do Museu do Amanhã especificamente nesse projeto ali no píer?

Fernando: É, vai ser um contraste muito grande né, porque o Museu do Amanhã é, ele pelo o que eu vi em alguns projetos, ele né tem uma arquitetura ousada né, bem diferente, mas que agrega ao, assim a região né, porque o projeto tem assim, a ver com mar né, com que se pretende fazer da, dessa área, eu acho que é muito importante, mas eu não conheço a fundo também não.

13. Qual a relação - que você acha- que ele vai trazer para o entorno?

Fernando: Olha, eu acho que entorno vai poder assim, é possibilidade das pessoas conhecerem um pouco mais, se é que vai ser isso, porque eu também não sei exatamente o que, é que vai ter nesse Museu do Amanhã, *(o museu da ciência, da sustentabilidade)* eu acredito que tenha de tudo um pouco, a sustentabilidade, tecnologia, então vai ser uma oportunidade pra população local e também população do Rio de Janeiro *(conhecer né,)* e os turistas também.

14. Agora a última pergunta. Como você imagina a Zona Portuária depois da obra?

Fernando: Eu acredito assim, que vai ficar um mega bairro, um bairro onde é, são alguns projetos inclusive é não terá fio, pelo menos assim os que estão nos projetos, então acredito que ficará um bairro bem diferente né, eu acho que é essa a ideia que todos têm aqui, esperamos que seja assim.

Mas você acredita que a urbanidade local vai assim, vai modificar, vai ter uma reconfiguração?

Fernando: Ah com certeza! (*social vai ocorrer, ou você acha que eles vão conseguir é...*) manter algumas arquiteturas tipo, algumas arquiteturas.

Não a urbanidade, esse tipo de vida do cotidiano do pessoal que existe no local, isso daí vai ter uma...

Fernando: Eu acredito que dependendo de alguns locais né, vai ser mais pontuais mesmo, pode até ser que sim, mas vai haver uma mudança bem radical ali, acredito (*na, nesse cotidiano das pessoas lá*) nesse tipo de cotidiano das moradias né, do ir e vir das pessoas.

É que aqui, quando a gente chega têm as pessoas na pracinha, brincando, andando de bicicleta não sei o que, cadeiras na calçada isso aí vai sofrer alguma alteração?

Fernando: Por isso que eu falei, alguns pontos ainda existirão.

Você acha que vão manter?

Fernando: Tipo dos morros, lá no Morro da Conceição, sempre vai ter né, talvez aqui também na pracinha, eu acredito que não mude muito né. Vai mudar mais entorno, mas nos grandes acessos que a perimetral, perimetral não porque ela vai ser demolida, mas na Rodrigues Alves, até no próprio binário, (*Praça Mauá*) Praça Mauá esse sim.

Mais adentrando aos bairros pode se manter?

Fernando: Eu acho que dá prá se manter, acho que não muda muita coisa não, até as pessoas tão, tem esse receio de ter toda essa mudança e essa mudança não trazer melhorias pros bairros (*aqui prá dentro, de repente ficar só por ali*) só naqueles pontos mais assim é..., (*estratégico*) estratégico.

Após esta pergunta a entrevista foi encerrada.

Essa entrevista é para um trabalho de memória social, hoje é dia 20 de março às 20:00h

Local: Sua residência no bairro da Gamboa

Nome: Sérgio Bento Monteiro

1- É morador da Zona Portuária á quanto tempo?

Sérgio: 47 anos

2- O que é que a Zona Portuária representa prá você?

Sérgio: Oh é, primeiro espaço, o espaço que a princípio você acostuma, nasci aqui, você tem vínculos com pessoas que moram aqui. Além de eu achar o local o local bem interessante até por questões de ser a minha praia, trabalho com história e acho que a memória do Rio de Janeiro tá aqui, grande parte da memória do Rio de Janeiro tá aqui, além disso, tem vínculos também, afetivos com pessoas que moram aqui.

3- Quando se fala na Zona Portuária o lhe vem à memória?

Sérgio: É bastante esquecimento né, ao longo, sobre tudo ao longo de século XX sempre coloco isso, é local esquecido, eu costumo dizer que você passa, olha e não vê, agora sim, agora tá começando... O poder público tá começando a enxergar isso aqui com outros olhos eu acho eu que tá interessante.

4- O que você considera importante preservar nessa área?

Sérgio: Olha. Eu, não só nessa área, mas assim, eu como historiador eu acho que **primordial a princípio você preservar a vida humana**. Essa região está caindo entendeu, totalmente degradada e que é necessário preservar são assim, coisas que a priori você, que o próprio IPHAN, enfim julgar que deva preservar, mas sobre tudo **preservar a memória do local**. Agora questões de prédios, por exemplo, é se não houver uma intervenção do poder publico, mas uma intervenção fora de todos esses, desses, do usual. Uma intervenção forte, porque o poder aquisitivo aqui é baixo, e muitas fachadas caindo, alguma com... é preservada pelo patrimônio, mas que tem, preservada pelo patrimônio, mas que, que realmente levam perigo a vida humana. Então, tem que se preservar é, tem que se preservar é sobre tudo a memória, mas assim, **preservar aquilo que realmente tenha valor histórico**. Por quê? A gente sabe que o Rio de Janeiro é uma cidade que foi criada pelo acaso, não teve um planejamento enfim, e você vê aqui como morador a gente vê que a

região necessita realmente de um cuidado que é até difícil falar em preservação, quando você vê que aquilo tá causando perigo prá vida. Então, eu não sei, eu acho você que tem que, eu acho que o poder público tá entrando agora com essa questão do Porto Maravilha. Eu acho que tá bacana, eu concordo mesmo algumas coisas que são que são questionadas, mas eu concordo que com as decisões que estão sendo tomadas sobre tudo, embora fique cavalheiro, porque eu não faço parte de nenhum partido, mas eu acho que as decisões estão sendo bem encaminhadas. O que tem que se preservar aqui é, você tem realmente algumas coisas históricas, mas o que se tem que preservar sobre tudo é a população dessa região que realmente são famílias que estão aqui há mais de cem anos, a minha, por exemplo, a minha família é a moradora mais antiga aqui da região e é mesmo, a minha família é uma das mais antigas, nós temos casas aqui do século XVIII, século XVII, desculpa XIX, então, uma das famílias mais antigas. *(É a urbanidade local né).*

5- Você conhece o IPN? Instituto dos Pretos Novos?

Sérgio: Conheço, conheço, acho muito interessante, agora o Instituto dos Pretos Novos, posso continuar, conheço a Merced *(Eu ia perguntar se você já visitou ou fez algumas oficinas, já visitou)* Já visitei, participei, já fui convidado prá palestras, prá ser palestrante é, agora, não me surpreendeu em nada, até porque qualquer, qualquer casa, qualquer edificação ao longo daquela rua vai ter, qualquer escavação você vai encontrar a três metros você vai encontrar ossada entendeu, nada me surpreendeu quando achou, nada, não me surpreendeu em nada.

6- Qual a representatividade e a receptividade do IPN pra você e para o entorno?

Sérgio: Bom, prá mim superinteressante como historiador é, sabia que aquela região realmente existia um cemitério, um cemitério entre aspas, mas assim um local onde se deixava, onde se queimava sobre tudo os escravos que chegavam recém-chegados no Rio de Janeiro. Mas assim para as pessoas da região ainda é pouca visitada não tem, na grande verdade a questão cultural, nessa região você, agora ultimamente de uns 05 ou 06 anos prá cá tem havido uma certa conscientização, mas a grande maioria não tem nenhuma afetividade com aquele espaço *(mesmo assim quem é descendente assim, ou é afro-brasileiro)*. Eu também que não, eu acho mesmo também, eu que é uma grande minoria que tem esse sentimento de afro-brasileiro, afrodescendente, aqui na região mesmo, não tão nem aí *(não porque eles não tem, não tem assim um vínculo, uma ligação com a região, porque pelo o que eu fiquei sabendo vieram muitos nordestinos também para essa*

área e não tem um vínculo com o local. Mesmo os que não estão inseridos nesse grupo?) É justamente, essa região por exemplo, a partir do final do século, dos anos 70 século XX segunda, finais dos **anos 70 início dos anos 80, houve uma chegada de uma população nordestina** muito grande, e assim uma região que tinha muito português, tinham muitos portugueses e muitos afrodescendentes e ainda tem, mas assim, hoje você vê em certos locais, em certas ruas a grande maioria nordestina entendeu, você, quer dizer, isso é coisa de 30 anos prá cá, 35 anos prá cá, o vínculo é muito pequeno, muito pequeno.

7- *Sabe-se que existia já no governo César Maia um projeto do Museu a Céu Aberto, Portal dos Pretos Novos, já tinha essa ideia. Antes dessa descoberta que teve agora do Cais do Valongo, já se falava em ter um projeto nesse sentido, mas foi pouco divulgado e não se sabe ao certo, não se sabia se iria acontecer. Agora com a descoberta do Cais do Valongo, foi divulgada pelo Eduardo Paes a criação do Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração a Herança Africana. Como você vê esse Circuito e a inserção do IPN? (No caso, porque o meu foco é nesse circuito).*

Sérgio: Eu acho fantástico, eu acho assim, que o Instituto dos Pretos Novos é, vai ganhar uma visibilidade muito grande a partir dessa, dessa iniciativa do Museu a Céu Aberto enfim, acho que a região é fantástica. Se você for, se a gente for falar de Rio de Janeiro, história do Rio de Janeiro sobre tudo século XIX, você confunde a história do Rio de Janeiro com a história da região, aqui tinha o mercado de escravos né, quando se fala em Valongo está se falando de Saúde, quando você fala em comércio, em comércio, é..., em comércio internacional, importação e exportação você tá falando na Saúde, quando você, Saúde no caso a região portuária, Saúde, Santo Cristo e Gamboa. Enfim, tudo que você fala em matéria de decisões políticas é, do século XIX basicamente acontece nessa região, entorno dela, então pro INP né (IPN) IPN Instituto dos Pretos Novos, pro IPN vai ser fantástico. Eu acho que, é vai, é uma iniciativa que vai ajudar muito a valorizar aquele espaço. Mas assim, quem vem de fora vai dar mais valor entendeu. Quem vem de fora vai dar mais valor do que o pessoal que tá aqui.

8- *Como você vê essa atual intervenção urbana no Porto Maravilha nessa área?*

Sérgio: Fantástica, eu acho assim é, eu fico muito a cavaleiro, porque não tenho partido político, eu acho que acontece, aconteceu no momento certo já tinha passado da hora e quem tinha um pouco de consciência, aqui na região, sabia que um político que tivesse uma visão que o Eduardo teve, eu acho que seria é, não tinha como, não tinha outra saída.

Que tem um momento que é o seguinte, eu costumo dizer que quando você tá, quando você cai num poço, enquanto você não chega no solo você não tem como subir. Então a região portuária caiu no fundo do poço durante todo o decorrer do século XX né, não vou dizer nem do século XIX. Século XIX é você tem toda uma, você tem todo um envolvimento da região com a questão afro, com a questão é, da escravidão, mas o século XX, a partir da República, a região é totalmente esquecida, e aí se você não chega no final do poço como nós já estamos no final do poço, estávamos no final do poço você não tem como subir, você não tem aonde se apoiar prá subir. Então a região caiu no final do poço, no fundo do poço, então foi a hora ela quicou no fundo do poço e tá subindo. E assim, a intervenção muitos colocam que é uma intervenção meio que autoritária, mas isso aí a gente sabe que quem sentar na cadeira do executivo vai receber essa critica, não tem jeito.

9- Nesse projeto de revitalização até onde vai o seu conhecimento, há ou houve, (não sei se teve a participação da sociedade da localidade no desenvolvimento, no desenvolvimento desse projeto), se a sociedade só participa nas reuniões em que são apresentados os projetos já idealizados e prontos, ou ela pôde interferir em alguma coisa?

Sérgio: Pôde interferir sempre, só que eu participei desde o início e uma comunidade que, eu não sei quantos moradores tem aqui, mas eu acredito que na região de Saúde e Gamboa tenha mais de 20.000 e você encontrava 10 pessoas, 08 pessoas. Então assim se existia o convite, existia a discussão, se as pessoas não chegavam juntas não pode reclamar, entendeu.

10- Mas assim, você participou de algumas reuniões, nas reuniões que você participou o que era colocado pela população em termos do projeto era escutado e eles levavam em consideração ou não se mexia em nada?

Sérgio: Bastante, bastante, agora o que se ouvia, mas quem, olha só o grande barato é o seguinte cada um pensava no seu umbigo, nas discussões os projetos eram apresentadas as pessoas envolvidas, representantes da prefeitura estavam super abertos sim, a receber, a receber ideias, enfim. Só que a maioria queria saber do seu umbigo, a maioria tava preocupada com sua casa, como sua casa ia ficar, se o projeto ia passar por cima da sua residência entendeu. Mas ideias mesmo, como resolver o problema pouquíssimas entendeu, e aí você acaba deixando na mão de outros prá resolver entendeu. Então assim, mas foi sim e com sinceridade eu tiro o chapéu, eu tiro o chapéu, porque assim, eu sei a dificuldade que esses caras tão passando, eu tenho participado de algumas reuniões, eles

me recebem no Porto Maravilha, mas assim a qualquer hora e não só eu, qualquer morador, eles recebem mesmo. Se você quiser conversar lá com Jorge Arrais que é o presidente, ele te recebe, entendeu, qualquer morador. Agora, é tinha que se fazer alguma coisa e executar. É difícil. *(sabe, porque essa minha pergunta, porque tem o Fórum Comunitário do Porto e lá - tem algumas passagens que eu li - que parece que os projetos, a maioria já chega com as ideias...)* Olha só, pensa numa coisa, o cara tem 04 anos prá executar um projeto que um governo dele, tem 04 anos prá executar, ele pode ou não, é se reeleger, o cara apresenta um projeto, um projeto, esse projeto Porto Maravilha se eu não me engano foi umas 03 ou 04 vezes modificado *(é desde a época dos Sirkis né, que está esse projeto)*. Exatamente. Agora tem uma hora que, não tem jeito tem que intervir gostando ou não tem que intervir senão, não sai do papel. Aliás, assim, pela experiência que eu tenho, que também sou historiador, pós-graduado, eu tenho experiência, o mundo acadêmico gosta muito da discussão é saudável, mas tem uma hora que a gente tem que botar em prática a coisa entendeu.

11- *O que essa intervenção no seu ponto de vista poderá trazer de benefício para o local para a população ou ao contrario?*

Sérgio: Olha, pode trazer muito benefício esse projeto, a experiência, a experiência que a gente tem isso dá certo no mundo inteiro e para população local só vai trazer benefício, eu não conheço um que tenha reclamado dessa intervenção. Sinceramente eu não conheço mesmo, o que pode reclamar são aqueles que a casa está caindo e no final de semana tão bebendo no bar devendo a Deus e o mundo e tão tomando “birita” no bar e a casa caindo. E você é obrigado a morar ao lado de uma casa que tá caindo, então essas figuras não tem o que reclamar a maioria, são muitos invasores, não pagam água, não pagam luz. Essa coisa tem que ser colocada porque, porque assim quem tá de fora tem uma visão, só que a gente que paga imposto que quer morar decentemente, a gente não é obrigado a morar do lado de rato. E quem reclama pode ter certeza que não tem, é invasor, são invasores, porque moradores mesmo que tem a sua casa, que comprou e tal, eu não vejo reclamar, sinceramente não adianta, não tem essa não existe, não existe um aqui que reclame, eu não vejo, nem com essa mudança toda, com essa questão toda das obras, dessa questão de mudança de... é trajetos né de veículos e tal, não vejo. Aliás, eles estão fazendo até com uma educação muito legal cara, eu acho que tá sendo muito legal. Agora a questão da gente, o brasileiro tem mania sim, de reclamar e não apresentar solução entendeu, e a maioria que apresenta, apresenta na academia que na hora do vamos ver mesmo não faz

entendeu? A grande maioria gosta da discussão acadêmica acha super, mas na hora de pegar na massa não pega, não pega, você me desculpa, mas não pega, a gente tem consciência de que a discussão é bacana é não tem jeito. Mas executar é uma coisa, legislar é outra, entendeu. Saturnino Braga foi um excelente senador foi um “merda” como prefeito, eu adorava o Saturnino eu era brizolista na época, mas é verdade, legislar é uma coisa executar é outra e tem horas que não dá. Na hora da mão na massa a maioria da academia foge.

12- Então do seu ponto de vista o impacto, que impacto pode causar aqui, essa intervenção, que impacto poderá vir a causar ou...?

Sérgio: Eu acho assim, eu tenho, eu dei até uma ideia, porque eu sou muito honesto, por exemplo, a região é muito feia, as casas são feias, eu acho isso aqui muito feio. Então é assim, eu tenho, por exemplo, é, eu tenho amigos que vem aqui adoram isso aqui pessoas que moram na zona sul veem isso aqui meio que, estilo meio diferente, mas a região ela é muito feia, muitas fachadas caindo, as casas muito feias. Então é o seguinte: em primeiro momento eu não vejo isso daqui a cinco, seis anos isso aqui ficar legal, porque a grana é outra, mexer em fachada, mexer, o que eles estão fazendo, que eu acho muito importante, que as pessoas pouco estão se conscientizando disso, mexendo, por exemplo, no que não vai aparecer na obra. Por exemplo, no subsolo, no tratamento de esgoto, a questão das galerias fluviais. Isso aí vai ser obra, que está sendo feita e não vai ser vista, mas quem mora aqui vai sentir, porque a gente sofre com as enchentes, quando, até porque isso aqui tá no nível do mar e não vai se resolver, e a gente sabe que não vai se resolver de uma hora prá outra. E assim, muitas obras não vão aparecer, as fachadas vão continuar caindo, eu particularmente dei uma ideia, que fui recebido assim, não sei como isso funcionaria juridicamente também nem quero saber, porque eu não faço parte dessa coisa, eu dei a ideia só, mas eu não quero me meter nisso. Era por exemplo, como foi feito em alguns Estados, o Pelourinho, por exemplo, você tem algumas determinadas firmas que adotam uma... um determinado quarteirão tá, e aquilo ali por exemplo, grandes empresas investiram num quarteirão X, investiram lá um milhão e aí reformaram aquelas fachadas. E aí essas empresas que reformaram as fachadas recebem o benefício da isenção do que aplicou só que os moradores vão pagar aquilo em cem, duzentas vezes, a prefeitura não vai sair no prejuízo, a prefeitura dá a isenção para a empresa que adiantou e os moradores pagam (*à empresa?*). Não, à prefeitura. Não sei como isso juridicamente pode funcionar, você obrigar uma pessoa a fazer obra, eu acho que deveria uma casa que tá caindo, eu não

sou obrigado a passar numa casa que tá caindo, embaixo de uma casa que tá caindo. Então se você bota uma empresa prá fazer aquela fachada e depois você cobra do morador em cem, duzentas prestações que seja, eles adoraram essa idéia não sei se vão botar em prática, porque tem 3% só prá mexer em fachada e 3% é pouco (*e essas, pelo o que eu ouvi nas palestras que eu tenho ido esses 3% vai mexer nessas fachadas que vão habitar só quem ganha de 03 salários mínimos em diante prá poderem conseguir manter essa fachada, porque quem ganha abaixo não vai ter condições de manter e daqui a pouco vai estar caindo. E esse pessoal que ganha menos de 03 vai prá onde? Esse pessoal vai ser desapropriado, no caso?*) Olha a questão é, essa questão é muito, muito, é muito delicada, eu tenho uma visão às vezes até meio forte, porque assim (*porque tem o Morar Carioca, têm aquelas construções alternativas que eles falaram, mas nada prá baixo de 03 salários?*). É. A minha preocupação, a minha preocupação sempre foi assim é, enquanto historiador mesmo, a gente sabe que a questão mesmo do subúrbio aqui no Rio foi após, sobretudo, após a República. O subúrbio começa a existir, se você faz uma região onde o IPTU vai aumentar, o pessoal vai ter que ir embora, não tem jeito, mas isso não tem jeito, uma evolução, não tem jeito, gente! Quem conhece o Estado do Rio, eu conheço um pouquinho o Estado do Rio não tem jeito, você tem muita área prá ser habitada, não tem jeito, é a realidade, não adianta querer ficar com um sonho, porque a vida não é assim, sonhar é muito mais gostoso, sonhar é mais gostoso do que a realidade (*não tinha como dá um desconto, uma coisa prá quem ganha {mas eu acho até que vai existir} prá manter, eu falo assim que tem gente que deve estar aqui há anos*) Tem! (*mas não tem o poder aquisitivo*) Tem! Agora, e o seguinte, a primeira coisa que tem que se conscientizar que pode, eu te dei um exemplo e vou te “confessar” se você vier aqui no final de semana você vai ver um montão de gente tomando cerveja, comendo churrasco na esquina e com a casa caindo. Eu continuo falando “isso não adianta”, eu moro aqui eu sei, eu convivo aqui, eu acho que eu sou, que todo ano, todo ano de 04 em 04 anos eu me colocam como candidato a vereador aqui todos. Assim o maior comerciante da região que é o Carlos lá do 2001 que é o dono lá do hotel onde, trabalha, ele fala prá mim, “você é o único cara que se vier eu banco a tua campanha, eu banco quanto a gente vai gastar! Trezentos, quatrocentos mil, eu banco a tua campanha”, eu não quero essa porra, porque não é prá mim. Primeiro que vão me matar rapidamente, que não é prá mim “bicho”, eu não sou político, eu não sou político. Então assim eu vejo, porque assim, vão me pedir uma coisa, que eu vou falar assim, a primeira coisa que vai fazer é parar de tomar tua cerveja e consertar aquela tua fachada ali, quanto que tu gasta de cerveja por semana?

“Cem pau”, no final do mês são 400, sabe quanto é uma lata de tinta meu irmão? É R\$100,00, custa R\$100,00 e aí? Vamos comprar 4 latas de tinta, vamos mexer na tua fachada, então eu sou muito realista, mas eu falo isso e o pessoal gosta, o pessoal fala “pô Sergio tu que tinha que vir à frente mesmo” é prá depois ficar sozinho num rabo de foguete, porque todo mundo te dá força, na hora de tu bater de frente ninguém vai querer entender. O grande lance é esse, a realidade é assim se tiver aqui uma evolução, eu torço prá que isso aqui evolua tá. Assim, nasci numa família que..., sou cria de uma família que é tá aqui há mais de cem anos entendeu e conheço cada pedacinho desse lugar, conheço cada pessoa daqui, mas conheço mesmo e sei que são muitos viciados em poder público é dar solução prá vida deles, não é assim, a gente primeiro tem que pô, tá! Existe um problema vamos tentar resolver também, porque só esperar que façam não dá, a realidade é essa mana, não tem jeito.

13- *Quanto à criação de um museu nesse projeto, como você vê que tem o MAR, vai ter o Museu do Amanhã. Como você vê a criação do Museu do Amanhã?*

Sérgio: Eu acho tudo legal, eu acho tudo que chega aqui com intuito, o Guggenheim eu era a favor, eu acho que foi a maior perda de tempo não colocar o Guggenheim eu acho (*aqueles milhões*) com aqueles milhões todos, assim, é, alguma coisa tinha que ser feita. Por exemplo, se você me perguntar entre o Guggenheim e o que tá sendo feito, lógico que o que tá sendo feito, mas assim, quando você tá no fundo do poço você tem que, alguma coisa tem que ser feita, eu te garanto que se viesse o Guggenheim, muito..., como é que a Lapa funcionou? A Lapa funcionou, o poder, a iniciativa privada veio colocou a grana e o poder público veio a reboque, foi assim que a Lapa renasceu e essa região aqui só vai renascer assim e você pode ter certeza que eu já tenho conhecimento, aqui o tem de prédio comprado pelo, pelo comerciante da Lapa é pancada, pancada, pancada, que já tá prevendo isso agora. A Lapa foi assim, você vê a iniciativa privada e o Poder Público vem a reboque, não tem jeito, aonde, essa é a ordem natural, infelizmente é assim, não tem jeito. Eu acho assim, eu sou a favor de qualquer tipo de iniciativa que dê visibilidade a região entendeu, porque, até porque eu não acredito, não acredito que se consiga preservar todas essas fachadas que tão, não acredito. Eu torço, eu juro por Deus, lógico que eu não vou torcer prá cair na cabeça de ninguém, eu tenho família, tenho filha, eu tenho filho, mas eu torço prá muitas coisas que tão assim, não tem ninguém, tomara que caia essa porra, cai logo! E aí acabou bicho, acabou, caiu tem que se fazer entendeu, não tem jeito, porque aí você convive é até vergonhoso, você convive com a miséria o tempo

todo e você não tem nem opção, eu assim, você..., eu também tenho o direito de querer morar aqui, eu tenho três imóveis aqui. Eu poderia sair daqui, se eu vender um imóvel que eu tenho aqui, eu compro um apartamento na Zona Sul maravilhoso, não me interessa no momento, no momento! Mas eu tenho o direito de morar aqui bicho! Agora eu não tenho, eu não tenho obrigação de conviver com imundice, com pessoas que não tem consciência, é isso gente, é isso que você vê aqui, mas eu falo na cara, eu falo na lata deles (*não é o fato de ser pobre é o fato de ser...*). Não! É pobreza de espírito, problema não tá (*é que às vezes a pessoa é pobre, mas*) exatamente, eu conheço pessoas aqui que ganham salário mínimo e tem a sua casa digna entendeu, e conheço pessoas aqui que se prevalece de uma situação e tão com as casas caindo, as fachadas caindo aos pedaços e não tão nem aí entendeu, é questão de consciência, educação mesmo entendeu.

14- *Então olha só, voltando ao Museu do Amanhã, você conhece o projeto do Calatrava. Qual a relação, tudo em sua opinião, que você acha que ele terá com entorno, qual a relação dele com aquele entorno, que tem uma proposta mediadora entre o velho e o novo? Né. Isso que a gente vê sempre nas palestras do...*

Sérgio: Eu acho interessante, eu acho interessante que assim, eu que o novo pode conviver com o velho tranquilamente entendeu, e assim é, prá te confessar eu não tenho uma opinião formada, você me pegou assim, porque eu não tenho assim. Prá mim é indiferente, numa boa assim, com muita honestidade é indiferente, me, me emociona muito mais é o Cais da Imperatriz, por exemplo, entendeu me emociona muito mais, embora já sabendo que aquilo ali tá ali, estivesse ali, eu sabia, a gente já sabia, todo historiador que mexe com essa região já tinha essa consciência. O Museu do Amanhã prá mim (*Porque o Museu do Amanhã não vai ter nenhuma relação assim com a cultura do local né com a raiz, por isso que você não sente muito...*). Pois é, mais o grande barato assim, também não pode chegar aqui e querer que isso aqui fique, viva só do passado, não é assim, isso aqui tem que conviver com o presente, se você tem uma ideia de colocar, de tentar mesclar essa coisa do passado com o moderno, não vejo problema nenhum entendeu, Eu costumo ver a pessoa reclamando falando assim falando assim “pô, o cara chegou ontem” entendeu, “porque que você acha que você é o dono desse pedacinho aqui, porque que você acha o dono daqui”? (*aqui tem muito isso?*) Tem isso demais entendeu! (*os antigos?*). Os antigos, você acha o dono (*Como dizem que tem no morro da Conceição né, parece que tem isso, os moradores antigos com os nordestinos que...*). Exatamente, aquele Morro da Conceição é outro, entendeu, a maioria que tá ali assim,

eles realmente, eu acho interessante que é o seguinte, eles olham para o umbigo deles mesmos, eles quando pegam a questão, porque Morro da Conceição eles se acham solitários. Eles se acham uma ilha dentro da região, quem mora ali entendeu, quem mora ali no Morro da Conceição se acha (*um lugar de destaque*) não é porra nenhuma! (*mas eles se sentem*). Eles se sentem só isso, só eles se sentem, mas eu acho que assim, aliás quando em eu vou em reunião com eles eu dou porrada neles, porque assim, quando a gente pensa, a gente pensa no total entendeu. O Morro da Conceição simplesmente é, deu sorte que, a maioria ali foi português, eu tenho família lá, eu tenho família lá, eu tenho uma tia lá, que mora lá, a melhor casa que tem lá, aquela lá de cima lá em frente a..., é a melhor casa do Morro da Conceição, mas ela não tem esse sentimento não bicho. Ela não tem essa coisa não, ela se sente dentro da região portuária entendeu, ali no Morro da Conceição tem essa coisa de separar um pouquinho. Mas eu acho ótimo, sabe por que, porque lá o pessoal briga, luta por uma questão de fachadas bacanas, as pessoas preservam, tem esses sentimentos que a gente não vê aqui, aqui embaixo a gente não tem essa, essa, essa unidade sabe, essa coisa de vamos preservar e vamos fazer uma fachada bacaninha, não tem isso. (*será que é porque, eu não sei porque eu não conheço muito bem a região, mas será que lá tem menos pessoas de fora*) Pode ser! (*aqui pelo o que a Dona Mercedes falou tem muito quarto alugado aqui, gente que vem...*). Isso aqui é muito ruim bicho! Isso aqui é muito feio! (*então tem muitas pessoas que vem prá cá, porque fica perto do trabalho*) Exatamente! (*mas não tem ligação coma região*) Não tem ligação nenhuma com a região. A região é muito feia, se não tiver uma intervenção como tá acontecendo, sabe, isso aqui realmente não, era impossível você conviver aqui, mais 10 anos isso aqui caía, então a intervenção chegou numa hora certa já no limite, isso aqui é muito feio e eu acredito que não tenha assim, não vai daqui a 02, 03, 04 anos, até o 2016 como estão dizendo não vejo isso resolver o problema da região. **O problema da região é questão de conscientizar a população.**

- 15- *Não sei se você pensa dessa forma, algumas entrevistas que eu fiz, algumas pessoas falaram que tem o único receio assim que eles têm é que essa obra, essa intervenção do Porto Maravilha acabe não chegando aqui dentro fique mais por lá e não venha prá cá, isso que eles têm receio, porque no fundo eles querem que a melhoria chegue aqui.*

Sérgio: Eles querem que o Poder Público conserte a fachada deles, vamos perguntar, a questão é essa, a questão é de hombridade. As pessoas, quando eu falo, as pessoas me adoram ou não, é questão de vergonha na cara de querer consertar suas fachadas, isso é

uma questão mesmo gente! Não é o Poder Público que tem que consertar fachada dele não entendeu, não é o Poder Público que tem que consertar a fachada deles, é a grande verdade, isso ninguém gosta de falar, porque como eu acabo entrando na tua academia eu tenho esse negócio, eu sou muito objetivo, eu acho assim, vergonha na cara, as pessoas tem que se conscientizar de quem que tem que resolver as suas vidinhas são elas, suas facha... eu tenho certeza por isso que eu to te falando, eu tenho certeza que não vão vir prá cá, vai ser mesmo coisas que você não vê, obras subterrâneas, o entorno. Agora aqui dentro, quem tem que mexer nas fachadas, esse papo de dizer que não tem grana gente, isso não cola, não cola. A maioria dessas fachadas que tão caindo são pessoas que invadiram, as pessoas que moram em suas residências que eu conheço, numa boa, eu conheço cada palma dessa rua, dessa região, eu não tenho uma rua que eu não tenha amigo, AMIGO, não é colega não, não tem uma rua aqui. Qualquer rua que você falar eu conheço alguém. As casas aqui que estão caindo a maioria aqui são invasões, é uma questão também de Poder Público também meu! Entendeu, essa coisa de invasão eu não sou a favor não meu, eu não sou a favor não, eu vou te ser muito honesto cara, eu não sou a favor, existe todo um problema social a gente sabe que existe, agora, invadir o que não é teu! Não sou a favor não, não sou a favor e a maioria do que, das fachadas que tão caindo são invasões, e aí que isso, o quê que ela quer? Já invadiu, o Poder Público ainda vai, ainda vai ter de consertar a fachada prá ela, ela já sabe que invadiu, que ela vai ganhar uma outra residência pode até não ser aqui como aconteceu esse mês aqui, tem pessoas que ganharam lá em Senador Camará Zona Oeste, mas ganharam (*eram invasores?*) Era, invasores e muitos nem eram invasores, colocaram lá, aproveitaram o momento da inscrição lá e passaram por invasores entendeu, as pessoas se aproveitam, muitos, eu conheci uma hoje, ela falou, “ah a minha filha conseguiu”, “ah é que legal” né! Ela tem um apartamento aqui na rua entendeu, isso aí.

16- Então, agora é minha última pergunta, para encerrar né. Como você imagina a Zona Portuária depois dessa obra, pode ser sua expectativa e como você imagina que isso vai ficar?

Sérgio: Eu sou um cara positivo, eu sou otimista até, eu acho assim, eu posso ser muito franco, juro, é o seguinte, eu torço prá que isso aqui evolua bastante, eu torço pro IPTU daqui subir, (*oh eu vou poder colocar na minha...*) pode e pode botar meu nome também. Eu torço pro IPTU subir porque é a realidade gente, vão me matar, eles vão me matar, eu adoro isso, eu não devo porra nenhuma prá ninguém, não tem problema não. Olha só, eu acho que tem que evoluir sim, o IPTU tem que subir, porque você só tem melhoria, você

só tem uma estrada boa quando você paga pedágio, não tem jeito. Eu pago o IPTU num apartamento, esse apartamento que você tá vendo aqui R\$ 75,00, é uma “m” muito pouco, é muito pouco, e aí você tem que, prá você ter melhoria você tem que, você tem que arrecadar, não tem jeito essa é a realidade. Quando eu falo isso gente, eu sou muito cavalheiro, não é que eu tenha grana ou deixe de ter não é isso, eu corro atrás meu. Então eu acho que, eu acho, torço prá que isso aqui evolua, eu torço prá que a gente possa morar num lugar que a gente é tenha realmente todo saneamento básico é necessário e, mas assim que realmente funcione né, E você pagando mais IPTU você, porque que, porque que na Zona Sul acontece um problema com a água, por exemplo, falta d’água na Zona Sul, é noticiado rapidamente em todas as emissoras de televisão. Falta água aqui duas, três semanas e ninguém sabe, porque lá o pessoal paga mais, não tem jeito, é assim que a coisa acontece, agora vamos torcer prá que as pessoas ganhem bem prá poder pagar bem. A gente não pode chegar e falar assim, “ah vamos continuar pagando pouquinho”, eu vou ficar nessa mesma merda na minha vida, o resto da vida ganhando pouquinho prá pagar pouquinho, não! Eu quero morar num ambiente descente, se eu tenho uma estrada boa, eu paguei pedágio prá ter, isso é a realidade, você me mostre uma estrada onde não tenha tido intervenção de pedágio por exemplo. A telefonia, por exemplo, nós somos de uma época que ter telefone há 20 anos atrás era luxo, eu quando, eu fui um dos primeiros, eu acho que eu fui o primeiro, numa boa, eu acho que eu fui o primeiro a ter nextel aqui, hoje eu não tenho, detesto telefone, odeio. Eu fui um dos primeiros, quando veio eu nem acreditei que eu estava falando com São Paulo, tivesse falando prá São Paulo por telefone, não acreditei mesmo! Éramos cinco, hoje você tem, a iniciativa privada a gente não pode ter ela contra não, ser o vilão da história não! Ela pode ajudar muito sim, entendeu ter o que, fiscalização, fiscalizar se tá sendo bem feito o serviço, se o serviço tá sendo bem prestado. Eu torço, a minha visão aqui, é que melhore muito essa região e assim e que aumente o poder aquisitivo realmente, as pessoas que venham prá cá, venham prá realmente somar, porque realmente o que tem aqui nessa região e assim não só eu não que tá falando isso não, a maioria dos moradores que tão na região, a gente vê assim, as pessoas se aproveitam que é um lugar feio que é um lugar que tem, tem casas em abandono e aí entram, ficam, invadem e se aproveitam da situação. Porque que eu tenho que morar do lado dessas figuras? Eu não sou obrigado também bicho, eu tenho que ser honesto, eu torço mesmo prá que isso aqui modifique bastante, sobre tudo o IPTU, que aí as pessoas podem cobrar entendeu, agora aumentar o IPTU não é aumentar

por aumentar não, aumentar, mas assim apresentar serviço, numa boa, eu to nessa não tem jeito.

17- Olha só, essa seria a última pergunta, mas me surgiu outras coisas aqui, porque você falou assim, “ah eu torço” né e mudando, vindo outras pessoas prá morar aqui vai haver uma reconfiguração social também na região. Essa região aqui é tida pelo menos você como historiador deve saber melhor do que eu - como a região assim de memória de tradição e tal, de uma época. Ainda existe alguma coisa aqui, ainda disso, de memória, de tradição daquelas épocas ou dos afros ou fora...?

Sérgio: Não! Não! Os afrodescendentes que tã na região tã lutando por um espaço que, por exemplo, eles já me solicitaram e eu já falei assim, oh, o meu pensamento, você deve saber que (*Quilombolas?*). Vou te explicar, você, esse pessoal que diz da... dos Quilombolas da, da VOT, não, eu sou a favor da VOT, eu defendo a VOT e vou te explicar porque, o pessoal que diz Quilombo da Pedra do Sal, me explica uma coisa aqui o lugar que tinha uma fortaleza em cima, o lugar que tã achando agora, embaixo do, do, da Pedra do Sal 05 canhões, a categoria de Quilombos fica até ferida com isso. Você se achar descendente de Quilombola daqui nessa região é brincar com a história. Se a Sociologia, a Antropologia considera Quilombola, Quilombo, todo tipo de batucada a história não, não permite, é outra categoria. Quilombo prá nós historiadores é um local sobre tudo, um local com certeza de luta entendeu, que realmente as pessoas estavam ali sobre tudo distante do poder, distante do poder, onde é de difícil acesso, sobretudo, você tem Jacarepaguá, você tem até mesmo, até mesmo no Horto, até mesmo no Jardim Botânico, mas aqui na Saúde, na Pedra do Sal, no mercado de escravos, embaixo do morro da Conceição, da Fortaleza da Conceição, século XVIII (*será porque ali não era o reduto de encontros deles*) aí a Sociologia que considera Quilombo, mas para historiador a categoria Quilombo não tem nada a ver com o que a Sociologia considera Quilombo. Se você colocar prá mim que onde nasceu o samba é Quilombo eu vou dar gargalhada, local de batuque, não é local de guerra, a gente sai da categoria pro historiador e eu já fiz, já dei uma resposta prá eles e eles pararam de..., porque, agora, que, e assim, eu conheço as figuras que tã é, à frente, não são nem do Rio de Janeiro. São pessoas que não são nem da região e nem do Rio de Janeiro, então se prevaleceram de uma situação e tã buscando é imóveis que pertencem a Ordem Terceira da Penitência a VOT lá como é que chama Venerável Ordem da Terceira da Penitência, que na verdade se foi é legal e legítima, se existia um dono e houve uma doação é legal e legítimo. Se você tem uma doação, não

interessa que tenha sido a igreja católica, se existiu uma legislação, se existiu um documento que existiu uma doação para Ordem Terceira, o imóvel é da Ordem Terceira, até que prove o contrário é, questionar (*não, eles ganharam, é pelo INCRA parece...*). Quem? (*os Quilombolas*). Ganharam nada! Não ganhou nada! Isso aí, eu até falei pro deputado Carlos Santana, falei, Carlos saí dessa, desse rabo de foguete, ele parou, sai desse rabo de foguete que isso aí, gente! É uma coisa muito simples, como é que você pode ter um Quilombo se achar quilombola dum lugar de sofrimento de mercado de escravos, um lugar que tinha uma fortaleza em cima, eles querem aquelas casas da Ordem Terceira, que a maioria não são nem do Rio de Janeiro, são de Macaé, são de Macaé (*e aquelas casas de zungu? que tem ali e que dizem ser dos Quilombolas, casas de zungu, ali na, do lado da Pedra do Sal, ali naquela ruazinha ali*) Angu (*eles botam Zungu Quilombola*) Aquilo ali é palhaçada, Angu do Gomes, quem fez aquilo foi um Português cara, aquilo ali foi o angu do Gomes gente, pelo amor de Deus, o angu do Gomes, o angu do Gomes eu conheço a família dele, fui namorado da filha dele (*não, mas antes tinha os Zungus*) Que Zungu!?! (*que era comida de escravo*) eles se aproveitam das situações, o angu do Gomes foi uma coisa que aconteceu ali (*o angu do Gomes veio depois*). Zungu, zungu, olha só, raciocina comigo, numa região, aonde é considerada Pequena África tá, até o século XIX aqui eram chácaras, a entrada você sabe que a urbanização nem entrava aqui só com a chegada da corte é que ela começa entrar. A partir do século XIX isso aqui vira mercado de escravos, aonde tinha quilombo aqui? Não existe quilombo, se a sociologia considera categoria, aonde nasce o samba, aonde tem pagode, tudo isso é quilombo, problema da sociologia, como historiador eu falo que não, e não sou só eu não, não só eu não. Eu não vejo um historiador defendendo essa, essa história de quilombo na Pedra do Sal, eu acho que é um bando de aproveitadores tá, e querem jogar, porque assim, hoje em dia virou moda você questionar. E eu não tenho religião, então prá mim é fácil, a minha mulher é católica, eu sou Cristão só, religião prá mim é do homem eu tenho a minha fé, minha fé é diferente de tudo, mas me dou bem na Macumba, no Espiritismo, no Catolicismo, no Evangélico, me dou bem com todo mundo, não tenho problema nenhum. Mas se aproveita de uma questão religiosa de querer colocar a Ordem Terceira contra a população, se ferram, não tem jeito, aqui na região eles não encontram apoio, não existiu o quilombo ali, não existiu, eu já coloquei, eu fiz uma obra deste tamanho prá eles. Não existiu e coloquei os motivos entendeu. Assim zungu, angu deve ser um derivado de zungu não deve, deve ser isso, angu deve ser, então se aproveitam de uma situação prá colocar, mas na história, porque eu como historiador nunca houve isso (*mas*

tem o Zungu) mas na região (dessa, diz que era uma comida dos escravos) mas tudo bem, mas Zungu, mas aqui na região.

Mas voltando aqui, a tradição do lugar, aquelas memórias, hoje em dia ainda tem alguma coisa assim daquelas memórias dos costumes, do passado, ainda se preservou, preserva alguma coisa nesse sentido, nem festas, nem nada mais?

Sérgio: A coisa que você tem aqui, *(tudo se modificou)* totalmente, tá se resgatando a questão do samba que nasce aqui *(fora isso as festas das igrejas)* festa de igreja e tal uma tradição, mas é uma tradição que não é nossa, é uma tradição que já é de qualquer lugar *(qualquer lugar, daqui mesmo já se)* não tem nada, já foi tudo pro espaço *(agora que estão voltando?)*. Estão voltando *(aquele samba na Pedra do Sal)* Pedra do Sal *(aquela...)* Exatamente! Assim bato na tecla aproveitando essa situação prá questionar imóveis na região, não existe ali, sem chance.

Então muito obrigada, está encerrada a entrevista.

Entrevista realizada no dia 21/03/2012 a partir às 11:10 h-

Local UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Nome: Bruna Cássia Nascimento Fonseca

(Integrante do movimento negro - parte jovem)

1 Você é moradora da Zona Portuária?

Bruna: Não, não (*não é moradora da Zona Portuária*)

2 Quando se fala em Zona Portuária o que lhe vem à memória, apesar de você não ser moradora da Zona Portuária, mas como é bastante conhecida aqui no Rio de Janeiro. A que remete a sua memória?

Bruna: Bom, Zona Portuária me remete a um grupo de moradores que tem uma atividade bastante profunda na área artística, na área do trabalho também né. Desde o início do século anterior é, foi uma região de bastante movimentação na área do trabalho e na produção cultural, essa é a ideia que eu tenho.

De contato com a Zona Portuária é, eu agora lembrei, que faz parte da minha memória bem antiga mesmo, mas eu cheguei a estudar na região portuária com 8 anos de idade, em 1991. Eu estudei no Colégio chamado Padre Doutor Francisco da Mota, que fica ali na região da prainha, no bairro da Saúde, então uma memória também, vamos dizer que uma das primeiras memórias que tenho né. Uma região que tem uma atividade também é, católica considerada, mas ao mesmo tempo, uma região bastante..., de uma profundidade, de habitação, de comunidade mesmo né. É a memória que eu tenho, e também a questão cultural né, ali tem várias atividades interessantes e não são recentes, são bem antigas de muitos anos.

3- O que você considera importante pelo..., o contato que você teve com a Zona Portuária, o conhecimento que você tem daquele local. O que você considera que seja importante preservar nessa área?

Bruna: Bom, é, primeiramente o patrimônio dos habitantes do local é, primeiro contato que eu tive, eu observei que eram residências antigas beirando o século XVIII, a igreja principalmente, aquela igreja ali da prainha, mas são os moradores que lá estão há muitos anos e que é uma região que merece ser valorizada. Ela tem sido muito negligenciada nos

últimos anos, apesar de que nesses últimos anos e por uma questão de valor comercial, não sei, ela está sendo mais observada do que outrora foi né.

4- Você conhece o IPN, Instituto dos Pretos Novos?

Bruna: Sim, conheço, eu presencialmente, eu fui uma vez, mas eu conheço de discussões. É tenho pouco aprofundamento a respeito do cotidiano do IPN, mas eu sei que ele foi descoberto no início da década passada né. É um projeto do início da década passada de descoberta de restos mortais de negros que vieram da África no processo de escravização feita aqui no Brasil.

5- É você conhece de visita, ou já participou de alguma oficina, algum trabalho deles?

Bruna: Não, não, as circunstâncias, eu fui só numa visita sim, mas é, não foi uma visita a ponto de eu participar de alguma oficina, mas dentro de um projeto que faz parte da minha escola de licenciatura na UFRJ, que é trabalhar com memória e espaço. E é o estudo da importância do espaço como uma produção de memória e também como uma forma de ensinar também os alunos de escola de ensino médio de uma forma geral né, como uma forma de ensino né.

6- No seu ponto de vista qual a representatividade e receptividade do IPN para o entorno?

Não sei se você tem uma opinião a esse respeito, e em sua opinião, para o entorno qual a representatividade, a receptividade e para você também qual seria essa representatividade?

Bruna: Bom, é, eu observo que, é um projeto relativamente recente, ele precisa ter um cuidado maior em relação à comunidade o que isso representa para comunidade. O que eu pouco observei e é uma observação bem prematura de uma pessoa que teve contato apenas uma vez. É que era um projeto que foi construído, mas eu não observei como algo abraçado pela comunidade, eu não sei de que forma isso poderia ser, não é uma questão crítica a comunidade, e ou diretamente crítica ao IPN, mas eu acho que há uma necessidade da comunidade abraçar isso de uma forma mais profunda, ou pelo menos de uma forma mais nítida né, porque é, trata-se de uma parte da história do Brasil e que por muitos anos foi negligenciada né. É a história do Cais do Valongo, por exemplo, que faz parte do contexto da Zona Portuária, é, a vinda da futura imperatriz do Brasil, foi suficiente para eles tamparem toda aquela região e esconderem o passado, o passado próximo né, da época de escravistas de despejo, vamos dizer a verdade, de despejo de pessoas de seres

humanos prá serem vendidos e explorados aqui no Brasil. Então, é uma história muito triste, mas é a nossa história, e a gente tem que valorizar isso, e eu acredito que, partindo do princípio que a região portuária, nela existem muitos descendentes desses escravos e de negros que vieram da África, eu acho que é importante entender um pouco da sua própria história também como brasileiro, mas também como afrodescendente, como negro, como quem quiser classificarem.

- 7- *Como vc acha que deveriam ser trabalhadas a cultura afro-brasileira, as memórias e identidade deste grupo etnico em projetos de revitalização em locais onde há esta cultura e em Instituições como o IPN? (questão acrescentada posteriormente)*

Bruna: Uma forma interessante seria promover eventos culturais na região sobre a temática, para integrar a comunidade do entorno. Outra é abordar o tema nas escolas da região. A Lei 10.639 que trata da obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileiras na escola já é um grande incentivo. Poderia haver uma parceria entre o IPN e escolas locais, por exemplo. Quando falamos de memória fica fácil, por exemplo, trabalhar com histórias de vida de pessoas da região, não só sobre a cultura afro-brasileira como já citei, mas também sobre outras culturas, já que é um local que historicamente teve muitas migrações. Eu pensaria basicamente dessa forma, dialogar gerações a fim de gerar um campo de discussão sobre o que já viveram por lá, e proporcionar oportunidade da juventude valorizar essas histórias. Sessões de cinema seriam muito interessantes também, para todos. Lembro de ter feito uma apresentação, quando criança, de uma dança africana no colégio Padre Dr Francisco da Motta. Eles tiveram boa intenção, uma escola com direção de freiras católicas tocarem nesse assunto no início dos anos 90, o que já era um avanço. Porém ficou muito no mundo do “folclore”. Hoje faço uma reflexão, mas na época tinha apenas oito anos. Mas gostei muito dessa festinha. Hoje me perguntaria, por exemplo: por que não fazer algo mais consistente e constante na escola? Algo que não seja só uma festinha, com fantasia pro papai e prá mamãe achar legal? Há pouco tempo descobri por uma professora que o interesse que havia com o negro de origem banto (de angola, por exemplo), se dava pela grande habilidades deles com a metalurgia. Pouco se fala do negro como hábil construtor. Sempre valoriza-se a questão física, e não mental do negro. Seria legal valorizar essa história também que é escondida. E esses mesmos homens e mulheres eram vendidos no Valongo, bem perto dali. Penso também na falta de opções de lazer por lá. Com essa questão das olimpíadas seria legal proporcionar atividades físicas que unam a história, memória e integração, como

dança, capoeira... de forma que ligasse as pessoas a realidade de que esses laços continuam. Sem contar a música! Temos as memórias do samba por lá, por exemplo. Mas infelizmente está se tornando apenas um negócio, sem interação com as pessoas comuns que vivem por lá. Está virando um local que só turistas aparecem.

8- *Sabe-se que já existia no governo do César Maia um projeto Museu a Céu Aberto que seria o Portal dos Pretos Novos, antes dessa descoberta do Cais do Valongo, mas foi pouco divulgado né, a não ser pessoas que tinham acesso pela internet ou que estava diretamente envolvido, e não se sabia ao certo se isso iria acontecer, como não aconteceu no governo dele. Porém, com essa descoberta atual do Cais do Valongo né, e o da Imperatriz, o prefeito Eduardo Paes divulgou a criação do Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana. Como você vê a criação desse circuito e a inserção do IPN nesse circuito?*

Bruna: Bom, eu acho que a própria necessidade da região portuária como uma região de recepção de pessoas que vem de fora em função dos eventos que vão acontecer agora nos próximos anos, Copa do Mundo, Olimpíadas. É eu vou ser sincera com você, eu não acredito que tenha sido simplesmente uma questão de valorização da história, mas eu acho que essa esse contexto foi útil para que esse processo e valorização acontecesse. Porque eu duvido, eu pelo menos imagino não posso prever, eu não posso ver o passado, imaginar como seria, mas eu acredito que fosse difícil que este tipo de valorização acontecesse se não fosse por conta dessa circunstância. Porque assim de certa forma foi muito interessante, é nesse aspecto, é, esse processo de obras que estão acontecendo na região, é como motivo também de valorização dessa descoberta, porque ela já tinha ocorrido, mas que no contexto agora das Olimpíadas ela começou a ser eminente que fosse discutida e destacada né.

9- *Em questão o IPN, se inseri nessa, nesse circuito?*

Bruna: Se eu concordo ou não?

É como você vê essa inserção, porque na verdade ali está o, o IPN tá, porque está o cemitério né, ele está sobre o cemitério, então o cemitério faz parte, dessa trajetória do negro né. Então, como você vê essa inserção?

Bruna: Eu acho perfeitamente lógico né, dentro desse contexto da memória negra né, e chama àquela região de zona negra, eu não me lembro do termo exato, (*Pequena África*) Pequena África, eu acho que é perfeitamente lógico.

Não só pelo cemitério, mas pelo trabalho do instituto também?

Bruna: Pelo trabalho do instituto eu não sei, não poderia te afirmar isso até pelo fato de desconhecer a fundo como é o trabalho de lá, mas assim, acredito que, a própria existência dessa descoberta ela deve ser inclusa dentro desse contexto de valorização do patrimônio da é, da história né, desses indivíduos.

Então antes de passar para revitalização em si do Porto, já que estamos falando do IPN, vamos para aquela questão um pouquinho polêmica sobre o IPN, a legitimidade, e como ele é visto assim no..., tem algumas críticas né, em relação por a Dona Merced ser branca, e..., qual o seu olhar a respeito dessa questão?

Bruna: Bom, fazendo uma análise de que realmente eu não frequento o IPN, mas é, eu observo que, o que aparece dentro do movimento negro e que eu observo como militante do movimento negro é que a gente tem uma luta constante de valorizar o que, primeiro a nossa história é lógico, mas também, valorizar o nosso protagonismo na história, que muitos aspectos é, e por muitos anos o negro sempre, ele era, sempre aparece num ponto de vista mais coadjuvante, ele participante, mas não como atuante na história. Então é, a descoberta do INP, por si como, por si só ela é interessante no ponto de vista que é mais uma história a ser contada sobre os habitantes que vieram da África e que foram violentados, massacrados nesse processo de escravização da África pro Brasil, inclusive e maciçamente no Brasil, por esse aspecto já é de todo válido. Tem que ocorre (*independente de quem...*) independentemente lógico de quem esteja á frente dessa situação, eu me pergunto se não fosse por conta desses “espanhóis”, se de repente essas descoberta ocorreria.

Eu não tive acesso a esse debate de alguns do movimento negro, até que ponto ele prosseguiu, mas entendo a raiz da discussão esteja pela luta por representatividade como guardião desse patrimônio. Guardião no melhor sentido da palavra, aquele que preza que cuida. E não como um “gestor”, um “comandante”. O fato de negros estarem no IPN é interessante, mas acredito que é importante a participação do movimento negro. Entendo o militante do movimento negro todo aquele militante autodeclarado da causa, que por anos se mobiliza em torno da emancipação negra na sociedade. É diferente do que simplesmente ser negro autodeclarado, entende?! É importante que representantes desse movimento contribuam de DENTRO desse processo, e não de fora. Somente acho que como descobridora ela precisa valorizar essa história de fato, como uma história brasileira, da humanidade e não se apoderar dela e transformar isso em autopromoção. Enfatizo que acho válida a atitude da criação do IPN por sua descoberta e valorização da história, mas isso não deve ser um ponto final. Observo um ar de isolamento em relação ao resto das

organizações e fundações que tratam da memória da população negra e acredito que sua pergunta pode ser a própria resposta. Parece que o tempo todo ela somente esteve à frente. É necessária uma aproximação dos dois lados, uma gestão mais aberta a rodízio entre os que fazem parte do IPN e os que querem se aproximar. Há eleições por lá?! Ela vai ser presidente pra sempre? É importante dar aos representantes do movimento negro e também aos representantes desta comunidade acesso irrestrito a esse patrimônio, ou seja, não apenas em caráter figurativo no sentido de, por exemplo: “Ah, nós também temos negros aqui, oh”.

Vou mais além e faço uma brincadeira. Hipoteticamente imagina se eu descobrisse ossadas de imigrantes finlandeses que foram mortos por questões adversas, séculos atrás e enterrados no meu terreno? Eu buscaria, além da prefeitura, claro, representantes da comunidade finlandesa nascida no Brasil para dialogar. Vou me preocupar de forma especial com essa história, porém é a história do meu país, independentemente da origem desses imigrantes e da minha. Certamente me interessaria também em aprender como a comunidade finlandesa valorizaria essa história e somente seria possível através do contato e da troca de ideias, sem hierarquias. Mas não pegaria um finlandês qualquer pra fazer parte desse instituto. Tem que ser alguém legitimado pela comunidade finlandesa, que cotidianamente lute pela valorização de sua cultura, além de outros representantes da comunidade ao redor, incluindo eu, que descobri. A verdade é que não seria justo eu ser eternamente a presidente de um suposto “Instituto dos Finlandeses Novos”.

Assim, ao mesmo tempo eu entendo a crítica que se faça de uma forma geral, aqui acontece em muitos aspectos da nossa história, da história dos negros, eu falo também da história do Brasil que faz parte da cultura negra, mas é, como eu posso dizer. É que muitas das nossas, das nossas produções são apropriadas por populações brancas de uma forma geral e que acabam pela questão da projeção do branco na sociedade brasileira acaba é, se apropriando dessas, se apropriando dessa história. Por exemplo: que existem muitas críticas em relação ao samba, quem está hoje em dia nas cabeças do samba? Não considero samba, há pouco tempo eu considerava, mas hoje eu já tenho uma reflexão quanto a isso, não considero o samba como uma essência negra, porque eu acho que ele é fruto também de influências de vários povos, inclusive os portugueses e outros povos também que ao longo da, do samba e do carnaval falando de uma forma mais ampla, no carnaval fizeram parte dessa produção cultural, dessa esfera cultural, então, a partir disso eu concordo. Não concordo com uma essência negra, mas ao mesmo tempo me vejo muito é, no mínimo incomodada pelo fato de o samba ter uma base negra tão significativa, hoje em dia ela ser comandada por pessoas brancas entendeu, e são

essas pessoas é que chamam a mídia e todos esses aspectos. Quando eu olho que essa comunidade que produz o carnaval, os desfiles de uma forma mais específica, elas estão numa condição subalternizada é, e que na hora “H” do desfile elas aparecem é na, na verdade elas desaparecem para ser sincera. Então dentro desse contexto eu entendo um incomodo que talvez haja no movimento negro quanto à questão da legitimidade numa figura, de uma pessoa branca levantando uma história que é a história dos negros também, mas eu entendo também que o fato de estarem no Brasil e residirem no Brasil era algo que poderia acontecer. A partir do momento que eles valorizem e não tenham objetivos simplesmente é, pessoais neste tipo de valorização, tenham um objetivo comunitário de valorizar a história da cultura negra como a história brasileira ótimo.

Na diretoria, na parte administrativa do IPN têm pessoas negras também que abraçam a causa do negro e estão ali com o objetivo, mesmo, da manutenção dessa memória e são negros né, ela é a presidente, mas no caso está assessorada por pessoas negras.

Bruna: E aí procurou se aprofundar (*na verdade a procuraram*) ah! Foram à procura dela (*quando foi feita a descoberta*) essas pessoas são do movimento negro, se colocam como tal? (comentário: *só conheci uma que é, os outros que são negros não sei se são do movimento, eu sei que pelo o que a Sra. Mercedes relatou é: foi feita a descoberta e a descoberta saiu na mídia, na época em 96, por estar na mídia muitos pesquisadores, inclusive o Júlio César que fez o livro “A flor da terra”, sobre o Cemitério dos Pretos Novos, foi procurar (conhecer o local) por interesse da pesquisa que estava desenvolvendo. Então alguns afro-brasileiros a procuraram, pesquisadores e hoje fazem parte do IPN. E que inclusive, ela não sabia o que iria fazer com a descoberta, inclusive até para pessoas que...*) orientaram ela dentro desse processo todo (*porque eu acho que ela simplesmente podia tapar o buraco e pronto fazia a casa dela ali né*) e o que é importante observar e que (*e aí ficaria esquecido novamente?! né*) sim!

Bruna: Essa é a pergunta que eu não vou ter resposta, será que se de repente fosse uma pessoa negra ou uma pessoa branca do país, será qual, talvez tivesse tido (*ela é nascida aqui, ela é filha de espanhol*) Ela é brasileira?! (*ela é filha de espanhol, ela é euro descendente, como diz e mora desde os 15 anos na zona portuária*) Então! Ela é a comunidade, ela é a comunidade, então (*apesar de ser branca, ela é da comunidade*) Não! Mas, é a comunidade, lá têm brancos também, independentemente da origem, como tem muitos negros, são muitos negros, mas também têm brancos, é como eu estava dizendo é um caldeirão de origens étnicas né. A região da zona portuária é assim, então nada mais natural, então como uma pessoa da comunidade ela também está valorizando a comunidade dela, a priori é isso, então eu não

vejo, eu não vejo como problemático, eu veria como problemático a partir do momento que ela isolasse isso como algo pessoal entendeu (*inclusive uma das integrantes, a Penha, ela tem uma militância né, em fazer cumprir a Lei* 10.639 *(e lá eles fazem esse trabalho através das oficinas, que é dada para professores, alunos, a história do negro)*)

Vamos continuar, agora entrando na questão da intervenção.

10- *Como você vê essa atual intervenção Urbana nessa área denominada de Porto Maravilha, a intervenção? Nessa Zona Portuária.*

Bruna: O projeto Porto Maravilha em si? (*o projeto Porto Maravilha*) Olha. Eu acho, como algo muito complicado, porque eu tenho observado um processo muito grande que não é, em nenhum momento destacado pela mídia que é a remoção de populações nessa região. Não se sabe prá onde essas pessoas vão, por muito e muitos anos uma série de, como eu posso dizer isso, de prédios de estabelecimentos que não funcionavam por décadas não são dois, três anos, por décadas na região, foram ocupadas por pessoas que não tinham lugar prá morar por muitos e muitos anos. E agora por processo de revitalização da Zona Portuária elas estão sendo retiradas, porque o lugar está extremamente valorizado e elas são pessoas não gratas ali né. É, vamos dizer a palavra certa, elas enfeiam nesse contexto né, estético que eles buscam enfeiam o local, então tem que retirar essas pessoas dali que são né, eu vejo de uma forma muito critica mesmo, é, o que eu poderia falar mais. Você fez uma pergunta, foi um pouco longa e eu me perdi.

Não, eu perguntei como você vê essa atual intervenção nessa área com o projeto, intervenção Porto Maravilha nessa área da zona portuária.

Bruna: É o pouco contato que eu tenho também dentro dessa minha colocação da existência de negros no local, eu não tenho uma frequência profunda na zona portuária, mas eu sei que existem muitos comerciantes negros que também estão tendo problemas lá de alta valorização. Não estão dando conta de taxas e estão saindo de lá porque a valorização foi muito grande, estão, está ocorrendo uma certa migração também do perfil (*antes mesmo de..*) do perfil do comerciante da zona portuária, o que eu acho também muito nocivo, prá onde essas pessoas estão indo? Elas têm o seu trabalho merecem né, ser mantido só pela especulação.

O porto, o projeto do porto ele está dando até é, assessoria a esse pessoal através do SEBRAE, para esses comerciantes, está sendo feito, não sei se já começou a fazer esse trabalho, mesmo assim está ocorrendo, pelo seu conhecimento a retirada desses comerciantes?

Bruna: Sim, existe uma organização lá que é a incubadora Afro Brasileira que eu não tenho muito ideia de quando ela foi formada, mas eu acho muito interessante ela ter sido construída justamente lá que eu acho que deve estar dentro desse processo mesmo de perceber a importância do negro principalmente daquela comunidade ali de se desenvolver através do empreendedorismo né. Então eu vejo com essa crítica, tô falando, tô fazendo uma particularidade, a questão do comerciante, mas a minha crítica maior é em relação ao habitante, a remoção mesmo dessas pessoas. Tem uma região quilombola ali né, que (*Quilombo da Pedra do Sal*) da Pedra do Sal que se reivindica como quilombola e há, eu não tô muito a pé da questão jurídica, mas há também uma ideia de se remover as pessoas de lá né, eu vejo de forma crítica em relação a esse aspecto.

II- Esta aqui nem está na minha lista de pergunta, mas como você tocou nesse assunto, do Quilombo da Pedra do Sal, é, também existem críticas né, sobre o Quilombo da Pedra do Sal, uns consideram eles realmente remanescentes de quilombo, e tem um lado que não considera, porque acha que quilombo são espaços de... Um historiador (morador) por exemplo, um com quem eu conversei acha que quilombo é espaço de resistência, ele disse que a visão dos sociólogos é diferente né, se a pessoa tem a cultura, as tradições e tal e vive ali aquele grupo já se considera quilombo. E em sua opinião você os considera remanescentes mesmo, do quilombo?

Bruna: Sim, sim, eu tenho críticas, eu sou historiadora também, eu tenho críticas, acho que ainda dá até pra fazer uma tese, um artigo sobre isso, sobre o que é considerado resistência, porque eu acho que é uma palavra que ela é muito... O que é que é resistência pra você, pode não ser o mesmo tipo de resistência. Resistência, o que? Não é pra ser entendida essa minha pergunta. É justamente uma pergunta no ar. Tem gente que acha que resistir é simplesmente viver num cenário de caos. É uma crítica ao uso do termo, no sentido acadêmico mesmo. Física! É de guerra, num ponto de vista mais bélico ou uma resistência de querer permanecer num lugar, resistir às influências de outras questões? Eu tenho uma crítica em relação, em relação a isso entendeu. Em relação à região desses negros, eu tenho. Eu vou dizer que eu não sou muito fechada em relação a definir aquela região como quilombo, mas eu vejo de uma forma mais ampla mesmo, como direito de permanecer naquele local, porque essas pessoas estão há muito tempo... (*independente do quilombo ou não*) independentemente, independentemente de quilombo ou não, elas precisam, elas estão lá, elas vivem lá, elas precisam permanecer no local, porque que elas vão ser desalojadas? Entendeu.

12- Nesse projeto de revitalização, até onde vai o seu conhecimento, há ou houve a participação da sociedade da localidade no seu desenvolvimento ou a sociedade só participa nas reuniões em que são apresentados os projetos já idealizados e prontos? Não sei se você tem um conhecimento em relação a este tipo de coisa, é se você tem, se você não tiver aí tudo bem, mas se você tiver algum conhecimento, se nesse projeto de revitalização, se teve a participação da sociedade local, da população local no seu desenvolvimento dando opinião ou não, ou se esse, até onde vai, sempre frisando isso, o teu conhecimento se a apresentação nas reuniões, o projeto já chegava pronto só prá..., o projeto já idealizado e pronto só para apresentar a população ou eles tinham direito ou oportunidade de intervir, propor, novamente não sei se você tem conhecimento a esse respeito?

Bruna: Não, eu não tenho um conhecimento profundo a respeito disso, eu soube que houve reuniões é por parte do movimento negro, mas eu não tive nenhum acesso a essas reuniões porque não fez parte do meu contexto né, mas eu sei que elas existiram, mas eu não sei te dizer se a comunidade fez parte dessas reuniões, eu não posso dizer se sim ou não.

13- Sobre o seu ponto de vista, o que essa intervenção poderá trazer de benefício para o local e para a população ou não, ou o contrário, ou invés de benefício pode ser algum outro tipo de...

Bruna: Olha, eu não vejo nada como péssimo ou maravilhoso, eu fico no meio do caminho. Eu vejo mais questões negativas do que positivas, a única questão positiva é o que eu coloquei no início da entrevista que foi por conta desse processo, mas não pelo processo em si, mas pelas questões periféricas a esse processo que a questão da zona portuária de valorização dessa África Negra está acontecendo. Eu não sei se vai ser uma valorização justa, isso que eu gostaria de frisar, não sei se vai ser, a gente ainda tá no meio desse turbilhão e não dá prá perceber se isso realmente vai acontecer, as quais mãos isso vai pertencer, que também isso é uma questão e como militante eu também me preocupo com isso. Como eu já coloquei se vai pertencer à comunidade minha questão maior é essa, se vai pertencer a essa comunidade que vai valorizar, se ela vai ter acesso (esse circuito) esse circuito, eu como vi em função das Olimpíadas e da Copa, das Olimpíadas no caso né, que tá a região ali. Eu por exemplo, desconheço projetos que proponham como um país futuramente sede das Olimpíadas que proponham uma participação dessa comunidade e, no ambiente esportivo, eu não observo isso por exemplo, acho que seria bastante válido né, garantir a essa comunidade mais acessos a lazer e ao esporte sendo um país futuramente sede das olimpíadas. É essa a minha preocupação né, como legado futuro e um legado de comunidade também, eu não olho

simplesmente com é, um ponto de vista do esporte que eu acho algo bastante importante pro ser humano, mas eu vejo isso como um produto comercial entendeu.

14- Então, sempre no seu ponto de vista, você respondeu mais ou menos né, qual o impacto que poderá causar na região, você respondeu mais ou menos assim, o benefício e tal que poderia causar, isso também já seria um impacto que poderia {ah é pra especificar um pouco mais?} é... qual é o impacto que você acha que de uma forma geral...

Bruna: Eu observo que esse, esse é o impacto, a região vai ser muito valorizada como já esta sendo muito valorizada. O perfil é, do morador daquela região vai mudar, vai ter muita gente de fora que vai começar, vai ter uma movimentação humana muito intensa, minha preocupação é que essa movimentação que pode ser benéfica, mas que ela não tire a história e as raízes das pessoas de lá entendeu, eu tenho, eu observo de forma muito negativa pelo pouco que eu estou vendo até agora entendeu.

15- Quanto á criação de museu nesse projeto que nós vemos, tem o MAR né, que é o Museu de Arte que já está até acontecendo (construindo) lá na Praça Mauá e também vai ter o Museu do Amanhã. Como você vê a criação do Museu do Amanhã? Tenho até uma foto aqui (ah é do Calatrava). Como você vê a criação desse Museu nessa região?

Bruna: Bom, é, não, isso aqui não é, (*esse é o Mar, o Museu de Arte*) esse aqui é o Museu do Amanhã?

No caso eu estou perguntando em relação ao Museu do Amanhã, como você a criação do Museu do Amanhã nessa região ali?

Bruna: Eu acho que essa, a criação do Museu do Amanhã, ela tem um objetivo puramente turístico, ela, o nome Museu do Amanhã é profundo né, que dá uma ideia de futuro da humanidade, que nós vamos deixar como legado - acrescentaria nessa parte, se possível, minha expressão de ironia. Mas eu observo como algo muito é, eu vejo como uma humanidade externa à própria sociedade, fazendo essa brincadeira né, eu não vejo isso como algo que vai dá importância que vai valorizar, vai ter alguma importância de área efetiva na comunidade daquela região. E eu vou dizer também de uma forma mais ampla uma comunidade brasileira também, eu não observo como algo necessário vou ser sincera, eu acho que é uma estética bonita Santiago Calatrava tem uma estética bonita, mas eu não observo que tenha alguma utilidade.

16- *É esse Museu, qual a relação que ele poderá ter com o entorno, a relação dele com o entorno? Como você vê essa relação? Uma arte contemporânea assim com aquele entorno {você fala assim, com relação ao acervo?} O sentido que eu estou falando é que, a proposta do Museu do Amanhã, exatamente neste local, é uma proposta mediadora entre o velho e o novo né, porque ali é uma região histórica, antiga da cidade do Rio e terá uma arquitetura contemporânea né, dentro no Píer, em destaque.*

Qual a relação que ele terá com esse entorno dentro dessa proposta que se diz, assim mediadora, do seu ponto de vista?

Bruna: Bom, é, uma, uma relação de contrastes né, eu observo o velho nesse contexto como algo ruim. Eu não sei, eu tenho uma perspectiva muito estética e sentimental da coisa, não sei se é porque fiz um pouquinho de arquitetura, mas eu observo isso como algo, como se o velho fosse ruim, e o velho não é ruim. Mas por outro lado além dessa minha crítica, porque o amanhã é colocado como a parte da frente da costa e o velho ele está naturalmente recuado até pela disposição do projeto, eu não sei, é também a respeito desse velho, do antigo, é se esse antigo ele contém simplesmente uma arquitetura ou aquela comunidade. Eu sempre vou frisar isso, como é que está à questão da comunidade é dentro desse processo antigo de moradia deles naquela região, entendeu. Eu não sei se eu tô conseguindo responder a pergunta. *Então agora, a minha última questão*, desculpa, deixa, eu só completar me dá uma impressão de que como se fosse um aspecto bem evolutivo no sentido negativo da evolução de como se o amanhã fosse o melhor entendeu.

No caso esse Museu ele vai está, é um Museu de Ciência que está voltado para, é uma nova categoria de Museu né voltada para biodiversidade, sustentabilidade do planeta que você pretende para o seu futuro para o homem, é que eles, o discurso deles, você vai entrar, tem o hoje onde você vai ver o que está sendo feito para o planeta hoje, é mais nessa questão, o que você espera para o seu planeta no futuro) No ponto de vista ecológico, no ponto de vista estritamente ecológico eu acho muito válido, mas eu tenho crítica, essa, a forma como foi colocada o fator amanhã entendeu. Eu acho que a questão da ecologia ela pode ser discutida na nossa comunidade como ela é constituída, por exemplo, *(sem necessidade de um museu)* sem necessidade de um Museu, existem propostas arquitetônicas interessantes e vão existir outras no futuro que propõe casas mais arejadas com aspecto é mais voltado para a valorização da energia, o não desperdício que logicamente é diferente de uma residência antiga, do século retrasado, mas porque não juntar esses conceitos com a nossa comunidade com o que ela é hoje, como ela é hoje entendeu, inclusive como ela foi ontem né, essa que é a minha crítica.

17- Agora a última questão: como você imagina a Zona Portuária depois dessa obra? Não só o seu imaginário né, aqui nessa questão, como também, se você tem alguma expectativa em relação a isso ou por você não ser da Zona Portuária, você não cria expectativa. Pode ser que tenha, porque você também é do Rio de Janeiro e a Zona Portuária faz parte do Rio, logo como você imagina que ficará essa... (na verdade, são duas questões, são duas questões em uma.).

Bruna: Eu vou vendo se consigo fechar. Eu acho que como moradora do Rio de Janeiro, eu faço um paralelo com o que esta acontecendo na Lapa hoje em dia, como frequentadora da Lapa né, eu frequentei, eu frequento. Mas eu não sou assídua da região ali da prainha tem os escravos da Mauá, mas o meu foco, mais de frequentar, até ultimamente que não, que eu tô estudando mais que saindo, mas é minha visão de juventude de entretenimento como carioca é Lapa. E eu observo muito é que a Lapa, ela tá passando por um processo também por conta dessa, desses acontecimentos todos de Olimpíadas, de Copa, um processo de revitalização, eles colocam com esse nome. Mas eu tenho observado que, a Lapa mudou totalmente o perfil que ela era, essa Lapa boêmia, ela ganhou um certo glamour que é positivo no ponto de vista de você valorizar ao que faz parte da história da sua cidade, mas ela tem sido transformada de uma forma muito plástica, sem a profundidade histórica que ela realmente merece, merecia ter. Eu não sei se eu to sendo muito específica, eu acho que eu to muito, desculpa, genérica, mas eu observo indo mais ou menos ao ponto, eu observo que essa região do porto, assim como a Lapa está se tornando, o que eu venho observando, ela não vai ser a Lapa para os moradores da Lapa, e o Porto para os moradores do Porto entendeu. Vai ser algo turístico, algo turístico na verdade que, eu já tenho observado isso todos os dias né, existe uma série, a Lapa como o Porto né. Voltando a questão da Lapa, mas não querendo fugir do Porto, mas são regiões que estão sendo é, que são os focos das atenções hoje em dia, mas como sendo o foco das atenções hoje em dia estão procurando uma, uma forma de é, uma forma estética diferente do que ela já foi. Conserva-se certos, certos, uma certa estética como os arcos aquela coisa bonita, quando você entra, mas ao mesmo tempo você observa que as pessoas que habitam ali são diferentes das pessoas que habitavam. E eu vou te dizer, tenho 29 anos, eu frequento a Lapa desde os 22, 21 anos, relativamente pouco tempo se for observado assim, mas até mesmo nesse pouco tempo, eu já observo muita mudança, o perfil das pessoas que eu via com 21 anos e o perfil das pessoas que frequenta a Lapa hoje em dia. Eu não sou contra, deixando bem claro, eu não sou contra ao intercambio cultural, eu não sou contra, mas eu sou contra a inclusão de um público e a exclusão de

outro, e é isso que eu tenho observado na Lapa e é isso que eu já posso observar um pouco no Porto, então assim, eu tenho uma visão negativa do Porto como ele vai ser, e eu vou dizer em pouquíssimo tempo, daqui a 05, daqui a 10 anos, eu acho que vai acontecer, o que infelizmente tá acontecendo na Lapa hoje em dia.

Então, Bruna, eu dou encerrada a minha entrevista, agradeço a sua disponibilidade né, e obrigada.

Então vamos dar início a entrevista para um trabalho de pesquisa, 28 de março 15:15 h

Local: Prédio da CDURP

Entrevista com o Sr. Alberto Silva e Daniel Van Raemdonck de Lima

1- No caso vocês saberiam me dizer qual a conotação do nome Porto Maravilha, tem relação com a “Cidade Maravilhosa” ou as maravilhas que se pretende para o local, assim como se espera alcançar com esse projeto?

Sr Alberto: Eu não estava aqui quando a MARCA..., trabalhava no projeto, quando a marca foi definida, mas pelo o que a gente tem conhecimento, sim, houve uma intenção de conciliar a ideia na recuperação dessa região para a cidade, com a imagem da cidade, de cidade maravilhosa, daí surgiu o nome Porto Maravilha.

2- Sabemos que no atual projeto de revitalização, há criação do Museu do Amanhã. Como e com quem surgiu essa ideia, o senhor saberia me dizer?

Sr Alberto:- Não tenho conhecimento, o Daniel estava primeiro aqui, mas eu não se dessa... *(que é um projeto já, mais antigo né).*

3- Antes o Museu do Amanhã estaria situado nos armazéns 05 e 06 no governo anterior, e no Píer Mauá estaria o Guggenheim. O Museu do Amanhã não tinha a conotação de visibilidade que tem hoje né, que seria no armazém 05 e 06. O Guggenheim, - na época o ícone-, a marca do projeto seria o Guggenheim que estaria no Píer.

Hoje este ícone da revitalização que antes era atribuído ao Guggenheim, passa para o Museu do Amanhã, inclusive a sua localização foi alterada. Porque, vocês sabem me dizer né, porque se decidiu por colocá-lo no Píer e lhe dar este destaque, inclusive em seu exuberante projeto arquitetônico desenvolvido por um arquiteto renomado como Santiago Calatrava?

Sr Alberto: Olha primeiro separar algumas coisas. Eu posso também está cometendo algum erro, porque não estava aqui na época, então, talvez fosse melhor conversar com algum funcionário da prefeitura, na Secretaria de Urbanismo do IPP que estavam aqui na época do governo anterior. As informações que a gente tem, ou pelo menos que eu tenho conhecimento é que havia a possibilidade do Guggenheim ficar na região da Praça XV ou no Píer Mauá, só que o projeto além de custos muito elevados, apresentava problemas técnicos muito sérios, nem, e não tinha uma relação direta com a ideia de revitalização da

região portuária, acho que é uma primeira distinção que tem que ser feita. É, em relação ao Museu do Amanhã, sim, havia a proposta e aí talvez a melhor fonte seja a Fundação Roberto Marinho, que eles é que apresentaram a proposta à Prefeitura, e é fato, os Museus inicialmente ficariam em alguns dos armazéns que são imóveis preservados ali na, na Doca é. O Daniel tá aqui a mais tempo do que eu, não sei se ele acompanhou essa discussão, mas havia alguma coisa também de compatibilização com as atividades da Concessionária Porto Píer Mauá, que tem a concessão daquela área para gestão do terminal de passageiros e para a promoção de eventos, é. Então houve um processo de conversa de permuta diárias para conciliar os interesses da cidade, do Píer Mauá, da Companhia Docas, mas eu não sei é, detalhes dessa conversa. Não sei se o Daniel tem mais informação que isso.

Daniel: É..., a área também de escolha como Píer Mauá, área do Píer, é..., também se deve ao fato de que com a retirada da perimetral você poderia integrar a Praça Mauá ao Museu, gerando assim um acesso da população à baía de Guanabara, que é uma coisa que hoje em dia nós não temos e, com a ocupação ali, a concessão ali prá Píer Mauá, então essa era uma das ideias também, interligar a Praça Mauá e criar ali um ambiente que pudesse o pedestre ou a população acessar a baía.

Sr Alberto: A ideia do Museu, ela já vem dentro da concepção da revitalização da região portuária que é a que estamos viabilizando agora, ou seja, então ele vem dentro desse exercício de repensar é, a região. Como se chegou ao Santiago Calatrava eu também não tenho esse tipo de informação.

- 4- *Esse museu, ele vai dar acesso para o público em geral né, sem distinção, e como vai ser, não sei se vocês tem esse tipo de informação. Como será dado esse acesso? É através de cobrança de entrada ou, esse público de baixa renda vai ter condições de ter acesso a esse tipo de equipamento?*

Sr Alberto: Tem que pagar ingresso, agora como isso vai ser quanto vai ser eu não tenho definição nenhuma quanto a isso aí.

- 5- *Como se espera realizar essa proposta mediadora desse museu entre o velho e o novo, seria mais ou menos como você disse é, tirando a perimetral?*

Daniel: Isso! É a ideia de colocar ele ali, é justamente o que o Alberto já citou antes assim, a gente tá querendo fazer uma região nova, mas é uma região que ao mesmo tempo ela é rica historicamente. Então você vai ter um Museu ali que é novo que respeita uma altura máxima prá que justamente, ele não vai ficar competindo ali com o Mosteiro do São Bento

que é do seu entorno, com o Palacete que também vai abrigar o Museu de Arte do Rio, que também é um prédio tombado, o próprio edifício a “Noite”, então o Morro da Conceição. Então na verdade ele tenta se integrar fazendo esse papel de ser moderno, de olhar pro futuro junto com a ideia histórica que é do próprio entorno.

Em relação ao entorno, então você já respondeu, com esta resposta você respondeu a outra também.

6- *O que ficará, vocês sabem nesse armazém 05 e 06 que antes seria o Museu do Amanhã?*

Sr Alberto: O terminal de passageiros.

7- *E como serão utilizados os vazios existentes na Zona Portuária, assim tipo, a finalidade: serão tipos de construções, para negócios, habitação ou variado?*

Sr Alberto: Variado, a Zona é de uso misto, e se pode ter todo tipo de uso, desde que seja utilidades não poluidoras em qualquer ponto da região, respeitada a legislação da APAC, da Área de Proteção do Ambiente Cultural do SAGAS que é que compõe os bairros, Saúde Gamboa, e Santo Cristo, é que determina o estoque grande de prédios tutelados e preservados na região.

8- *Os projetos de habitação, pelas informações que eu tenho, através das palestras que eu tenho ido: habitação alternativa, Morar Carioca e inclusive os casarios que vocês né, vocês vão recuperar, é..., será destinado à população com renda acima de 03 salários mínimos, em todo o caso? Abaixo de 03 salários mínimos, existe algum projeto?*

Sr Alberto: Não tem uma, uma exclusividade ou uma pré-definição, tem (pausa), essa região concentra, contém, a favela da Providência que segundo pesquisas da FIRJAN e outros órgãos, a própria prefeitura tem os mais baixos indicadores sociais dentre as favelas do Rio, a gente pretende que esses indicadores melhorem a partir dessa intervenção. No Morro da Conceição é um tipo de ocupação mais de classe média, média, é assim como no Morro do Pinto, é, o Bairro da Gamboa, então hoje você tem diversas classes de renda convivendo, e o que a gente vê na região é que continue havendo essa mistura, mas que não haja, não há uma orientação de que o setor A ou B ou X ou Y, seja prá classe mais alta ou mais baixa. O que a gente vê é uma cidade mais misturada, mais mixada possível, um uso diverso, o que é um pouco a característica do Rio, de ter essa, essa, o espaço que é usado por várias camadas sociais que tem vários usos né, como serviços, comércio, entretenimento, tudo isso convivendo nesse espaço. Então tem gente morando lá que é de 0

sei lá 20 salários e a gente pretende continue com essa mistura e que as pessoas possam continuar vivendo e vão ter moradias pra classe baixa, pra classe média, pra todas as classes, inclusive as famílias que vivem em áreas que, que são objetos de intervenções, seja por obra pública, por expansão de rua, têm muitas ocupações irregulares, essas famílias elas estão sendo reassentadas dentro da própria região, ou no entorno, a não ser aquelas que optam por uma indenização. O que era importante voltar sim, esse trabalho que tá sendo feito, ele integra várias ações da prefeitura, então tem os programas da SMH com novas alternativas do Morar Carioca, com os quais a gente está colaborando e potencializando ali na região. É, mas boa parte do patrimônio dos prédios preservados que tem ali na região, são próprios, são privados, então há uma legislação que incentiva a esse dono a recuperar o imóvel, mas é uma obrigação do dono recuperar o seu imóvel. Então há uma indução a que haja essa valorização do patrimônio, mas se eu tenho um proprietário que não investe nisso, e deixa o seu imóvel, enfim degradado, cabe o poder público tomar as outras medidas cabíveis, por um lado incentivar, mas por outro lado tentar inibir que se deixem os imóveis naquela, naquele estado que estava. Mas a gente acredita que vai haver um processo, é gradativo da percepção desses proprietários, que a região já está mudando, a qualidade de serviço já mudou, a infraestrutura tá sendo refeita, ou seja, se ele não qualificar o imóvel dele, ele vai está de fato perdendo parte do seu patrimônio e perdendo oportunidade de um monte de coisas. Acho que é importante dizer também, não sei se isso está previsto aí no seu questionário que, é primeiro a... O recurso pra toda essa revitalização não vem dos os cofres municipais, vem da venda do potencial adicional de construção, através do CEPAC, e que 3% da receita do CEPAC é pra ser aplicado na valorização do patrimônio. Inclusive já, algumas coisas estão acontecendo, como o restauro do José Bonifácio, o restauro do galpão da Gamboa e outra iniciativa que a gente vai fazer é, não só pro patrimônio e já tem feito não só do patrimônio material, mas como do patrimônio imaterial também, apoio a iniciativa da sociedade civil local como, dentre elas o Instituto dos Pretos Novos. Então tem sim, um contra ponto, de um lado colocar uma coisa icônica como é o Museu do Amanhã, mas também tem uma ação muito eficaz de recuperar ícones da região que o próprio carioca não conhece como é o caso do Cais do Valongo, como é o caso do José Bonifácio, como é o caso do Cemitério dos Pretos Novos, e outros equipamentos que ainda vão vir. Os galpões da Gamboa, Cemitério dos Ingleses, Observatório do Valongo, ou seja, um acervo riquíssimo que a gente tem na região e que na verdade o Museu do Amanhã, ele vai ser muito, vai marcar muito a região, mas vai ser um desses ícones, e não o ícone dessa revitalização.

9- *Então você entrou numa questão que eu iria falar sobre, até do Porto Maravilha Cultural né, essa parte do circuito histórico. Então com as descobertas do Cais do Valongo e o da Imperatriz foi anunciado pelo prefeito a criação do Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Cultura Africana. Esta criação se deu, assim, de forma espontânea através do reconhecimento da importância dessa cultura para o local e pra cidade, ou teve alguma interferência de movimentos sociais?*

Sr Alberto: Isso é a soma de várias, várias ações, primeiro, a revitalização já contemplava essa preocupação com a valorização do patrimônio, tanto é que a Lei, a própria câmara dos vereadores quando aprovou a lei destinou um percentual de recurso arrecadado para este fim. Em segundo lugar, havia uma manifestação do movimento negro de visibilização de alguns pontos dessa região, como é o caso da Pedra do Sal é, o próprio Cemitério dos Pretos Novos, como lugares que contam muito da herança africana. É quando do início das obras, na Barão de Tefé, na verdade já se sabia ali, eu acho que isso conta não só sobre a nossa cultura, mas sobre a história das nossas desigualdades, já se sabia e tem lá um marco, como é que chama aquilo, um obelisco que demarca onde é o Cais da Imperatriz. E a história conta que o Cais da Imperatriz foi construído sobre o Cais do Valongo, que é por onde adentraram, segundo os estudiosos um número que vai de um milhão, um milhão e meio, a dois milhões de africanos escravizados né, o que faz deste porto, deste Cais, o principal, o maior porto escravista do mundo e da história. Então quando há essa, quando as escavações, revelaram né, revelaram no sentido de revelar de novo mesmo, que tava lá, todo mundo sabia que tava lá, é aí sim, houve uma decisão do prefeito Eduardo Paes de preservar esse lugar, construindo ali um memorial. A Subsecretaria de Patrimônio da União já tinha feito alguns levantamentos mostrando que não era só o Cais do Valongo ou só a Pedra do Sal, ou seja, ao olhar pro mapa se vê que é um conjunto de equipamentos que tem relação com a herança africana. Então houve uma, uma proposição vamos dizer assim quase que de conjunta, do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos dos Negros com a Subsecretaria de Patrimônio da União, de levar ao prefeito essa ideia de se criar o circuito da herança africana. E aí o prefeito de pronto, na hora concordou em criar esse espaço, o que vem, enfim reafirmar a tarefa aí do Porto Maravilha de trazer à luz, esta herança, esse elemento aí da nossa história. E o que a gente antevê é que, voltando ao Museu do Amanhã, esse circuito a exemplo do que a gente vê em alguns pontos da África como Senegal e mesmo agora recentemente no cemitério de escravos que foi encontrado em Nova York que já é um dos principais lugares de visitação em Nova York, quer dizer, o

potencial desse lugar, não só pelo seu valor histórico, mas pelo também, o potencial turístico muito grande, ligado a esse turismo cultural, então tende a se transformar numa marca bastante é, importante pra região. E ai eu sugeriria inclusive de você, se puder conversar com a Subsecretaria de Patrimônio e com o COMDEDINE, que eu acho que era importante ter o depoimento deles aí da relevância desse circuito.

O trabalho que a gente faz pelo lado do Porto Maravilha Cultural é justamente o, enfim, fortalecer a visibilidade disso integrado com todo esse processo de revitalização. Na verdade o grande desafio pegou ali o Museu do Amanhã e tava falando do Cemitério dos Pretos Novos, na verdade é um exemplo que vale prá qualquer outra dimensão do projeto, Um pressuposto do Porto Maravilha é costurar o encontro de um espaço geográfico com o espaço urbano, que vai tender a ser bastante moderno com o **espaço urbano que é preservado né, mas que também se moderniza** nesse mesmo processo, mas tem que se entrelaçar culturalmente, economicamente, socialmente, essa é a visão e é nessa direção que a gente vem trabalhando.

10- Então pelo o que o Sr disse em relação, a esse circuito né, esse trajeto, ficaria com a Subsecretaria de Patrimônio. Como vai ser elaborado esse projeto e o trajeto?

Sr Alberto: O prefeito criou uma comissão da qual participa, liderada pela Secretaria de Patrimônio, participamos nós, a CEPPIR e a Coordenadoria dos Direitos, Coordenadoria pela Promoção da Igualdade Racial do Município e o COMDEDINE, que é o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos dos Negros. Então nós que somos encarregados de promover, e a ideia desse nome Circuito, ela não é gratuita, vamos dizer assim, defende é que, um conjunto de equipamentos, que cada um tem um valor em si, mas que o conjunto também tem um valor maior. Então a ideia é que seja por onde você venha a começar, você seja estimulado a fazer o circuito, então se você vai no José Bonifácio, achou bonito, lá você vai ter informações de que tem mais adiante o Cemitérios dos Pretos Novos e depois tem o outro, e o outro, quer dizer que te induz a fazer esse passeio pelos vários locais prá conhecer essa herança africana que a região trás prá nós.

11- Esse circuito, pelo o que foi mostrado na revista do Porto Maravilha, tem alguns marcos né, citados desse trajeto na revista, ali foi uma forma resumida ou vai se resumir naqueles marcos mesmo, porque existem outros. Irão abranger outros também?

Sr Alberto: Ele foi criado neste formato, na última reunião que tivemos dessa comissão, chegamos a um consenso de que uma das tarefas dessa comissão é apresentar um projeto

acabado de uso do, de como vai ser esse circuito. Ele ganha vida, ele vira de fato um conjunto de equipamentos, enfim, finalização, produção e materiais informativos enfim, ganha corpo nesse sentido. E umas das coisas que a gente concordou nessa última reunião, que existem outros equipamentos que podem vir a compor esse circuito. Da mesma forma que esse processo de descoberta, ele tá ocorrendo, é, você tem outros elementos da região que podem vir a integra-lo né, na medida em que isso vai se aprofundando. Por exemplo, nós temos ali na região próximo de onde é a Pedra do Sal, um dos primeiros centros de candomblé do Brasil, sempre há uma discussão de qual foi o primeiro né. Então, um dos sintomas da, de como essa herança africana veio sendo tratada até aqui, que você não consegue uma precisão história. Então, não tem documento e tal, mas segundos relatos e segundo o que a gente consegue levantar, é um dos primeiros centros de candomblé, é do Brasil, tá ali na região portuária também. Então é outro equipamento que pode vir a integrar a esse circuito, mesmo ali próximo, você tem o Galpão da Doca Nacional que é onde funciona hoje a Ação da Cidadania, aquele galpão é um projeto do André Rebouças que o primeiro engenheiro negro expressivo né, tem também a sua relevância, você já tem outros, o próprio Oratório no alto da Providência. Providência que onde é o Cristo Redentor original, e segundo alguns onde também começam as primeiras expressões de sincretismo religioso, então tem outra, uma outra marca aí (que pode vir a ser agregado) na medida que vá se investigando pode vir a se agregar. Isso eu acho que é uma coisa muito viva né, então tem uma dimensão que vai trazer, que vai aumentar a atratividade turística, mas há uma preocupação muito forte aí de trazer à luz, os marcos dessa herança cultural e dessa história que não só nem da região e nem do Rio, a História do Brasil.

12- Então esse trajeto, esse circuito, e a história eles vão, será elaborado e apresentado, depois vai ter a visitação né, aos turistas, quando estiver pronto né. É, será elaborado e apresentado aos turistas, com a participação, ou seja, vai ter a participação de pessoas ligadas a essa cultura e o IPN ou serão pessoas treinadas e designadas pela prefeitura, pelos idealizadores, independente de sua relação ou não com a cultura, vai haver um treinamento ou vocês vão preferir pessoas...?

Sr Alberto: Não há uma preferência, como espaço público qualquer um que quiser ir ao Pão de Açúcar vai, (não! Para treinar para apresentação) Qualquer um que queira visitar, qualquer um que queira organizar uma excursão ao Cristo Redentor pode organizar, quer dizer, não é um espaço fechado, tá certo. Cada equipamento desses como a gente dizia tem um valor em si, vai ter a sua vida própria né. É, pensamos sim, em ter um corpo de pessoas

treinadas e orientadas principalmente para as visitas guiadas de estudantes, de pesquisadores né, agora, para o público em geral, tanto eu posso ir sozinho, quando se você conhece e quer me mostrar, ou seja, não há uma, uma coisa amarrada quanto a isso né, é ao contrário, quanto mais gente entender e quiser mostrar melhor. Mas que vai haver, e prá quem..., umas das ideias, também é ter uma programação regular de curso que possa, contar sempre que houver pesquisa novas, a gente vai ter algum dado novo, compõe a própria manutenção da dinâmica e da vida do, desse conjunto de equipamentos

13- No caso o IPN ele faz esse tipo de trabalho nas suas oficinas históricas né, tem até essas aulas a céu aberto, que mostra mais ou menos o percurso com que se tem hoje em dia. Eles farão parte deste novo circuito na elaboração e na apresentação, assim quando, no caso tiver alguma visita para estudante guiada, sem ser a visitação normal, que qualquer um faz?

Sr Alberto: Isso é a critério deles (*Isso é a critério*) (*mas nada que seja...*) eles estão como membros convidados dessa comissão. Agora é, como eu disse, as atividades do IPN, tendem a se valorizar e se intensificar à medida em que o circuito use... Talvez só colocar prá você, o que compõe esse circuito, vindo de lá prá cá: Pedra do Sal, Jardim do Valongo, Lago do Depósito que hoje é a Praça dos Estivadores, que onde havia comércio de escravos, o Cais do Valongo. Bom, Pedra do Sal tá lá, ela não tem muito que mexer, ela já existe, só tem que ser cuidada ali e já tá sendo cuidada. O Jardim do Valongo tá sendo restaurando e o Lago Depósito como Praça também já esta prevista a restauração dele junto com as obras ali da Rua Carmerino. O Cais do Valongo o projeto de, do memorial que vai ser feito ali, que vai se um Museu a Céu Aberto está sendo discutido entre o patrimônio aqui e o IPHAN, como enfim é um sítio arqueológico, mesmo tendo patrimônio municipal tem a interveniência do Órgão Federal, eles estão analisando essa coisa. Então, e a gente pretende que esse memorial esteja pronto no limite do limite, antes da próxima semana da consciência negra, ou seja, antes de novembro do ano que vem (*ah tá*). O centro, o IPN, ele já funciona, a gente tem intenção, a gente tem proposta, a gente tem intenção, estamos é, avaliando isso, e elaborando o projeto para melhorar as instalações, mas eles já têm uma atividade, então o IPN já tá lá (*o cemitério também tá ali*). O cemitério é dentro, então o IPN, já tem a sua vida e o Centro José Bonifácio, tá sendo restaurado também com o mesmo prazo prá ser reinaugurado como um Centro de Referência da Cultura Afro-brasileira. Então a gente imagina que no final do ano, esse conjunto inicial de equipamentos, eles estejam abertos e funcionando né, e com um pacote vamos dizer assim,

de atividades que a gente entende o mínimo. Para, além disso, quanto mais gente quiser visitar, explorar, usar, enfim, melhor. É da cidade.

14- Agora, fugindo um pouco dessas questões do IPN, porque só falta uma para eu encerrar, mas antes eu... Nem está aqui essa pergunta, mas é uma curiosidade, porque nas entrevistas que eu tenho feito com moradores lá da Zona Portuária, eles têm uma preocupação, principalmente o pessoal ali de dentro, que é perto da Praça Harmonia, aquela região ali. A preocupação deles é assim: que na verdade todo..., pelo o que tenho visto, observado, na fala deles, eles estão empolgados, aprovam a melhoria do local estão empolgados, mas eles têm um receio de que fique só ali pela área do Porto, onde estão os Galpões (armazéns), onde vai ser o Museu do Amanhã, e ficar só por ali? E o projeto não ir lá prá dentro onde, - que lá dentro é muito degradado mesmo né, aquelas ruas, aquelas casas-, e o projeto não chegar até lá. Mas esse projeto vai chegar até lá, dentro dos bairros ou tem os pontos mais estratégicos?

Sr Alberto: Se você já consultou na internet, você vê que toda a região vai sofrer qualificação urbana, a questão é que a obra vai ser feita em etapas. Por exemplo, quem acha que não vai prá dentro é só subir o Morro da Conceição (*é uma preocupação que eles têm, mais no imaginário deles né, na realidade não vai ser bem assim?*) então se quiser pode subir o Morro da Conceição e ver que enfim, as obras já estão concluindo. A Providência já está em obra também, não dá prá fazer tudo de uma vez, daqui mais alguns meses o comentário vai mudar, “quando é que você vai tapar o buraco na minha porta”, mas de fato (*é porque tem um cronograma que vocês tão seguindo por partes*) e de fato as intervenções lá já começaram, porque houve melhorias emergenciais na Praça da Harmonia, a manutenção, a iluminação pública, a limpeza urbana, toda essa prestação e serviço ela já mudou de qualidade e a gente reconhece que ainda tem que melhorar, mas já mudou. E um desafio aqui, que como a área sempre foi abandonada infelizmente é natural, se ninguém cuida de um lugar você também não cuida, então quando alguém começa a cuidar demora todo mundo acreditar que agora é prá cuidar. Então o desafio é fazer as pessoas acreditar que agora elas têm que ajudar a cuidar né. Então na Praça da Harmonia nós não só arrumamos a Praça, botamos lá uma academia da terceira idade; botamos brinquedos pras crianças; temos apoiado atividades da associação como a feira de artesanatos né. Mas é compreensível essa memória do abandono ainda é muito presente, nós estamos falando seis meses de cuidado contra trinta anos de abandono, e é natural que haja essa desconfiança, e só vai se resolver com o tempo (*que eles vão perceber né.*). Eu

costumo dizer as pessoas não conhecem a gente, não sabe quem batizou a gente, não sabe se enfim, se a gente gostava de mamadeira, se fazia xixi na cama, não tem porque confiar no que a gente diz, agora, só o tempo é que reverter isso.

E outro receio que eles apresentam é, “vai ficar muito bonito”, eles falam, “isso aqui vai melhorar muito, vai ficar muito bonito e nós vamos ter é, recursos para ter acesso a todos esses equipamentos que eles vão colocar?” Eles acham muitos assim, que têm uma renda abaixo e têm o receio também de que ali vai valorizar tanto que eles não vão ter mais condições de ficar morando ali naquela região, esse é um dos receios, mas é infundado ou pode acontecer realmente?

Sr Alberto: A política pública ela, num Estado democrático de direito vamos chamar assim, ela não deve expulsar ninguém de onde está, mas ela não pode obrigar a ninguém a ficar onde está então o limite nosso e ação nossa é para que esse processo de revitalização seja também um processo que a gente tem chamado de inclusão produtiva, é de que maneira? As obras só, só as obras já geraram mais de 2.000 mil empregos na região, mais de 200 pessoas são moradores da região, todos os que candidataram a emprego e tinham qualificação estão trabalhando. Os que não têm qualificação nós estamos providenciando cursos de qualificação e o que a gente espera com isso? Que essas pessoas possam ter aumento de sua renda na medida em que consegue um emprego melhor e mais próximo de casa. E não só durante a obra, como eu estou dizendo, vai vir Shopping Center, edifício comercial, isso tudo é emprego também que a gente..., vai vir hotel, então a gente quer qualificar a população da região prá que ela prioritariamente ocupe essas vagas. Então elas podem ter aí uma oportunidade de aumentar a sua renda, agora, é uma decisão individual, eu tenho um imóvel hoje que vale 20.000 (reais) e ninguém quer, amanhã ele vale 300.000 (reais) e todo mundo quer, vai ser uma decisão minha de vender e ir sei lá prá onde não é? Ou seja, a prefeitura não pode obrigar esse cara a não vender, mas tem, por exemplo, se ele recuperar o imóvel dele ele tem isenção de IPTU, perdão de dívidas e isenção de impostos por 10 anos, por exemplo. Então, além disso, de preocupar em gerar emprego pro pequeno negociante da região, pro pequeno e micro empresário, semana que vem começam as ações com o SEBRAE prá, e que esses novos negócios que vão vindo, esse cara possa tá integrado e possa se beneficiar. Por exemplo, aqui oh, nessa rua aqui, não sei se você conhece a região - mostrando no mapa que há sobre a mesa de reuniões - (*aqui é a cidade do samba né*) aqui é a cidade do samba, essa rua aqui, não sei se você conhece, já passou aqui, aqui é o Hospital da Gamboa (*já*). Santo Cristo tá, pois é, então você conhece bem aqui, aqui, oh, aqui tem um cara morador há 30 anos, isso aqui era uma ruína, o cara

recuperou, tem [...] mês que ele abriu um restaurante aqui, (*ah tá*) mais de 70 lugares, já tá pequeno. (*são melhorias. Já está acontecendo antes mesmo do...*) Esse outro aqui oh, esse aqui também da esquina estava caindo, o cara já tá reformando o imóvel, porque já não aguenta mais, não cabe toda a demanda que ele tem. Você vê , essa é oportunidade prá quem tem um pequeno negócio na região e a gente fez a parceria com o SEBRAE exatamente prá orientar as pessoas prá que elas tenham, sejam preparadas para aproveitar essa oportunidade. Então o que a gente pode fazer e isso que a gente chama de inclusão produtiva é, criar condições prá que essas mudanças apareçam como oportunidade prá quem mora. Um morador da Praça da Harmonia ele conhece o IPN, conhece tudo, é mais fácil prá ele ser um guia turístico do que alguém que mora, sei lá na Zona Sul, no Meier, em Bangu, e em Sepetiba. Agora se ele não quiser aproveitar essa oportunidade de negócio e continuar sentando na varanda dele, alguém vai fazer tá certo, por isso que eu te digo, a prefeitura ela não pode expulsar e nem obrigar a ficar, mas ela pode criar condições. “Oh! Se você ficar aqui, você vai ter melhor serviço, seu imóvel vai valorizar você tem chances de aumentar a sua renda, se eu fosse você eu ficava”, esse é o recado que a gente tá dando, mas de novo, entre eu dizer isso e a prefeitura dizer, se eles acreditarem, tem gente que já acreditou e já foi embora já tá ganhando dinheiro aí.

15- Então agora, vou finalizar, minha última pergunta, é mais o seu olhar. Como você imagina a Zona Portuária depois dessa obra e quais as suas expectativas como cidadão morador do Rio de Janeiro e como membro da CDURP que está dando esse suporte a esse tipo de projeto. Eu queria a opinião dos dois né, o que vocês..., já é o olhar de vocês, independente de estar trabalhando no projeto.

Daniel: Eu acho que o interessante do projeto é devolver, integrar novamente essa área de novo à cidade, interligar ela com o centro, interligar ela com os bairros, o grande legado disso é transformar nisso, uma área que possa virar mais uma opção prá você de trabalho, mais uma opção de moradias. Assim um olhar muito pessoal, eu pelo o que eu acredito da região e pelo o que eu vejo que está acontecendo eu gostaria de morar na região, é, tamanha é a convicção que a gente tem do que a gente tá vendo, da transformação que nós estamos podendo acompanhar nesse momento. O interessante é isso, é poder ver essa transformação de uma área que estava num momento abandonada ou subutilizada em vários quarteirões, poder transformar isso aí numa grande área de, dessas várias classes que o Alberto falou como devolvendo isso a cidade, como é o resto da cidade do Rio de Janeiro.

Você também gostaria de falar a sua opinião?

Alberto: É eu concordo com, eu concordo com o que o Daniel fala, eu acho que, a gente conversa isso aqui internamente, cada vez mais, mais, quem... A gente tem uma prática aqui de, mesmo o pessoal que é do serviço interno a gente empurra prá andar na área prá conhecer, prá entender um pouco essa, esse mundo de coisa que a gente tá tentando fazer e tá fazendo né. Na verdade, e é uma coisa que a gente fala é dessa vontade de morar aí, de, e do fascínio que a gente tem de ter contato com essa região, descobrir enfim, o quanto ela é valiosa e ao mesmo tempo ver, antever o que, que ela pode vir a ser. Eu achei que o Daniel ia falar isso, mas eu vou falar por ele. Daniel prá gente é uma, uma referencia prá gente muito interessante, como ele vem acompanhando as propostas iniciais de uso, de novos usos, então, é interessante você andar com ele, onde você vê um galpão degradado, ele vê um belíssimo empreendimento. O Daniel, então ele construiu um olhar de futuro prá região, ou seja, ele não vê mais degradação, ele ensina isso prá gente né. Então a gente vai lá e não, eu não tô vendo mais o feio, já tô vendo o novo que vem né, e é muito interessante, eu tenho aprendido isso, esse olhar com ele. Eu acho que é isso que a gente tenta ver, um lugar que, enfim, não vai dizer que vai ser melhor que a Barra, melhor que a Zona Sul, mas vai ser tão bom quanto qualquer outro lugar desses, prá você morar, prá trabalhar. E aí a gente tá na verdade, tentando consolidar uma visão de centro da cidade, uma visão da cidade que é um lugar ao mesmo tempo bucólico como você pode ver ali Praça da Harmonia com o coreto e vai ser a capital do mundo se você pensar no Museu do Amanhã ou mesmo no Cais do Valongo, ou seja, que vai ser um lugar é... Na verdade vislumbra aqui o Cais do Valongo e o Circuito da Herança Africana, possa no futuro próximo vir ser reconhecido como patrimônio da humanidade né, por conta dessa marca histórica que ele tem e ao mesmo tempo é um lugar de você sentar na calçada conversar com o vizinho e tal, é possível isso.

16- *Eu ia terminar, mas, surgiu, sempre vai surgindo. Essas descobertas, - uma curiosidade-, descobriu-se o Cais do Valongo, descobriu-se o Cais da Imperatriz, já sabia que estava, mas com as obras né, foram ficando à mostra e tinha um projeto já para aquela área né, não contava {projeto de urbanização} essas descobertas, (o Cais do Valongo) isso que ia perguntar, porque pode acontecer de aparecer novas coisas né, apareceu o canhão, aparece..., já está sendo levado prá...*

Sr. Alberto: Na verdade, algumas pessoas criticam, ah esse projeto muda toda hora, eu que acho que isso é um grande valor (*mesmo porque você não prevê o que vai...*) prá gente

permitir aprender e adequar com o que a realidade tá dizendo prá nós (*ele vai se adaptando conforme...*) ali na Barão de Tefé mudou o projeto de urbanização para comportar o memorial, como outras coisas podem acontecer. Na verdade todas as obras elas são antecedidas de laudo ambiental prá saber se o terreno é contaminado ou não, e pesquisa arqueológica, qualquer obra, obra mesmo que está sendo feita antes aconteceu isso. Então obras na Camerino, na Barão de Tefé pararam, ficaram esperando a arqueologia definir o que é que pode e o que não pode e aí ela avança, isso vale prá toda a região, isso nos obriga a não só alterar projeto como alterar cronograma entendeu, e a gente já sabe e é assim mesmo que tem que ser.

Então, muito obrigada pela entrevista, disponibilidade, Sr Alberto e Daniel e vou dar por encerrada.

ANEXOS

ANEXO A - Bens tombados pelo IPHAN

Quadro 01 - Bens Tombados - IPHAN			
Bem imóvel	Bairro	Endereço	Data do tombamento
Fortaleza da Conceição - Atual Serviço Geográfico do Exército	Saúde	Praça Major Valô	LH/LBA 24.05.1938
Palácio Episcopal	Saúde	Rua Major Daemon, 81	LH/LBA 24.05.1938
Jardim do Morro do Valongo	Saúde	Rua Camerino, s/nº	LH/LBA 30.06.1938
Igreja de São Francisco da Prainha*	Saúde	Adro da Prainha, Morro da Conceição	LH/LBA 08.07.1938
Casa na Ladeira do Morro do Valongo	Saúde	Ladeira do Valongo, 21	LBA/LAEP 15.07.1938
Igreja de Santa Rita	Centro	Largo de Santa Rita	LH/LBA 15.05.1938
Palácio Itamarati - atual Museu Histórico e Diplomático do Ministério das Relações Exteriores no RJ	Centro	Avenida Marechal Floriano, 196	LH/LBA 20.07.1938
Igreja Nossa Senhora da Saúde	Gamboa	Rua Silvino Montenegro, 52	LH/LBA 20.08.1938
Casa da Rua Mayrink Veiga	Centro	Rua Mayrink Veiga, 9	LH 29.06.1972
Caixa de Amortização - atual Banco Central, Departamento de Meio Circulante	Centro	Avenida Rio Branco, 30	LBA 24.05.1973
Companhia Docas de Santos - atual IPHAN - 6ªSR	Centro	Avenida Rio Branco, 44, 46 e 48	LH/LBA 28.07.1978
Colégio Pedro II: prédio	Centro	Avenida Marechal Floriano, 68-80	LH/LBA 19.05.1983
Prédio da Light - atual Centro Cultural da Light	Centro	Avenida Marechal Floriano, 168	LH/LBA 13.06.1988
Antiga estação e cocheira da Linha de Carris e Vila Guarani	Santo Cristo	Rua Pedro Alves, 210	12.10.1966 Antiga GB*
Pedra do Sal	Saúde	Rua Argemiro Bulcão	11.05.1987
Cemitério dos Ingleses	Saúde	Rua da Gamboa, 181	17.05.1988
Reservatório do Morro do Pinto	Gamboa	Rua Monte Alverne, 40	09.12.1988**
Reservatório do Livramento	Gamboa	Ladeira do Barroso, 202	09.12.1988**
Superintendência Regional da Polícia Federal, antiga Imprensa Nacional	Saúde	Avenida Rodrigues Alves, 1	09.12.1988**
Alfândega	Saúde	Avenida Rodrigues Alves, 81	09.12.1988**
Palácio Duque de Caxias, antigo Ministério da Guerra	Centro	Praça Duque de Caxias	09.12.1988**
Companhia Estadual de Gás (antiga Fábrica de Gás)	Cidade Nova	Avenida Presidente Vargas, 2.610	06.09.1990

LH - Inscrição no Livro Histórico

LBA - Inscrição no Livro das Belas Artes

LAEP - Inscrição no Livro Arqueológico, Etnológico e Paisagístico

* O tombamento inclui todo o seu acervo, de acordo com a Resolução do Conselho Consultivo da SPHAN, de 13/08/1985.

Referente ao Processo Administrativo nº 13/85/SPHAN

*Antigo Estado da Guanabara

** Tombamento provisório

Fonte: EIV – Operação Urbana Consorciada da Região da Região do Porto do Rio
III – Caracterização do Empreendimento – p.57

ANEXO B – Bens tombados pelo PCRJ

Quadro 03 - Bens Tombados - PCRJ			
Bem imóvel	Bairro	Endereço	Data do tomo
Prédio Da Antiga Estação e Cocheira da Linha de Carris de Vila Guarani	Santo Cristo	Rua Pedro Alves, 210	12.10.1966
Centro Cultural José Bonifácio	Gamboa	Rua Pedro Ernesto, 80	14.11.1983
Real e Benemerita Sociedade Portuguesa - Caixa de Socorros de Pedro V	Centro	Rua Marechal Floriano, 185/189	07.03.1986
Fundição Manuel Lino Costa	Saúde	Rua Sacadura Cabral, 152 e 154	23.08.1986
Oratório	Saúde	Morro da Providência	23.08.1986
Prédio da Antiga Estrebaria	Saúde	Rua Sacadura Cabral, 145	23.08.1986
Escadaria	Gamboa	Rua Costa Barros entre a Rua Rosa Saião e a Travessa Ladeira do Livramento	23.08.1986
Galpões da Estrada de Ferro Central do Brasil	Gamboa	Rua Barão da Gamboa com Rua Gamboa (pátio de manobras da Rede Ferroviária Federal)	23.08.1986
Moinho Fluminense	Gamboa	Rua Sacadura Cabral, 290	23.08.1986
Pintura a óleo sobre alvenaria	Gamboa	Rua Camerino, 165	23.08.1986
Pinturas a óleo	Gamboa	Rua do Propósito, 6	23.08.1986
Pinturas a óleo	Gamboa	Praça Coronel Assunção 357-A- antiga Praça da Harmonia	23.08.1986
Trapiche Modesto Leal	Santo Cristo	Rua Santo Cristo, 152	23.08.1986
Vila	Santo Cristo	Rua Marquês de Sapucaí, 14	23.08.1986
Vila Operária da Gamboa	Santo Cristo	Rua Barão da Gamboa, 150, 152, 154, 156, 158 e 160	23.08.1986
Casa com porão	Santo Cristo	Rua Farnese, 45	23.08.1986
Casa com porão	Santo Cristo	Rua Farnese, 49	
Casa com porão	Santo Cristo	Rua Farnese, 51	
Edifício	Santo Cristo	Rua Barão da Gamboa, 164 a 184	23.08.1986
Hospital Nossa Senhora da Saúde e Capela de Nossa Senhora das Graças	Santo Cristo	Rua Comendador Leonardo, s/n	23.08.1986
Igreja de São Pedro	Santo Cristo	Rua Cardoso Marinho, 59	23.08.1986
Cortiço	Centro	Rua Senador Pompeu, 43	23.08.1986
Cortiço	Centro	Rua Senador Pompeu, 51	23.08.1986
Cortiço	Centro	Rua Senador Pompeu, 34	23.08.1986
Sobrado Com 2 Pavimentos	Centro	Rua Senador Pompeu, 32	23.08.1986
Pintura a óleo sobre alvenaria	Centro	Rua Senador Pompeu, 34	23.08.1986
Cortiço	Centro	Rua Costa Ferreira, 70	23.08.1986

Fonte: EIV – Operação Urbana Consorciada da Região da Região do Porto do Rio
III – Caracterização do Empreendimento – p.57

ANEXO C - Continuação do Quadro 03

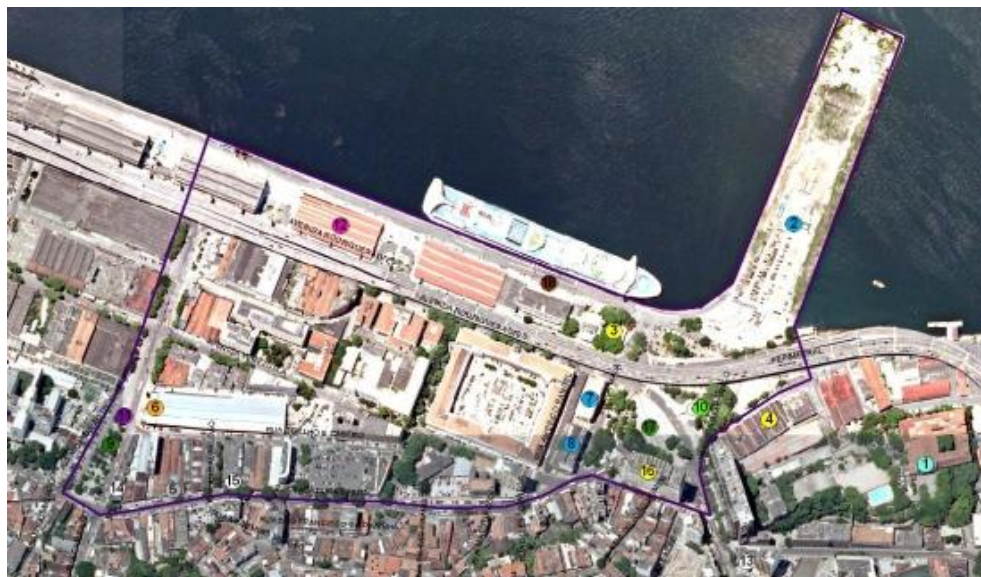
Solar	Centro	Rua Barão de São Félix, 94	23.08.1986
Vila - Avenida Caruso	Centro	Rua Barão de São Félix, 97	23.08.1986
Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários Urbanos de Passageiros - RJ	Centro	Rua Camerino, 66	21.06.1990
Escola Municipal República da Colômbia (antiga)	Centro	Rua Camerino, 51	21.06.1990
Escola Municipal Rivadávia Corrêa	Centro	Avenida Presidente Vargas, 1.314	21.06.1990
Prédio da Embrafilme	Centro	Rua Mayrink Veiga, 28	10.07.1990
Estação Ferroviária D. Pedro II (Central do Brasil)	Centro	Praça Cristiano Ottoni, s/nº	22.04.1996
Sede de "O Cruzeiro"	Santo Cristo	Rua do Livramento, 189	18.09.1998
Estátua: A Ciência - Fonderie Du Val d'Osne	Centro	Avenida Presidente Vargas, 1.314	05.10.2000
Imóvel	Centro	Praça Mauá, 02	05.10.2000
Edifício A Noite	Centro	Praça Mauá, 07	05.10.2000 **
Imóvel	Centro	Praça Mauá, 10	05.10.2000
Estátuas Hipômenes e Atalanta - Fonderie Du Val d'Osne	Saúde	Rua Sacadura Cabral, 145	05.10.2000
Estátua: negra, 2 estátuas com lampião e 4 estátuas; a arte, a ciência, a indústria e a navegação - Fonderie Du Val d'Osne - Centro Cultural José Bonifácio	Gamboa	Rua Pedro Ernesto, 80	05.10.2000
Chafariz: a fonte da criança - Fonderie Du Val d'Osne	Santo Cristo	Praça Santo Cristo	05.10.2000
Armazéns nº 01, 02, 03, 04, 05, 06 e 07	Santo Cristo	Avenida Rodrigues Alves s/nº	05.10.2000
Galpão, antiga Sede da Companhia Nacional de Navegação Costeira	Santo Cristo	Avenida Rodrigues Alves, 303 a 331	05.10.2000
Albergue da Boa Vontade	Gamboa	Praça da Harmonia, s/nº	17.07.2006 **
Imóvel	Santo Cristo	Rua Equador, 476	22.12.2006 **
Painel localizado na fachada frontal térrea junto aos pilões do Edifício da Justiça Federal	Centro	Rua Venezuela, 134	06.03.2007 **

**Tombamento provisório

Fonte: EIV – Operação Urbana Consorciada da Região da Região do Porto do Rio
III – Caracterização do Empreendimento – p.58

ANEXO D - OS NÚCLEOS – 1 - Núcleo Praça Mauá

Desenvolve-se entre a Praça Mauá e a Avenida Barão de Tefé e entre o Cais do Porto e a Rua Sacadura Cabral.



Ponto	Nome	Categoria
1	Mosteiro de São Bento	Igreja / Espaço Religioso
2	Museu do Amanhã	Museu
3	Edifício Touring Club	Interesse Arquitetônico
4	Distrito Naval	Interesse Arquitetônico
5	The Week	Casa Noturna
6	Galpão Ação da Cidadania	Centro Cultural
7	MAR - Museu de Arte do Rio	Museu
8	Escola do Olhar	Museu
9	Cais da Imperatriz	Monumento
10	Praça Mauá	Parque / Praça
11	Cais do Valongo e da Imperatriz	Sítio Histórico
12	Armazéns do Porto	Cinema / Teatro / Espetáculos
13	Hotel São Bento	Hotel / Hospedagem
14	Hotel Barão de Tefé	Hotel / Hospedagem
15	Hotel Villa Regia	Hotel / Hospedagem
16	Edifício A Noite	Interesse Arquitetônico
17	Barão de Mauá	Monumento
18	Terminal Marítimo de Passageiros	Transportes

Características predominantes: Proximidade ao terminal de passageiros de transatlânticos, forte presença de imóveis preservados (armazéns e sobrados), alta densidade de prédios institucionais e desenvolvimento de atividades turísticas e de entretenimento.

ANEXO E - 2 - Núcleo Morro da Conceição

Núcleo compreendido entre a Rua Sacadura Cabral, Camerino (trecho), Rua Senador Pompeu (trecho), da Conceição (trecho), Rua Leandro Martins, Rua Acre e Travessa do Liceu.



Ponto	Nome	Categoria
19	Praça dos Estivadores	Parque / Praça
20	antigo mictório público	Interesse Arquitetônico
21	Observatório do Valongo	Interesse Arquitetônico
22	Museu Cartográfico	Museu
23	Trapiche Gamboa	Casa Noturna
24	Mirante Morro da Conceição	Mirante
25	Pedra do Sal	Sítio Histórico
26	Angú do Gomes	Bar / Restaurante
27	Imaculada	Bar / Restaurante
28	Igreja de S. Francisco da Prainha	Igreja / Espaço Religioso
29	Sá Cabral	Bar / Restaurante
30	Largo São Francisco da Prainha	Parque / Praça
31	Jardim Suspenso do Valongo	Sítio Histórico
32	Fortaleza da Conceição	Interesse Arquitetônico
33	Hotel Gallery	Hotel / Hospedagem
34	Cabaret Kalesa	Casa Noturna
35	Praça Leopoldo Martins	Parque / Praça
36	Mirante do Valongo	Mirante
37	Estátuas do Valongo	Monumento
38	Imagem de N. Sra. da Conceição	Monumento
39	Gracioso	Bar / Restaurante

Características predominantes: área essencialmente residencial com alta concentração de sobrados e monumentos históricos preservados, sendo de altíssimo interesse turístico. O morro localiza-se na periferia da Praça Mauá e é de fácil acesso a pé por meio de suas escadarias e ladeiras ou então pela própria Pedra do Sal ou pelo Jardim do Valongo.

ANEXO F - 5 - Núcleo Morros da Providência - Livramento

Compreende a região destes dois morros, sendo limitado pelas ruas do Livramento e Barão da Gamboa (ao norte) até a Rua da América e a Central do Brasil (ao sul) e pelo Viaduto 31 de Março (a oeste) até as ruas Noêmia, Rosa Saião e Camerino (leste).



Ponto	Nome	Categoria
64	Oratório da Providência	Igreja / Espaço Religioso
65	Mirante da Providência	Mirante
66	Escadaria Costa Barros	Sítio Histórico
67	Hotel Cruzeiro	Hotel / Hospedagem

Características predominantes: núcleo prioritariamente residencial com concentração de habitações de baixa renda, na sua maioria, localizadas no Morro da Providência. Região muito degradada no entorno da Rua da América, principalmente ao longo do muro da estrada de ferro e habitações em áreas de risco, junto às pedreiras que ressaltam o relevo da região.

Há em curso um grande esforço para a requalificação urbana do morro da Providência, com o programa UPP Social, coordenado pelo Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP), e o programa Morar Carioca, da Secretaria Municipal de Habitação (SMH), voltado para a urbanização de favelas e melhorias de acesso ao morro. A parte baixa dos morros também é atendida com a construção e melhoria de moradias, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida. O Morro do Livramento, muito deteriorado, se constitui em uma das ocupações mais antigas do Rio de Janeiro, que inclusive já abrigou o escritor Machado de Assis, tratando-se de um sítio histórico protegido por legislação municipal.

ANEXO G – 6 - Núcleo Saúde

Núcleo compreendido entre o Morro da Saúde e Rua Leôncio de Albuquerque (a oeste) e a Avenida Barão de Tefé (leste), e entre o Cais da Gamboa (ao norte) até a Rua do Livramento (sul).



Ponto	Nome	Categoria
68	Cia de Mistérios e Novidades	Cinema / Teatro / Espetáculos
69	Batalhão da PM	Interesse Arquitetônico
70	Igreja N.Sra. da Saúde	Igreja / Espaço Religioso
71	Arco e Silo Moinho Fluminense	Interesse Arquitetônico
72	Cemitério dos Pretos Novos	Sítio Histórico
73	Praça da Harmonia	Parque / Praça
74	Porto Saúde	Bar / Restaurante
75	AquaRio	Museu
76	Pinturas retratando indígenas	Painéis / Pinturas
77	Pinturas de Nilton Bravo	Painéis / Pinturas
78	Moinho Fluminense	Interesse Arquitetônico

Características predominantes: Expressiva concentração de armazéns e outras instituições, como o Hospital dos Servidores e a Fundação Darcy Vargas. Conjunto arquitetônico importante e preservado que abriga o complexo do Moinho Fluminense, sobrados e casas do Morro da Saúde e a igreja (1742) do mesmo nome, bem tombado nacional.

A presença da Igreja da Saúde, uma das mais antigas do Rio e que se encontra restaurada e em uso, é um elemento importante do local. Todo o núcleo deverá ser altamente beneficiado pela passagem da nova via Binário do Porto, que irá cruzá-lo longitudinalmente, "arejá-lo" e integrá-lo à vizinhança. Apesar de administrativamente esta região estar inserida no bairro da Gamboa, registros históricos indicam que o bairro da Saúde ia até o morro homônimo.

ANEXO H - 7 - Núcleo Gamboa

Estende-se do sopé do Morro da Providência até a Avenida Rodrigues Alves, entre as ruas Santo Cristo e Leônicio de Albuquerque.



Ponto	Nome	Categoria
79	Centro Cultural José Bonifácio	Centro Cultural
80	Vila Olímpica da Gamboa	Parque / Praça
81	Galpões Ferroviários	Sítio Histórico
82	Hospital N. Sra. da Saúde	Interesse Arquitetônico
83	Cidade do Samba	Centro Cultural
84	Cemitério dos Ingleses	Sítio Histórico
85	Galpão Gamboa (Marco Nanini)	Cinema / Teatro / Espetáculos
86	Capela N. Sra. das Graças	Igreja / Espaço Religioso

Características predominantes: Região de alto potencial turístico, cercada pelos morros da Saúde, Gamboa e Providência, a área corresponde ao que foi a antiga enseada da Gamboa, aterrada para dar lugar às instalações do Porto do Rio. Predominam ali terrenos de grandes dimensões. Na parte central destaca-se a Cidade do Samba, que abriga barracões e eventos das Escolas de Samba do Grupo Especial, e a Vila Olímpica da Gamboa. As futuras instalações do Banco Central (no sopé do Morro da Saúde) e a restauração dos históricos Galpões Ferroviários (entre a Vila Olímpica e a Cidade do Samba) atrairão ainda mais dinamismo para este núcleo.

ANEXO I - 8 - Núcleo Santo Cristo

Situa-se entre a Avenida Rodrigues Alves (desde a Rodoviária Novo Rio até o Morro da Gamboa) e a Praça Marechal Hermes e Rua Santo Cristo (ao sul).



Ponto	Nome	Categoria
87	Rodoviária Novo Rio	Transportes
88	Igreja Santo Cristo	Igreja / Espaço Religioso
89	Spetaculu	Cinema / Teatro / Espetáculos

Características predominantes: Região de alta acessibilidade e rotatividade, que abriga a Rodoviária Novo Rio. O miolo da área possui quadras com bom potencial de renovação entre as avenidas Prof. Pereira Reis e e Cidade Lima.

Fonte para todos os Núcleos: <http://www.portomaravilha.com.br/web/direito/conhecaRegiao.aspx/>

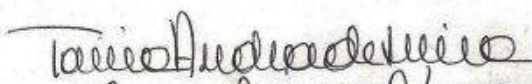
ANEXO J – Carta do Valongo


Rio de Janeiro, 17 de março de 2011

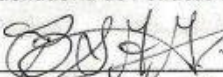
CARTA DO VALONGO, RJ


As representações públicas e da sociedade civil - Fundação Palmares, Conselho Estadual dos Direitos do Negro (CEDINE), Coordenadoria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Prefeitura do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisas das Culturas Negras e Instituto Pretos Novos, convidadas nesta data pela equipe de arqueologia do Museu Nacional / UFRJ, coordenada pela Profa. Dra. Tania Andrade Lima, tendo tomado ciência dos resultados da pesquisa arqueológica conduzida no âmbito do Programa de Revitalização da Zona Portuária, que evidenciou o antigo calçamento do Cais do Valongo – principal porto de entrada dos africanos escravizados trazidos para o Rio de Janeiro, propõem, de maneira unânime, que se realize, no próximo dia 21 de março, Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial, o lançamento da pedra fundamental do Memorial da Diáspora Africana.

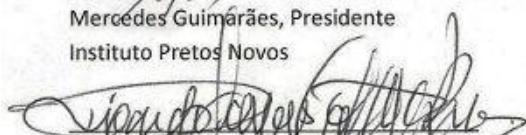

 Paulo Roberto dos Santos Paulão, Presidente
 Conselho Estadual dos Direitos do Negro (CEDINE)



 Tania Andrade Lima
 UFRJ / UFRJ
 Coordenadora

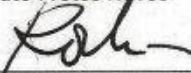

 Carlos Alberto Medeiros, Coordenador
 Coordenadoria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Prefeitura do Rio de Janeiro

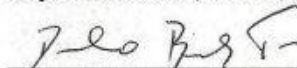

 Benedito Sérgio de Almeida Alves, Representante regional
 Fundação Palmares / MinC / IPCN


 Mercedes Guimarães, Presidente
 Instituto Pretos Novos


 Ricardo Gomes Castelo Branco, Coordenador
 Instituto Pretos Novos


 Rafaelle Guimarães, Pesquisadora
 Instituto Pretos Novos


 Adair Rocha
 Projeto Comunicar / PUC-RJ; UERJ


 Reinaldo Tavares, Mestrando
 Museu Nacional / UFRJ

ANEXO K – Ficha técnica das instituições: IPN e Museu do Amanhã

FICHA TÉCNICA:⁵⁰

DO INSTITUTO DE PESQUISA E MEMÓRIA PRETOS NOVOS – IPN

Presidente: Ana Maria De La Merced G. G. G. dos Anjos**Vice-presidente:** Petruccio Guimarães dos Anjos**Diretor secretário geral:** Marcelo dos Santos Monteiro**Diretor financeiro:** Gabriele G. G. Guimarães dos Anjos**Diretor de estudos e pesquisas:** Júlio Medeiros da Silva Pereira**Núcleo de Pesquisa:****Coordenação:** Prof. Dr. Júlio César Medeiros da Silva Pereira**Diretoria:** Prof^a. Msc. Carla Nogueira Marques

Prof. Msc. Cláudio de Paula Honorato

Prof. Msc. Reinaldo Bernardes Honorato

Prof^{oa}. Msc. Suzi Aguiar**Núcleo de Cultura****Coordenação:** Maria da Penha dos Santos**Núcleo Audiovisual****Coordenação cinema:** Wava de Carvalho**Coordenação Imagens:** Zezzynho Andraddy**Ponto de Cultura:** Ricardo Gomes Castelo Branco

MEMORIAL PRETOS NOVOS

Curadoria: Marco Antônio Teobaldo**Pesquisa histórica:** Cláudio de Paula Honorato

Júlio César de Medeiros da Silva Pereira

Pesquisa Arqueológica**Coordenação:** Tânia Andrade Lima (UFRJ – Museu Nacional - PPG arq.)**Execução:** Reinaldo Tavares (UFRJ – Museu Nacional - PPG arq.)**Projeto gráfico:** Artes e Artistas – Renato Martins**Fotografias:** Marco Antonio Teobaldo**Imagens:** Victor Frond (acervo da Biblioteca Nacional)

⁵⁰ Dados da ficha técnica do IPN e do Memorial Pretos Novos retirados do folder de divulgação disponível no IPN.

Design das flâmulas: Rene Machado (sobre fotos de Alberto Henshel)

Design painel nomes dos escravos: Rodrigo Villas Boas – FluxoLab

Projeto expográfico: Marco Antonio Teobaldo

Simulação em 3D: Sérgio Canineo

Montagem: Paulo Henrique Valle

Luis Carlos dos Santos

Revisão de textos: Renata Zambianch

Documentação em vídeo: Divina Huguet – FluxoLab

Produção: Quimera Empreendimentos

FICHA TÉCNICA – (“quem está pensando o amanhã”⁵¹)

MUSEU DO AMANHÃ

Curadoria: Luiz Alberto Oliveira, físico e doutor em Cosmologia

Leonel Kaz, curador do Museu do Futebol e do Museu de Arte do Rio e professor de Cultura Brasileira na PUC/Rio.

Comitê curatorial (para dar suporte a curadoria)

Coordenação: Andrea Margit, gerente de Meio Ambiente da Fundação Roberto Marinho

Jarbas Mantovani, gerente de Comunicação da Fundação Roberto Marinho.

Equipe multidisciplinar

- Alexandre Cherman, astrônomo;
- Carlos Nobre, climatologista;
- Jorge Lopez, pesquisador e engenheiro;
- José Augusto Valladares Pádua, historiador e cientista político;
- Luiz Feranndo Dias Duarte, antropólogo;
- Sérgio Besserman, economista e ambientalista;
- Suzana Herculano-Houzel, neurocientista.


⁵¹ Informações obtidas no site Metálica acesso em 24 jun. 2010.

ANEXO L – Atualização do Percurso do Museu do Amanhã – junho de 2012


POR DENTRO DO AMANHÃ

Museu da nova geração abre experiência interativa às margens da Baía de Guanabara


Autor do projeto, o arquiteto espanhol Santiago Calatrava veio ao Rio em maio especialmente para participar da primeira exposição pública do conteúdo do Museu do Amanhã, no Palácio da Cidade, ao lado do curador Luiz Alberto Oliveira




AMANHÃ
Mudanças no clima, longevidade, aumento da população, globalização, biodiversidade e sustentabilidade são temas que levam à seção “Amanhãs que Queremos”, momento em que o visitante vivencia o conceito de futuro ideal com relações de convívio mais próximas e amigáveis




ANTROPOCENO
Expansão planetária, crescimento de cidades e consumo, explosão do conhecimento e transformação dos ambientes naturais são temas explorados nesta seção, que exibirá notícias ao vivo em grandes telas




CONTEXTO
Ambientes multimídia apresentam a Terra ao visitante, como se fosse um astronauta a ver o planeta pela primeira vez e perceber ecossistemas, estrutura do DNA, formação da biodiversidade e processo evolutivo do cérebro para compreender ciclos da vida e mudanças climáticas



**TÉRMINO DO PERCURSO
VISTA DO BELVEDERE**
Convide à reflexão com panorâmica da Baía de Guanabara e jardins que representam a Mata Atlântica e a Restinga



**INÍCIO DO PERCURSO
COSMOS**
Porta de entrada da experiência sensorial que parte do vazio ao surgimento da matéria, do tempo, do espaço, do homem e do pensamento



Auditório, cafeteria e loja

Centro de Referência Profissional do Amanhã
Aconselhamento, recrutamento e capacitação de estudantes e profissionais dedicados a ciência, tecnologia e inovação

Observatório do Amanhã
Exibição das últimas pesquisas sobre fenômenos naturais e sociais do planeta

Sala de Exposições temporárias

Fonte: Revista Porto Maravilha nº 08, junho de 2012, p. 06.